

ALEXANDRE ALVES COSTA

LUGARES
PRATICADOS
VERSUS
LUGARES
DE MEMÓRIA

JORGE FIGUEIRA

DO ROMÂNICO
AO MINIMALISMO:
OS CAMINHOS
DA INTERVENÇÃO
PATRIMONIAL
EM PORTUGAL

JOÃO APPLETON

PATRIMÓNIO
URBANO: BOAS
PRÁTICAS DE
CONSERVAÇÃO
E REABILITAÇÃO
DE EDIFÍCIOS

ANA TOSTÕES

PATRIMÓNIO
MODERNO:
CONSERVAÇÃO
E REUTILIZAÇÃO
COMO UM
RECURSO



REVISTA
PATRIMÓNIO
NÚMERO UM
NOV. 2013

15€

ANA PAULA AMENDOEIRA

PATRIMÓNIO
MUNDIAL E TURISMO:
UMA REFLEXÃO
A PROPÓSITO
DOS 40 ANOS DA
CONVENÇÃO

ADÍLIA ALARCÃO/
ANA ALCOFORADO

MNMC:
O PROGRAMA
EXPOSITIVO.
ESTRUTURA, IMAGEM
E COMUNICAÇÃO

GONÇALO BYRNE/
JOÃO PEDRO FALCÃO DE CAMPOS

REMODELAÇÃO
DO EDIFÍCIO
SEDE DO BANCO
DE PORTUGAL

ALEXANDRE SARRAZOLA/
JOSÉ BETTENCOURT/ANDRÉ TEIXEIRA

LISBOA RIBEIRINHA:
EVIDÊNCIAS
ARQUEOLÓGICAS
DE UMA VOCAÇÃO
MARÍTIMA

editorial

O atual debate em torno do Património Cultural passa pelo reconhecimento inequívoco da sua importância para o desenvolvimento das sociedades, partindo do princípio de que a grande diferenciação na qualidade desse desenvolvimento é introduzida pela maior ou menor presença da Cultura, com todos os seus contornos mutáveis e imprecisos, com a sua multiplicidade de perspetivas, de atores e valores, e em todos os processos em que se possa encontrar envolvida.

O projeto editorial da nova *RP – Revista Património*, possível através de uma parceria estabelecida entre a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., insere-se numa estratégia de comunicação mais alargada que pretende contribuir para o enriquecimento desse mesmo debate.

Dando continuidade às revistas *Estudos/Património* e *Museologia.pt*, até agora editadas respetivamente pelo IPPAR/IGESPAR e pelo IMC, e resultando, naturalmente, do recente processo de fusão destas entidades, do qual resultou a DGPC, a nova *RP* agrega às áreas temáticas que já eram tratadas numa e noutra – património arquitetónico e arqueológico, museus, conservação e restauro e património imaterial – outros domínios do conhecimento que também se cruzam no campo da reflexão teórica e da prática de intervenção no património cultural.

Apostando num projeto gráfico inovador e numa maior diversidade de temas e colaboradores, a *RP* dirige-se assim a um leque alargado de público. Mantendo a profundidade e o rigor técnico-científico das suas antecessoras, para além de refletir as atividades desenvolvidas pela DGPC, procura a atualidade do pensamento e a diversidade de perspetivas. O território e a necessidade da sua requalificação, a cidade e a reabilitação do património urbano, os museus, os monumentos, as suas coleções e a sua gestão, o património e a arquitetura, a arqueologia nas suas diferentes vertentes, a conservação e o restauro do património móvel, o património imaterial, a recuperação e a reutilização de monumentos, a interpretação e a comunicação do património, matérias que são hoje objeto de reflexão por múltiplas disciplinas, serão temas presentes nas diferentes rubricas da *RP*, que refletirá, certamente, ao longo dos seus números, a atual complexidade do património cultural, e as diferentes perspetivas que hoje se lhe colocam.

«Património urbano e reabilitação» é o tema de caderno com que se inicia a nova *RP*. Assunto premente na atual conjuntura socioeconómica portuguesa, acompanhando o que se passa na Europa e também noutros continentes, suscita uma grande diversidade de questões a todos os que, projetando, gerindo, construindo e habitando, vão enfrentando novos desafios, seja num campo mais operativo seja num campo mais teórico. Menores recursos disponíveis, alterações da dinâmica urbana, diferentes condições de intervenção e de enquadramento legislativo nas áreas consolidadas e mais antigas das cidades e dos núcleos urbanos, alterações nos paradigmas do desenvolvimento urbano e social, geram novas exigências no domínio da prática concreta do projeto de reabilitação e da obra, abrindo lugar a novas ideias e soluções, que se encontram em parte plasmadas neste caderno.

Na rubrica «Pensamento» foca-se a pertinência de um olhar atento e atualizado ao património moderno, à relação do património mundial com o turismo e às perspetivas e desafios que, na atualidade, se colocam à conservação e ao restauro em Portugal.

Uma visão global dos projetos da rota dos mosteiros portugueses património mundial, a remodelação e ampliação do Museu Nacional de Machado de Castro e do edifício sede do Banco de Portugal e a arqueologia na Lisboa ribeirinha são alguns dos artigos apresentados na rubrica «Projetos», onde se procura vincar a visão multidisciplinar das intervenções operadas sobre o património urbano e monumental.

As rubricas «Opinião» e «Sociedade» remetem-nos, finalmente, para diferentes domínios temáticos e territoriais do património, refletindo e colocando questões de grande atualidade como a reciclagem do património urbano, através do caso da LX Factory, ou a importância crescente do património imaterial, ou ainda a problemática complexa da gestão de rotas patrimoniais e a sua relação com o desenvolvimento local e regional e o turismo, a partir da Rota do Românico.

Com uma nova imagem, a *RP* tem a ambição de ganhar massa crítica e novos leitores, trazendo a cada número o estado da arte dos temas candentes deste universo, provocando a discussão e enriquecendo o debate.

índice

património urbano
e reabilitação

6

Lugares praticados
versus lugares de
memória

Alexandre Alves Costa

36

A revisão do Regulamento
de Trabalhos
Arqueológicos e
os contextos sociais da
arqueologia portuguesa
no século XXI:
uma breve reflexão

Ana Catarina Sousa

projetos

68

Rota dos mosteiros
património da humanidade
da região centro

João Seabra Gomes

Maria Fernandes

Patrícia Soares

Pedro Redol

José Fernando Canas

Irene Frazão

16

Do Românico
ao Minimalismo:
os caminhos da
intervenção patrimonial
em Portugal

Jorge Figueira

pensamento

44

Património moderno:
conservação
e reutilização como
um recurso

Ana Tostões

76

Centro de Interpretação
do Mosteiro da Batalha:
criação de um teatro
da memória

Cristina Guedes

Gabriella Casella

Francisco Providência

Francisco Vieira de Campos

24

Apartamentos
pombalinos de hoje:
premissas

Maria Helena Barreiros

54

Património mundial
e turismo: uma reflexão
a propósito dos 40 anos
da Convenção

Ana Paula Amendoeira

82

Centro de Interpretação
do Mosteiro da Batalha

Pedro Redol

30

Património urbano:
boas práticas
de conservação e
reabilitação de edifícios

João Appleton

60

A conservação e
o restauro: o papel
do Laboratório
José de Figueiredo,
perspetivas e desafios

Gabriela Carvalho

António Candeias

86

Vale do Varosa,
território histórico:
um projeto

Luís Sebastian

92

(Re)Visitar o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: a instalação de um núcleo museológico na ala nascente

Gabriel de Andrade e Silva

100

Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: núcleo museológico
Luís Sebastian

108

Projeto de remodelação e ampliação do Museu Nacional de Machado de Castro

Gonçalo Byrne

114

A arqueologia na obra do MNMC: para uma visão integrada do lugar
Pedro C. Carvalho

120

MNMC: o programa expositivo.

Estrutura, imagem e comunicação

Adília Alarcão
Ana Alcoforado

126

Remodelação do edifício sede do Banco de Portugal

Gonçalo Byrne
João Pedro Falcão de Campos

134

A sede do Banco de Portugal: um caso de arqueologia urbana em Lisboa

Artur Rocha

142

Lisboa Ribeirinha: evidências arqueológicas de uma vocação marítima milenar

Alexandre Sarrazola
José Bettencourt
André Teixeira

opinião

148

LX Factory: uma atmosfera líquida em Alcântara

Deolinda Folgado

sociedade

154

Património imaterial: entre as comunidades e as organizações

Paulo Ferreira da Costa

160

Rota do Românico

Rosário Correia Machado

acontece

166

abstracts

172

N.º 1 – NOV. 2013

Diretora-Geral da Direção-Geral
do Património Cultural
Isabel Cordeiro

Produção editorial
Direção-Geral do Património Cultural –
Divisão de Documentação,
Comunicação e Informática

Diretor
Manuel Lacerda

Coordenação editorial
Deolinda Folgado

Colaboraram neste número

Adília Alarcão
Alexandre Alves Costa
Alexandre Sarrazola
Ana Alcoforado
Ana Catarina Sousa
Ana Paula Amendoeira
Ana Tostões
André Teixeira
António Candeias (DGPC)
Artur Rocha
Cristina Guedes
Deolinda Folgado (DGPC)
Francisco Providência
Francisco Vieira de Campos
Gabriel de Andrade e Silva
Gabriela Carvalho (DGPC)
Gabriella Casella
Gonçalo Byrne
Irene Frazão (DGPC)
João Appleton
João Pedro Falcão de Campos
João Seabra Gomes (DGPC)
Jorge Figueira
José Bettencourt
José Fernando Canas (DGPC)
Luís Sebastian
Maria Fernandes (DGPC)
Maria Helena Barreiros
Paulo Ferreira da Costa (DGPC)
Patrícia Soares (DGPC)
Pedro C. Carvalho
Pedro Redol (DGPC)
Rosário Correia Machado

Colaboraram na secção Acontece:

Ana Catarina Sousa (ACS)
António Carvalho (AC), DGPC/MNA
António Faria (AF), DGPC/DDCI
Cecília Gil (CG), DGPC/MA
Fernanda Torcato (FT), DGPC/DDCI
Filipa Bragança (FB), DGPC/DBC
Filipa Neto (FN), DGPC/DBC
Irene Frazão (IF), DGPC/DEPOF
Joaquim Pais de Brito (JPB), DGPC/MNE
José Alberto Seabra (JAS), DGPC/MNAA
Jorge Alves (JA), DGPC/DDCI
Manuel Bairrão Oleiro (MBO), DGPC/DMCC
Manuel Lacerda (ML), DGPC/DDCI
Paulo Ferreira da Costa (PFC), DGPC/DBC
Paulo Henriques (PH), DGPC/MNAC

Design gráfico
Jorge Silva / Silvadesigners

Revisão de texto
Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

Pré-impressão e impressão
Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

Distribuição
Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

Edição
Direção-Geral do Património Cultural
Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Tiragem
1500 exemplares

ISSN
2182-9330

Depósito legal
365 161/13

N.º de edição
1019774

RP – Revista Património
Publicação da Direção-Geral
do Património Cultural (DGPC)
Palácio Nacional da Ajuda
1349-021 Lisboa
Tel: +351 213 614 336
Fax: +351 213 628 472
Email: dgpc@dgpc.pt
www.patrimoniocultural.pt

Os artigos da RP – Revista Património
são da exclusiva responsabilidade
dos respetivos autores e não refletem,
necessariamente, o ponto de vista
da direção da publicação ou da DGPC.

© Copy RP /DGPC
© Copy textos e imagens DGPC
e respetivos autores

Imagem capa
Vista em 3D do corte do fórum
e do criptopórtico de Coimbra
(in Alarcão et al.: 2009, fig. 64) P. Bastos, 2009

Imagem contracapa
Vista em 3D da praça do fórum
(in Alarcão et al.: 2009, fig. 27).
P. Bastos, 2009.

INCM
IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA

 GOVERNO DE
PORTUGAL | SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**
Direção-Geral do Património Cultural

património
urbano e
reabilitação

Lugares práticos lugares de

Aldo Rossi
*Architettura
assassinata*
1974



PATRIMÓNIO URBANO E REABILITAÇÃO

casos versus memória

Alexandre Alves Costa

Arquiteto e Professor Catedrático Emérito
da Faculdade de Arquitetura
da Universidade do Porto



LUGARES

O Ocidente edificou-se sobre o princípio unitário da ordem. Hoje vemos o caos alargar a sua lógica a todo o território, desvanecendo os lugares, seja da natureza perdida seja do mundo artificial que o homem construiu. A perplexidade que a contemporaneidade tem acarretado, para ser ultrapassada com inteligência, implicará, estamos certos, um novo reconhecimento do real para uma recomposição dos instrumentos disciplinares.

Analisar equivale a redescrever. Só com um trabalho paciente de redescção da cidade poderemos chegar a conhecer a sua íntima substância. Observar, imaginar e projetar talvez seja o único caminho transitável para nos aproximarmos de uma interpretação da cidade que, ao mesmo tempo, pressuponha uma ideia de transformação e de projeto.

Prólogo

O Ocidente edificou-se sobre o princípio unitário da ordem. Hoje vemos o caos alargar a sua lógica a todo o território, desvanecendo os lugares, seja da natureza perdida seja do mundo artificial que o homem construiu. A perplexidade que a contemporaneidade tem acarretado, para ser ultrapassada com inteligência, implicará, estamos certos, um novo reconhecimento do real para uma recomposição dos instrumentos disciplinares.

No entanto, na nossa civilização, o caos foi sempre fecundo. Do caos é criado o mundo; identificado com as forças destrutivas da natureza provocou o abrigo, com o desconhecido ou com o lugar do perigo, provocou o limite defensivo, o espaço artificial identificado com a ordem.

Foi o caos que fez nascer a arquitetura, sempre, como diz Nietzsche, para satisfazer a nossa necessidade prática. Daí à metáfora da ordem como Civitate Dei e do mundo todo como caos foi um simples e apetecível passo a chamar a atenção para a inutilidade ou efemeridade da ação do homem sobre a terra. O humanismo fez a transposição moderna para a cidade do homem, nova metáfora da ordem e da praticabilidade e esperança da e na razão.

A questão é que o caos, a que o homem se quis subtrair, se alargou, paradoxalmente, ao caos artificial que é a cidade. E, na impossibilidade de construir novas muralhas, ele é obrigado a habitá-lo na desolação que, de alguma maneira, constitui a raiz da experiência metropolitana.

Não partilhámos o comprazimento quase geral provocado pela consideração conformista da *desordem* como produto natural de um sistema imutável e sem alternativa, posição que nos coloca numa serena e passiva análise de factos consumados, como se aquela desordem fosse importante, interessante e bela.





↑
Mont-Saint-Michel, desenho de Fernando Távora, setembro de 1962.

Palma Nova, *Cidade ideal*, Savorgnan e Scamozzi, c. 1593.

In *Urbaniser la Lutte de Classe*, suplemento a *Utopie 2 e 3*, 1969.

←
Desenho de Filarete, Antonio Averlino [dito] (c. 1464), *Trattato di Architettura*.

É a esta rutura entre o passado e um presente desenhado sem o concurso do desenho, mas desenhado pelas leis do mercado, que nós chamamos desordem, mas que podemos chamar, usando mais bonitas e universais palavras, *fenómeno acelerado e generalizado de urbanização difusa*.

Mas é, de facto, desordem porque continua a representar, no terreno, a imperfeição social, a exclusão, a desigualdade, o desemprego, todos os efeitos de um desenvolvimento desequilibrado, do liberalismo selvagem, do abandono de terras, fábricas, palácios, dos centros históricos das cidades, dos barcos de pesca, do apagamento dos lugares.

No debate atual, não nos comove a condição contemporânea da arquitetura que renega as suas condicionantes ancestrais. Do nosso lado, aceita-se a trilogia vitruviana e a unidade entre ética e estética, acreditando, contra a desesperança, no desenho da cidade, no contexto de uma espécie de iluminismo democrático, alicerçado, fundamentalmente, nos novos movimentos de participação cidadã.

Anima-nos a consideração de que vivemos uma espécie de tempo intermédio, exigente e interrogativo. No nosso mundo, onde se perfilam os não-lugares, poderemos dar lugar à utopia, procurando-lhe terra, sempre a terra que nos prende, para o exercício da nossa liberdade e da nossa estrutural artisticidade.

O centro histórico, a história e o urbanismo difuso

Numa primeira advertência, afirmamos que não nos interessa, nem achamos operativa, a distinção entre o chamado «centro histórico» e o resto da cidade. Tudo é a cidade e toda ela é, hoje, cidade herdada. Aliás, o próprio termo «centro histórico» constitui, em si mesmo, uma armadilha.

Referimos, seguidamente, que para os arquitetos, a história interessa, particularmente, quando alguns dos seus aspetos ajudam a reconhecer o território para o exercício disciplinar. Como este exercício parte da capacidade de imaginar soluções para o futuro, são estas eventuais soluções que fornecem a matriz analítica, isto é, são estas que condicionam, definem e limitam o campo de análise, não sendo, pois, toda a história que interessa. É assim, mesmo quando o futuro da cidade, como facto social por excelência, é, ainda, uma nebulosa sem contornos claros, que só o desenho poderá evidenciar, num processo que o vai conformando, encaminhando-o para uma definição rigorosa. É, pois, o nosso desígnio que vai evidenciando a necessidade da análise: a histórica e todas as outras, as geográficas, as morfotípicas ou sociológicas e antropológicas ou, ainda, as políticas, por estarmos no campo dos direitos dos cidadãos.

Esta posição de partida tem implícita a não consideração de qualquer fatalidade inelutável para o desenho do território em transformação, que poria de parte qualquer intervenção do arquiteto, inutilidade, talvez, alargada aos centros históricos, já estabilizados e a conservar, por efeito da sua classificação patrimonial, que os identifica como lugares especiais, bem definidos e limitados, defendidos da fúria desenfreada, seja da especulação seja do exercício das necessidades vitais da contemporaneidade. Os parêntesis que aprisionam os centros históricos e os retiram do contexto mais alargado da cidade em expansão têm produzido os maiores equívocos.

Estas considerações justificam a ambição e, talvez, o dever de refletir, fora do colete de forças que tantas vezes nos

aprisiona — falar das pedras velhas, deixando as novas para a cartografia do difuso ou para os livros de Álvaro Domingues¹, aproveitando para tentar discutir os conceitos subjacentes à frase da contracapa do livro citado na nota que aqui reproduzimos: *O urbano é um «exterior» desconfinado e instável, por contraposição à imagem da cidade amuralhada*. Tratando, em primeiro lugar, dos processos analíticos na sua relação com o projeto, temos a convicção de que, mesmo que baseemos a análise da cidade em técnicas e procedimentos aparentemente objetivos, isso não impede que aquela não seja tomada pelo desejo, pela imaginação e pela recordação. É aí que residirá a chave que nos permite considerar a análise como parte do projeto.

Analisar equivale a redescrever. Só com um trabalho paciente de redescrção da cidade poderemos chegar a conhecer a sua íntima substância. Observar, imaginar e projetar talvez seja o único caminho transitável para nos aproximarmos de uma interpretação da cidade que, ao mesmo tempo, pressuponha uma ideia de transformação e de projeto.

Esta mistura de rigor e de invenção poderá lançar alguma luz sobre a, sempre discutida, relação análise/projeto.

O vínculo que estabelecemos com a cidade e a sua condição enigmática é complexo e instável: tão depressa se instala na cumplicidade como deriva na repreensão e no desgosto. Mas, conforme se vai cumprindo a nossa experiência da cidade, esta vai-se convertendo numa construção imaginária a que podemos e devemos ir dando forma.

É verdadeira, de facto, a nossa confiança, embora não desmedida, no exercício da arquitetura, desde que tenhamos coragem, e sobretudo vontade, de voltar a falar de política.

Tentaremos uma aproximação ao concreto do nosso território, litoral do noroeste peninsular, a partir de convicções disciplinares que, obviamente, não põem de parte o papel essencial da teoria e da crítica nem esquecem a importância das novas tecnologias.

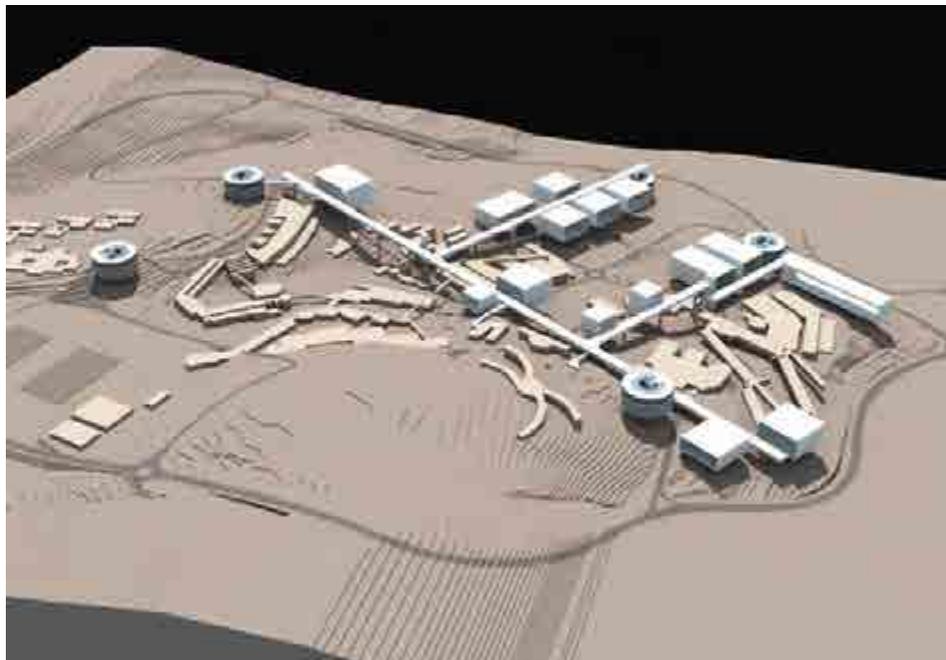
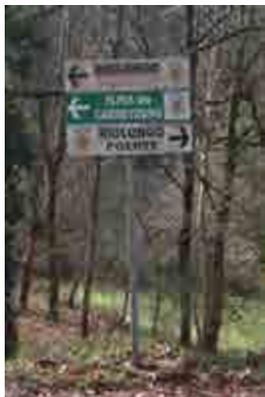
O recente conceito de urbanismo difuso, tão estimulante como aparentemente inovador, tem fundamentado, do nosso ponto de vista, reflexões académicas que não aprofundam o conhecimento do real, antes o desconhecem, sendo puramente formal a sua cartografia. E pior do que isso, não parece ser operativo, nem instrumental, na transformação do real, impondo-lhe, até, um certo fatalismo que esvazia a função do desenho.

Quando os romanos despovoaram os castros e entregaram terras aos seus habitantes, num gesto de grande alcance económico, a população espalhou-se pelo agro de forma disseminada.

Os colonizadores não construíram para aqueles, agora cidadãos de Roma, «aldeias da luz»² para os realojar, dispersando-os pelos terrenos férteis, construindo, para eles próprios, paços senhoriais. Uma rede de caminhos se foi desenhando no território, ligando casas, campos e moinhos, pombais ou pequenas oficinas artesanais, capelas ou santuários e cemitérios. As estradas romanas, anteriormente traçadas de forma menos orgânica, ligavam os centros urbanos de forma independente daquela rede.

Esta dispersão era difusa e foi estudada por Alberto Sampaio³.





↑
Lugares do Mosteiro, Testorio, Riolongo, Chãos e Costa.
Arquivo particular, 2013.

Ponte de Negrelos, dita romana, sobre o rio Vizela, entre Lordelo e São Martinho do Campo.
Arquivo particular, 2013.

Monumento comemorativo do bicentenário das invasões francesas. Evocação da resistência popular na defesa da ponte de Negrelos em 25 de março de 1809.
Arquivo particular, 2013.

↗
Paulo Mendes da Rocha, maqueta da Cidade Universitária de Vigo.
Gabinete Paulo Mendes da Rocha.

↖
Noroeste de Portugal, densidade demográfica, habitantes por hectare, Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
Arquivo particular, 2013.

Balazar, Guimarães, «povoamento disseminado», *Arquitetura Popular em Portugal*, vol. I, p. 38, Lisboa, 1961.
Arquivo particular, 2013.

São parecidos com estes os jovens do «urbanismo difuso». Manifestação «Que se lixe a troika», Porto.
Arquivo particular, 2013.

←
Alberto Sampaio.
Arquivo particular Casa de Boamense.

Alberto Sampaio

Os escritos e as reflexões sobre a chamada «decadência nacional», intensificaram-se com a Geração de 70. Mas os autores desta época, de que faz parte Sampaio (1841-1908), não se limitaram a explicá-la e a propor remédios para a combater. Procuraram, também, compreender a Nação, definir e explicar as suas características, nomeadamente por meio de estudos sobre as origens do povo português e a averiguação exacta da sua história.

O que surpreende em *As Villas do Norte de Portugal*⁴ é a sua cientificidade positiva. É a tentativa de aliança multidisciplinar com outros saberes, como os da geografia ou da arqueologia, com especial relevância para os estudos do Sr. Sarmento, como é referido no texto o vimarense Martins Sarmento⁵. É o reconhecimento direto, não só dos documentos mas do próprio território, na sua conformação contemporânea, em grande parte idêntica, ainda, à racionalidade romana sobre contextos mais silvestres, a que se sucederam outros, da Reconquista e da Nacionalidade que, sem porem em causa os seus fundamentos, a tornam mais complexa e de leitura obrigatoriamente mais detalhada.

Depois, estabelecendo metas e objetivos a alcançar, propõe-se colaborar na sua edificação, apontando caminhos para a sua regeneração ou adaptação ao mundo moderno. Serve-se para isso, e essa é a sua maior atualidade, de processos



↑
Capela de Santo André, na Rua do Sobrado, em Vila das Aves.
 Arquivo particular, 2013.

Parque de merendas, em São Salvador do Campo.
 Arquivo particular, 2013.

→
Mies van der Rohe, arranha-céus em vidro, desenho de concurso, 1919.



intelectuais, como a averiguação exata da história portuguesa ou de outros mais pragmáticos, como os meios para o seu desenvolvimento.

O que ele estuda é uma pequena parcela do nosso território, que percebemos vai tendo os seus prolongamentos naturais para outros mais vastos, construídos sob as mesmas condições. E assim reconstrói a unidade de um território que é sobreponível ao da Gallaecia romana, quer dizer, o noroeste peninsular.

A exemplaridade e os ensinamentos deste seu trabalho de ciência do território, extraordinariamente inovador, tem uma das suas mais-valias na tentativa de definição rigorosa e fundamentada de limites regionais, talvez estranha, hoje, neste nosso mundo global e, aparentemente, sem fronteiras.

Este território, que Sampaio estudou, foi-se densificando, com gente e funções, fábricas e armazéns, aproximando-se das cidades que também cresciam em gente e funções, comerciais, administrativas ou simbólicas. Estas duas lógicas, inicialmente bem distintas, tocaram-se, intercetaram-se, confundiram-se. O conjunto conforma, hoje, aquilo a que podemos chamar, simplificando, conurbação urbana.

Interrogo-me sobre o sentido de cartografar esta densificação, ou de fotografar as suas impurezas se, afinal, não as nomeamos. E, como sabia qualquer cartógrafo do século XVI,

ou até qualquer bandeirante, cartografar sem nomear não é conhecer.

Este território é, na sua globalidade, constituído por fragmentos, crescendo por fragmentos que se vão somando e muitas vezes sobrepondo — o depósito dos séculos, como diria Aldo Rossi. Cada um destes fragmentos, da pré-história até hoje, tem uma história. Constitui um lugar antropológico, identitário, relacional e histórico. O nosso povo vai chamando, e bem, «lugar», a cada um destes fragmentos que, como todos sabemos, não são realidades estáticas mas em contínuo processo de transformação.

O lugar

Contactámos um pequeno grupo de jovens do Vale do Ave, freguesia de Lordelo, do concelho de Guimarães, a seguir a Covas, encostada a Santo Tirso.

Estes jovens, com idade média de cerca de 18 anos, pertencem ao difuso Movimento dos Indignados, *peace and love*, *facebook*, capuz, nenhuma violência no olhar, no trato ou nas palavras. São operários fabris, estudantes, *freaks* com BPM⁶ médio e charro pronto a usar. Autodenominam-se «guerreiros da paz».

Questionados sobre a sua própria leitura do Vale do Ave, explicaram que, sendo todos de Lordelo, pertenciam a lugares diferentes e deram, até, alguns nomes estimulantes, lugar da Chamusca, do Alto, da Rua Nova, de Atainde, do Monte, de Lubazim, do Paço, dos Escalheiros, etc.

Não foram capazes de explicar (*boa pergunta!* disseram) como se definiam as fronteiras destes lugares e prometeram investigar, consultar os mais velhos e a Internet.

Eu próprio sabia que no caminho rural para a minha escola primária passava por quatro lugares e que numa mesa de granito, colocada num sítio-chave, mas enigmático, se realizava um almoço anual, de representantes dos seis lugares da freguesia.

Um desses jovens, morador na Rua da Estrada 105, enviou um correio eletrónico, poucos dias depois. *Pesquisamos, e nos mapas da freguesia não aparecem indicados os lugares, mas sim os nomes das ruas e das travessas...* e concluíam: *modernizaram-se!*

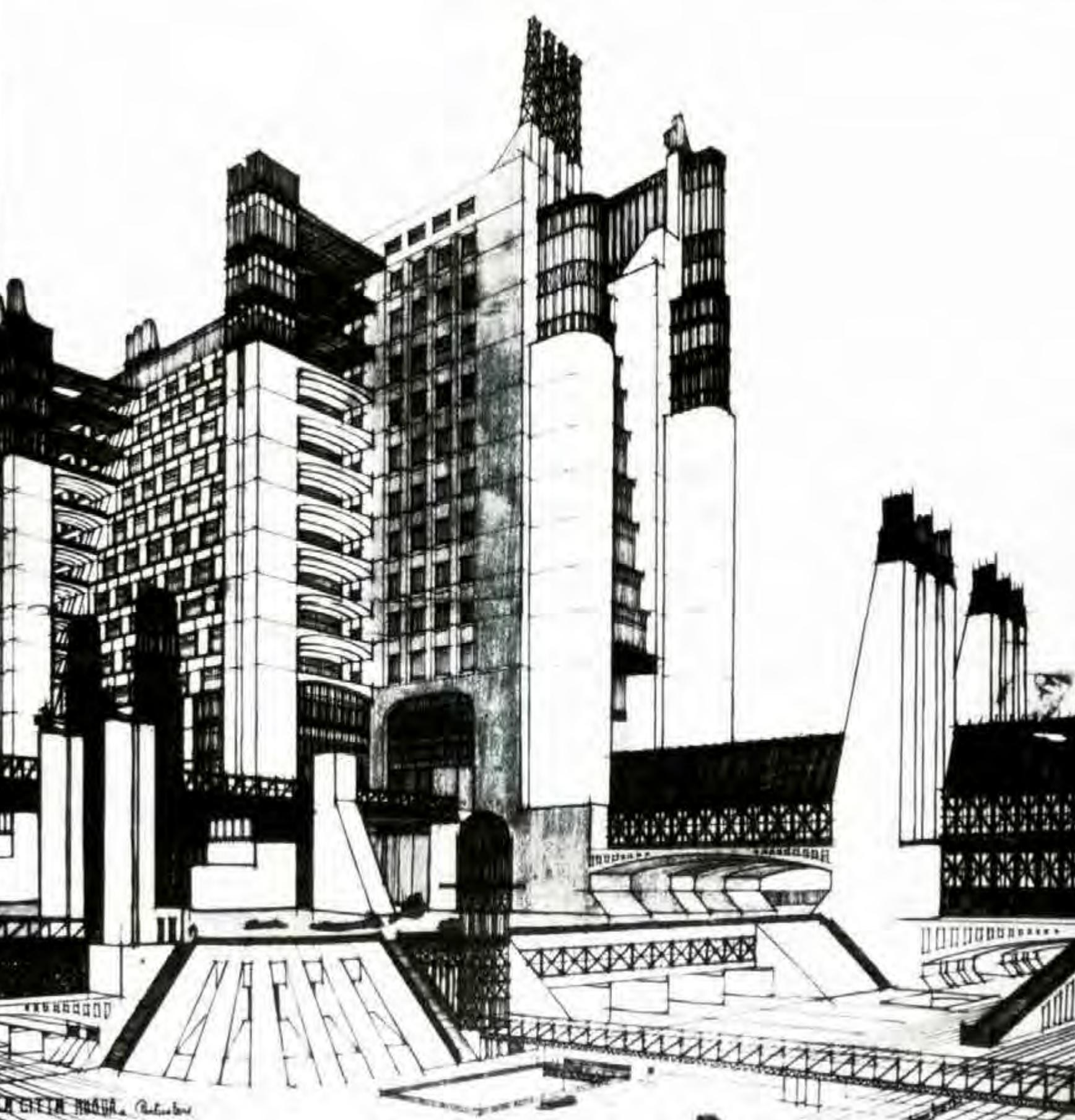
É verdade que se modernizaram. Os CTT obrigaram a que todas as ruas tivessem nome e as casas «número de polícia» e, assim, os letreiros das antigas estradas ou caminhos, que anunciavam os lugares, foram desaparecendo. Restam vestígios em algumas zonas ainda marcadamente rurais: Mosteiro, Testorio, Carretouro, Riolongo, Pardelhas, Chãos, Costa.

Entretanto, recordamos o SAAL e as parcelas do território a que chamamos unidades operacionais⁷, recordamos o arquiteto Fernando Távora e os seus planos de pormenor a anteciparem o Plano Geral de Guimarães... mas duvidamos! Os tempos são outros, dizem-nos os colegas. Os caminhos do presente devem percorrer outros caminhos, porque a nossa época corresponde a um novo e ainda não reconhecível paradigma!

Apesar das dúvidas, prosseguimos o caminho que iniciáramos, encorajados pela perplexidade dos «guerreiros da paz», que tinham informado, também, que há na sua freguesia uma fábrica tão grande que ocupa parte de dois lugares. Então, por ela passa uma linha virtual que os separa, e esta linha é visível por alguns, por eles.



**As vanguardas aplaudiram
as novas metrópoles
enquadradas no cimento
e no aço, na nudez do vidro.**



↑
Antonio Sant'Elia,
La Città Nuova, 1914.

Primeira conclusão, sem eles nunca compreenderemos nada, a não ser as espetaculares imagens de desordem que são a expressão misteriosa de um território que é necessário decifrar, analisar, antes de atuar (mal) ou desistir (pior)!

Quer dizer, segunda conclusão, é necessário dar sentido à cartografia, preenchê-la com conteúdo e, para isso, entram todas as disciplinas que antes referimos, incluindo a História e a participação dos cidadãos!

O planeamento, a que também se tem chamado, ironicamente, «ordenamento do território», tem, assim, hipóteses metodológicas distintas que, em termos extremos, podemos caracterizar de duas formas distintas.

Ou criar uma estrutura que englobe tudo, estabelecendo uma nova malha ou rede que se sobreponha à realidade territorial, sem buscar nenhuma das suas particularidades, como que propondo um novo superlugar, um novo mundo com valor em si próprio, a-histórico, intemporal, moderno, como um projeto de Mendes da Rocha.

Ou desenhar ou redesenhar o território, a partir da sua decifração, a que antes chamamos redescritção, procurando identificar os seus fragmentos, explicando-os e limitando-os e, a partir do caso a caso desse particular, fazer decorrer a sua reestruturação. A intervenção projetual deverá, nesta opção, consolidar ou reinventar «lugares praticados» que, como os lugares antigos, inventariados e classificados, fossem, como eles, promovidos a «lugares de memória».

Para os arquitetos que têm negado o primeiro processo, e com a preguiça do aprofundamento que o segundo implicaria, o mais fácil será ir desenhando os espaços públicos, sem entender continuidades ou descontinuidades, como se estes fossem, automaticamente, geradores de novas sociabilidades, sempre com receio de alguma conotação com a chamada «cidade histórica», considerada modelo irreversivelmente perdido. Este processo intermédio, a que se tem chamado «desenho urbano», vai permitindo aos arquitetos/urbanistas darem o «gosto ao dedo», sem grandes dramas que os obriguem a refletir mais profundamente ou a ponderar as suas soluções perante os cidadãos.

Colocando-nos na segunda hipótese metodológica, consideramos o «centro histórico» um dos lugares, entre outros, talvez subdivisível ainda, com a vantagem sobre os outros de ter, à partida, uma definição clara de limites, normalmente correspondentes à muralha medieval, exista esta ou não.

Será, assim, a partir da sua lógica própria, como na de outro qualquer dos lugares a decifrar e que hoje constituem o chamado *difuso*, que se fundamentarão os processos e se buscarão as referências para, no caso a caso de cada um, se encontrar o desenho apropriado para os redefinir e qualificar, sem nenhuma transposição morfotipológica mecânica, de um lugar para outro qualquer.

Mesmo que tenha a dignidade e o valor simbólico da cidade medieval.

Epílogo moral

Confessamos que, na heterodoxia da nossa conformação pessoal, se debatem contradições insolúveis entre o gosto burguês e o tormento da história que, provavelmente, retomado, representa uma espécie de atualização pós-moderna daquela conformação.

As vanguardas aperceberam-se da dinâmica de uma aceleração revolucionária nas formas de vida, no modo de produzir e de fruir. Aplaudiram as novas metrópoles enquadradas no cimento e no aço, na nudez do vidro. A nova cidade é a cidade geométrica, luminosa e atemporal da pintura metafísica de Chirico; a cidade vertical e torreante de Sant'Elia.

A visão do desmoronamento do passado é tão desoladora quanto a mesquinhez dos sobreviventes e, por isso, Marinetti propôs, como terapia de choque, *libertar o país da sua fétida gangrena de professores, arqueólogos, cicerones e antiquários*.

Para o arquiteto de hoje já não se trata da contínua extinção e renovação total, das propostas do moderno, nem da contemplação ou reorganização dos terrenos vagos entre os seus detritos, das propostas da sua revisão.

As possibilidades da história enriquecem-se sobretudo quando o exercício disciplinar é tomado como causa social, tendente a responder às aspirações do homem que tem o direito ao reconhecimento do seu passado, do lugar que habita e do direito de participação no processo para a sua transformação⁸.

NOTAS

1. Álvaro Domingues nasceu em Melgaço, em 1959. Geógrafo pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é docente na Faculdade de Arquitetura da mesma Universidade. Autor de, entre outros, *A Rua da Estrada*. 1.ª ed. Porto: Dafne Editora, 2009.

2. Referência à Aldeia da Luz, construída para realojar os habitantes da antiga aldeia da Luz submergida pelas águas da Barragem do Alqueva. A nova aldeia foi construída, entre 1998 e 2002, de forma a manter, no essencial, as características da aldeia antiga.

3. O historiador Alberto da Cunha Sampaio nasceu em Guimarães, em 1841, tendo-se formado em Direito na Universidade de Coimbra. Foi-se afirmando, ao longo da vida, como pioneiro da história económica e social. Deu início aos estudos sobre a história agrária em Portugal, com a publicação na *Revista de Guimarães*, em 1885, do primeiro artigo da série, «A propriedade e a cultura do Minho», a que daria continuidade com uma das suas obras mais conhecidas, *As Villas do Norte de Portugal*.

4. SAMPAIO, A. — *As Villas do Norte de Portugal*. Lisboa: Vega, 1979.

5. Francisco de Gouveia Martins Sarmiento nasceu em Guimarães, em 1833. Formado em Direito na Universidade de Coimbra, dedicou-se, com grande paixão, ao estudo da arqueologia. Fez a exploração intensa e metódica das citânias de Briteiros e Castro de Sabroso. Cultivou a poesia e colaborou em revistas e jornais científicos.

6. BPM «batidas por minuto» marcam o ritmo e, de certo modo, a intensidade da música que ouvem ou produzem.

7. A «unidade operacional» deveria ser uma área com alguma unidade arquitetónica e urbanística, coincidente com a área de influência da Comissão de Moradores, quer dizer, com outras identidades de natureza sociológica ou até política. Seria, pois, um lugar identitário, relacional e histórico. Teria potencialidades para que, dentro dos seus estritos e rigorosos limites, se resolvessem todos os problemas de alojamento. A intervenção projetual deveria, assim, consolidar ou reinventar um «lugar praticado».

8. Os pontos 1 e 2 deste texto retomam parcialmente a *Resposta provavelmente indirecta a três perguntas sobre o património*, arqa, n.º 83, julho/agosto de 2010, e os restantes, substancialmente alterados, constituíram a base para a nossa intervenção na mesa-redonda de homenagem a Nuno Portas, realizada em Guimarães em novembro de 2012, no âmbito da exposição «O ser urbano, nos caminhos de Nuno Portas».

Do Românico ao Minimalismo: os caminhos da intervenção patri- monial em Portugal

Jorge Figueira

Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra,
Centro de Estudos Sociais

Os três exemplos de reabilitação que apresento pertencem às conquistas da arquitetura portuguesa no campo da intervenção patrimonial. São obras executadas com respeito pelas estruturas preexistentes e com inegável afeto pela arquitetura que é potenciada nos seus espaços. Tendo um carácter exemplar, podem indicar linhas de orientação que serão úteis no novo quadro que se está a abrir e onde a preservação e a reabilitação serão o *mainstream* e não a exceção.

1.

Pode ter a aparência de um consenso alargado, mas a preservação e reabilitação do património nas suas várias modalidades e circunstâncias é um campo de debate político que necessita de um urgente aprofundamento. Envolve toda a sociedade, mesmo que os arquitetos, historiadores e agentes políticos, técnicos e culturais devam ser chamados para a linha da frente dessa discussão. É um debate premente no contexto europeu, mas mais ainda entre nós, tendo em conta o *boom* construtivo e expansivo dos últimos 20 anos.

De facto, mesmo em termos globais, como era afirmado na exposição «Cronocaos», de Rem Koolhaas/OMA/AMO (Bienal de Veneza 2010; Nova Iorque, New Museum, 2011), a «preservação» habitualmente entendida como um processo retrospectivo tem hoje uma natureza prospetiva. Mas Portugal não é estranho a essa complexa temporalidade. Durante o Estado Novo, a preservação do património é entendida como uma projeção no futuro. Portugal como futuro existia em função e como confirmação de um passado estratificado, efabulado, exponenciado.

Embora num contexto diferente, também hoje o futuro parece depender, essencialmente, da preservação ou

reabilitação de estruturas e conjuntos patrimoniais de um passado distante ou porventura até muito recente.

Em qualquer dos casos, mesmo no plano progressista do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (1955-1961), ou já no quadro revolucionário do Programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local, 1974-1976), o preexistente, a construção rural ou a cidade histórica são eixos centrais da atuação dos arquitetos. Isto é, os momentos de maior rasgo cultural e político do século XX arquitetónico têm inscrita uma noção patrimonial, uma afeição àquilo que existe, dos espigueiros do Minho ao «direito ao lugar».

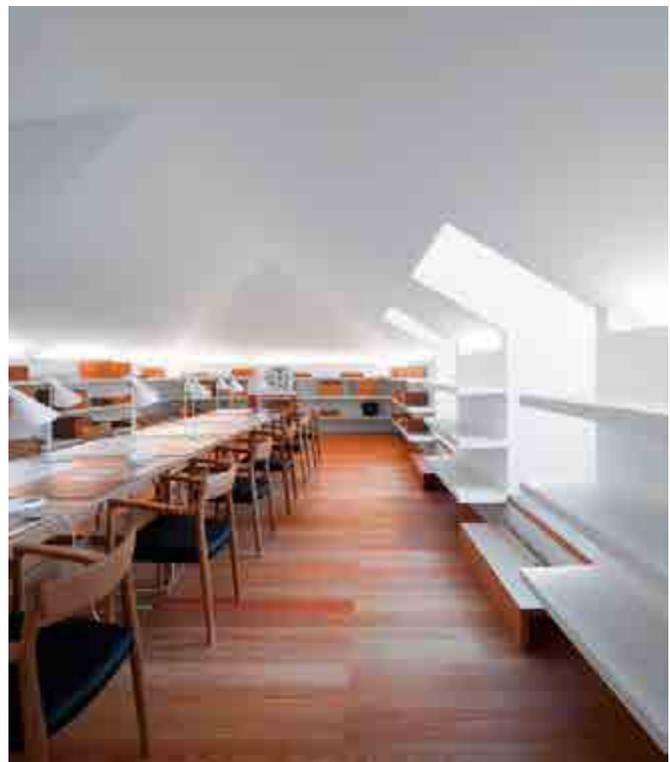
Aliás, é sempre interessante notar a convergência entre o projeto historicista do Estado Novo, com a sua lógica de depuração temporal que é seguida nas intervenções da Direção-Geral de Monumentos Nacionais, e a atuação de arquitetos convictamente modernos, como é o caso de Arménio Losa, por exemplo na intervenção do Terreiro da Sé, no Porto, para citar um caso que já podemos analisar¹.

→

Casa do Conto.

FG+SG Fotografia de Arquitectura, 2011.





Isto é, a «autenticidade» ou o «rigor filológico» não são preocupações centrais no quadro do Estado Novo como depois não serão na democracia. Há sempre um caráter prospetivo, algo livre, na intervenção patrimonial. Para retomar uma dicotomia matricial neste tema, a máxima de Viollet-le-Duc – «restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado que nunca existiu anteriormente» (1855) – pesa sempre mais que a severidade de Ruskin, que nos diz que «é impossível restaurar aquilo que já foi grande ou belo na arquitectura» (1849). E mesmo quando as intervenções apelam a um «silêncio» climático, que parece traduzir a impossibilidade do restauro, como é evidente no caso do Convento de Santa Maria do Bouro (1989-1997) de Eduardo Souto de Moura, estamos perante a manipulação engenhosa das qualidades da preexistência mais do que na desistência que nos conduz à ruína.

2.

Na complexa relação dos arquitetos portugueses com a intervenção patrimonial, cruzam-se uma cultura de prudência e uma continuada aspiração aos valores da arquitetura moderna, o que é muito patente na seminal intervenção de Fernando Távora no Convento de Santa Marinha da Costa (1972-1985). A importância desta obra decorre da sua superação do higienismo e pedagogismo histórico da Carta de Veneza (1964), e este avanço marcará a intervenção no património, no contexto português. De facto, mais do que distinguir o «antigo» do «novo», Távora pretende clarificar o processo histórico do edifício, fazendo uma reconstituição construtiva e espacial de fases entendidas como determinantes. O «novo» também pode decorrer de uma clarificação do «antigo»; aquilo que se acrescenta não é necessariamente moderno, mas visa reconstituir algo que se considera essencial na matriz do edifício e que foi corrompido ou interrompido no processo temporal. Esta metodologia torna mais permeável e aberto o processo de pensar a intervenção e fará o seu caminho, perdida a veleidade «purista» da aliança Estado Novo-racionalismo moderno e o esquematismo politicamente correto da Carta

da Veneza. O outro momento seminal a ter em conta é a intervenção de Álvaro Siza Vieira no Chiado (Lisboa, 1988). Para a história da reabilitação do património em Portugal, pode-se falar de um antes e de um depois do Chiado. Com uma temporalidade aberta, é uma intervenção simultaneamente historicista e moderna, e corresponde ao culminar de um percurso singular testado na Malagueira, em Évora, em São Vítor, no Porto, em Kreuzberg, em Berlim, ou na Haia. Onde é central uma estratégia relacional com as preexistências físicas e culturais, e um conseqüente decoro que não inibe a inclusão de conquistas da arquitetura moderna, seja de filiação loosiana ou neoplástica. O Chiado é o ponto culminar desta abordagem. Na prática, a integração de diferentes historicidades sob a orientação maior de um traçado pombalino recriado gera uma metodologia que será a referência central das intervenções no património em Portugal nos últimos 20 anos.

É neste período que se dá uma nova etapa deste processo, marcado particularmente por projetos de recuperação de estruturas conventuais. Para lá das já mencionadas de Távora e de Souto de Moura, devem-se acrescentar o Convento da Flor da Rosa (1991-1995), de João Luís Carrilho da Graça, e o Convento dos Lóios (Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Arraiolos, 1993-1996), de José Paulo dos Santos.

Também nestes casos se tratava, podemos dizer, de uma abordagem prospetiva já fora do quadro messiânico do Estado Novo: a afirmação de um Portugal moderno e europeu, reflexo da nossa adesão à União Europeia, e onde estruturas de alto valor patrimonial eram sujeitas ao saber de uma nova geração de arquitetos. Não se tratava agora da representação cerimonial de um passado grandiloquente mas da modernidade que nos tinha escapado e que agora se podia cumprir. No confronto com estruturas muito exigentes na sua complexidade histórico-espacial, fazia-se valer a impressão de uma intervenção não interventora, hipoteticamente próxima da sensibilidade ruskiniana, mas de facto mais de acordo com a abordagem de Viollet-le-Duc: os conventos passavam a um estado moderno, «minimalista», onde nunca se tinham encontrado.



Casa da Escrita.

FG+SG Fotografia de Arquitectura, 2011.



Casa do Conto.

FG+SG Fotografia de Arquitectura, 2011.



Em contraponto a este modo, não podemos deixar de referir a polémica intervenção na Casa dos Bicos (Lisboa, 1983), de Manuel Vicente e José Daniel Santa-Rita, onde o eventual «verismo» da reconstituição do plano da fachada dos bicos, perdido no Terramoto de 1755, é contraditado pela introdução de uma cenográfica escadaria que toma conta do espaço interior. A Casa dos Bicos resulta da ação de um hiper-Viollet-le-Duc, de onde se conclui que nem sempre o «silêncio» é a retórica perfilhada pelos arquitetos portugueses, mesmo se é essa a que mais se impôs na história recente.

3.

Falando naturalmente na perspetiva dos casos bem sucedidos, podemos dizer que os arquitetos portugueses têm-se mostrado à altura do desafio da intervenção patrimonial. A viragem no sentido da ênfase no «moderno» em detrimento da ênfase na historicidade, mesmo se prudentemente em diálogo com esta, conquistou a arena internacional e contribuiu decisivamente para a aura da «arquitetura portuguesa».

Criou-se um consenso que podíamos definir como baseando-se na delicadeza da interação com as estruturas preexistentes e num gosto refinado por décadas de aspiração à depuração do racionalismo modernista. Neste sentido, é sempre a *performance* da arquitetura que conta, em detrimento, como dizia, de qualquer «rigor filológico», «autenticidade» ou programa extradisciplinar. Os arquitetos partilham a sua sensibilidade e gosto com as estruturas preexistentes, que são transformadas, com maior ou menor escrúpulo ou delicadeza, em obras de arquitetura contemporânea.

Esta abordagem, que revela aliás muitas qualidades — até no decoro ou possível reversibilidade das intervenções —, partilha com o Estado Novo uma ousadia a-histórica, privilegiando um *décor* e um clima minimalista onde antes se encontrava uma sempre remanescente vocação românica.

Para a «arquitetura portuguesa», a atenção ao património, num sentido lato, é algo inerente, desde logo na habitual atenção à topografia, ao contexto, às preexistências. Mas isso

pode vir a revelar-se contraproducente. Ao não desligar o problema patrimonial de um problema corrente de projeto, a «arquitetura portuguesa» soube encontrar soluções magníficas. Quando, no entanto, a preservação e a reabilitação passam a ser a questão *existencial* do nosso tempo, a dimensão é outra e o projeto «caso a caso», delicado e culto, é insuficiente como resposta.

4.

Como dizia, a prática portuguesa na intervenção patrimonial é multifocal e multitemporal, pode cruzar facilmente o restauro com novas objetualidades, reconstitui e inova sem constrangimentos teóricos. Se se quiser, denota uma temeridade à Viollet-le-Duc e, simultaneamente, abraça uma poética ruskiniana. Este *mix* corresponde bem ao nosso estatuto, que, como dizia, tende a privilegiar a *performance* visual e espacial. O que, no limite, pode obliterar ou obscurecer a *performance* patrimonial.

Mas, talvez mais importante, não faz programa; isto é, não é transmissível em intervenções mais globais, ou motivadas por visões mais genéricas do problema patrimonial. Não se trata somente de «fazer bem», que é o consenso algo demissionário dos arquitetos nos últimos 20 anos, mas pensar «o quê», «para quê» e «porquê». Há questões prévias e posteriores à intervenção no património que estão carentes de pensamento e fluem ao sabor de decisões técnico-empresariais.

O «caso a caso» faz parte da lógica do nosso tempo mas a intervenção patrimonial não pode estar dependente apenas de mãos delicadas. A cultura de projeto que anotamos sumariamente é dificilmente integrada em intervenções motivadas por uma qualquer voracidade turística, que tende a ser a motivação fundamental. A cidade em expansão sempre se fez assim, com estes lapsos, é verdade; mas aqui estamos a falar de um valor finito, identitário e irreversível que é a cidade histórica. A amnésia e a impreparação culturais, nestes casos, pagar-se-ão muito caro.

Podemos até dizer que a vertigem futebolística e viária pode estar a passar para o campo da intervenção patrimonial.



**«Restaurar um edifício
é restabelecê-lo num
estado que nunca existiu
anteriormente»
Viollet-le-Duc, 1855.**

↑
Casa da Escrita.
FG+SG Fotografia de Arquitectura, 2011.



←
Centro Interpretativo do Património da Afurada.
Luís Ferreira Alves, 2012.



Embora pareça estar menos em jogo do que quando se construíam estádios de futebol ou autoestradas, os erros que se cometam podem ter um efeito mais devastador do ponto de vista da nossa identidade. Os centros históricos de grande parte das cidades portuguesas estão abandonados ou a serem *gentrificadas* para usos quase exclusivamente turísticos. É a lógica do «parque temático» e o seu simulacro de preservação que tende a tomar conta dos centros das cidades. Sucedem-se as intervenções que desmantelam o interior dos edifícios e deixam apenas alguns sinais exteriores, o que traduz mais uma espécie de imposto cultural pago à sociedade do que qualquer convicção patrimonial.

Do lado dos decisores políticos tende a haver uma notória incapacidade em perceber as *nuances* em questão, para lá dos aspetos aparentemente redentores da jornada preservacionista. Mas, como dizia, também os arquitetos, e os agentes técnicos e culturais envolvidos, não têm sabido entender este problema como político, civilizacional, e não meramente «disciplinar». Estamos perante uma mudança de escala e de objeto; o que está em causa não são apenas edifícios excecionais, ou medidas excecionais, mas o *mainstream* da gestão das cidades.

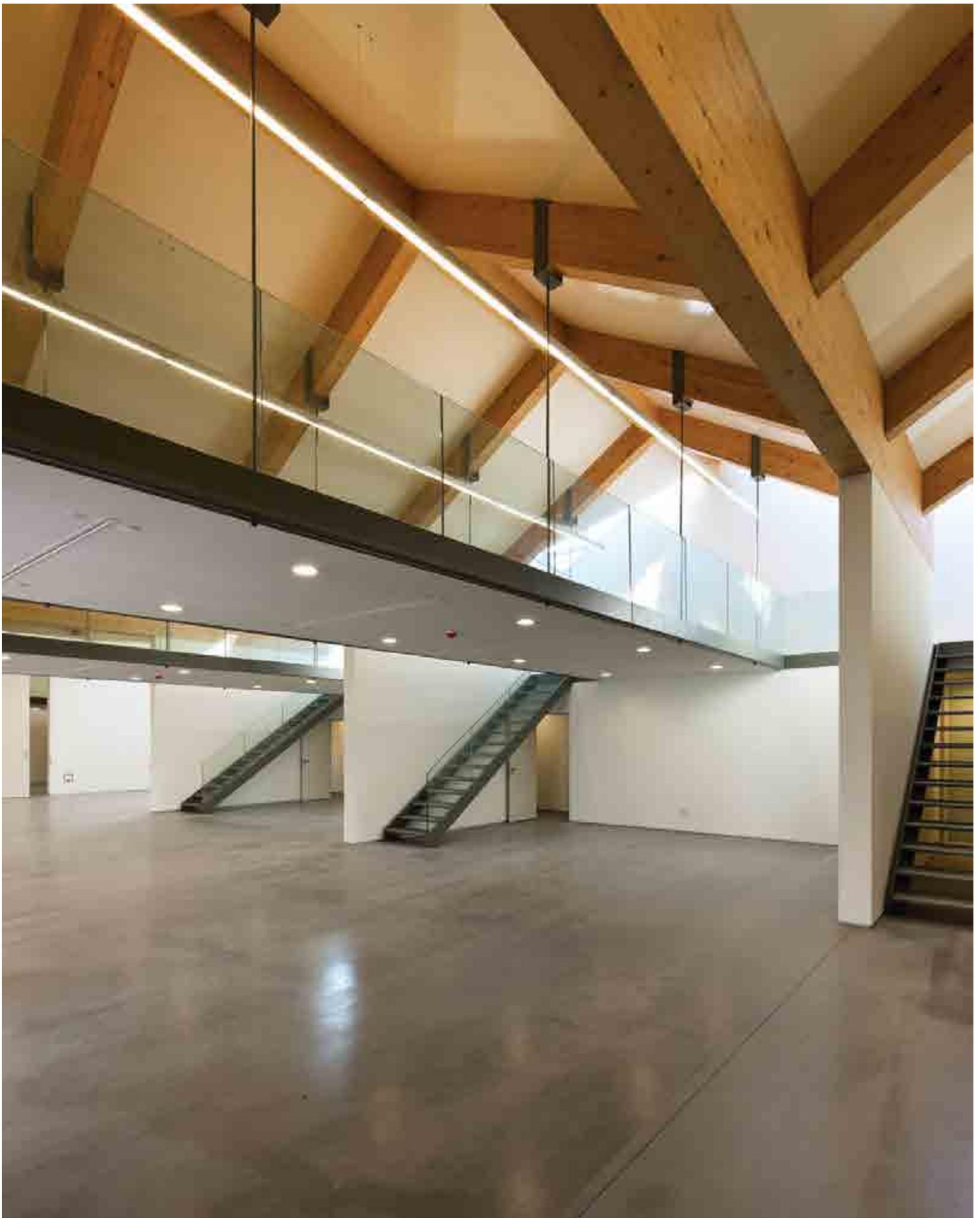
É por isso que o modelo da excecionalidade meticulosa e poética da «arquitetura portuguesa», embora seja um patamar que nos coloca bem alto na discussão do tema, não chega para atingir a dimensão que o problema hoje acarreta.

É pertinente aqui retomar a interrogação expressa por Alexandre Alves Costa: «Até que ponto o totalitarismo patrimonial não esconde uma utopia ou uma demagogia da continuidade — da vida, da cidade, da memória — que é, paradoxalmente, acompanhada pela liquidação quase sistemática da potência evocativa dos restos do passado»². Segundo Koolhaas OMA/AMO, no contexto da exposição «Cronocaos», que já mencionei, 12 % do construído globalmente estão já sob o domínio da preservação. O título refere-se a simultaneidade dos processos de preservação e de destruição que impedem uma cronologia linear no nosso tempo, onde se sobrepõem políticas radicais de mudança e de permanência³. Uma «amnésia cultural» pode decorrer de intervenções de preservação, até porventura bem-intencionadas, e o confronto com esse inquietante paradoxo é central em todo este debate.

5.

Os três exemplos com que gostaria de terminar esta breve reflexão pertencem à caracterização que fiz das conquistas da arquitetura portuguesa no campo da intervenção patrimonial. São obras pequenas, executadas com patente respeito pelas estruturas preexistentes e com inegável afeto pela arquitetura que é potenciada nos seus espaços. Referem-se por isso à tradição já consolidada de intervenções no património. Tendo um carácter exemplar, podem indicar linhas de orientação que serão úteis no novo quadro que se está a abrir e onde, como dizia, a preservação e a reabilitação serão o *mainstream* e não a exceção.

A Casa da Escrita (Coimbra, 2004-2010), de João Mendes Ribeiro, é uma obra de referência dessa possibilidade de criar uma atmosfera moderna, homogeneizante e sofisticada, em



edifícios de complexa história e valor patrimonial. O branco é o ligante de paredes, tetos, lambrins e rodapés, criando uma subtil linearidade num dispositivo funcional orgânico e complexo. Com este fundo só aparentemente neutral, ressaltam as exceções de materiais, madeiras e azulejos, assim como mobiliário remanescente e novo, de uma criteriosa exemplaridade. A Casa da Escrita resulta de um concurso para a reabilitação da Casa do Arco, situada na malha densa de ruas da Alta de Coimbra, e atravessada no piso térreo pela Rua do Loureiro. Nesta Casa, que decorre de um processo de sedimentação que está inscrito no tempo longo de Coimbra, viveu João José de Mello Cochofel Aires de Campos (1919-1982), fundador do neorealismo coimbrão, tendo ganho particular relevo as tertúlias nos salões da ala do século XIX, que animaram a discussão cultural da cidade. O oportuno programa proposto pela Câmara Municipal de Coimbra visava, a partir deste contexto, promover a «divulgação da escrita e dos seus autores, através da criação do ambiente adequado e de técnicas audiovisuais»⁴.

A Casa da Escrita é o ponto alto de uma tradição de intervenção patrimonial de que João Mendes Ribeiro tem sido protagonista, na articulação plástica de elementos preexistentes com elementos novos, e uma atenção ao detalhe que não põe em causa a integridade do conjunto. A luminosidade branca obtida nesta operação, onde o restauro convive com o novo e o ornamento com o antiornamento, cria um efeito muito impressionante em face do carácter quase labiríntico da orgânica funcional do edifício.

A Casa do Conto (Porto, 2009-2011), um projeto da Pedra Líquida na Rua da Boavista, é uma intervenção num «arqué-tipo dos loteamentos de casas burguesas que consolidaram a freguesia de Cedofeita, no Porto de final de oitocentos»⁵. O edifício é resultado de um talhão estreito e profundo, como muitos que fazem a cidade do Porto, e lhe dão um carácter distintivo. A 1.ª fase do projeto, de 2008, que visava a reconversão da Casa num «novo conceito de hotel», uma «residência temporária com atividades culturais», ficou marcada por um incêndio que ocorreu em 6 de março de 2009 e destruiu totalmente o seu interior. Se, nesse primeiro momento, a intervenção tinha essencialmente uma lógica de restauro, a 2.ª fase foi concebida no sentido de uma evocação livre da estrutura desaparecida. A necessária construção de um novo corpo de escadas é realizada seguindo a tipologia tradicional destas casas, mas em betão aparente, criando uma evidente diferença material e espacial, mesmo se o molde é realizado com materiais e técnicas tradicionais. Ou seja, a evocação histórica é, para lá do facto tipológico, essencialmente abstrata mas não deixa de ser um sinal de reconhecimento e de pertença. Esta abordagem ganha o seu momento decisivo na inscrição de textos gravados em baixo-relevo no teto dos quartos, em equivalência livre com os antigos tetos de gesso. A Casa do Conto tem assim inscritas, fisicamente, na sua própria arquitetura, as narrativas de um acontecimento trágico e a suspensão face ao seu futuro.

O Centro Interpretativo do Património da Afurada (CIPA) (Afurada, 2006-2012), um projeto do Atelier 15, corresponde à reabilitação de cinco antigos armazéns de aprestos de pesca,

na freguesia da Afurada, Vila Nova de Gaia. Embora já extremamente degradados, foi no entanto assumida a reconstrução de uma imagem que se considerou de grande «importância simbólica» e «indiscutível valor estético»⁶, marcada pelos telhados de duas águas com cumeeiras perpendiculares à Rua de António dos Santos. No essencial, o projeto tenta articular a continuidade da «modulação primitiva» dos armazéns com a necessidade de encontrar um espaço contínuo para a função museológica. A reafirmação do carácter individual de cada armazém é sublinhada por um mezanino suspenso em estrutura metálica, que permite aumentar a área expositiva e de trabalho, e cuja delimitação formal não põe em causa a leitura integral do espaço. Esta duplicidade, entre a reafirmação da modulação original e a criação de uma sala unitária para a museografia, espacializa literalmente a dúvida de manter o edifício preexistente ou de o transformar. O jogo de lanternins no vão das águas do telhado acrescenta ainda um novo e inesperado *layer*, numa pequena estrutura que ganha a notabilidade de uma arquitetura maior.

A contemporaneidade das arquiteturas destes três casos é evidente, mas há uma permanente aferição daquilo que se considera ter valor patrimonial, e que pode ser material (na Casa da Escrita), tipológico (na Casa do Conto), ou simbólico (no CIPA). Na Casa da Escrita, um lirismo modernista toma conta da intervenção, de acordo com uma genealogia que é estrutural na arquitetura portuguesa; na Casa do Conto é tentada uma aproximação gráfica, textural e textual como processo de memorialização do edifício antecedente; no museu da Afurada, acrescenta-se complexidade, de modo afetoso, à imagem reconstruída dos armazéns originais.

O novo patamar da intervenção patrimonial no nosso contexto há muito que não é feito na perspetiva saudosista, mas também não pode ser resultado de um inocente europeísmo, ou de uma apenas sensível artisticidade. Assumir esta questão como prospetiva e não retrospectiva não será para nós muito difícil, mas obriga, no contexto atual, a uma maior consciência política e cultural do tema, para que este também possa sair do círculo dos sábios e dos projetistas.

Estas pequenas obras inscrevem-se na tradição portuguesa mas alargam, pelo rasgo dos seus autores, as potencialidades materiais e simbólicas da reabilitação patrimonial, e a partir daqui que o debate pode recomeçar.

NOTAS

1. Cf. COSTA, Alexandre Alves; FIGUEIRA, Jorge — Terreiro da Sé. Ideias e transformações. *Monumentos*. Lisboa: Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 14, março de 2001.

2. COSTA, Alexandre Alves — O património entre a aposta arriscada e a confiança nascida da intimidade. [JA—*Jornal Arquitectos*, n.º 213, novembro-dezembro de 2003], *Candidatura ao Prémio Jean Tschumi Prize Nominee*. UIA 2005. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, p. 87.

3. <http://www.oma.eu/projects/2010/venice-biennale-2010-cronocaos>. Consultado em 17 de junho de 2013.

4. Programa preliminar do concurso por prévia qualificação do «Projeto de reabilitação da Casa do Arco para instalação da Casa da Escrita» [documento datilografado]. Gabinete para o Centro Histórico, Câmara Municipal de Coimbra, 2003, p. 1.

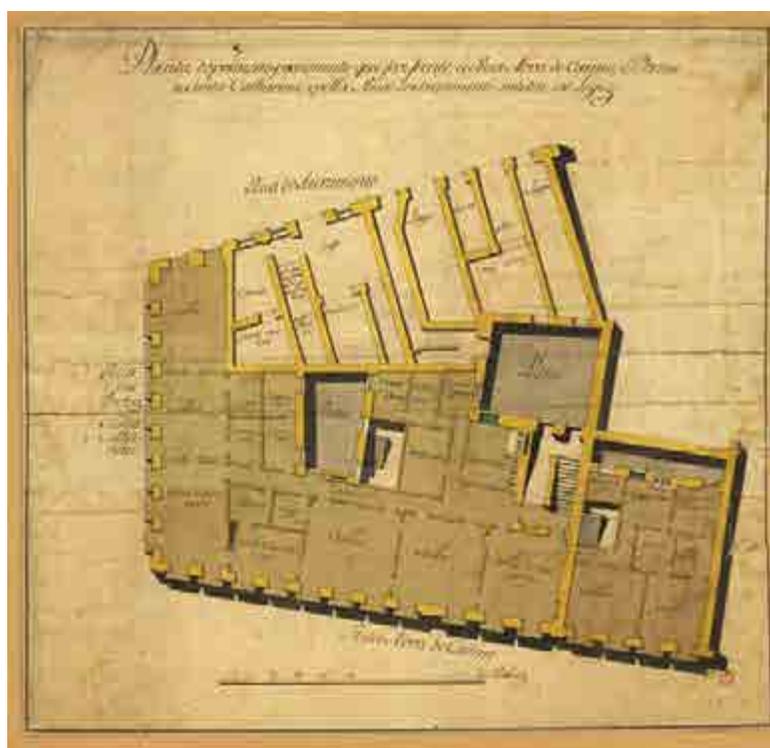
5. NEVES, José Manuel, ed. — Uma arquitectura fósil. *Pedra Líquida, Casa do Conto — História 1 + Casa do Conto — História 2*. Lisboa: Uzina Books, 2012, p. 4.

6. Atelier 15, Museu da Afurada — Afurada, Vila Nova de Gaia, APDL — Administração dos Portos do Douro e Leixões. *Memória descritiva* [documento datilografado], 25 de junho de 2007, p. 1.

Apartamentos pombalinos de hoje: premissas

Maria Helena Barreiros

Historiadora da arte¹



Em escassos quatro anos, assistimos à renovação profunda do quadro jurídico do património cultural e do ordenamento urbano, com particular incidência no caso de Lisboa e das suas áreas centrais – regulamentação dos procedimentos de classificação, da intervenção em património classificado, dos planos de salvaguarda e de reabilitação, publicação do regime jurídico da reabilitação urbana (e do arrendamento urbano); publicação do Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina, revisão do Plano Diretor Municipal, reclassificação da Baixa, aprovação da estratégia de reabilitação urbana e da correspondente ARU (área de reabilitação urbana). O novo contexto regulamentar, por um lado, e a também recente desaceleração das dinâmicas de transformação urbana, por outro, oferecem a oportunidade de uma reflexão sobre as práticas de intervenção no tecido pombalino, particularmente sobre a sua face menos pública – os interiores habitacionais.

Os apontamentos e as reflexões que se seguem têm por finalidade dar breve conta do enquadramento jurídico e regulamentar — e das suas dinâmicas — de um bem cultural muito particular, a «Lisboa pombalina». Constituem a propedêutica necessária a um segundo exercício de que fica o compromisso — o percurso por casos significativos de intervenções contemporâneas em interiores habitacionais na Baixa, não no sentido da crítica de arquitetura, antes de uma *história da arquitetura aplicada* à realidade múltipla dos processos de transformação em contextos urbanos com valor cultural reconhecido.

Cartografias variáveis

Nunca é inútil insistir na relevância do plano setecentista da Baixa de Lisboa do ponto de vista da história da arquitetura e do urbanismo mundiais, espreitada na bibliografia de referência, de José-Augusto França a Walter Rossa, e que ecoa na abundante documentação técnica, administrativa e jurídica que o tema tem suscitado. Deste último ponto de vista, há alguns aspetos significativos que vale a pena destacar.

O primeiro é o recente reconhecimento do perímetro do plano de 1756-1758² pelo legislador, na portaria que em 2012 reclassificou a Baixa como «setor urbano com valor cultural»³. Renomeada como «Lisboa pombalina», a área classificada testemunha agora a aplicação direta do plano pombalino, como a influência dos seus princípios ordenadores operando a transição para os tecidos preexistentes. Inclui a retícula central e as colinas adjacentes — o Chiado até ao bairro da Bica, o Carmo até São Roque e a cunha da rua da Madalena até às de São Mamede e Santo António da Sé; a antiga extensão ribeirinha polarizada pela praça de São Paulo; e a penetração a norte até às Portas de Santo Antão.

O diploma de classificação anterior, de 1978, limitava-se ao «tabuleiro» da Baixa, entre as cumeeiras nascente e poente (ruas da Madalena e Carmo/rua Nova do Almada), e às praças a norte (Rossio e Figueira), abrangidas pela categoria de «imóvel de interesse público», numa altura em que era manifesta a desadequação da legislação portuguesa sobre património cultural imóvel face a conceitos já consolidados internacionalmente, como o de «património urbano». A Baixa de «interesse público» e um Terreiro do Paço, monumento nacional desde 1910, constituíam um *patchwork* a que o diploma de 2012 deu coerência histórico-urbana, embora lhe tenha atribuído uma categoria patrimonial de segunda linha — «conjunto de interesse público», e não *nacional*, como o preâmbulo faria prever⁴.

A génese desta cartografia dilatada do pombalino «de lei», apurada, em 2005, pelos trabalhos da comissão científica do projeto municipal de candidatura da Baixa a património mundial (Mateus: 2005)⁵, remonta ao seu «criador» — José-Augusto França.

Num inventário mítico, realizado a pedido da presidência da Câmara de Lisboa em 1967 (França: 2012) — que incluiu a aferição dos limites dos «setores a preservar», propostos em sede de plano diretor⁶ —, e entre outros aspetos relevantes, José-Augusto França avançou uma delimitação para a cidade histórica a salvaguardar, incluindo e em particular, a Lisboa pombalina (França: 2012)⁷. Este ensaio pioneiro de uma cartografia do *património urbanístico*⁸ de Lisboa reencontrou operatividade no princípio dos anos de 1990, com o relançamento de uma visão estratégica e de planeamento para o governo da cidade. O novo Plano Diretor Municipal (PDM), então em preparação, atento à morfologia do tecido urbano cuja análise fina é patente na imagem fractal que a «planta de classificação do espaço urbano» oferece⁹, viria a sinalizar, ao nível programático, a substituição do paradigma de um crescimento exponencial e indefinido pelo da estabilização e qualificação da cidade existente.

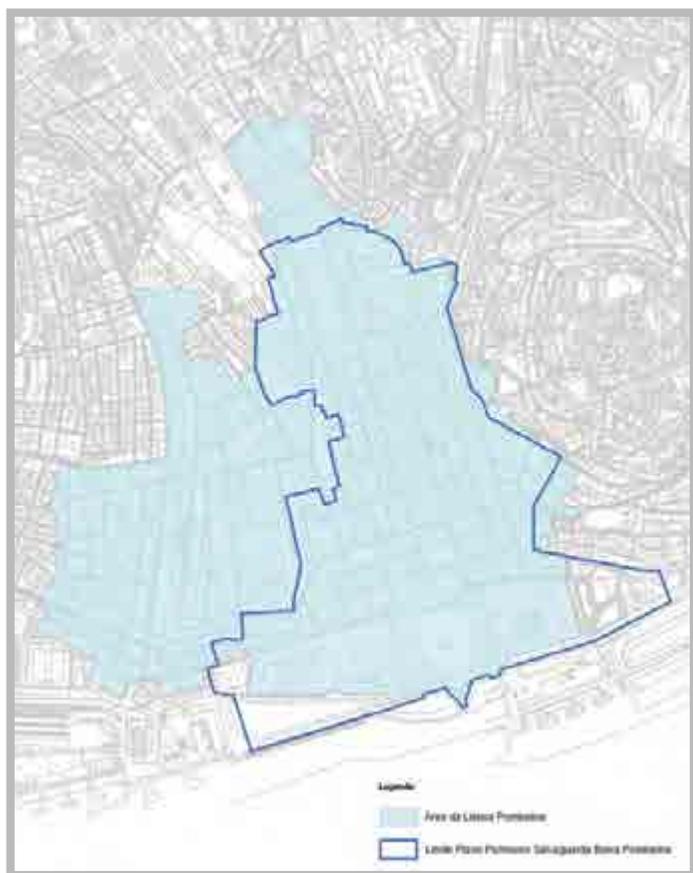
Foi neste contexto que o trabalho de levantamento do património urbano de Lisboa, realizado pelo Professor França, quase três décadas antes, atualizado e aprofundado, foi integrado nas peças fundamentais do Plano Diretor Municipal de Lisboa de 1994¹⁰. O perímetro então definido para a Baixa pombalina constituiu a base cartográfica do inventário desta empreendido pela extinta Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (2003-2004)¹¹ e, por sua vez, em parte integrado e desenvolvido no dossiê de candidatura a património mundial que referi (CML: 2005).

A evocação sumária, e certamente parcelar, do longo e intrincado processo de sedimentação do conceito patrimonial e urbanístico de «pombalino»¹² — ou deste vaivém entre a academia e a esfera administrativa — atesta, pelo menos, a passagem do testemunho interinstituições, em iniciativas com grau de sistematicidade variável promovidas pelos gestores públicos, agregando personalidades dos circuitos académicos e socioprofissionais envolvidos. Permanece um conhecimento densificado por sucessivas gerações de intervenientes, mobilizável a todo tempo — desde que os mecanismos de transmissão e partilha funcionem, como aliás a legislação determina, ou pretende promover¹³.

Entre a salvaguarda patrimonial e a reabilitação urbana

Outro aspeto a salientar, expresso ainda na portaria de classificação da Lisboa pombalina, é a sua gestão conjunta pelas administrações local e central. O diploma define uma «Área I», que inclui a retícula, as praças a norte, toda a frente-rio entre o Campo das Cebolas e a Ribeira das Naus, com penetrações no Chiado, Carmo e encosta da Sé, regida pelo Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina, publicado em 2011¹⁴. Este instrumento de ordenamento territorial, de âmbito e responsabilidade municipal, foi realizado com a colaboração da tutela do património cultural nos termos da legislação em vigor¹⁵. Uma outra zona, denominada «Área II» e correspondente ao restante território, ficou sujeita a uma série de restrições que a portaria elenca, direcionadas à imagem urbana do conjunto e ao seu património arqueológico e, cumulativamente, «ao regime de obras e intervenções previsto no Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho»¹⁶.

Com a aprovação da *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa – 2011/2024* e da respetiva planta da área de reabilitação urbana (ARU)¹⁷, a «Área II» da «Lisboa Pombalina»



↑
Perímetros da classificação da «Lisboa pombalina».
 CML – DIUG.

→
Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina, Planta de Implantação.
 CML – Urbanismo, 2011.

fica abrangida pelo regime jurídico da reabilitação urbana, tal como a quase totalidade do território municipal¹⁸. No que respeita à gestão do património cultural imóvel, classificado ou em vias de classificação pela tutela, as competências desta passam a poder ser delegadas num seu representante que integrará uma comissão de apreciação das operações urbanísticas abrangidas pela ARU, a constituir por iniciativa da entidade gestora do processo de reabilitação¹⁹.

O objetivo do legislador foi, compreensivelmente, aligeirar os tempos e a carga burocrática requerida pelo licenciamento das operações urbanísticas no quadro da reabilitação urbana, estreitando a articulação entre as instituições envolvidas. Comparados os correspondentes diplomas, já referidos²⁰, facilmente se verifica que os prazos da tramitação processual ao abrigo do regime jurídico da reabilitação urbana não parecem de todo compatíveis com os do licenciamento de obras em imóveis classificados ou em vias de classificação instaurado pelo Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, que a portaria de reclassificação do tecido pombalino refere. A escala da reabilitação é a do tecido urbano – no caso de Lisboa, ampliada à totalidade da cidade consolidada; a escala da classificação e das regras de intervenção em bens culturais mantém-se à escala do lote, do edifício singular, por onde começou a história do conceito de património arquitetónico e da sua institucionalização.

Como medida compensatória, se assim o quisermos entender, a Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa – 2011/2024 insiste na necessidade do desenvolvimento da Carta Municipal do Património²¹, que deveria ser capaz de respaldar esta

tendência para certa «municipalização» da gestão dos bens culturais imóveis, por justificadas razões que, no entanto, não decorrem da natureza destes, nem das três primeiras categorias jurídicas de classificação patrimonial (mundial, nacional, pública). Decorrem do seu valor de uso e do papel que desempenham na regeneração dos tecidos urbanos consolidados.

Sobre o Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina

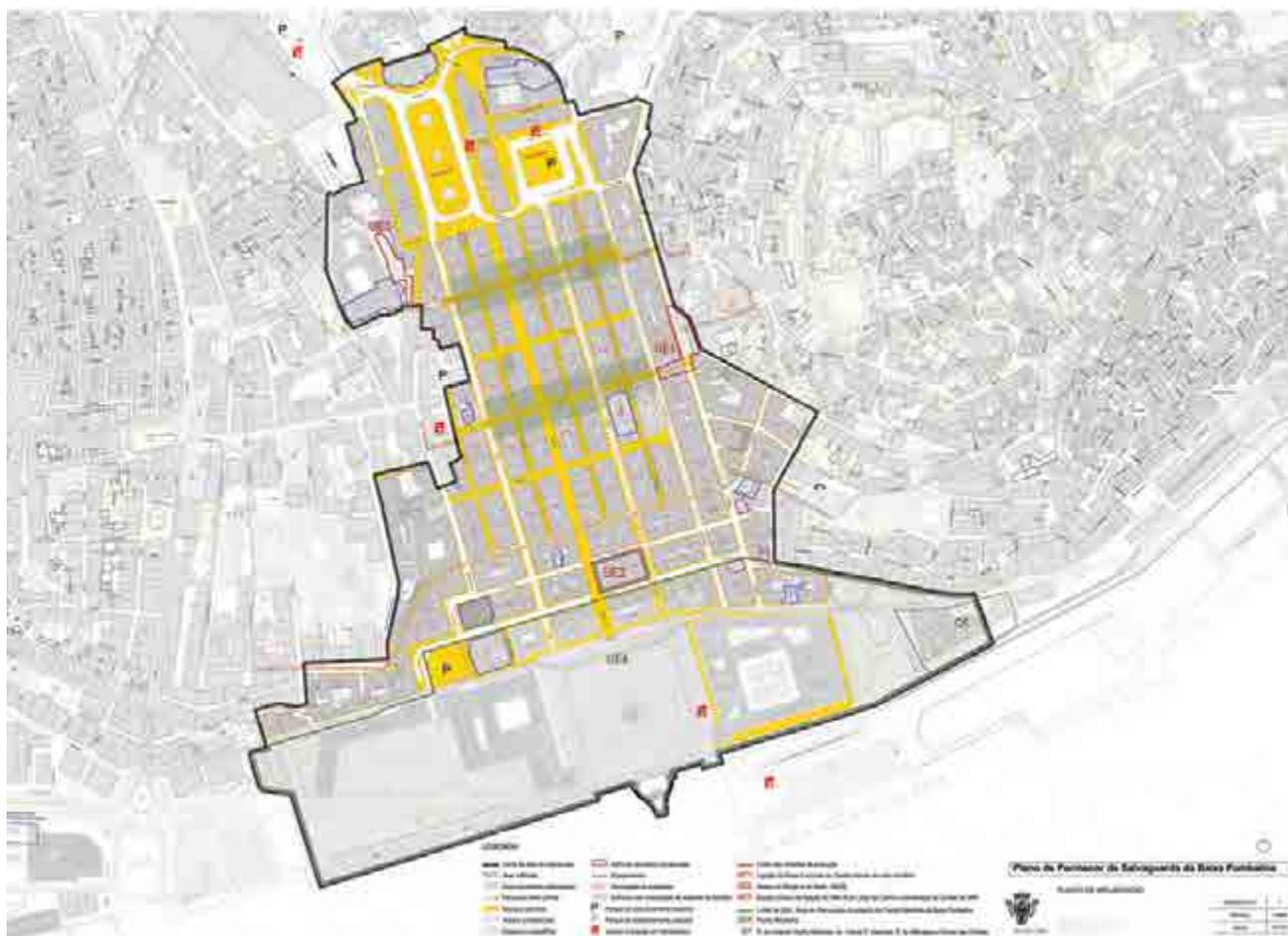
A área de intervenção do Plano de Pormenor de Salvaguarda (PPS) da Baixa pombalina em vigor não decorre, evidentemente, de uma ótica de ordem disciplinar ou académica, mas urbanística. É de um instrumento de política urbana que se trata. Observado à luz dos documentos de estratégia urbana da autarquia²² e das intervenções de que tem sido objeto recentemente, evidencia propósitos programáticos e operativos de revitalização de um tecido urbano central e emblemático, cujo processo de entropia e desqualificação se pretendeu reverter. Mais ainda, cujo estatuto de área central de exceção se pretendeu potenciar nas suas múltiplas funções e valências.

A área do Plano coincide com o tecido funcionalmente mais deprimido – o tabuleiro central –, incluindo ainda «unidades de execução» que enquadram projetos e intervenções assumidos como indutores da revitalização urbana pretendida – da frente ribeirinha às novas unidades museológicas, do completamento do plano do Chiado de Álvaro Siza na envolvente do Carmo à articulação da Baixa com a colina do Castelo, através de meios de ascensão mecânica.

Aprovado 17 anos depois do PDM de 1994, que fazia depender intervenções profundas na «área histórica da Baixa» da existência de um instrumento urbanístico desta ordem ou similar²³, o atual PPS da Baixa Pombalina beneficiou da elaboração prévia de um documento de estratégia urbana de iniciativa municipal²⁴. Compilado em 2006, insere-se no contexto e na imediata sequência da preparação da candidatura da Baixa a património mundial – que não incluía um plano de gestão – e abre com uma síntese programática inicial que surpreende pela qualidade literária, invulgar em documentos desta natureza.

Raramente um setor urbano terá sido objeto de uma reflexão estratégica e técnica por parte de uma equipa tão qualificada, entre comissariado, colaboradores, autores dos estudos setoriais, assessorias²⁵. O dossiê de diagnóstico da Baixa, ciclicamente enriquecido por inúmeros investigadores e especialistas no último quarto de século²⁶, atingiu então o patamar da intervenção, através de um conjunto integrado de propostas amplamente divulgado – e também contestado. Incidiram na densificação da oferta cultural e de lazer, na dinamização e qualificação da oferta comercial e residencial, no investimento no espaço público, na criação de um novo sistema de mobilidade, na articulação da Baixa com as colinas.

Como é de regra, muitas das intervenções previstas, concluídas e em curso na Baixa pombalina e envolvente²⁷ – em parte integradas no PPS –, ganham coerência e inteligibilidade se tivermos em conta os antecedentes, neste caso, tanto o trabalho da comissão de candidatura à UNESCO, como do comissariado da «Proposta de revitalização da Baixa-Chiado», de 2006. Comprovam a pertinência – senão o imperativo – de uma reflexão programática e técnica aprofundada, prévia à definição das modalidades da intervenção, que a realidade das conjunturas se encarrega de selecionar e reconfigurar.



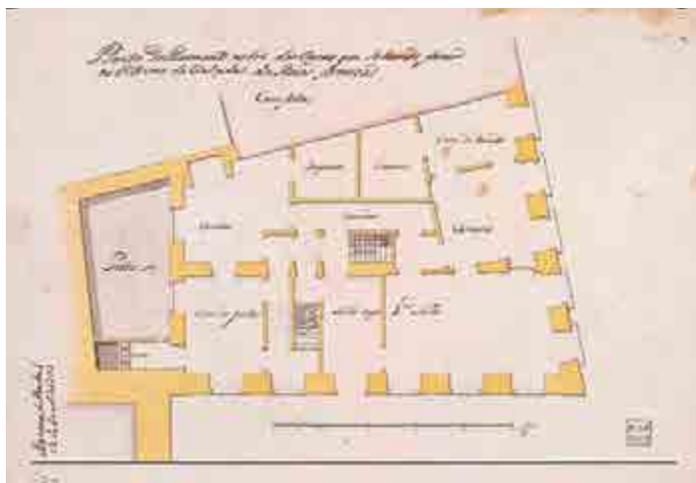
Last but not least, o PPS da Baixa Pombalina assenta numa filosofia de abordagem do edificado privado que tentou resolver o conflito genético entre o valor cultural do património arquitectónico e o seu valor de uso (Riegl: 1903), tanto mais agudo quando se trata da área central de uma capital europeia. É no sentido da reabilitação urbana que o plano aponta, colocando a tónica na adequação das estruturas construídas a uma utilização contemporânea, que permita o reforço da função habitacional da Baixa, dentro de uma perspetiva adicional de sustentabilidade ambiental das intervenções realizadas ao abrigo do novo instrumento de planeamento. Do ponto de vista patrimonial, o PPS da Baixa Pombalina em vigor enfatiza a vivência pública do património pombalino através do controlo das transformações da imagem urbana, do investimento no espaço público, da protecção explícita reservada aos estabelecimentos do comércio tradicional²⁸, retomando aqui uma opção, discutível aliás, inscrita no PDM de 1994 (Barreiros: 2002). A ele voltarei na 2.ª parte deste trabalho, centrada na análise de intervenções pontuais recentes no parque habitacional pombalino, sob o mote da qualidade e da intensidade do diálogo com preexistências culturalmente relevantes, de que afinal se conhece mais do que é voz corrente nos meios da crítica e da arquitetura portuguesas.

Do espaço doméstico pombalino

Desde do trabalho fundador de José-Augusto França (França: 1962) que a extensa bibliografia sobre a reforma pombalina de Lisboa se concentrou, naturalmente, na matriz, isto é, no plano da reconstrução — na modernidade do programa e da sua execução, no desenho de chão e de alçado, nas

virtualidades do sistema construtivo do ponto de vista da segurança urbana, na qualidade e rapidez da resposta da engenharia militar portuguesa ao desastre de 1755, na condução política da reconstrução, no diálogo que o plano manteve com a cidade pré-Terramoto, na engenharia financeira e jurídica que lhe garantiu aplicabilidade e êxito. Raramente fez tema dos interiores habitacionais, quase sempre referidos de passagem e em termos depreciativos (França: 1987, p. 167).

O plano pombalino para Lisboa pressupõe, no entanto, a assunção inequívoca de um único tipo habitacional capaz de fazer cidade, peça fundamental no financiamento da execução do próprio plano — o prédio de aluguer, de utilização coletiva, concebido segundo o princípio da sobreposição de fogos de igual planimetria, servidos por acesso e caixa de escadas comuns. Figuras relevantes do regime pombalino — Pombal, a família Cruz Sobral, entre outros (Barreiros: 2004 e 2012) — encararam-no como forma de investimento de alta rentabilidade. Trata-se de um conceito de habitar eminentemente urbano, para o qual o projeto da nova Lisboa setecentista define o desenho de fachada e das coberturas, a cêrcea, o número de pisos e respetivos pés-direitos, a profundidade do lote — com o contributo do célebre corte de Eugénio dos Santos que evidencia uma visão integrada da habitação, da cidade e das suas infraestruturas. Ao contrário do que se passou com as fachadas urbanas, as equipas da Casa do Risco não parecem de facto ter produzido plantas-tipo, cuja configuração ficou a cargo dos promotores. Conhecem-se no entanto algumas plantas da época que evidenciam a versatilidade dos programas e a largueza do espectro social que o pombalino comportou — sempre dentro dos estratos médios da população. É o que se pode concluir da planta original do 1.º andar de uma «propriedade



↑
Planta das cazas que se hande fazer no Estremo da Calçada da Rua Formosa, assinado Marquês de Pombal, 1772.
 Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

de casas», como então se dizia, construída no Chiado, durante o consulado pombalino (c. 1770), pelo desembargador Tomás Robim de Barros Barreto, homem de leis que fez carreira no Brasil²⁹. Ao lado de um prédio de 4 sacadas para a rua Nova do Carmo, destinado a inquilinos de rendimentos medianos, o desembargador quis construir um segundo lote de duplo gaveto, com 11 sacadas para a mesma rua, mais 9 sobre a rua de Santa Catarina (atual Garrett). O primeiro ilustra o andar pombalino corrente, como se continuará a construir já entrado o século XIX. O segundo concentra todas as funções e dispositivos de um interior aristocrático no mesmo plano horizontal, ou «andar» — a interminável sequência das salas *enfilade* dispostas ao longo das fachadas, o complexo núcleo da cozinha a tardoz, a novidade de uma circulação alternativa para serviço dos salões («corredor»). Em comum apresentam duplo acesso às habitações, o principal segundo o eixo das escadas; o princípio dos aposentos intercomunicantes e da sua relativa indefinição funcional³⁰; a presença de autênticos cachos de alcovas, preferencialmente orientadas para as salas; as áreas generosas consignadas ao par cozinha-dispensa; a dependência de pátios-saguão para iluminação e ventilação a tardoz.

Quase todos os dispositivos referidos encontram justificação nos modos de vida do Antigo Regime, mas o que nos interessa aqui salienta são, pelo contrário, as conexões com a condição contemporânea. No domínio do habitar, esta tem vindo a assumir positivamente aspetos como a apropriação livre de espaços que deixaram de prescrever, metodicamente, funções específicas; em que os circuitos dentro da habitação possam ter um sentido múltiplo e aleatório; em que haja lugar à dialética entre áreas amplas e luminosas de descompressão e outras de intimidade e recolhimento; em que as zonas de confeção de alimentos são também de socialização e convívio. Seguindo estas premissas, um corpo alargado de cerca de uma dezena de obras concluídas na última década, entre algumas que a crítica já distinguiu e outras menos publicitadas, mas onde também figuram arquiteturas «sem mestre», ajudar-nos-á, na 2.ª parte deste trabalho, a medir a contemporaneidade do espaço doméstico pombalino — ou as potencialidades do diálogo entre a habitação pré- e pós-moderna.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Renata — Inventário do Património Arquitectónico. Baixa Pombalina/Baixa de Lisboa [texto]. *Monumentos*. Lisboa: DGEMN, n.º 21, setembro 2004, pp. 247-255. Disponível em WWW: <URL:http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5966>. Consultado em julho de 2013.

BARREIROS, M. Helena — Baixa pombalina: uma vez mais a cidade, o património e o planeamento e gestão urbana. *Atlântida. Revista de cultura*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, vol. 47, 2002, pp. 102-110.

— — «Casas em cima de casas». Apontamentos sobre o espaço doméstico da Baixa Pombalina. *Monumentos*. Lisboa: DGEMN, n.º 21, setembro 2004, pp. 88-97.

— — «Habitar a «Real Praça do Comércio». Casas pombalinas do eixo Alfândega/Arsenal. *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio. História de um espaço urbano*, Coord. Miguel F. de Faria. Lisboa: UAL/ INCM, 2012, pp. 134-155.

— ; CRAVEIRO, M. Teresa — Património e planeamento. Notas sobre o PDM de Lisboa. *Sociedade e Território. Revista de Estudos Urbanos e Regionais*. Porto: Afrontamento, n.º 22, 1995, pp. 70-78.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA — Estratégia de Reabilitação Urbana. *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa — 2011/2024*. CML, 2012. Disponível em WWW: <URL:http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/reabilitacao-urbana/estrategia-de-reabilitacao-urbana>. Consultado em julho de 2013.

FRANÇA, José-Augusto — *Lisboa pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Bertrand, 1987 [1962].

— — *Estudo de zonas ou unidades urbanas de carácter histórico-artístico em Lisboa*. Lisboa: CML, 2012 [1967].

LEAL, Joana Cunha — Legitimação artística e patrimonial da Baixa Pombalina. Um percurso pela crítica e pela história da arte portuguesa. *Monumentos*. Lisboa: DGEMN, n.º 21, setembro 2004, pp. 6-17.

LOPES, Flávio — *Património arquitectónico e arqueológico. Noção e normas de proteção*. Lisboa: Caleidoscópio, 2012.

MATEUS, João Mascarenhas (Coord.) — *Candidatura da Baixa Pombalina à Lista do Património Mundial — Dossier final entregue à Comissão Nacional da UNESCO*, Câmara Municipal de Lisboa — Pelouro do Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana. 2005, 2 vols. [polic.]. Acessível na Câmara Municipal de Lisboa — Urbanismo.

PINTO, Maria José Nogueira (Coord.) — *Proposta de revitalização da Baixa-Chiado. Relatório*, [CML — Pelouro da Habitação Social], 2006. documento policopiado.

RIEGL, Alois — *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. [Prefácio de Françoise Choay]. Paris: Seuil, 1984 [1903].

ROSSA, W. — No 1.º Plano. *Lisboa 1758. O Plano da baixa hoje* [catálogo de exposição + CD]. Coord. A. Tostões e W. Rossa. Lisboa: CML, 2008, pp. 24-81. O texto inclui a bibliografia do autor sobre o tema.

SILVA, Raquel Henriques da — A candidatura da Baixa pombalina a património da humanidade. *Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, n.º 4, Cidades Portuguesas Património da Humanidade, 2007, pp. 309-320. Disponível em WWW: <URL:http://iha.fcsh.unl.pt/uploads/RHA4-13.pdf>. Consultado em julho de 2013.

NOTAS

1. A autora exerce funções técnicas na Câmara Municipal de Lisboa — Pelouro do Urbanismo. O conteúdo deste trabalho é, no entanto, da sua exclusiva responsabilidade. Contou com a colaboração dos organismos municipais implicados, designadamente a Unidade de Intervenção Territorial do Centro Histórico e a Divisão de Informação Urbana Georreferenciada, a quem agradece, bem como aos projetistas, proprietários e habitantes dos andares pombalinos que constituem os casos de estudo em análise na 2.ª parte.

2. As datas balizam a conclusão da Dissertação de Manuel da Maia, em 19 de abril de 1756 — o antepiano (Rossa: 2008) —, e a promulgação do plano de reconstrução pelo Decreto de 12 de junho de 1758.
3. Portaria n.º 740-DV/2012, de 24 de dezembro [Diário da República, 2.ª série, n.º 248, de 24 de dezembro de 2012, p. 40 536–(86)].
4. No preâmbulo, redigido em invulgar tom encomiástico, é evocado o «valor de interesse nacional» do conjunto e o seu caráter de «testemunho marcante do itinerário do urbanismo português no mundo». Independentemente de outras considerações, uma classificação de nível nacional — que se mantém reservada ao Terreiro do Paço e a outros objetos do perímetro pombalino —, sustentaria com maior coerência uma candidatura a património mundial. A legislação prevê, aliás, que um bem cultural integrado na «lista indicativa» passível de candidatura a património mundial seja classificado como de interesse nacional [cf. o Decreto-Lei n.º 309/2009, artigo 72.º (Diário da República, 1.ª série, n.º 206, 23 de outubro de 2009, pp. 7975–7987)]. A Baixa pombalina encontrava-se nessas circunstâncias em 2012 (Lopes: 2012).
5. Fizeram parte da comissão científica da candidatura Raquel Henriques da Silva (presidente), Ana Tostões, José de Monterroso Teixeira, José Sarmento de Matos, Maria Helena Ribeiro dos Santos e Walter Rossa (vogais). Cf. SILVA: 2007.
6. Plano Geral de Urbanização do Concelho de Lisboa (PGUCL), também designado pelo nome do seu coordenador técnico, o francês Georges Meyer-Heine, concluído em 1967. A sua versão final, de 1976, foi publicada em 1977 (Portaria n.º 274/77, de 19 de maio).
7. Este «Estudo das zonas ou unidades urbanas de carácter histórico-artístico em Lisboa» incluiu ainda um inventário fotográfico hierarquizado de c. de 260 bens imóveis com interesse patrimonial, em todo o concelho, para além dos que já se encontravam legalmente protegidos, bem como propostas de regulamentação. Está por avaliar com rigor o alcance efetivo — à partida, muito limitado — deste trabalho de J.-A. França na prática urbanística da Câmara Municipal de Lisboa nos anos que se seguiram à aprovação da «Proposta para Salvaguarda do Património Artístico-Arquitectónico dos Bairros Tradicionais de Lisboa», que dele decorreu (sessão da Câmara, de 19 de fevereiro de 1970) e à publicação do PGUCL (1977), cujo breve regulamento remetia parte fundamental das suas disposições para instrumentos a desenvolver posteriormente. Cf. Barreiros; Craveiro: 1995.
8. A expressão remete para a distinção entre «urbano» e «urbanístico», ou «urbanística» (it.). O primeiro adjetivo tem um significado mais abrangente e generalista do que «urbanístico», que abarca tanto a especificidade morfológica de um tecido urbano, como o conjunto de regras de organização e gestão de uma cidade que esse tecido corporiza. É neste sentido que aqui devemos entendê-lo.
9. É fundamental registar o contributo de um outro trabalho, que permaneceu inédito, realizado no mesmo contexto: ABREU, Alexandre; CONCEIÇÃO, João Paulo (coord.) — *Lisboa. Morfologias Urbanas, 1850-1950*. [Estudo policopiado]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa — Direcção de Projecto de Planeamento Estratégico, Janeiro 1993.
10. Cf. Plano Diretor Municipal de Lisboa (Diário da República, n.º 226, 1.ª série-B, de 29 setembro de 1994: mancha dos «núcleos de interesse histórico», Planta de Componentes Ambientais Urbanas e artigo 24.º do Regulamento; Unidade Operativa de Ordenamento n.º 08 — Baixa, artigo 125.º e Anexo IV do Regulamento).
11. Trabalho que acompanhei de perto enquanto responsável pela Divisão de Inventário da antiga DGEMN (2002-2006), em parte publicado na revista *Monumentos*. Lisboa: DGEMN, n.º 21, setembro 2004. A cartografia temática então produzida, bem como o texto da ficha de inventário, da autoria de Renata Araújo (Araújo: 2004), estão disponíveis online em www.monumentos.pt.
12. Para uma análise aprofundada deste tema, alargada ao campo da historiografia e da crítica, cf. Leal: 2004, e Rossa: 2008.
13. O Decreto-Lei n.º 140/2009 (Diário da República, 1.ª série, n.º 113, 15 de junho de 2009, pp. 3653–3659, no que respeita à fundamentação técnica das intervenções, ou operações urbanísticas, em bens culturais imóveis, determina a elaboração de relatórios prévio e final obrigatórios, cujas condições de autoria e composição são definidas no articulado (capítulos II e III). O artigo 40.º define as modalidades de relacionamento entre a tutela e entidades de formação, ensino e investigação «no âmbito da salvaguarda dos bens culturais».
14. Aviso n.º 7126/2011, de 18 de março (Diário da República, 2.ª série, n.º 55, de 18 de março de 2011).
15. Designadamente os artigos 67.º, 68.º e 69.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. (Diário da República, 1.ª série, n.º 206, de 23 de outubro de 2009, p. 7986), que transferem para as câmaras municipais a competência da gestão do património cultural imóvel com a aprovação e entrada em vigor dos planos de salvaguarda.
16. Cf. Portaria n.º 740-DV/2012, de 24 de dezembro de 2012. [Diário da República, 2.ª série, n.º 248 de 24 de dezembro de 2013, pp. 40536–(86) e 40536–(87)], n.º 4, alínea b), subalínea iv).
17. Aprovadas pela Assembleia Municipal de Lisboa em 20 de março de 2012; cf. o Aviso n.º 5876/2012 (Diário da República, 2.ª série, n.º 82, 26 de abril de 2012).
18. Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro (Diário da República, 1.ª série, n.º 206, pp. 7956–7975), alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.
19. *Ibidem*, artigo 50.º
20. Cf. as notas 13 e 18.
21. Regulamentada pela revisão do Plano Diretor Municipal, em vigor (Aviso n.º 11 622/2012, Diário da República, 2.ª série, n.º 168, 30 de agosto de 2012). Cf. Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa — 2011/2024, CML: 2012, p. 12.
22. Designadamente, Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa — 2011/2024, CML: 2012.
23. Plano Diretor Municipal (Diário da República, 1.ª série - B, n.º 226, de 29 de setembro de 1994), subsecção II, «Da área histórica da Baixa», artigo 40.º, «Regras supletivas»: «Na falta de Plano de Pormenor ou de Regulamento Municipal, o licenciamento de obras é limitado à beneficiação, restauro e conservação, ou alterações pontuais que visem a reposição das características primitivas dos edifícios e que não impliquem a demolição de elementos estruturais, de fachadas, coberturas ou abertura de caves.»
24. [Maria José Nogueira Pinto, coord.], «Proposta de revitalização da Baixa-Chiado. Relatório», [CML], 2006, documento policopiado.
25. O comissariado foi composto por Augusto Mateus, Celeste Hagatong, E. Summavielle, Manuel Salgado, Miguel Anacoreta Correia e Raquel Henriques da Silva. Do ponto de vista das valências técnicas e profissionais, envolveu especialistas da engenharia do ambiente, civil e de transportes, da sustentabilidade ambiental das construções, da arquitetura e do urbanismo, do direito, do setor financeiro e empresarial, do turismo, da história, do património e da museologia, do *design*.
26. Recorde em particular o Encontro sobre a Revitalização e Reabilitação da Baixa Pombalina, promovido pela Ordem dos Engenheiros e realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, em 20 de outubro de 1994; «Baixa pombalina: que futuro?», GECORPA, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 29 de novembro, na qual tive ocasião de apresentar uma comunicação com o título «Baixa pombalina, onde a história do urbanismo português se fez monumento».
27. Entre as intervenções concluídas: novo sistema de mobilidade (redução drástica do trânsito de atravessamento na frente ribeirinha), articulado com a requalificação do Terreiro do Paço (2011) e da Ribeira das Naus (em conclusão). MUDE — Museu do Design e da Moda (2009), Museu da Moeda (reabilitação da antiga igreja de São Julião, Banco de Portugal, 2013), articulação da Baixa com as colinas (elevador dos Fanqueiros, 2013).
28. Cartografados em planta de condicionantes e listados em anexo ao Regulamento do Plano.
29. Membro do Conselho Ultramarino em 1780. Cf. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Imposto da Décima, Livros de Arruamentos, 1770-1774.
30. Apesar da legenda «Sala de jantar», também presente em ambos os andares, que é coerente com o dispositivo do «corredor», ao longo do qual se afadigam os criados no serviço das salas. Trata-se de sinalização de um princípio de especialização funcional dos compartimentos da casa dita «burguesa», que o século XIX levará ao paroxismo.



Património urbano: boas práticas de conservação e reabilitação de edifícios

João Appleton

Engenheiro civil, AZP Estudos e Projectos, L^{da}

**A preservação do património
arquitetónico é parte essencial
da própria memória que o Homem
vai construindo e legando.
A sua conservação e reabilitação
é a arte de conciliar o desejável
e o possível, juntando o indispensável
conhecimento ao bom senso
que é ingrediente fundamental
para o sucesso.**

É hoje um dado adquirido que o setor da construção em Portugal está em profunda transformação, tanto na obra pública como na área dos edifícios; nestes ocorrem em simultâneo vários fenómenos que não podem deixar de ser considerados.

Por um lado, nas últimas duas décadas aconteceu uma tal expansão no mercado de construção de novos edifícios que a tradicional escassez que vinha sendo apontada, pelo menos desde a década de 60 do século XX, se tornou num excedente de centenas de milhares de casas, muitas significando segundas habitações, outras indiciando um elevado número de fogos devolutos.

Por outro lado, constata-se um esgotamento da capacidade e da vontade de prosseguir a construção de novas edificações, o que se deve, em primeiro lugar, à situação de penúria financeira em que o País vive e à falta de crédito disponível para construção e aquisição, o que conduz à existência de muitos milhares de casas construídas e desabitadas ou em processo de construção que a crise interrompeu.

Este colapso do mercado da construção de novos edifícios, cujas consequências ainda não podem ser entendidas na sua verdadeira dimensão, gera um efeito de sinal contrário no que se refere à reabilitação de edifícios, nomeadamente habitacionais, ou seja, ajuda a transformar a reabilitação, desde há

alguns anos usada como bandeira em todos os discursos mas com efeitos práticos modestos, numa espécie de tábua de salvação para muitos projetistas e construtores.

A valorização da reabilitação, que agora recebe esta inesperada e trágica ajuda do colapso da construção nova, tem toda a lógica, qualquer que seja o ângulo sob o qual pode ser olhada; a reabilitação, e por maioria de razão, a conservação, é quase sempre uma opção inteligente e racional, quer do ponto de vista cultural quer nos aspetos ambientais e económicos.

Mesmo no património arquitetónico corrente, constituído por edifícios que isoladamente se podem considerar banais, mas que em conjunto assumem uma importância histórica e cultural do maior relevo, devem ser adotadas regras de abordagem e assumidas metodologias de projeto e construção que permitam alcançar os objetivos mais importantes: recuperar em bases economicamente sustentáveis o edificado existente, fazendo com que ele ganhe ou retome capacidades funcionais compatíveis com as necessidades contemporâneas, mantendo o essencial do corpo e do espírito do objeto intervencionado, através de uma intervenção que assegure, com todas estas componentes, a criação de uma nova unidade necessariamente distinta da original.

É árdua a tarefa de conservar e reabilitar o edificado existente, talvez tanto maior quanto mais banal seja esse edificado, já que a singularidade e o valor intrínseco de objetos únicos ou quase singulares lançam sobre eles uma espécie de manto protetor que afasta, ou devia afastar, operações extremas e mais ou menos fantasiosas; pelo contrário, o património corrente é frequentemente encarado com algum desprezo e a sua, pelo menos aparente, banalidade «justifica» a sua destruição sem remorsos. Que importância terá demolir meia dúzia de edifícios na Avenida da Liberdade, em Lisboa, se há mais algumas dezenas ou centenas iguais ou similares? Este simplismo com que muitos encaram as cidades existentes, feitas de edifícios comuns, é similar ao desprezo cívico pelo espaço público que é demonstrado quando se cospe no chão ou se deita fora, pela janela do carro, um pedaço de papel.

Importa ainda referir que entre as dificuldades que se enfrentam para a prossecução de operações de efetiva reabilitação está a generalização das operações que, por hipocrisia técnica e cultural, privilegiam a demolição integral injustificada dos interiores com preservação exclusiva das fachadas principais, valorizando a cidade da aparência, do «fachadismo», em que o que a rua mostra nada tem que ver com o que as casas escondem; aceita-se que, em casos específicos, esta seja a opção escolhida, nomeadamente quando se trate de intervenções em edifícios em estado de ruína ou profundamente adulterados e quando a reconstrução integral de um edifício novo possa criar roturas arquitetónicas indesejáveis.

Concentrando-nos, portanto, nas operações de reabilitação (incluindo ações de conservação) que não atingem este extremo, caso em que nem mesmo se deveria usar o termo «reabilitação», as dificuldades técnicas e éticas que se apresentam têm, desde logo, a sua expressão na diversidade e na complexidade da tarefa multidisciplinar que se impõe e na multiplicação do número e tipo de trabalhos, estudos e projetos que são exigíveis. Um primeiro exemplo do que deve ser a boa prática em intervenções de reabilitação diz respeito à importância que deve ser dada à análise das características do edificado, do ponto de vista construtivo e estrutural, com observação, registo e diagnóstico das anomalias que o afetam; conhecer



o objeto sobre o qual se vai intervir é uma necessidade de lógica tão evidente que não mereceria este destaque, não fosse dar-se o caso de se verificar, com frequência, o modo displicente e pouco competente com que este trabalho é feito.

O estudo de diagnóstico destina-se, portanto, a avaliar as condições de conservação e segurança do edificado existente mas, mais do que isso, é um elemento essencial ao desenvolvimento dos projetos, em particular do de arquitetura, na medida em que identifica elementos que condicionam as opções arquitetónicas e outras, como é o caso daqueles que formam o todo estrutural ou dos que têm relevo do ponto de vista artístico ou simbólico.

Pode dizer-se que, se é verdade que não basta um bom estudo de diagnóstico para que se possa garantir um bom projeto de reabilitação, é certo que um estudo de diagnóstico deficiente impedirá o sucesso de um bom projeto, sendo por isso esta fase crucial para que possam ser definidos, através de critérios adequados, os caminhos para a reabilitação.

As linhas para a concretização de uma operação de reabilitação são definidas na fase de projeto; para que este resultado é necessário dispor da informação tão exhaustiva e correta quanto possível sobre o existente e, além disso, recomenda-se a adoção de duas atitudes fundamentais que deverão orientar a equipa multidisciplinar que se forma: capacidade de trabalhar em grupo, usando as melhores competências de cada um; humildade perante o edificado existente com o necessário respeito pelo trabalho e pelos conhecimentos daqueles que antes o produziram.

Naturalmente que estas boas práticas de carácter aparentemente menos objetivo, que talvez até pudessem parecer marginais ao contexto deste documento, devem ser acompanhadas por um grande rigor no desenvolvimento de todo o processo de projeto e de construção.

Outra boa prática, ainda de carácter genérico, diz respeito a um princípio fundador de qualquer operação de reabilitação: esta deve adaptar-se ao objeto construído e às suas características essenciais e não o contrário, pois se o edifício for obrigado a ajustar-se ao projeto a operação está condenada ao fracasso, visto que será certa a destruição da identidade original sem que se recrie uma outra, respeitadora da primeira e que a transforme e valorize; este problema é, aliás, o que muitas vezes conduz à demolição integral do edifício com preservação de fachada, sinal evidente da incapacidade de adaptação do edifício existente às novas exigências programáticas e, portanto, do desajustamento destas face às características intrínsecas do existente que surgem, assim, como um estorvo descartável.

Do ponto de vista mais tecnológico, entende-se que a reabilitação se movimenta num largo espaço de opções, em que muitas vezes se confrontam, em campos aparentemente opostos e contraditórios, os materiais e tecnologias tradicionais (entendidas como as que, de algum modo, replicam as preexistentes) e as soluções inovadoras (entendida a palavra como referindo-se às que se distinguem das tradicionais).

Esta é uma já velha questão, em que parecem confrontar-se duas visões muito distintas e até antagónicas, entre conservacionistas, mais ou menos fundamentalistas, e reformistas, mais ou menos indiferentes às questões patrimoniais; considera-se que estes antagonismos, quando existam, são quase sempre injustificados, geradores de equívocos e prejudiciais ao desenvolvimento harmonioso dos processos de reabilitação.

Em primeiro lugar, importa salientar que o uso sistemático e até exclusivo de materiais e técnicas tradicionais não é, por si mesmo, garante do sucesso de qualquer intervenção; depois, a introdução de materiais e técnicas inovadoras, distintas das



Estudos de composição e textura de revestimentos de parede à base de cal.

A2P, 2011.

Reconstrução de cobertura com revestimento de telha de canudo argamassada.

A2P, 2004.

Reconstituição de apoio de asna com argamassas de epóxi e chumbadouros de aço inoxidável.

A2P, 2011.



Chapas de aço formando treliças horizontais de reforço de pisos de madeira.

A2P, 2008.

Injeção consolidante de parede de alvenaria com caldas de cal hidráulica natural.

A2P, 2003.

Reforço de piso de madeira por adição de novas vigas.

A2P, 2006.

tradicionais, não significa necessariamente desprezo por estas, e a sua adoção pode até ser ponto de partida para a preservação de outros valores fundamentais presentes no edificado.

Mesmo em ações ditas de conservação, em que se segue de perto as características arquitetónicas e construtivas «originais» do existente, raramente se pode prescindir da introdução de alterações, de melhoramentos dos níveis de funcionalidade e de desempenho, que acabam por fazer aproximar entre si as ações de conservação e de reabilitação.

No que se refere à questão estrutural, considera-se que há dois níveis muito distintos de preocupação que, aliás, marcam diferenças significativas entre tipos de procedimento a adotar, com reflexos regionais relevantes; de facto, existem diferenças fundamentais entre a reabilitação estrutural para fazer face à ação de cargas de natureza gravítica e a que pode impor-se em função do que se entenda deverem ser os níveis de segurança sísmica das estruturas existentes.

Mesmo nos edifícios mais antigos, com estruturas de alvenaria e madeira, é geralmente possível atuar com base em materiais e processos tradicionais, reparando e substituindo mais do que reforçando; apenas quando o programa arquitetónico se torna mais exigente e excessivo, incluindo o crescimento em altura do edifício e ou a supressão de troços de grande dimensão de paredes resistentes, se torna na prática inviável o recurso exclusivo às referidas soluções tradicionais, sendo vulgar e defensável (se a própria intervenção o for) recorrer a outros materiais de mais alto desempenho estrutural, como é o caso do betão e do aço.

Se o acréscimo do número de andares deve ser encarado como caso de exceção, por via do impacto que provoca em termos urbanísticos, arquitetónicos e estruturais, já a supressão de paredes interiores e até de troços de paredes

exteriores pode ser uma inevitabilidade, numa lógica de adaptação do edifício existente a formas de viver contemporâneas, alterações que vêm forçosamente «endurecer» a intervenção estrutural, mesmo que o objetivo seja apenas o de manter os níveis de resistência das estruturas modificadas em relação a cargas verticais.

Numa parte muito considerável do território nacional, a ação sísmica é tradicionalmente desprezada e ignorada; ex-cetua-se, porque a história assim o determina, as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, o Litoral Alentejano e o Algarve, no território continental, e as ilhas dos Açores. Não é por acaso que a regulamentação estrutural em vigor, no que se refere à ação sísmica, se baseia nos dois sismos mais relevantes registados no País: o sismo «distante», com origem no Atlântico, conhecido como o Terramoto de Lisboa de 1 de novembro de 1755, que foi especialmente gravoso nas zonas atrás mencionadas; o sismo «próximo», originado em falhas no próprio território continental, o do Ribatejo ou de Benavente de 23 de abril de 1909, que afetou sobretudo a zona centro de Portugal.

As enormes diferenças em termos de sismicidade entre as diversas regiões do País irão certamente traduzir-se também em profundas diferenças na forma de olhar a intervenção estrutural no edificado existente, sendo de salientar que a regulamentação em vigor é relativamente recente (a atual data de 1983, a primeira foi publicada em 1959) e foi pensada exclusivamente para construções novas, o que significa que não deve estranhar-se que os edifícios construídos antes do início da década de 60 do século XX, pelo menos, apresentem sistematicamente problemas de vulnerabilidade sísmica.

A compreensão destes factos é muito importante para que possa entender-se o que serão naturalmente diferenças muito relevantes entre processos de reabilitação estrutural realizados em diferentes regiões do País, sendo certo que, enquanto, conforme referido, a reabilitação estrutural destinada a resolver o problema da resistência a cargas verticais será, em princípio, ligeira, pouco intrusiva e passível de recurso a soluções tradicionais, deve esperar-se que, quando esteja em causa a redução da vulnerabilidade sísmica, com normal imposição de reforços significativos, possam aumentar o custo e a complexidade da intervenção estrutural, impondo naturalmente o recurso a procedimentos mais «duros» e intrusivos.

Na área estrutural, talvez como em nenhuma outra, é essencial encarar a reabilitação como um exercício complexo de equilíbrios entre o que pode e o que deve fazer-se, a partir de uma atitude muito aberta de reflexão que deve ser baseada no bom senso tanto quanto nos conhecimentos técnicos e científicos. Neste sentido, chama-se de novo a atenção para o facto de a reabilitação implicar uma intervenção multidisciplinar que consagra a participação de especialidades geralmente ausentes dos projetos, como sucede com historiadores, historiadores da arte, arqueólogos, conservadores-restauradores, cuja atuação impõe, e bem, limitações ao processo de decisão meramente tecnocrático ou económico-financeiro.

É com este tipo de pressupostos que se pode falar de intervenções exemplares, seja no projeto seja na execução. E o modelo de pensamento que se tem de estabelecer para as intervenções estruturais deve estender-se, por maioria de razão, a todas as distintas atividades que compõem a operação de reabilitação; este princípio orientador enfrenta ou pode enfrentar um conjunto vasto de problemas associados à forma



↑ **Próteses de madeira em cobertura.**
A2P, 2004.

Fecho de vão preexistente em parede de frontal.
A2P, 2006.

Reforço de fundações com alargamento da base.
A2P, 2006.

Pregagem entre pilastra de arco e parede ortogonal.
A2P, 2008.

↑ **Reforço de vigas de madeira com empalmes laterais do mesmo material.**
A2P, 2003.

Reforço de piso de madeira com vigas de aço.
A2P, 2005.

Reforço de piso de madeira com tarugamento contínuo.
DRAC Madeira, 2009.

Pregagem entre paredes ortogonais de alvenaria.
A2P, 2004.

↑ **Reforço de parede com lâmina de reboco armado com rede metálica.**
A2P, 2006.

Reforço sísmico de fundações com microestacas.
A2P, 2000.

Estrutura de cobertura com novas asnas com ligações melhoradas.
A2P, 2003.

Reforço de tabique com rebocos de argamassa bastarda armados com redes de fibra de vidro.
A2P, 2011.

como se interpretam os regulamentos técnicos em vigor, todos eles, sem exceção, pensados e elaborados para a construção nova e cuja aplicação direta e cega a operações de reabilitação pode redundar num desastre para o valor patrimonial do edificado em causa.

Retomando o exemplo da intervenção estrutural, que é paradigmático dos caminhos a percorrer, é preciso ter em conta que, além das diferentes realidades regionais, associadas a distintas práticas construtivas e a fatores de natureza específica como é o caso da geologia e da sismologia locais, há que ter em conta que, num mesmo lugar, a construção foi evoluindo temporalmente, nem sempre para melhor, pese embora o que deveria ser uma lógica de progresso induzida pelo desenvolvimento das técnicas e das ciências.

Estas diferentes realidades que o estudo de diagnóstico tem de identificar com clareza devem conduzir a diferentes procedimentos de análise, projeto e obra: exemplifique-se com o caso dos edifícios «pombalinos», assim designados os que têm uma estrutura baseada em paredes de frontal tecido com cruces de Santo André, de madeira e com os seus sucedâneos, ainda de alvenaria e madeira, frequentemente identificados, de forma generalizada e pouco cautelosa, como «gaioleiros», cujas estruturas dispensaram aqueles tipos de elementos, privilegiando os tabiques de madeira ou de tijolo; os primeiros, mais antigos, possuem uma estrutura robusta e com grande redundância, o que significa (quando não adulterados) uma reduzida vulnerabilidade sísmica; já os segundos, nas suas versões mais pobres, apresentam diversas fragilidades, muito determinadas pela pobreza dos materiais estruturais e pela insuficiência de ligações eficazes entre distintos elementos, as quais conduzem a uma elevada vulnerabilidade, mesmo em relação a ações correntes de natureza gravítica.

A propósito deste exemplo é necessário salientar que estas diferentes soluções não corresponderam a saltos bruscos, antes a uma mudança contínua que atenua a ideia simplista de que todo o pombalino é bom e todo o gaioleiro é para abater; em cada época, e com as soluções de cada época, há o que foi bem ou mal projetado e o que foi bem ou mal construído; em qualquer caso, parece evidente que, assumidas estas diferenças, é de esperar que as intervenções estruturais num edifício pombalino possam ser muito mais ligeiras do que num gaioleiro, aceitando-se neste, com naturalidade, soluções que o outro dispensa.

A experiência acumulada com a realização de algumas dezenas de intervenções de reabilitação estrutural em edifícios antigos tem evidenciado que, em primeiro lugar, é necessário cuidar das anomalias que os afetam, quer se trate de «doenças» próprias da idade e do envelhecimento natural quer sejam situações com origem no abandono e nos «maus tratos» resultantes de alterações abusivas; em segundo lugar, tem de se olhar criteriosamente para a forma como se interligam os diferentes elementos estruturais, já que está demonstrado que a maior fragilidade estrutural do edificado reside na ineficácia dessas ligações, que comprometem o comportamento do conjunto estrutural enquanto tal; em terceiro lugar, e apenas após bem resolvidas as questões antes mencionadas, deverá então cuidar-se da definição dos reforços necessários.

O reforço estrutural, e em particular o reforço sísmico, corresponde sempre à fase mais agressiva e intrusiva de uma intervenção de reabilitação; por isso, é essencial que o reforço

seja encarado numa lógica primária de fazer o que estritamente tem de ser feito e onde tem de ser feito, ou seja, é nesta área do reforço que é necessário investir, no projeto e mesmo antes na investigação, no sentido de se encontrarem soluções otimizadas que permitam reduzir ao mínimo indispensável o grau de intervenção.

O que tem vindo a expor-se acerca das intervenções estruturais em processos de reabilitação vale, do mesmo modo, para outros tipos de ações, envolvendo elementos não estruturais, como é o caso de revestimentos e acabamentos, instalações e equipamentos técnicos; depois de um longo período de inação, as últimas três décadas têm trazido fortes progressos na recuperação do conhecimento da construção antiga, sendo notável, por exemplo, o trabalho realizado para desenvolver materiais de revestimento à base de cal aérea, e a retoma de estudos na área da aplicação da madeira na construção.

Como atrás se disse, a existência atual de um corpo de conhecimentos teóricos e práticos que pareciam perdidos não invalida que se mantenham reservas que devem ser salientadas; por um lado, esses conhecimentos, a que se associa uma nova forma de olhar as operações de reabilitação, têm ainda divulgação insuficiente, observando-se numerosos projetos e obras que não refletem esse saber; por outro, existe ainda muito preconceito em relação à obra de reabilitação, encarada frequentemente como um entrave ao progresso e à modernização e como uma atitude cultural que os promotores não têm de pagar.

Apesar disso, o sucesso das reuniões técnicas que ocorrem um pouco por todo o país, tendo como tema central a reabilitação, é um dos indícios de que algo definitivamente mudou, e aqueles que são hoje ainda uma minoria constituirão apenas a guarda avançada de uma atitude que vencerá os preconceitos, levando a um crescente interesse e entusiasmo por este tipo de operações.

Uma nota final para chamar a atenção para o seguinte: o que se escreveu e exemplificou antes refere-se a edifícios antigos com estruturas de alvenaria e madeira; entretanto, os edifícios que podem designar-se como modernos, com estruturas de aço e de betão, encontram-se já, com frequência, em estado de obsolescência estrutural e não estrutural e, apesar disso, pouco ou nada se tem feito para antecipar processos de degradação mais ou menos profunda, que estão em curso. É tempo de olhar para esse edificado.

A revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos e os contextos sociais da arqueologia portuguesa no século XXI: uma breve reflexão

Ana Catarina Sousa

Arqueóloga e professora universitária

A propósito da recente revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, apresenta-se uma curta reflexão sobre os contextos legais, sociais e económicos da atividade arqueológica no século XXI, no âmbito europeu e nacional. Aborda-se a questão da qualidade, produção de conhecimento e gestão da informação.

→
Arqueologia preventiva. Escavação no sítio epipaleolítico Cova da Baleia
(Maфра), identificado na sequência do acompanhamento
arqueológico na A-21, outubro de 2007.





A regulação da atividade arqueológica no contexto europeu

Em 1992, a assinatura da Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, celebrada em La Valetta (Malta), marca a viragem do percurso da atividade arqueológica no território europeu. A Arqueologia passa definitivamente de um âmbito, exclusivamente, de investigação e valorização para uma abordagem territorial alargada.

Entre as premissas gerais de proteção do património consignadas pela Convenção de Malta, destaca-se a de salvaguarda integrada, prevendo medidas de proteção do património arqueológico ao nível do ordenamento do território, atualizando a anterior Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, assinada em Londres em 6 de maio de 1969.

Concomitantemente, com este novo quadro de referência, o mundo ocidental conhece um período de expansão económica particularmente marcante, a partir dos anos 90, com um grande crescimento da construção privada e pública. Na Irlanda, por exemplo, a atividade arqueológica quadruplicou desde os anos 80 (Aitchison: 2009, p. 662). Em França, o número de arqueólogos contratados duplicou entre 2001 e 2008 (*ibidem*, p. 665), e em países em crescimento com os fundos de coesão (casos de Portugal e da Hungria) registou-se um forte crescimento da obra pública e da atividade arqueológica.

Apesar dos distintos percursos dos vários países, podemos considerar tendências gerais dos últimos 20 anos: o crescimento da chamada arqueologia preventiva, consequência das leis do património e do ambiente, o aumento dos quadros de arqueólogos na administração pública, o aumento de diplomados em Arqueologia (graduados e pós-graduados) e, conseqüentemente, a diminuição das destruições de património.

Com 47 países a subscrever a Convenção de Malta, os princípios genéricos aqui enunciados deram origem a modelos de gestão e regulação da atividade arqueológica muito diferenciados (Harding: 2009, p. 634).

Genericamente, e de uma forma simples, pode considerar-se a existência de dois grandes modelos de gestão e regulação da atividade arqueológica: o modelo «estatizante» versus o modelo de «mercado» (Kristiansen: 2009).

Parte da Europa continental apresenta modelos da esfera da administração pública, e o mundo anglo-saxónico, bem como alguns países da Europa do Norte, registam uma arqueologia de mercado, com escassa intervenção do Estado. Outros países apresentam covariações, ou porque apresentam forte

↖
Arqueologia de investigação. Escavação no penedo do Lexim, Mafra, povoado pré-histórico classificado como Imóvel de Interesse Público, identificado desde 1878, 2004.

Arqueologia de valorização. Escavação e conservação no Forte do Zambujal, Mafra, reduto da 2.ª Linha Defensiva de Torres Vedras. Projeto Rota Histórica das Linhas de Torres, 2009.

←
Arqueologia de emergência. Escavação no concheiro epipaleolítico de São Julião, 2007.

regionalismo (caso da Espanha ou da Alemanha) ou em consequência das condições sociais e organizacionais intrínsecas (caso de Portugal).

França e Reino Unido correspondem aos paradigmas dos dois modelos. Em França, vigora um sistema quase exclusivamente público, com a aplicação de uma taxa sobre construção que financia o operador central [Institut National de Recherches Archéologiques Préventives (INRAP)]. No Reino Unido, vigora um sistema completamente privado, com escasso controlo da administração (apenas ao nível do arquivo — English Heritage), mas com um forte aparelho autorregulador das associações profissionais (Institut of Field Archaeology).

Ambos modelos partem naturalmente da mesma premissa da lógica do «poluidor pagador» e da necessidade de separação entre as instituições de património, que determinam as medidas de proteção do património arqueológico das entidades executantes (Kristiansen: 2009, p. 642).

Naturalmente que os vários cenários procuraram desenvolver uma «arqueologia de qualidade», particularmente pertinente quando a atividade de minimização arqueológica e o registo realizado constituem frequentemente a única ferramenta para proceder ao «salvamento» do património arqueológico. Foram criados mecanismos que procuram assegurar a qualidade da atividade arqueológica, alguns deles comuns aos dois modelos, acima descritos:

Instrumentos de qualidade da atividade arqueológica.
Apud Kristiansen: 2009, adaptado.

Instrumentos de qualidade da atividade arqueológica	
Estatal	Não estatal
Autorizações	Códigos éticos e profissionais
Standards nacionais	Organizações profissionais
Bases de dados nacionais	Certificação empresarial
Controlo de qualidade	Agenda de investigação

Na realidade, mesmo os modelos de livre mercado têm de naturalmente ser regulados conforme nos recorda o aforismo de Willy Brandt «As much market as possible, as much regulation as necessary»...

Os instrumentos que procuram promover a qualidade da atividade arqueológica envolvem a qualificação dos vários agentes, a definição de metodologias, códigos e procedimentos. Na definição de mecanismos de regulação da qualidade, oscila-se entre modelos centrados na obtenção de conhecimento histórico e modelos de cariz mais metodológico e documental. Existe ainda uma diferença notável nos enquadramentos teóricos, com um forte pendor pós-moderno no mundo anglo-saxónico e uma prática mais histórico-culturalista na Europa continental (Harding: 2009).

Após várias décadas de apogeu da arqueologia de contrato, naturalmente que se procura refletir sobre o modelo mais adequado, tendo como critério a qualidade da atividade arqueológica e a eficácia do sistema: «It has not yet been decided whether a “public” or market-based system is the way forward, or whether a research-based quality management is preferable to a methodological and instrumental quality management.» (Kristiansen: 2009, p. 646.)

Esta reflexão tem levado a alguns ajustes, como a abertura em escala controlada à iniciativa privada em França (Demoule: 2007) ou os contactos com as universidades efetuados no Reino Unido (Kristiansen: 2009).

Também a básica qualificação da profissão de arqueólogo tem merecido uma profunda reflexão pela comunidade arqueológica, consubstanciada essencialmente pelo projeto DISCO (Discovering the Archaeologist of Europe), promovido pela Associação Europeia de Arqueólogos (EAA, na sigla em inglês), na qual participa a nacional Associação Profissional de Arqueólogos (APA). Também o Conselho da Europa (Europae Archaeological Consilium) tem procurado promover a reflexão nestas matérias.

Modelo de gestão da qualidade da atividade arqueológica por contrato da Holanda. Apud Willems: 2000, adaptado.

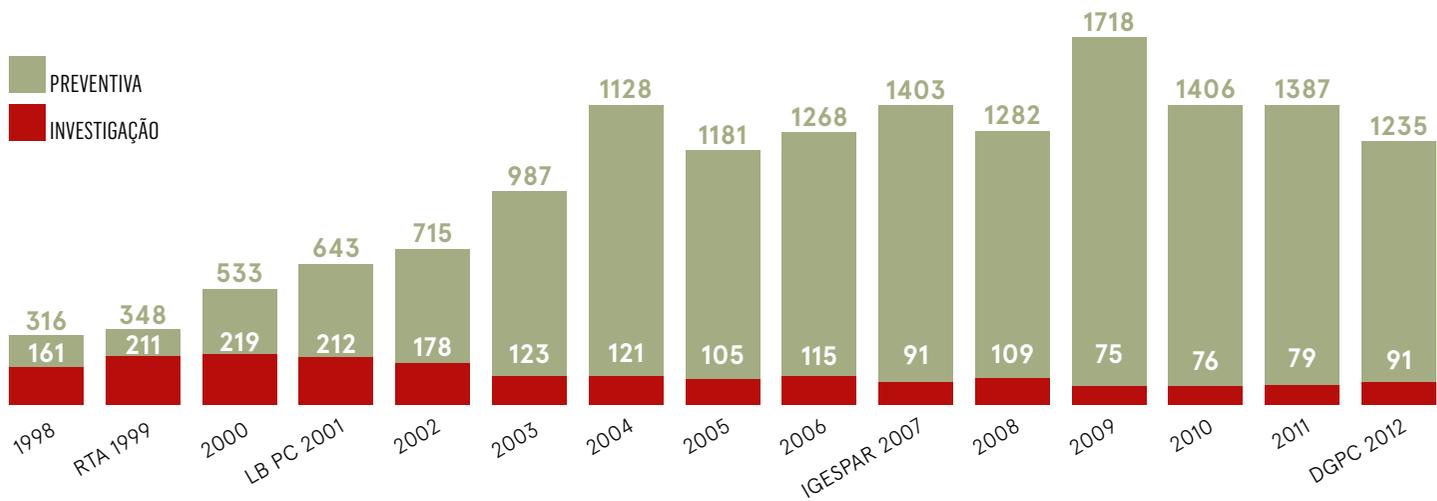


A questão das técnicas e procedimentos oferece ainda maior complexidade: a seleção de métodos de escavação e de sistemas de registo tem de ser adaptada ao contexto cronológico, cultural e geográfico. Na Holanda, foram publicadas as Diretrizes para Controlo de Qualidade nas Escavações Arqueológicas, incluindo instruções precisas para escavação e registo (Willems e Brandt: 2004). A implementação de um sistema «fechado» é naturalmente redutora, considerando a necessidade de atualizações de acordo com a evolução de métodos e conhecimentos (Harding: 2009).

Sinais de mudança: a arqueologia portuguesa do século XXI

A mudança de paradigma na atividade arqueológica portuguesa foi também muito rápida e acentuada, precipitada com a ratificação da Convenção de Malta e a promulgação da Lei de Bases do Património (Decreto-Lei n.º 107/2001), com a criação de um organismo autónomo de tutela da arqueologia, com a publicação de normas legislativas e regulamentares [incluindo o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA), Decreto-Lei n.º 270/99] e, claro, com o enorme impacto social provocado pela questão do Coa.

Também deve ser destacada a importância da legislação ambiental, com especial relevo para o Decreto-Lei n.º 69/2000. Face à legislação produzida, à ação da tutela do património junto das autoridades de AIA (Ambiente e CCDR) e às circulares emitidas pela administração cultural competente (IPA, 2004), «podemos considerar que os princípios do direito da prevenção, da precaução e do poluidor-pagador foram totalmente absorvidos pela prática arqueológica em Portugal» (Martins: 2012, p. 232).



Número de autorizações para trabalhos arqueológicos.

In Sistema Endovélico, da DGPC, Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA) e Lei de Bases do Património (LBP).

Não se pretende aqui efetuar uma análise de cariz quantitativo sobre a evolução da atividade arqueológica, já extensamente tratada por Jacinta Bugalhão (2011), apenas sendo de realçar algumas das linhas gerais da enorme evolução que registou o panorama arqueológico ao nível nacional nos últimos anos.

Em primeiro lugar, assinala-se o volume de trabalho arqueológico: em apenas 10 anos o número de trabalhos arqueológicos mais do que triplicou. Este aumento exponencial vem colocar sobre a administração cultural competentes dificuldades acrescidas de atuação, quer ao nível da aplicação do quadro legal vigente e fiscalização quer ao nível da adaptação do volume de trabalho aos recursos humanos existentes.

Refira-se ainda a categoria das autorizações concedidas, inserindo-se quase esmagadoramente no âmbito preventivo (salvaguarda, avaliação de impacto ambiental, ordenamento e gestão do território). Os valores invertem-se: de uma arqueologia de investigação nos anos 80 do século XX, passa-se a uma arqueologia preventiva no século XXI (Bugalhão: 2011, pp. 26 e 27). Também na área da investigação a situação se altera, uma vez que as fontes de financiamento deixaram de ser baseadas na administração central (IPA, IPPAR, IGESPAR) a partir de 2008, surgindo novas fontes de financiamento, como as autarquias e a Fundação para a Ciência e Tecnologia.

É ainda insuficiente o nosso conhecimento sobre a história da atividade arqueológica em Portugal, sendo certo que a velocidade da mudança foi provavelmente mais rápida do que noutros países, onde a proteção do património resultou de uma evolução natural da sociedade e não foi imposta por decreto.

O modelo criado oscila entre o mercado livre do mundo anglo-saxónico e o sistema estatal de alguma Europa continental.

Assim, vigora a lógica de mercado na relação entre os promotores das intervenções e as equipas de arqueologia contratadas, não existindo intervenção do Estado (Zilhão: 2000). O Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 270/99) e as diretrizes avulsas de planos, estudos de impacto ambiental ou despachos avulsos constituem o único mecanismo regulador.

Também não existem mecanismos de autorregulação de nível profissional ou empresarial, apesar das tentativas da APA, associação criada há 20 anos (Silva: 1993).

Por outro lado, os diversos organismos que têm tutelado a Arqueologia desde o Instituto Português de Arqueologia (IPA)

aproximam-se de um modelo de serviço público estatizante. Assim, regista-se uma importante componente do Estado como garante da regulação, implementação e fiscalização de condicionantes arqueológicas nas várias esferas da salvaguarda, ambiente e ordenamento do território. Deve ainda ser realçado o trabalho sustentado que tem vindo a ser implementado no âmbito do inventário, com a criação do Sistema Endovélico (Bugalhão: 2002), que permitiu arquivar, georreferenciar e divulgar o património arqueológico terrestre e subaquático que já ascende a cerca de 30 000 ocorrências (Gomes *et al.*: 2012).

Para além de mais arqueólogos e de mais atividade arqueológica, o desenvolvimento da arqueologia preventiva e da própria disciplina tem suscitado o aparecimento de novos tipos de trabalho arqueológico.

O «acompanhamento arqueológico» constitui a mais relevante novidade, assumindo uma importante expressão, quer em termos numéricos quer em termos das potencialidades que evidencia, especialmente para o diagnóstico de meios urbanos (Bugalhão: 2011, p. 26). Face à ausência de enquadramento legal no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, a administração cultural tem-se socorrido de circulares normativas (IPA, 2004), e os arqueólogos têm procurado criar métodos de trabalho (Sarrazola: 2006).

Os «estudos de impacto ambiental» e os trabalhos produzidos no âmbito dos instrumentos de ordenamento do território (planos diretores, de pormenor, de urbanização, de salvaguarda) constituem ainda uma área de desenvolvimento recente, também ausente do atual Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, mas com um valor estratégico no conhecimento do território e na implementação de medidas de proteção.

Concomitante ao avolumar das intervenções em meio urbano, e aos problemas subjacentes à intervenção fragmentada por inúmeros agentes (Lemos: 2004), desenvolvem-se novas ferramentas como a «arqueologia da arquitetura» ou arqueologia de cota positiva. Desenvolvida em Itália desde os anos 70, esta metodologia foi inicialmente aplicada em Portugal no âmbito das intervenções do IPPAR em monumentos classificados (Lacerda e Ramalho: 2006), estando agora em expansão o número de intervenções, frequentemente mediante condicionantes da tutela (Ramalho: 2011).

Neste contexto, aumentou também o número de arqueólogos, quer na administração pública, nomeadamente nas

autarquias (Bugalhão: 2001; Almeida: 2007), quer sobretudo na esfera do privado.

Numa reação de causa-efeito, aumenta também o número de instituições de ensino superior de Arqueologia e, necessariamente, o número de formados em Arqueologia, com um acréscimo muito significativo dos arqueólogos pós-graduados (mestrado e doutoramento). Aquando da publicação do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, era ainda recente a criação de cursos de Arqueologia, existindo muitos licenciados de outras áreas do conhecimento (História, Arquitetura, Geologia...) e pouca especialização. Atualmente, a aprovação do modelo de Bolonha veio alterar substancialmente o panorama, urgindo a adaptação a esta nova realidade, conforme previsto em relatório das Ciências Humanas produzido pelo Ministério do Ensino Superior (Oosterbeck: 2005, p. 12).

O Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 270/99) encontrava-se quase a jusante deste enorme crescimento da arqueologia preventiva, estando essencialmente configurado para uma arqueologia de investigação e valorização, que, como vimos, é hoje praticamente residual em termos numéricos embora essencial para a produção de conhecimento.

Este desajuste cedo foi sentido pela comunidade arqueológica, desde os dirigentes com responsabilidades (Real e Alfaro: 2006) até às associações, fundamentalmente a APA, mas também a Associação de Arqueólogos Portugueses (AAP) e muitos arqueólogos que se expressaram em publicações da especialidade, merecendo particular destaque a *Al-Madan* e a *Praxis Archaeologica*.

Praticamente em toda a Europa têm-se sucedido os balanços críticos sobre estas décadas de enorme expansão da arqueologia preventiva. Para além da questão processual e metodológica, é particularmente complexo o binómio número de intervenções-produção e divulgação de conhecimento.

No caso de Portugal, a equipa do Inventário de Arqueologia, que tem sido integrada nas várias orgânicas das sucessivas instituições de administração cultural do património (IPA, IGESPAR, DGPC), tem permitido manter um modelo de gestão de informação eficaz, através do Sistema de Informação Endovélico e do Arquivo Histórico da Arqueologia Portuguesa.

O Arquivo encontra-se atualmente no Palácio da Ajuda, reunindo um volume de documentos verdadeiramente impressionante, sempre em crescimento: com mais de 1,5 km lineares, «este arquivo é constituído por 16 536 processos, 118 099 documentos (contabilizados a partir do ano 2000) e uma média de 9842 novos documentos por ano» (Gomes *et al.*: 2012, p. 5).

O SI Endovélico constitui um sistema de gestão de todos os dados científicos e técnicos reunidos no referido arquivo, constituindo-se como uma base essencial para investigação e salvaguarda. Na Carta Arqueológica Nacional, estão inventariados 28 898 sítios arqueológicos terrestres (dos quais cerca de 82 % com georreferenciação efetuada a partir de 2000) e 1741 sítios arqueológicos subaquáticos (Gomes *et al.*: 2012, p. 6).

Apesar deste esforço meritório de gestão da informação, com uma abrangência pouco comum no panorama europeu, a divulgação da informação é sem dúvida muito lacunar. O crescimento do volume de publicações não acompanhou o nível de incremento das intervenções arqueológicas, permanecendo muita documentação de inegável interesse científico nas prateleiras do Arquivo Histórico de Arqueologia Portuguesa,

pouco acessível à generalidade da comunidade científica nacional e internacional.

Estamos ainda muito longe da discussão entre a dicotomia de produção de conhecimento científico ou de documentação científica, sendo certo que à esfera local abundam os esforços de divulgação junto do público em geral, patentes na imprensa.

A revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos em Portugal: um processo em construção

A revisão do RTA constituía uma necessidade premente, expressa pelos vários agentes da atividade arqueológica há já alguns anos: universidades, empresas de arqueologia, associações profissionais, promotores e órgãos da administração cultural competente.

A necessidade de revisão do Regulamento tem vindo a atravessar os vários organismos de tutela do património arqueológico: IPA, IGESPAR e DGPC.

Ainda com o IPA, volvidos apenas seis anos da publicação do Decreto-Lei n.º 270/99, se refere a necessidade de revisão (Real e Alfaro: 2006).

Mais tarde, com o IGESPAR, é efetuado um extenso processo de preparação, base para o novo RTA. O processo de revisão foi iniciado em finais de 2009, sob a coordenação de João Pedro da Cunha Ribeiro, então subdiretor do IGESPAR, I. P., o qual produziu uma proposta e procedeu à consulta facultativa de um vasto leque de entidades com responsabilidade na matéria, a saber: Associação Profissional de Arqueólogos, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Associação Nacional de Municípios, Universidade do Minho, Universidade do Porto, Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Évora, Universidade do Algarve, Instituto Politécnico de Tomar, Escola Profissional do Freixo, Escola Profissional de Mértola, direções regionais de Cultura (DRC), empresas de arqueologia.

Após a reorganização da tutela do património arqueológico promovida no âmbito do PREMAC, com a criação das estruturas orgânicas da Direção-Geral do Património Cultural (Decreto-Lei n.º 115/2012, in *Diário da República*, 1.ª série, n.º 102, de 25 de maio de 2012) e das direções regionais de Cultura (Decreto-Lei n.º 114/2012, in *Diário da República*, 1.ª série, n.º 102, de 25 de maio de 2012), e atendendo ao trabalho preparatório já efetuado, foi considerado prioritário para a gestão da atividade arqueológica dar continuidade ao processo de revisão do RTA.

Desta forma, foi criado um grupo de trabalho para proceder à conclusão do processo, integrando a então chefe da Divisão de Salvaguarda do Património Arqueológico e Arquitetónico (Maria Catarina Coelho) e técnicos assessores da DGPC (Jacinta Bugalhão e Leonor Alfaro, jurista).

Partindo da premissa de base, a de que todo o trabalho arqueológico visa a produção de conhecimento histórico, com o novo RTA procurou-se aumentar a eficácia e a qualidade da gestão da atividade arqueológica em Portugal, adaptando-se ao atual quadro social e organizacional. Como já foi referido, o regulamento anterior não reconhecia a existência da arqueologia de contrato, carecia de atualização técnica e científica, era omissa em relação às habilitações académicas detidas pelos arqueólogos licenciados ao abrigo da Declaração de Bolonha.

Procurou-se ainda a promoção da eficácia, através da desmaterialização e da implementação de um sistema de submissão eletrónica (Portal do Arqueólogo), essencial no atual quadro de competências da DGPC e das DRC. O regulamento anterior não previa os procedimentos informáticos para apresentação dos pedidos de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos nem a subsequente comunicação eletrónica entre a tutela e os arqueólogos e demais entidades envolvidas nos trabalhos.

Por fim, considera-se fundamental a questão da divulgação, quer ao nível das publicações científicas quer no âmbito de ações de educação patrimonial. Neste sentido, o Portal do Arqueólogo, em associação com o SI Endovélico, procura ainda constituir-se como ferramenta de livre acesso à informação, com a disponibilização da documentação técnico-científica em repositório digital.

Uma revisão em contraciclo?

A atividade arqueológica encontra-se fortemente relacionada com o crescimento económico, nas mais variadas categorias (investigação, valorização, preventiva), sendo particularmente relevantes as vertentes de financiamento, emprego, conservação, legislação.

A atual crise económica e a Arqueologia têm sido debatidas por toda a Europa (Schlanger e Aitchison: 2010), sendo particularmente relevante o apoio da Comissão Europeia e do Europae Archaeological Consilium nesta fase de reflexão. Em termos gerais, a crise americana do *subprime* parece corresponder a um momento de diminuição da atividade arqueológica. No Reino Unido, por exemplo, a partir de 2007 tem-se verificado uma diminuição da atividade arqueológica, com uma queda de 10 % entre 2007 e 2009 (Aitchison: 2009, p. 661).

Provavelmente esta revisão do RTA é aprovada num momento de nova viragem de paradigmas. Os indicadores que conhecemos hoje para o panorama português (baseados sobretudo no número de autorizações de trabalhos arqueológicos) são insuficientes, sendo essencial calcular a tipologia, duração e financiamento associados. Ainda assim, atendendo à variável das autorizações, parece existir uma gradual diminuição que possivelmente será maior após a conclusão de grandes obras como os canais de rega do Alqueva ou as barragens do Baixo Sabor e de Foz Tua.

Entende-se contudo que, embora tardia, esta revisão era necessária, procurando atualizar e clarificar algumas situações equívocas que a desatualização do Decreto-Lei n.º 270/99 suscitava.

Na procura de uma atividade arqueológica de qualidade, o novo RTA não é certamente uma panaceia suficiente para resolver todos os problemas da atividade arqueológica em Portugal. Muito está ainda por fazer, quer por parte da administração cultural competente quer pela comunidade arqueológica. Refira-se nomeadamente a questão da gestão dos espólios, a conservação dos sítios arqueológicos e a divulgação de normativos da responsabilidade da tutela, ou a implementação de códigos éticos e profissionais por associações de arqueólogos e entidades e, em geral, do maior esforço na divulgação.

Mas esse é um caminho que ainda teremos de percorrer...

BIBLIOGRAFIA

AITCHISON, K. — After the “gold rush”: global archaeology in 2009. *World Archaeology*. London: Current Publishing, no. 41(4), 2009, pp. 659-671.

ALMEIDA, M. — Proteger apesar do IGESPAR, IP: a Arqueologia Portuguesa num Instituto sem competências de Arqueologia... *Nem de Património Histórico. Praxis Archaeologica*. N.º 3, 2008, pp. 145-153.

ALMEIDA, M. J. — Inquérito Nacional à Actividade Arqueológica: uma segunda leitura sobre a actividade arqueológica nas autarquias portuguesas. *Praxis Archaeologica*. N.º 2, 2007, pp. 129-169.

BUGALHÃO, J. — The experience of the Portuguese Institute of Archaeology. ARM and GIS systems applied to archaeological heritage. *Mapping the Future of the Past. Managing the spatial dimension of the European Archaeological Resource*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2002, pp. 97-99.

BUGALHÃO, J. — A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.º 2, 2011, pp. 19-43.

CIUCHINI, P. — Archaeological policies and practices across Europe: national developments and international trends. *Archaeojobs*, 2010.

DEMOULE, J.-P. — Preventive Archaeology in France. BOZOKI-ERNYEV, K., ed. — *European Preventive Archaeology*. Hungary: National Office of Cultural Heritage, Hungary — Council of Europe, 2007, pp. 57-64.

DEMOULE, J.-P. — Preventive Archaeology in France. *European Preventive Archaeology*. Hungary: Council of Europe, National Office of Cultural Heritage, 2007, pp. 57-64.

GOMES, A. S. *et al.* — Inventariação e gestão do património imóvel na Direção-Geral do Património Cultural. *Documentazione e conservazioni del Patrimonio Arquettonico ed Urbano*. Desegnarecom. Numero speciale, 2012.

HARDING, A. — Towards a European Archaeology. *World Archaeology*. No. 41(4), 2009, pp. 629-640.

KRISTIANSEN, K. — Contract archaeology in Europe: an experiment in diversity. *World Archaeology*. No. 41(4), 2009, pp. 641-648.

LACERDA, M.; RAMALHO, M. — A arquitectura como guardião da memória. *Estudos. Património*. Lisboa: IPPAR, n.º 9, 2006, pp. 5-8.

LE MOS, F. S. — A salvaguarda do património arqueológico em contexto urbano. *Estudos. Património*. Lisboa: IPPAR, 2004, pp. 33-40.

MARTINEZ DIAZ, B.; CASTILLO MENA, A. — Preventive archaeology in Spain. In BOZOKI-ERNYEV, K., ed. — *European Preventive Archaeology*. Hungary: Council of Europe National Office of Cultural Heritage, 2007, pp. 187-208.

MARTINS, A. M. N. — A salvaguarda do património arqueológico no âmbito dos processos de avaliação de impacte ambiental e de ordenamento territorial: reflexões a partir do direito do património cultural, do ambiente e da gestão do território. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR, vol. 15, 2012, pp. 219-256.

OOSTERBECK, L. — Ensino superior e empresas de arqueologia: uma relação imprescindível. *Era Arqueologia*. N.º 5, 2005, p. 6-15.

RAMALHO, M. M. — Praxis em arqueologia da arquitectura. *Promontoria*. Faro, n.º 9, 2011, pp. 69-94.

REAL, F.; ALFARO, L. — Legislação e regulamentos em preparação em 2005. *Praxis Archaeologica*. [S.l.], n.º 1, 2006, pp. 23-38.

SARRAZOLA, A. — Regulamentação legal associada a trabalhos de acompanhamento arqueológico (ou da arte de caçar com gato). *Praxis Archaeologica*. [S.l.], n.º 1, 2006, pp. 23-28.

SCHLANGER, N.; AITCHISON, K., eds. — *Archaeology and the global economic crisis multiple impacts, possible solutions*. Tervuren: Culture Lab Editions (European Commission), 2010.

SILVA, A. M. S. P. — Da dependência à dignidade: a urgência de uma Associação Profissional de Arqueólogos. *Al-Madan*. II série, n.º 2, 1993, pp. 54-57.

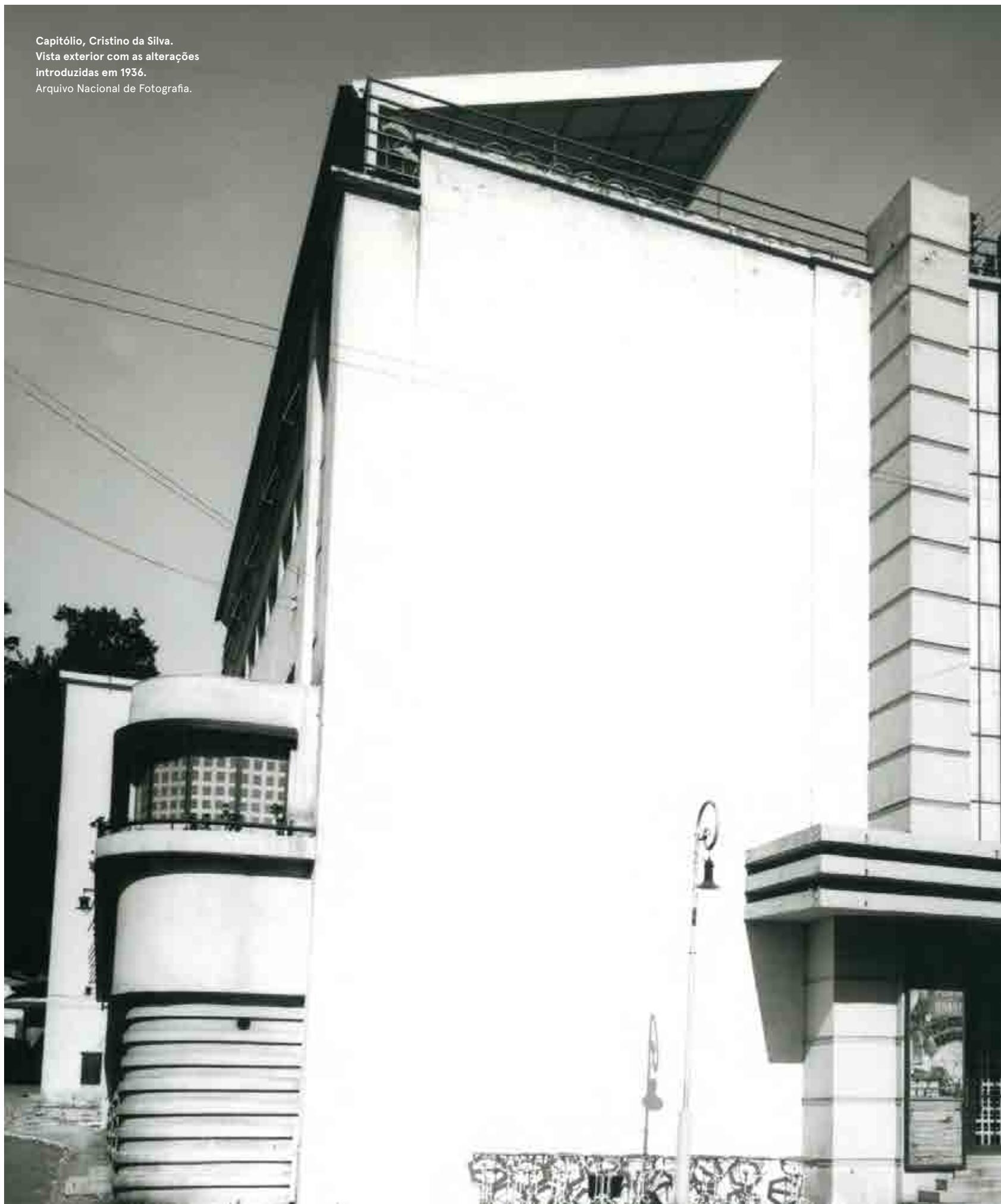
WILLEMS, W. J. H. — Le système de contrôle de qualité de l'archéologue aux Pays-Bas. *Les nouvelles de l'archéologie*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 82, 4, 2000, pp. 35-41.

WILLEMS, W. J. H.; BRANDT, R. W. — *Dutch Archaeology Quality Standard*. Den Haag: Rijksinspectie voor de Archeologie, 2004.

ZILHÃO, J. — Arqueologia por contrato. *Era Arqueologia*. Lisboa: Edições Colibri, n.º 1, 2000, pp. 6-9.

pensamento

Capitólio, Cristino da Silva.
Vista exterior com as alterações
introduzidas em 1936.
Arquivo Nacional de Fotografia.





Património moderno: conservação e reutilização como um recurso

Ana Tostões

Presidente do DOCOMOMO Internacional

Professora associada com agregação do IST-UTL

A problemática de intervenção no património moderno não coloca questões estruturalmente diferentes das relativas ao património histórico, na medida em que quando nos referimos a matéria patrimonial falamos de um discurso universal com especificidades tipológicas, linguísticas e construtivas próprias de cada época. São as características próprias do património moderno, conceptuais, formais e programáticas, que tornam necessário o estabelecimento de critérios e medidas de intervenção. A tomada de consciência da arquitetura do Movimento Moderno como património é recente, mas nem por isso o debate sobre a sua valorização e conservação é menor¹.

A reutilização do património moderno corrente ou reconhecido como caso singular² parte da hipótese que tanto a deterioração como as alterações nos edifícios exprimem uma necessidade de adaptação a expectativas de uso atuais. Deste modo, um dos objetivos da recuperação poderá passar pelo encontro de um léxico específico, que considere, simultaneamente, o carácter único do edificado a conservar e as mutações ocorridas na vivência do espaço. As normativas vigentes relativas à segurança, desempenho energético e conforto ambiental colocam as ações de reuso a par dos requisitos necessários à obra nova pondo em causa, muitas vezes, uma recuperação qualificada.

Como Bruno Reichlin considera, a preservação do património arquitetónico moderno constitui hoje uma das grandes oportunidades para o arquiteto. A fórmula de construir no existente resulta do facto de que a enorme produção da construção recente nos confronta com objetos utilizados no limbo da crítica e da história: por outras palavras trata-se do «confronto inaugural com o recente, com o *injugé*, com problema do anonimato é trivial»³.

A reflexão sobre a conservação do património arquitetónico do Movimento Moderno promove a oportunidade de reutilizar edifícios que perderam a sua função original, que podem ser material ou tecnicamente obsoletos e já não cumprir as normas, que são sempre mais exigentes e penalizantes⁴. Por isso, coloca-se a questão sobre o seu valor patrimonial e se pode ser considerado um recurso económico ou social.

Considero que o projeto de reutilização começa a fazer história e defendo a ideia de que o património se transforma

connosco⁵, portanto, além dos monumentos reconhecidos, os edifícios correntes podem ser um recurso que pede a nossa atenção em termos de qualidade, economia e sustentabilidade⁶. Representam a maior parte do parque construído, e entendendo que a redescoberta do Movimento Moderno, após a reação pós-moderna, tem vindo a demonstrar a sua legitimidade a longo prazo, como um conceito dotado de uma duradoura longevidade.

A reutilização do património moderno corrente parte da hipótese que tanto a deterioração como as alterações nos edifícios exprimem uma necessidade de adaptação a expectativas de uso atuais.

Moderno e sustentável

A arquitetura do Movimento Moderno significa tecnologia contemporânea e propósito, a fim de responder às novas funções sociais emitidas a partir de um reino democrático que reflete as transformações culturais e económicas. E, acima de tudo, significa a crença na missão social do arquiteto para criar um mundo melhor onde a arquitetura é um motor, uma ferramenta para um futuro melhor, uma inspiração poética e estimulante para as pessoas.

DOCOMOMO é a organização mundial que trabalha para a proteção da arquitetura do século xx. Como o nome indica, concentramo-nos apenas no Movimento Moderno⁷. Olhar para a arquitetura e urbanismo do Movimento Moderno como património histórico é, no mínimo, controverso. Nenhum outro movimento na arquitetura foi tão dedicado a uma rutura total com as tradições anteriores, a uma revisão completa de valores culturais, como foi o Movimento Moderno.

Como Wessel de Jong refere, muitos historiadores da arquitetura avaliam o Movimento Moderno como um capítulo fechado na história da arquitetura, como um período no passado. Muitos outros — principalmente arquitetos — são inspirados pelas muitas conceções valiosas do legado do *avant-garde* moderno no seu trabalho futuro. Um dos grandes objetivos do DOCOMOMO Internacional é que ambas as visões sejam representadas dentro desta rede de investigadores e profissionais.

De qualquer forma, isto torna-se cada vez mais importante para o reconhecimento e valorização deste património, de modo a permitir uma intervenção qualificada, informada e esclarecida. Assuntos como materiais e tecnologias de reutilização, transformações espaciais e funcionais, bem como atualização de legislação, fazem agora parte da agenda contemporânea. As questões da sustentabilidade devem ser encaradas e enfrentadas como absolutamente cruciais, tal como deve haver cada vez mais empenho no desenvolvimento das próximas gerações, através de um novo projeto educativo! As contribuições para esta discussão unem modernidade e património moderno, economia e poupança energética, a missão social e a responsabilidade dos arquitetos em relação ao futuro⁸.

O Movimento Moderno é, muitas vezes, erroneamente compreendido como um estilo, entendido de um ponto de vista superficial, adotado como simples forma, como forma moderna, quando na verdade o Movimento Moderno sempre demonstrou grande preocupação com essas questões, procurando eficiência e economia, ou seja, uma utilização eficiente dos materiais, uma abordagem de projeto que incorpora inteligência com poupança de recursos⁹.



←

Casa das Marinhas, Viana de Lima. Perspetiva exterior.

In Ana Tostões (ed.), *Arquitectura Moderna Portuguesa*, Lisboa: IPPAR, 2004
J. P. Sottomayor Negrão.

✓

Escola do Bairro de S. Miguel, Rui Athouguia.

Perspetiva exterior.

Ana Tostões, 1994.

Bloco das Águas Livres, Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral.

Perspetiva interior sobre a entrada.

Ana Tostões, 1994.



Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e outros. Detalhe exterior.

Arquivo Nuno Teotónio Pereira.



Este conceito é hoje sintetizado na tão falada «sustentabilidade», cujo uso indevido pode ter, por vezes, levado a uma banalização da palavra. É por isso que o tema identificado que pretendo focar é o Movimento Moderno como primazia absoluta do processo em relação ao estilo.

Os dispositivos criados para responder com eficiência de acordo com o lugar e o clima, a reflexão feita sobre a construção física, a relação entre património, energia e economia, são temas para serem discutidos como conceitos, quer ao nível da documentação quer, cada vez mais, em termos de intervenção no Movimento Moderno. Afinal de contas, as principais forças que movem o DOCOMOMO – a documentação e a conservação.

O objetivo é contribuir para a discussão que relaciona património, restrições económicas e questões energéticas, reunidos debaixo de uma estratégia global para o futuro, a fim de cumprir um propósito do Movimento Moderno: a noção de um método baseado na ideia de arquitetura global ou de uma *gesamtkunstwerk* como a garantia de uma melhor qualidade de vida para todos!

The Scope of Total Architecture é explícita ao definir a arquitetura moderna como uma metodologia: «A minha intenção não é apresentar um, por assim dizer, estilo moderno seco e cortado para a Europa, mas introduzir um método ou abordagem que permita resolver um problema de acordo com as condições particulares.» Gropius prevê claramente a arquitetura do Movimento Moderno como um processo em vez de um estilo, mas, apesar disso, e apesar do facto de os meios de aproximação ao projeto sustentável serem parte integrante do processo moderno, a opinião generalizada é de que há um conflito fundamental entre arquitetura moderna e sustentabilidade.

As fontes dessa abordagem moderna podem ser captadas a partir dos numerosos escritos contemporâneos dos seus praticantes ou até mesmo da grelha CIAM, uma matriz que coloca a arquitetura e o planeamento enquanto preocupações organizadas em quatro categorias principais – viver, trabalhar e cuidar do corpo e do espírito, e circulação – e estabelece as células nas intersecções entre estas categorias e as opções de processo de *design*¹⁰.

Como Carl Stein afirma no seu *Greening Modernism*, embora a grelha CIAM seja incrivelmente ambiciosa na sua tentativa de trazer todos os problemas que afetam o planeamento e o projeto para uma única matriz, o que é talvez mais relevante



↑
Liceu de Beja, Cristino da Silva. Perspetiva exterior.
Entrada principal.

In *Arquitectos*, n.º 1, fevereiro 1938.

→
Bloco Costa Cabral, Viana de Lima. Vista da entrada.

Ana Tostões, 1994.

é o uso do que seria hoje chamado de notação *multimédia* em cada uma das células da matriz. Acomodando texto, desenhos e mapas, fotografias e outras notações, a rede suporta a inclusão da avaliação de fatores que vão muito além da simples medição quantitativa. Ela reconhece especificamente a importância de questões relacionadas com a vida, com o espírito e com a felicidade intelectual.

O cumprimento da sustentabilidade coloca dilemas fundamentais: materialidade e permanência. Permanência e, portanto, durabilidade de edifícios e de construção civil nem sempre são detetados nessas estruturas modernas onde a especificidade funcional e a experimentação com materiais são vistos como parte integrante dos seus conceitos. Esta idiosincrasia construtiva contribui para a percepção de que estas estruturas são fundamentalmente temporais. Isto é, em muitos casos, uma simplificação grosseira e o facto de elas permanecerem parece indicar a sua durabilidade relativa.

A outra questão que é, muitas vezes, levantada na discussão sobre a preservação da arquitetura moderna diz respeito à ideia da obsolescência funcional. Noutras palavras, os edifícios que são feitos sob medida para funções específicas tornam-se técnica e economicamente redundantes quando as suas funções são alteradas. Este é o caso, por exemplo, dos primeiros cinemas construídos que hoje perderam a sua função ou o sentido vivo de um «monumento da vida moderna», como um edifício-chave da vida urbana contemporânea.

Por estarem, por sua vez, dependentes do retorno sobre o investimento, a permanência e a durabilidade não são necessariamente promovidas para além do termo de investimento, a menos que o edifício possa ser reciclado, o que requer reinvestimento¹¹. É aí que, comparando a estrutura existente com um novo edifício, o argumento muitas vezes utilizado é de que a construção nova é mais eficiente e sustentável. A ideia de que os edifícios têm uma vida útil funcional limitada não é nova e aparece cedo na literatura relacionada com a preservação¹². Esta obsolescência percebida, que pode ter sido prevista ou desejada, fornece um impulso para a nova construção, mas parece ser contraditória com o conceito de sustentabilidade. No entanto, dado que as nossas economias são baseadas no consumo e volume de negócios, a durabilidade pode não ser considerada assim tão desejável. Também com a forte ênfase na eficiência operacional e de desempenho, tanto para o interior como para o exterior, o valor intrínseco da estrutura original é frequentemente questionado.

Carl Stein argumenta que os pioneiros do Movimento Moderno forneceram-nos as ferramentas ou os processos de projeto para resolver os problemas na procura da sustentabilidade, disponibilizando um quadro muito claro para a aplicação adequada destas ferramentas¹³. De muitas maneiras, os arquitetos modernos cedo anteciparam e procuraram abordar cientificamente os problemas de desempenho do edifício, que são as mesmas questões discutidas de forma tão destacada hoje na literatura.¹⁴ Porque muitos desses primeiros proponentes trabalharam no Norte da Europa, a ênfase centrou-se no aquecimento e no isolamento dos edifícios. Por exemplo, o documento de política federal suíço intitulado «Recommendations on Improving Energy Consumption in Historic Monuments» (Recomendações para a Melhoria do Consumo de Energia em Monumentos Históricos) afirma que



«património e energia são ambos problemas legítimos; eles partilham essencialmente as mesmas preocupações e procuram os mesmos resultados: apoio ao desenvolvimento sustentável, preservando os não substituíveis recursos naturais e culturais»¹⁵.

Conservação e reconstrução significam para o DOCOMOMO ser moderno e sustentável, a fim de continuar a cumprir o projeto social e coletivo do Movimento Moderno. Por outras palavras, um projeto inovador ao nível social, espacial e tecnológico comprometido com a comunidade e com o desafio de criar um lugar melhor para viver. Sabe-se que a arquitetura considerada produção social impõe uma grande responsabilidade para com o arquiteto. A rede do DOCOMOMO é a garantia dessa eficiência e competência partilhadas. A missão é destacar a vitalidade desta rede única e melhorar o objetivo mais premente que é o de preservar e valorizar a autenticidade do legado moderno.

Como sabemos, a conservação e a transmissão deste património são uma tarefa complexa que será possível, de acordo com o grau com que a sociedade, como um todo, chegue à compreensão e à apreciação do valor da arquitetura do Movimento Moderno. Os edifícios, sítios e conjuntos do Movimento Moderno continuam a estar mais em risco do que os de qualquer outro período. No final da década de 1980, muitas obras modernas já haviam sido demolidas ou transformadas. Isto deveu-se ao facto de muitos edifícios não terem sido considerados como elementos patrimoniais, de as suas funções originais terem sido substancialmente alteradas, e de as suas inovações tecnológicas nem sempre terem suportado tensões de longo prazo. Os principais objetivos do DOCOMOMO estão reunidos no Eindhoven Statement, emitido no final da conferência de fundação em 1990: *i)* trazer o significado do Movimento Moderno para a atenção do público, das autoridades, dos profissionais e da comunidade

educativa preocupada com o ambiente construído; *ii)* identificar e promover a gravação das obras do Movimento Moderno, incluindo um registo, desenhos, fotografias, arquivos e outros documentos; *iii)* fomentar o desenvolvimento de técnicas e de métodos de conservação apropriados e disseminar esse conhecimento pelas profissões; *iv)* evitar a destruição e a alteração de obras significativas do Movimento Moderno; *v)* identificar e atrair financiamento para a documentação e conservação; *vi)* explorar e desenvolver o conhecimento do Movimento Moderno.

O DOCOMOMO valoriza o carácter inovador do Movimento Moderno, de acordo com as suas dimensões social, técnica e estética, considerando um processo de longa duração e afirmando que a missão não é apenas a troca de ideias e de conhecimentos sobre edifícios, sítios e bairros do Movimento Moderno. O grande objetivo é formular novas ideias para o futuro do ambiente construído com base nas experiências passadas do Movimento Moderno.

Documentação, conservação e reutilização da arquitetura moderna em Portugal¹⁶

A crescente tomada de consciência de que a arquitetura moderna é património ocorreu em Portugal na segunda metade do século xx. Desde então um longo caminho tem sido percorrido em termos de investigação histórica, conhecimento, pedagogia e conquistas práticas, tais como a proteção oficial dos edifícios mais importantes desse período. Todavia, a herança moderna ainda não é consensual. Conhecido por arquitetos, historiadores e especialistas, o valor do património moderno é inquestionável, mas, sendo recente no tempo, precisa ainda de atingir o interesse da consciência pública, e a sua classificação não garante a preservação de um sítio ou de um edifício.

Cultura do património moderno: suas origens e desenvolvimento

No início dos anos 60, estabelecendo a primeira avaliação crítica sobre a modernidade portuguesa, arquitetos e historiadores de arte e de arquitetura deram início ao reconhecimento do património moderno português ao destacarem da arquitetura as obras que revelaram a ligação entre os novos materiais e as novas técnicas e, também, as que experimentaram uma modernidade consciente, purista ou expressionista. Ao mesmo tempo, uma consciência crescente denunciou que a arquitetura portuguesa do século XX deveria ser considerada património em risco, em obras como o *art nouveau* Anatógrafo, o Café Portugal dos anos 30 ou o Hotel Vitória, que foram perigosamente ameaçados.

A revista *Arquitectura*, entre 1955 e o final dos anos 60, contribuiu de sobremaneira para clarificar e avaliar tendências das construções coetâneas, devido ao pioneirismo dos seus artigos. Esta revista desempenhou, assim, um papel importante na divulgação crítica da produção arquitetónica portuguesa através da publicação de projetos de diversas tipologias. Simultaneamente, a revista *Arquitectura* iniciou uma espécie de sensibilização em relação ao património do Movimento Moderno, nomeadamente em relação às primeiras experiências que revelaram as possibilidades funcionais, espaciais e formais a partir da utilização de uma estrutura de esqueleto de betão. Os casos da Clínica Heliantia ou da casa de Honório de Lima no Porto são paradigmáticos, pois a sua preservação dependeu dos ensaios críticos publicados na época.

Após estas primeiras referências, lentamente incluídas numa visão mais vasta de arte, cultura e sociedade, uma plataforma mais ampla tem sido estabelecida. Na verdade, desde os primeiros exemplos selecionados aos presentes estudos de caso focados em autores, em edifícios ou seus comissários, o conhecimento do património moderno tem sido ampliado e criticamente considerado. Um trabalho consistente, baseado em investigação histórica e documentação gráfica, iniciou-se em Portugal no final dos anos 80, mas só no final dos anos 90 ganharia maturidade.

Em 1997, deram-se dois acontecimentos decisivos: o *DOCOMOMO Ibérico* publicou o primeiro registo ibérico de arquitetura moderna e uma exposição comissariada cientificamente por Ana Tostões teve lugar no Deutsches Architektur Museum, em Frankfurt, sintetizando a arquitetura portuguesa do século XX. (Tostões; Becker; Wang: 1998.)

De 2001 a 2005, o Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), atual Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), realizou uma exposição itinerante sobre arquitetura moderna portuguesa, divulgando-a por todo o país, publicando em 2004 um catálogo crítico, no qual se ensaiou uma ampla reflexão sobre os 300 edifícios apresentados na exposição.

Junto com seminários regulares, em 2005 o *DOCOMOMO Ibérico* começaria a publicação de registos temáticos sobre arquitetura moderna em castelhano e português: industrial (2005); habitação (2009), e equipamentos públicos (2010).

As monografias focadas em edifícios, arquitetos e instituições cobrem as mais diversas temáticas sobre a modernidade, sendo o exemplo mais importante a análise profunda sobre o museu e a sede da Fundação Calouste Gulbenkian (Tostões: 2012), a documentação e o trabalho curatorial realizado estariam na base da classificação de monumento nacional em 2010.

→

Casa de Chá da Boa Nova, Siza Vieira. Perspetiva exterior. Vista de terra.

Arquivo Nacional Fotografia.

↘

Clube de Tênis de Monsanto, Keil do Amaral.

Perspetiva exterior.

Mário Novais, Arquivo Keil do Amaral.

Proteção: A missão e o seu papel

A proteção oficial de edifícios existe em Portugal desde o século XIX, reconhecimento que decorre atualmente do valor histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico do bem a classificar. Do conjunto dos edifícios classificados salienta-se a sua antiguidade, pois a maioria é anterior a 1750, sendo que os edifícios datados depois de 1900 surgem em menor número. Verifica-se que os critérios de classificação de edifícios representativos do século XX são tão restritivos que só 150 auferem desta proteção legal. Dentro do universo desses 150 edifícios apenas 40 integram os cânones da arquitetura do Movimento Moderno, destacando-se casas, escolas, hospitais, edifícios industriais, hotéis, transportes, comércio, cinemas, teatros, edifícios universitários e outros.

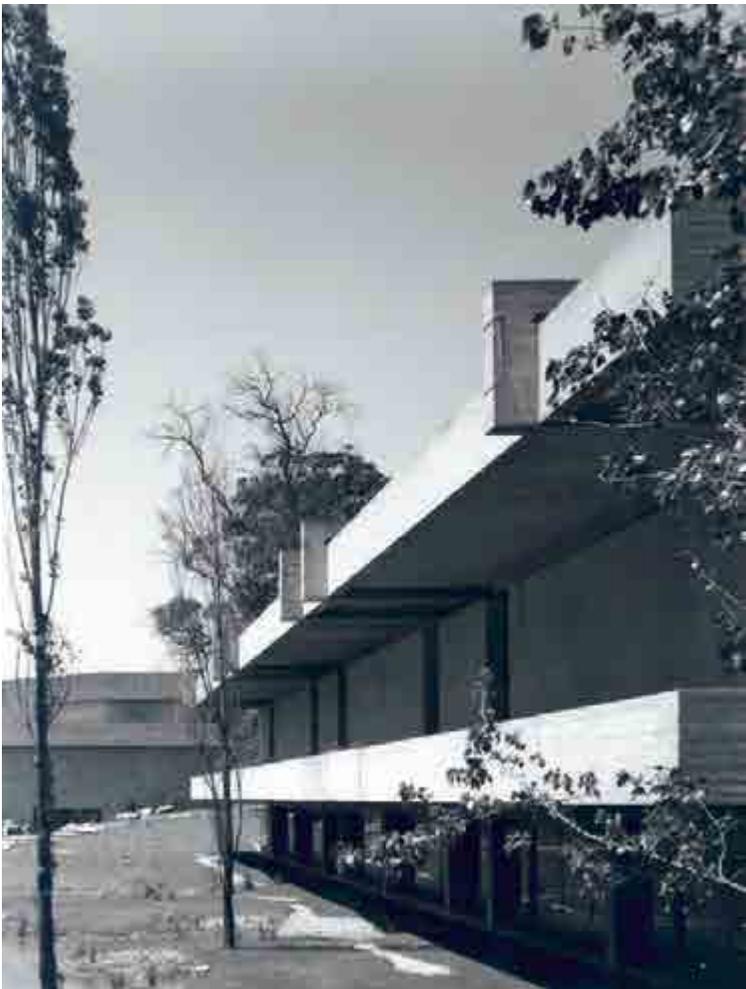
Dentro do universo de 792 edifícios classificados como monumento nacional, Portugal apresenta 4 edifícios ou conjuntos representativos do Movimento Moderno, como o Museu, Sede e Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian (1959-1969), de Alberto José Pessoa, Pedro Cid e Ruy Jervis d'Athouguia, Ribeiro Telles e Viana Barreto, classificado em 2010; a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1961-1970), de Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira, classificada em 2010, as Piscinas das Marés, em Leça da Palmeira (1961-1966), de Álvaro Siza, classificadas em 2011, e a Casa de Chá em Boa Nova (1956-1963), de Álvaro Siza, classificada em 2011.

Devido à importância excepcional também alguns edifícios mais jovens podem ser classificados para evitar a ameaça de demolição, alterações inadequadas ou negligência, tanto por proprietários, públicos ou privados. Esse foi o caso do Centro Cultural de Belém (CCB) (1988-1993), de Vittorio Gregotti e Manuel Salgado, classificado, em 2002, como um edifício de interesse público, e o Oceanário de Lisboa (1998), de Peter Chermayeff, classificado, em 2008, como edifício de interesse local. Os critérios de classificação e a lista de inventariação cronológica ou temática estão digitalizados e disponíveis *online*, através do *site* www.patrimoniocultural.pt.

Outras instituições no mesmo caminho

Para além da classificação, o conhecimento e o estudo constituem o início de um processo essencial para a preservação do património moderno. Assim, os arquivos representam estruturas fundamentais para a salvaguarda de memória arquitetónica recente, é o caso do arquivo da antiga DGEMN (1929-2007). Este arquivo pode ser considerado como o mais importante acervo documental e base de dados, reunindo uma extensa quantidade de informação produzida sobre inventários arquitetónicos, arquivos e coleções também digitalizados e disponíveis *online*, através do *site* www.monumentos.pt. Outros arquivos, como o Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, o Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian, o Arquivo da Fundação





↑
Fundação Calouste Gulbenkian, Alberto Pessoa, Pedro Cid e Rui Athougia.
Vista do corpo do Museu e Biblioteca.
Mário de Oliveira. FCG — Arquivo de Arte.

Instituto Arquiteto José Marques da Silva (FIMS) e o Arquivo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), têm vindo a recolher espólios arquitetónicos importantes.

A proteção legal: os seus efeitos nos edifícios, seus proprietários e sociedade

A classificação não proíbe alterações futuras, embora restrinja a ação. Dependendo do grau de classificação, uma zona de proteção alargada é promulgada, estabelecendo o planeamento como uma regra a seguir no respeito pela construção e conservação da área circundante.

Muito antes de a arquitetura portuguesa do século XX começar a ser oficialmente considerada como património, o proprietário de um dos exemplos mais notáveis do Movimento Moderno em Portugal ordenou, simplesmente, a sua demolição. Na verdade, a Casa Honório de Lima (1939-1940), de Alfredo Viana de Lima, foi demolida, em 1971, devido à ignorância e à especulação imobiliária. Outro exemplo de perda do património moderno ocorreu em 2004. Tratou-se da demolição do mercado local de Viana do Castelo (1961-1964), de João Andresen, apesar de ter estado presente na exposição itinerante sobre arquitetura moderna realizada pelo IPPAR (2001-2005), referenciada acima. O estudo, o conhecimento e a divulgação não foram suficientes para evitar a sua destruição.

Noutros casos, apesar de estarem classificados, os edifícios modernos foram modificados de forma controversa, como o primeiro *campus* universitário português: o Instituto Superior Técnico (1927-1941), de Porfírio Pardo Monteiro. A construção de duas torres de vidro no complexo, no final dos anos 90, resultou no processo de desclassificação em 2001.

Preservação do património moderno: conhecimento, divulgação, sensibilização

Mas existem casos que testemunham exemplos qualificados na via da conservação e reabilitação, como a Casa de Marinhas (1954), de A. Viana de Lima, cuja viúva encomendou recentemente um trabalho extenso de restauro para preservar a propriedade privada do casal. O restauro foi realizado pela FAUP com resultados exemplares.

Após cerca de 40 anos de portas abertas ao público, a Fundação Calouste Gulbenkian tem sentido a necessidade de se adaptar aos requisitos espaciais e funcionais que foram evoluindo ao longo do tempo. Se por um lado há que manter a memória de um edifício representativo e excepcional do ponto de vista arquitetónico, por outro é inadmissível que ele não corresponda aos padrões de conforto e exigências de utilização atuais. O bom resultado deste confronto confirma-se na capacidade de a construção resistir ao tempo e ao uso, e é justificado pela excelência das suas características estruturais, construtivas e materiais. Com o intuito de manter vivo e atualizado o edifício, têm sido feitas diversas intervenções de manutenção, valorização e remodelação, baseadas em critérios rigorosos de respeito pelo existente e procurando não alterar os valores essenciais do conjunto que o reconhecimento recente como monumento nacional implica.

A boa manutenção da construção corresponde à boa manutenção da própria imagem da Fundação e à continuidade dada à forte relação entre intenções e programa, entre projeto e obra. Assim, o projeto de intervenção tem de se desenvolver em diálogo constante com o existente, baseando na memória (na história do edifício ao longo do tempo e nas vivências nele ocorridas) a seleção dos valores originais essenciais, e também das metodologias e critérios de atuação. Dentre as várias intervenções operadas na Fundação, destaca-se a renovação do Museu, da Galeria de Exposições Temporárias do Museu e da área dos congressos, nomeadamente dos auditórios 2 e 3, que ilustram a necessidade de adaptação de espaços à vida quotidiana deste grande equipamento cultural. A qualidade das características estruturais, construtivas e materiais do conjunto, associada à flexibilidade do projeto, tem permitido suportar intervenções de manutenção, adaptação ou remodelação exigidas pela utilização constante e pela passagem do tempo sem que estas desvirtuem a sua inegável qualidade arquitetónica. Nesse sentido, podemos entender as intervenções como restauros, mas restauros interventivos, que respeitam, simultaneamente, os valores do projeto original e o interpretam de modo a responder às exigências normativas e padrões atuais de habitabilidade num edifício deste tipo.

O caráter das intervenções feitas na Fundação Calouste Gulbenkian é semelhante ao dos casos dos equipamentos culturais do pós-Guerra, na medida em que é um edifício que nunca deixou de ser utilizado, e que, por isso mesmo, necessita de constantes cuidados de manutenção, conservação e adaptação. Estas intervenções surgem, então, como parte de um

processo natural de evolução, ou mesmo de crescimento, de edifícios que se mantêm vivos desde a sua origem, e cuja função não foi alterada. O mesmo já não se observa nos edifícios paradigmáticos das primeiras vanguardas modernas do século XX. Todos eles acabaram por morrer em algum momento, alguns deles tendo passado por processos de destruição parcial, ou mesmo total. Assim, a retoma da vida destes edifícios passa necessariamente por dois caminhos: a mudança da função original, que pressupõe fazer modificações que têm sempre algum grau de intrusão no edifício, ou a musealização através do restauro, reconstituição ou mesmo reconstrução, que nos devolve obras cuja perda, total ou parcial, não aceitamos.

Embora as linhas gerais de intervenção possam ser mais diversificadas nos edifícios das décadas de 1920 e de 1930, do que nos equipamentos culturais do pós-Guerra, e embora todos façam hoje parte de um conjunto que denominamos genericamente património moderno, de facto cada caso é único e singular, cujas características específicas conceptuais (de projeto) e materiais (de construção) justificam diferentes vias de atuação e diferentes opções de intervenção.

Os primeiros são considerados como monumentos pelo caráter representativo que adquiriram com o passar do tempo, enquanto os segundos já foram concebidos e projetados enquanto tais. Mas em qualquer caso estaremos perante edifícios, monumentos modernos, que chegaram até nós vindos do passado (ainda que seja um passado recente), que manifestam uma forma específica de pensar e fazer arquitetura e que queremos, e devemos, preservar, de forma a poder deixá-los às gerações futuras. Esta é a ideia base sobre a qual assenta o conceito de património.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Pedro Vieira de — *Arquitectura Moderna em Portugal. História da Arte em Portugal*. Lisboa: Alfa, vol. XIV, 1986.
- A Arquitectura da Indústria, 1925-1965, Registo Docomomo Ibérico*. Barcelona: DOCOMOMO Ibérico, 2004.
- La habitación y la ciudad modernas: rupturas y continuidades, Zaragoza, Primer Seminario Docomomo Ibérico*. Barcelona: DOCOMOMO Ibérico, 1997.
- Cultura: origem e destino do Movimento Moderno. Equipamentos e infra-estruturas culturais 1925-1965, Porto, terceiro seminário DOCOMOMO Ibérico*. Barcelona: DOCOMOMO Ibérico, 2001.
- Equipamentos. Lugares Públicos e Nuevos Programas 1925-1965*. Registo DOCOMOMO Ibérico: Barcelona, 2010.
- FERNANDEZ, Sérgio — *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930-1974*. Porto: Edições FAUP, 2.ª ed., 1988.
- FRANÇA, José-Augusto — *História da arte em Portugal no século XX*. Lisboa: Bertrand, 1974.
- TOSTÕES, Ana — *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP, 1997.
- ___; BECKER, Anette; e WANG, Wilfried (ed.) — *Portugal: Arquitectura do Século XX*. München, New York, Frankfurt, Lisboa: Prestel/DAM/PF97, 1998.
- ___ — *Idade Maior. Cultura e Tecnologia na Arquitectura Portuguesa*. Porto: FAUP, [no prelo].
- ___ (ed.) — *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa: IPPAR, 2004.
- ___ — *The Buildings, Calouste Gulbenkian Foundation*. Lisboa: FCG, 2012.

NOTAS

- ALVES COSTA, Alexandre — *Reconversões contemporâneas e equipamentos culturais. Arquitectura del Movimiento Moderno. Registro DOCOMOMO Ibérico 1925-1965*. Barcelona: Fundació Mies van der Rohe/DOCOMOMO Ibérico, 1996, p. 197.
- Cf. HENKET, Hubert-Jan — *The Icon and the ordinary. DOCOMOMO Newsletter 8*, January 1993, pp. 36-38.
- REICHLIN, Bruno — *Quelle histoire pour la sauvegarde du patrimoine architectural moderne et contemporain? Patrimoine et Architecture*, Genève: Direction du Patrimoine et des Sites, 10-11, Juin 2001, pp. 50-57.
- REICHLIN, Bruno — *Riflessione sulla conservazione del patrimonio architettonico. Emanuele Palazzotto, Il restauro del Moderno in Italia e in Europa*. Palermo: Franco Angeli, 2007.
- Idem*.
- GRAF, Franz — *Material History and Conservation of Contemporary Building Fabric*. Robert Carvais; André Guillaume; Valérie Nègre; Joel Sakarovitvh (ed.), *Nuts & Bolts of Construction History*. Paris: Picard, vol. 1, 2012.
- DOCOMOMO, Eindhoven Statement, 1990.
- Cf. PRUDHON, Theodore (ed.) — *Modern and Sustainable*, Docomomo Journal 44, Summer 2011.
- STEIN, Carl — *Greening Modernism: Preservation, Sustainability, and the Modern Movement*. New York: W. W. Norton & Co, 2010, p. 81.
- GROPIUS, Walter — *The Scope of Total Architecture*. New York: Harper and Brothers, 1955, p. 3.
- Cf. PRUDHON, Theodore — *Preservation of Modern Architecture*. New York, NY: John Wiley & Sons, 2008, pp. 30-34; *The 'Modern' Challenge to Preservation. Forum Journal (The National Trust for Historic Preservation)*, vol. 24, no. 4, Summer 2010, pp. 9-14.
- Cf. HENKET, Hubert-Jan, and DE JONGE, Wessel — *A restoration concept for Modern Movement architecture*. MEURS, Paul, and VAN THOOR, Marie-Thérèse (eds.), *Sanatorium Zonnestraat: The history and restoration of a modern monument*. Rotterdam: NAI Publishers, 2010, pp. 98-101.
- STEIN, Carl — *Greening Modernism: Preservation, Sustainability, and the Modern Movement*. New York: W. W. Norton & Co, 2010, p. 81.
- Cf. TOMLOW, Jos, and WEDEBRUNN, Ola (ed.) — *Climate and Building Physics. The Modern Movement, Proceedings of the 9th International DOCOMOMO Technology Seminar*, June 24 and 25, 2005. Wissenschaftliche Berichte der Hochschule Zittau/Görlitz (FH) and DOCOMOMO Dossier no. 9, September 2006.
- GRAF, Franz, and MARINO, Giulia — *Modern and Green: Heritage, Energy, Economy. Docomomo Journal*, 45, Summer 2011.
- Cf. TOSTÕES, Ana; VAZ COSTA, Sandra — *Modern Heritage in Portugal. Critical encyclopaedia of re-use and restoration of twentieth-century architecture*, REICHLIN, Bruno; GRAF, Franz; LAMPUGNANI, Vittorio. Mendrisio, Lausanne, Zurich: CUS-EPFL, TSAM, ETHZ, GTA, SUPSI, LTS, 2009.



Património mundial e turismo: uma reflexão a propósito dos 40 anos da Convenção

Ana Paula Amendoeira¹

Université de Paris IV (Sorbonne) e Universidade de Coimbra/CEAUCP
Presidente do ICOMOS Portugal

O tipo de evolução da aplicação da Convenção do Património Mundial tem provocado, sobretudo nas últimas duas décadas, uma apropriação crescente da razão turística nas práticas da gestão da lista e da interpretação da Convenção. As contradições entre a práxis e os princípios impõem, cada vez mais, um questionamento sobre o futuro do Património Mundial.

Evolução da aplicação da Convenção do Património Mundial

A Convenção do Património Mundial e a evolução que a caracteriza, de 1972 até hoje, tornaram-se num instrumento universal de democratização do património, erigindo-se mesmo como o único nível de governança cultural global, através do Comité Património Mundial da UNESCO.

Os antecedentes da Convenção residem numa tomada de consciência das ameaças ao património, consequência da evolução da vida social e económica, se nos reportarmos ao seu texto (UNESCO: 1972), provocado nomeadamente pela emergência da sociedade de consumo de massas e da democratização do lazer, em ligação estreita com o conceito de desenvolvimento criado nos Estados Unidos no fim dos anos 40 do século XX.

O texto da Convenção não considera o consumo de massas, provocado pelo turismo, como uma ameaça para a conservação e proteção do património. A Convenção e a Lista anunciam, de resto, a sua criação com o objetivo de proteger os bens que possuam um valor universal excecional. A aplicação da Convenção e a sua evolução global conduziram, no entanto, à situação atual, plena de contradições, que importa inverter, para a manutenção da sua própria credibilidade.

A noção de valor universal excecional significa, no texto da Convenção, que «um bem possui uma importância cultural e ou natural de tal maneira excecional que ela transcende as

fronteiras nacionais e que apresenta o mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Desta forma, a proteção permanente deste património é da mais alta importância para toda a comunidade internacional» (UNESCO: 2008c, p. 15). Este valor é estabelecido a partir de um conjunto de 10 critérios definidos pelo Comité do Património Mundial, para aprovar a inscrição dos bens culturais e naturais na Lista (UNESCO: 2008c).

Todos os anos, na sequência da reunião anual do Comité do Património Mundial, novos bens são inscritos na Lista, que atingirá brevemente o simbólico número de mil bens inscritos. Na reunião do Comité em Cairns, foi decidido limitar o número de inscrições anuais de bens na Lista (UNESCO: 2001a), embora nem sempre essa decisão tenha sido cumprida na última década. Não existe até agora a intenção de estabelecer um *numerus clausus* ou qualquer outra limitação ao crescimento da Lista. O próprio sistema está construído no sentido deste crescimento, de par com uma complexificação crescente dos processos, dos conceitos e das categorias que se têm multiplicado nas últimas duas décadas, formando o que alguns autores classificam como indústria globalizada do património mundial (Schmitt: 2009).

O discurso atual do Património Mundial, apesar de defender a conservação do património, esconde, do nosso ponto de vista, uma conviência com uma prática mercantilista, em que o lucro que pode advir da inscrição de um bem na Lista se torna um objetivo e um valor principal. No entanto, este processo de valorização económica do património conduz, paradoxal e inexoravelmente, a uma desvalorização deste mesmo património, retirando-lhe muito do sentido cultural (Beschaouch: 2001).

A Estratégia Global para uma Lista Credível, Equilibrada e Representativa, e o turismo

O Ocidente apropriou-se rapidamente da imagem do Património Mundial, provocando em poucos anos um desequilíbrio manifesto da Lista, a favor da Europa e da América do Norte. Este desequilíbrio levou ao estabelecimento, pelo Comité, da Estratégia Global para uma Lista Credível, Equilibrada e Representativa, em 1994 (UNESCO: 2008c), com o objetivo de restituir à Lista a sua credibilidade e o seu equilíbrio.

No entanto, do nosso ponto de vista, o programa posto em prática com esta decisão não aborda as questões que consideramos essenciais. As medidas e os estudos no âmbito da Estratégia Global focam essencialmente o desequilíbrio interno da Lista e na sua falta de representatividade nos planos geográfico e quantitativo e nas categorias nas quais são inscritos os bens (ICOMOS: 2005). O objetivo da Estratégia Global é o de assegurar que a Lista reflita a diversidade cultural e natural dos bens com valor universal excecional. Parece-nos, no entanto, que o termo «credível» deveria ser aprofundado, com um questionamento estruturado sobre a forma como o Património Mundial tem sido «construído» ao longo dos anos precedentes. Sobretudo no que diz respeito ao tipo de turismo que se tornou dominante nas opções de desenvolvimento e de gestão aplicadas em grande parte dos bens do Património Mundial e aos seus efeitos negativos no estado de conservação e no valor de autenticidade dos bens.

Apesar de o tema do turismo não ter sido objeto de abordagem específica na definição da Estratégia Global, o Comité lançou, em 2001, o Programa do Património Mundial sobre o Turismo Sustentável (UNESCO: 2001b) com o objetivo de fazer face aos problemas ligados com o crescimento turístico nos

sítios inscritos na Lista. O programa identifica sete medidas principais para consolidar a capacidade de preservar os recursos destes sítios através de um «turismo sustentável»:

«1. Reforçar as competências do sítio para tratar os problemas provocados pelo turismo, desenvolvendo um plano de gestão;

2. Reforçar a capacidade da população local para desenvolver atividades relacionadas com o turismo, para que possa daí retirar benefício;

3. Ajudar a promover no plano local, nacional e internacional os produtos locais característicos;

4. Consciencializar o público e estimular o orgulho do património nas comunidades locais, através de grandes campanhas de sensibilização para a conservação;

5. Fazer com que os benefícios gerados pelo turismo contribuam para a conservação e para a proteção dos sítios;

6. Partilhar com outros sítios e zonas protegidas os conhecimentos e competências adquiridas;

7. Fazer com que a indústria turística compreenda melhor a necessidade de proteger o património mundial, os seus valores e as suas políticas.»

Outra orientação-chave deste programa consiste em estabelecer um diálogo construtivo, nomeadamente com a indústria turística, com o fim de desenvolver esforços a favor da preservação e da salvaguarda dos bens do património mundial (UNESCO: 2006).

No âmbito deste programa, realizaram-se várias reuniões internacionais e algumas publicações em regiões menos desenvolvidas para promover boas práticas de gestão de sítios e para assegurar uma promoção turística nas grandes exposições internacionais. Não existem dados precisos sobre os resultados práticos deste programa, que permitam avaliar o turismo sustentável na gestão dos sítios património mundial.

Pensamos, no entanto, que importa apresentar alguns exemplos que mostram o contraste entre as medidas enunciadas, as práticas efetivas seguidas e os seus possíveis impactos.

A Organização das Nações Unidas reconheceu oficialmente em 2007, na conferência de Davos, a contribuição negativa da indústria turística no aquecimento global do planeta. Se nenhuma medida forem tomadas, o impacto do modelo atual da indústria turística nas mudanças climáticas aumentará 150 % nos próximos 30 anos (World Economic Forum: 2007).

Por decisão do Comité, o Centro do Património Mundial tem desenvolvido estudos e promovido reuniões internacionais de especialistas com o objetivo de avaliar os impactos das alterações climáticas no Património Mundial e de propor formas adequadas de resposta ao problema e redução dos impactos negativos. Neste sentido, muitos documentos têm sido produzidos pelos órgãos do Património Mundial e respetivos órgãos consultivos. A 16.^a Assembleia Geral da UNESCO adotou, neste contexto, o documento de orientação acerca dos impactos das alterações climáticas sobre os bens do património mundial (UNESCO: 2008a), e a UNESCO publicou mesmo 26 estudos de caso sobre os impactos das mudanças climáticas em sítios do Património Mundial (UNESCO: 2007).

No entanto, consideramos curiosa a constatação de que nenhum destes documentos faz referência ao que foi reconhecido em Davos e sublinha o papel nefasto da indústria turística nas alterações climáticas e no aquecimento do planeta. O Centro do Património Mundial dá regularmente conta do seu

→

Caral, Peru, sítio inscrito na Lista do Património Mundial – painel de acolhimento turístico.

Maria Conceição Lopes, 2012.

Porta de Jafa, Jerusalém, Israel, cidade do Património Mundial com graves problemas de conservação e gestão devido aos conflitos e ao turismo sem regras.

Ana P. Amendoeira, 2010.

total empenhamento no combate para a redução das emissões de CO₂ sem, em nenhum momento, fazer referência à sua própria responsabilidade nesta situação. Todavia, as ligações entre o Centro do Património Mundial e a indústria turística mundial são claramente assumidas no seu sítio *web*, nomeadamente em termos das parcerias com as grandes empresas transnacionais tais como a Trip Advisor. Estas parcerias mereceram, de resto, uma avaliação muito negativa, apresentada na 35.^a reunião do Comité do Património Mundial. O prémio atribuído ao Centro do Património Mundial não deixa dúvidas sobre esta cumplicidade. Por ocasião do 11.^o aniversário do Prémio Mundial do Turismo, o Centro do Património Mundial foi distinguido com um prémio internacional concedido por multinacionais, tais como a American Express e a Corinthia Hotels. Este prémio é atribuído a organizações que tenham contribuído para o desenvolvimento da indústria das viagens (UNESCO: 2008b). Não nos parece que estas práticas tenham ligação com a promoção de um turismo sustentável tal como é anunciado no programa que acima referimos.

Esta prática contribui para consolidar a ideia, cada vez mais difundida, de que a inscrição de um bem na Lista serve para trazer soluções de problemas económicos locais ou regionais. «The World Heritage Status: a necessity for Jamaica's tourism» é um título de imprensa que o mostra (*The Gleaner*: 2009). A generalização desta ideia tem até levado algumas estâncias turísticas a imaginarem candidaturas a Património Mundial. Damos o exemplo de Benidorm, cidade da costa este espanhola, cujas autoridades organizaram reuniões e colóquios para lançar a ideia de uma candidatura à UNESCO. Esta mesma ideia era anunciada em 2008 no sítio *web* da Trip Advisor, um dos parceiros do Centro do Património Mundial, mas desta vez relativamente à cidade de Torremolinos, também em Espanha (Trip Advisor: 2008). Este anúncio foi retirado do site dois meses após ter sido divulgado. Trata-se com certeza de dois *faits-divers*, mas que ilustram a ambiguidade de muitas práticas e as consequências que podem daí advir para o prestígio do Património Mundial.

Turismo e conservação do Património Mundial

A pressão da rentabilidade dos bens, os interesses transnacionais em jogo, a própria indústria do turismo do Património Mundial, com os seus mecanismos de difusão e de *marketing* turístico, tornam difícil uma avaliação do real estado de conservação dos bens, bem como a adequação à realidade da lista do património em perigo. Acresce o facto de os relatórios periódicos de avaliação do estado de conservação dos bens serem elaborados pelos Estados partes que possuem os bens, o que retira uma parte da independência e da credibilidade dessa avaliação.



Esta situação tem como consequência que o estado de conservação oficial dos bens pode não corresponder ao seu estado de conservação real. No que diz respeito a alguns sítios, a inscrição na Lista conduziu à expulsão de habitantes sob pretexto de operações de reabilitação de zonas urbanas antigas com vista à sua exploração turística. Damos o exemplo do que aconteceu em Salvador da Baía, no Brasil. Neste caso, não só a UNESCO não tomou posição, como financiou uma parte destes projetos de reabilitação que levaram à expulsão da população residente (Barros; Pugliese: 2007).

Outros exemplos ilustram ainda situações complexas de dominação social e política, como as que se passam nos bens tibetanos inscritos na Lista. Aqui os habitantes são considerados uma ameaça na medida em que opõem uma resistência ao projeto de exploração turística. Neste caso, a China exerce uma pressão ilegítima, sob o silêncio da UNESCO, submetendo as práticas religiosas tradicionais ao seu projeto turístico e de promoção da imagem da unidade nacional (Shepherd: 2006).

O maior sítio inscrito na Lista do Património Mundial, Angkor, no Camboja, sofre constantemente ataques à sua integridade, devido aos roubos que os turistas e guias cometem regularmente levando peças dos monumentos, enquanto o Centro do Património Mundial continua a contribuir ativamente para a sua promoção turística, aumentando, cada vez mais, o número de turistas. Ao mesmo tempo desenvolve-se um discurso sobre a durabilidade do sítio e o turismo cultural respeitador de valores (Beschaouch: 2001).

Uma das críticas que podemos dirigir à aplicação da Convenção do Património Mundial, relativamente à conservação dos bens, é que frequentemente estes são inscritos na Lista e promovidos turisticamente, até pelo Centro do Património Mundial, antes mesmo que sejam postos em prática sistemas de gestão e de proteção credíveis e eficazes que assegurem a sua durabilidade. Em particular nas regiões do mundo que não dispõem da capacidade de pôr em prática os meios necessários, como é o caso de alguns países africanos ou asiáticos. Uma parte considerável dos bens não possui sequer plano de gestão, apesar de ser um instrumento obrigatório, ou não o cumpre apesar de o possuir (Hughes: 2009).

Quando falamos de património mundial e turismo, trata-se, é claro, de uma realidade complexa e necessariamente distinta, dependendo das regiões do mundo em apreço. Os grandes sítios do Património Mundial do Norte Ocidental –

da América do Norte ou da Europa – não podem assim ser comparados a outros grandes sítios do Sul, pobre e em desenvolvimento. A indústria turística e a exploração imobiliária não se apresentam da mesma forma e os problemas que colocam são diferentes. Por exemplo, no Norte encontraremos mais facilmente comunidades implicadas, desenvolvendo práticas de participação e de cidadania. Estas práticas encontrar-se-ão com maior dificuldade em países pobres do Sul. O Santuário Histórico de Machu-Picchu, no Peru, e a cidade de Bruges, na Bélgica, são dois bens inscritos na lista do património mundial e os dois são destinos turísticos importantes.

O primeiro é sujeito a uma exploração turística inaceitável, com empresas que exploram a população, que vive medianamente do turismo, e detêm até o monopólio do acesso ao sítio (Duterme: 2006). Os habitantes das comunidades vizinhas são pobres, pouco informados e vivem do turismo que as explora. Em Bruges, os habitantes mobilizam-se e manifestam-se contra o aumento do fluxo turístico, que, segundo os cidadãos, retira autenticidade e qualidade à sua cidade. Trata-se de uma população que vive de forma desafogada, com uma forte classe média, que, em muitos casos, também vive do turismo. No entanto, os habitantes desenvolvem também uma visão crítica e têm a capacidade e o poder para se manifestarem e intervir quando consideram que o desenvolvimento coloca em causa a sua qualidade de vida e o seu bem-estar.

O estabelecimento da Lista do Património Mundial em perigo pode também ser um exemplo de discussão sobre o facto de a avaliação do estado de conservação dos sítios ser fortemente condicionada por interesses económico-turísticos. Em muitos casos, o estado de conservação do sítio e as ameaças que sobre ele pesam justificam plenamente a sua inclusão na lista do património em perigo. O sítio de Machu-Picchu, no Peru, que evocámos, constitui um dos piores exemplos de gestão e de atentados aos direitos fundamentais da população. No entanto, não está inscrito na lista do património em perigo. Esta lista conta apenas com cerca de 20 a 30 sítios, num universo de quase 1000 bens. Podemos questionar a sua credibilidade, tendo em conta os problemas de conservação identificados numa grande parte dos bens. Trata-se, de resto, de uma situação que já valeu a crítica pública, nomeadamente do diretor do Global Heritage Fund, que considera que a UNESCO tem uma visão demasiado otimista sobre o estado de conservação do Património Mundial (Morgan: 2009).



↑
Terreiro de Jesus, Salvador da Bahia, Brasil.
Maria Fernandes, 2006.

Importa ainda referir o impacto do turismo na conservação do património que tem a expectativa de vir a ser inscrito na Lista. O simples anúncio da intenção de candidatura tem provocado um efeito negativo, como é o caso da cidade de Agadez, no Níger. A sua candidatura, anunciada, desde há 10 anos, e este ano provavelmente consumada com a inscrição na Lista na próxima reunião do Comité, já acelerou a compra, por europeus, de um número importante de edifícios no centro histórico da cidade, para os transformar em instalações hoteleiras e turísticas, antes que sejam impostas regras de uma eventual inscrição (Scholze: 2008).

Pôr as práticas em reflexão e as reflexões em prática

A forma como o Património Mundial está hoje organizado, nomeadamente no que diz respeito às relações com a grande indústria turística, contribui para a formação de uma civilização

mundial, que já tinha sido prevista e denunciada por Claude Lévi-Strauss algumas décadas atrás nos seus textos *Race et histoire* (Lévi-Strauss: 1992) e *Race et culture* (Lévi-Strauss: 1971). Uma das consequências nefastas desta civilização mundial é a perda de diversidade que constitui a base das culturas e das diferentes civilizações. A extrema facilidade e a multiplicação de trocas mundializadas contribuem, desde logo, para uma perda de criatividade. O conceito de cultura da UNESCO tem sido, também, questionado por várias vezes, nomeadamente sobre as contradições que encerra, sobretudo entre relativismo e universalismo, direitos de indivíduos e de grupos, diversidade cultural e contemporaneidade, etc. (Ericksen: 2001).

As contradições existem entre esta indústria turística global que explora muitos sítios do património mundial sobre uma base normalizada de mercado e de oferta turística e de valores de referência do Património Mundial. Em todas as regiões do mundo desenvolve-se um tipo de equipamento de exploração turística dos sítios do Património Mundial, o que também contribui para uma diminuição da diversidade cultural local e da criatividade. Muitas vezes, encontramos o mesmo tipo de produtos nas lojas em pontos opostos do planeta. Isto quando a Convenção e o conjunto das reflexões que ela tem produzido nos falam da riqueza do Património Mundial, do seu valor

universal excepcional que torna os sítios únicos, do espírito dos lugares, tudo características indispensáveis para compreendermos a especificidade de um sítio... Como conciliar então as práticas com as reflexões, os programas e as estratégias?

Consideramos que existe uma distância entre o discurso da UNESCO sobre o Patrimônio Mundial e a realidade efetiva, e que haveria vantagem em reduzir essa distância, a bem da credibilidade da Lista. O patrimônio mundial adquiriu uma visibilidade que permite aos gestores dos sítios, aos políticos e à UNESCO, fazer a real pedagogia das boas práticas, e criar realmente exemplos de sítios que podem ser apresentados como verdadeiros projetos de desenvolvimento sustentável. É no seio das comunidades e não fora delas, pela gestão participativa e coletiva dos recursos e dos problemas, bem como através de projetos locais, que encontramos a verdadeira base da sustentabilidade (Lapeyre: 2006; Latouche: 2004), tal como é desejado pela UNESCO no Programa do Patrimônio Mundial para o Turismo Sustentável. Quer dizer, é preciso encontrar as formas para reforçar as competências universais próprias da espécie humana, e essas são a competência de edificar e de habitar (Choay: 2006), as quais asseguram no tempo e no espaço a continuidade e a reprodução criativa e diversificada dos objetos, das paisagens e das cidades, etc., que se inscrevem hoje na Lista do Patrimônio Mundial. É desta forma que pensamos poder fazer frente às ameaças evocadas na Convenção e contribuir para uma verdadeira credibilização do Patrimônio Mundial e da sua Lista.

É preciso, realmente, atualizar soluções alternativas para que os problemas gerados sejam reconhecidos e encarados (Vigna: 2006). É preciso encontrar vias de saída para assegurar a continuidade da nossa diversidade cultural, na qual a conservação do Patrimônio Mundial desempenha um papel fundamental.

É neste quadro que se inscrevem, do nosso ponto de vista, as questões de fundo que não são tratadas de forma aberta e direta no questionamento interno da UNESCO e do ICOMOS. Este questionamento, designado por Estratégia Global, constitui, até agora, a manifestação mais próxima de uma avaliação interna da aplicação da Convenção. Esta *démarche* poderia ter sido um momento mais oportuno e útil para introduzir algumas questões essenciais, como por exemplo o turismo mundial, que podem contribuir a termo para uma mudança qualitativa da aplicação da Convenção. Consideramos que um real esforço deve ser feito sobre a avaliação, na medida em que é o próprio futuro do Patrimônio Mundial que está em jogo. Os sítios do patrimônio mundial devem ser um exemplo de gestão sustentável e de democratização patrimonial. Esse é um verdadeiro desafio para o futuro.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Juliana Neves; PUGLIESE, Vanessa Souza — Desapropriação das memórias indesejáveis: opressão e resistência no centro histórico de Salvador. *Revista da UFPR*, vol. 43, 2007.

BESCHAOUCH, Azédine — Patrimoine, sites, tourisme: de quelques contradictions. *Colloque Accueil, Aménagement et Gestion dans les Grands Sites*. Arles, Paris: ICOMOS France, 2001, pp. 19-23.

CHOAY, Françoise — *Pour une Anthropologie de l'espace*. Paris: Editions du Seuil, 2006.

CONDES, Sebastian — *Les incidences du tourisme sur le développement*. [s.l.]: *Revue Tiers Monde*, t. 45, n.º 178, 2004.

DUTERME, Bernard — *Expansion du tourisme international: gagnants et perdants*. Paris: Editions Syllepse, 2006.

ERICKSEN, Thomas Hylland — A critique of the UNESCO concept of culture. Jane Cowan, ed., *Culture and Rights: anthropological perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 127-148.

GLEANER, The, World Heritage Status: a necessity for Jamaica's tourism. Jamaica: Jamaica Gleaner News, 18 January, 2009.

HUGHES, Peter — On the brink. *Vanity Fair*. April, 2009. www.vanityfair.com.

ICOMOS, *La Liste du Patrimoine Mondial, combler les lacunes: un plan d'action pour le futur*. Paris: ICOMOS, 2005.

LAPEYRE, Frédéric — *Objectifs du Millénaire pour le développement: outils de développement ou cheval de Troie des politiques néolibérales*. Paris: Editions Syllepse, 2006.

LATOUCHE, Serge — *Survivre au développement*. Paris: Éditions Mille et Une Nuits, 2004.

LEVI-STRAUSS, Claude — *Race et histoire*. Paris: Denoel-UNESCO, 1992.

— — Race et culture. *Revue Internationale des Sciences Sociales*. Paris: UNESCO, vol. XXIII, n.º 4, 1971.

MORGAN, Jeff — The Limits of Soft Cultural Power. *The Economist*. London: The Economist Newspaper, 12 Septembre, 2009.

SHEPHERD, R. — UNESCO and the politics of cultural heritage in Tibet. *Journal of Contemporary Asia* [online]. Taylor & Francis, vol. 36, no. 2, 2006, pp. 243-257.

SCHMITT, Thomas M. — *Global Cultural Governance. Decision-making concerning World Heritage between politics and science*. Stuttgart: Erdkunde, vol. 63, no. 2, 2009, pp. 103-121.

SCHOLZE, Marko — Arrested Heritage: the politics of inscription into the UNESCO World Heritage List: the case of Agadez in Niger. *Journal of Material Culture*. London: University College, no. 13, pp. 215-231.

TRIP ADVISOR — Authentic Torremolinos, a World Heritage Site. www.tripadvisor.com. Consultado em 30 de novembro de 2008.

UNESCO, *Centre du Patrimoine Mondial. Document d'orientation sur l'impact du changement climatique sur les biens du patrimoine mondial*. Paris: Centre du Patrimoine Mondial, 2008a.

— — *Le Centre du Patrimoine Mondial honoré du World Tourism Award*. Paris: Centre du Patrimoine Mondial, 2008b.

— — *Orientations devant guider la mise en œuvre de la Convention du Patrimoine Mondial*. Paris: Centre du Patrimoine Mondial, 2008c.

— — *Case Studies on Climate Change and World Heritage*. Paris: UNESCO, 2007.

— — *Indicateurs de performance pour le Patrimoine Mondial, 30e session du Comité du Patrimoine Mondial WHC-06/30. COM/12*. Paris: Centre du Patrimoine Mondial, 2006.

— — *Décision de Cairns*. Paris: Centre du Patrimoine Mondial, 2001a.

— — *Programme thématique sur le tourisme durable adopté par le Comité du Patrimoine Mondial lors de sa 25e session à Helsinki*. Paris: Centre du Patrimoine Mondial, 2001b.

— — *Convention concernant la Protection du Patrimoine Mondial Culturel et Naturel*. Paris: UNESCO, 1972.

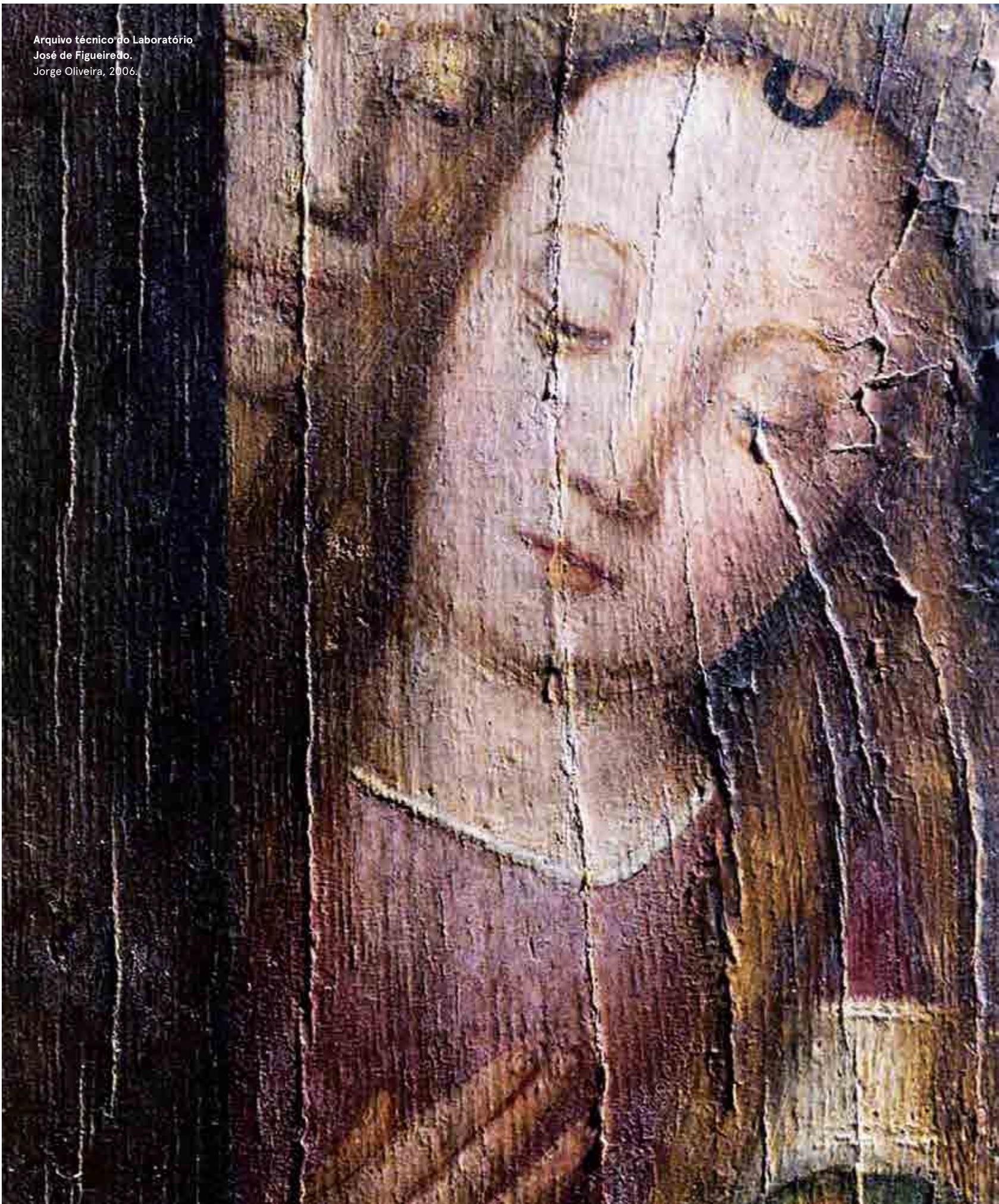
VIGNA, Anne — Les charlatans du tourisme vert. *Le Monde Diplomatique*. Paris, juillet, 2006.

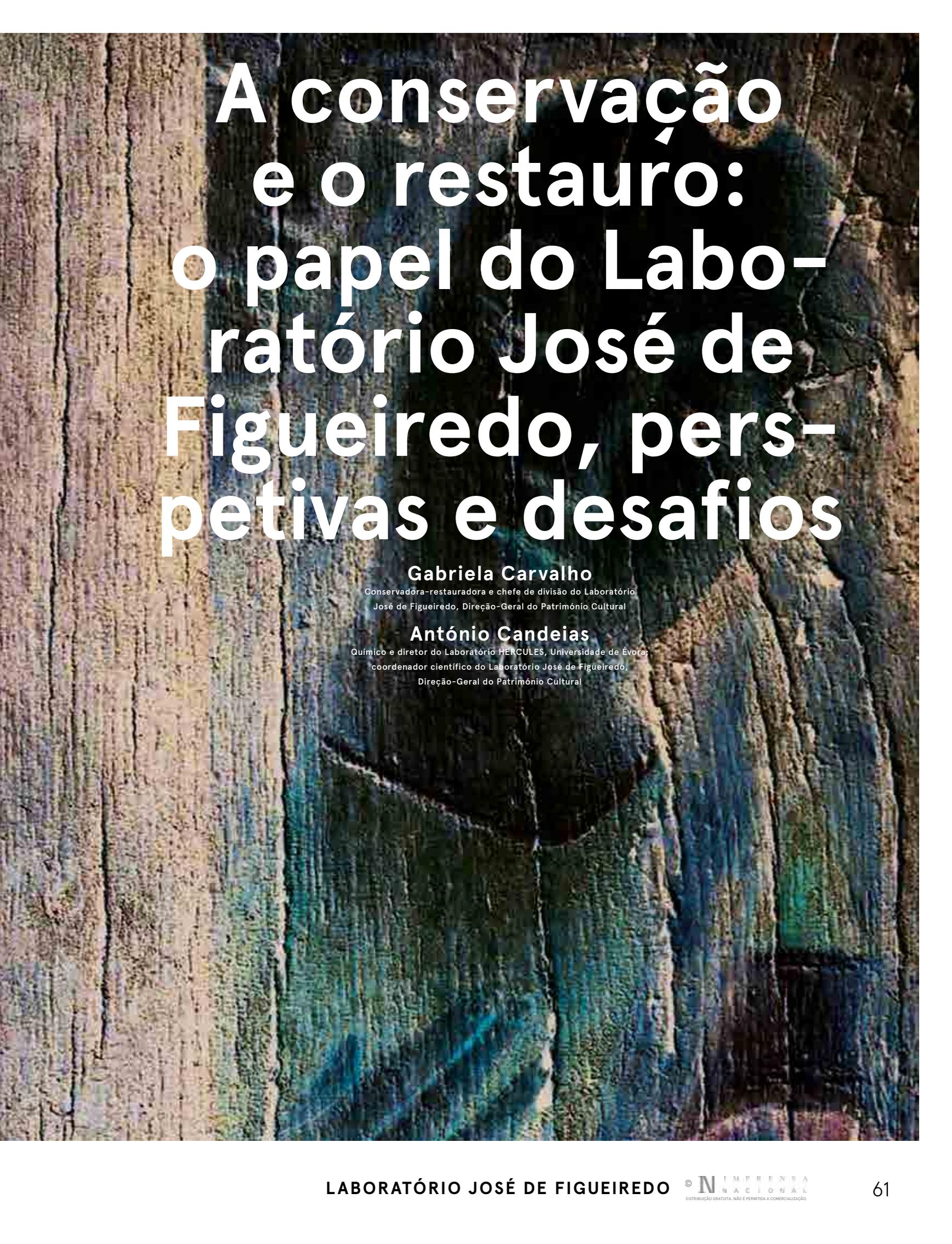
WORLD Economic Forum, Annual Meeting. Davos, 2007. www.weforum.org.

NOTA

1. A autora agradece à Fundação da Ciência e Tecnologia, que financiou a investigação que constitui a base deste texto através do Programa de Bolsa de Doutorado no Estrangeiro.

Arquivo técnico do Laboratório
José de Figueiredo.
Jorge Oliveira, 2006.





A conservação e o restauro: o papel do Labo- ratório José de Figueiredo, pers- petivas e desafios

Gabriela Carvalho

Conservadora-restauradora e chefe de divisão do Laboratório
José de Figueiredo, Direção-Geral do Património Cultural

António Candeias

Químico e diretor do Laboratório HERCULES, Universidade de Évora;
coordenador científico do Laboratório José de Figueiredo,
Direção-Geral do Património Cultural

Um olhar sobre o início do estudo científico das obras de arte em Portugal. A conservação e o restauro, desde a criação do Instituto José de Figueiredo, em 1965; as diversas transformações que vai sofrendo ao longo do tempo, até aos dias de hoje, mas mantendo sempre o seu papel na salvaguarda dos bens culturais. Os novos desafios que se colocam ao Laboratório José de Figueiredo. Uma estratégia para a salvaguarda do património cultural.

Perspetiva histórica

A conservação integrada de obras de arte e o estudo científico começaram em Portugal, em 1935, no Museu das Janelas Verdes (atual Museu Nacional de Arte Antiga), com a produção dos primeiros registos fotográficos com luz rasant e a aquisição de reagentes e materiais necessários para a análise química de pigmentos. Os esforços de duas personalidades proeminentes, João Couto (1892-1968), diretor do Museu, e Manuel Valadares (1904-1982), físico português de renome, permitiram o fortalecimento do seu potencial científico, a produção dos primeiros estudos científicos e, acima de tudo, a mudança de paradigma para a conservação e restauro com o apoio da análise científica.

O reconhecimento da importância desta atividade levou à construção, em 1940, de um novo edifício adjacente ao Museu, pioneiro a nível internacional, para albergar uma unidade integrada de conservação e restauro combinando oficinas de conservação e restauro e infraestruturas laboratoriais. Finalmente, em 1965, esta unidade deu origem ao Instituto José de Figueiredo (IJF) com competências na área da pintura mural e de cavalete, escultura, têxteis, talha, ourivesaria e metais, papel e mobiliário. Particularmente importante foi a organização de brigadas ou campanhas de conservação de património integrado, designadamente pintura mural e estruturas retabulares, em todo o território português, e o seu papel na formação em conservação e restauro. Na década de 90 do século passado, resultante da importância crescente da conservação e restauro e do seu reconhecimento, enquanto área de conhecimento autónoma, é criada a Escola Superior de Conservação e Restauro (ESCR), umbilicalmente ligada ao IJF, que, juntamente com o Instituto Politécnico de Tomar, será responsável pelos primeiros cursos de bacharelato em Conservação e Restauro.

Em 2000, o IJF dá origem ao Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR) e ganha mais autonomia em termos de atividade e de gestão. Este facto, num ambiente económico favorável, levou ao fortalecimento da instituição,



em particular no que respeita à renovação da sua infraestrutura analítica, com a aquisição de equipamentos de ponta para análise físico-química, e das oficinas de conservação e restauro, criando condições ambientais e laborais ideais para a prática da conservação. Por esta altura dá-se a integração da ESCR na Universidade Nova de Lisboa, e a passagem de uma formação de bacharelato em Conservação e Restauro para licenciatura, de acordo com as correntes europeias que preconizavam uma formação de nível universitário.

A fusão do Instituto Português de Museus (IPM) e do Instituto Português de Conservação e Restauro, como resultado do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), realizada em 2007, juntou competências e responsabilidades num novo instituto: o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC). Museus e políticas de conservação e restauro estavam agora sob a gestão de uma única entidade. Em relação à conservação e restauro de património cultural móvel, competia ao IMC, enquanto órgão do governo central, responder eficazmente aos desafios de salvaguarda desse património identificados na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, relativa à proteção e valorização do património cultural. Do anterior IPCR, e integrados na nova estrutura do IMC, resultariam dois departamentos — Departamento de Conservação e Restauro (DCR) e Laboratório de Conservação e Restauro José de Figueiredo (LCRJF) —, que, embora enfrentando enormes restrições orçamentais, desenvolveram a sua atividade de forma integrada, procurando parcerias com diversas entidades e centros de investigação, como o Laboratório HERCULES, da Universidade de Évora, o Centro de Física Atómica e o Instituto de História da Arte, da Universidade de Lisboa, o Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior de Agronomia, da Universidade Técnica de Lisboa, ou o Centro de História de Além-Mar e o VICARTE, da Universidade Nova de Lisboa.

Em maio de 2011, foi apresentado o Plano Estratégico para a Conservação e Restauro, pelo então Secretário de Estado da Cultura, Dr. Elísio Summavielle, que preconizava como medidas operacionais a criação do Conselho Regulador da Conservação e Restauro e da Rede Nacional de Conservação e Restauro (RENACOR). Este Plano tinha como objetivos, por um lado, tornar mais transparente a atividade da conservação e restauro, definindo competências e estabelecendo critérios de adjudicação e creditação de empresas e indivíduos, e, por outro, promover a otimização e articulação de recursos humanos especializados, pertencentes a diferentes organismos do Estado, bem como o reforço científico destas infraestruturas, contribuindo, decisivamente, para uma presença efetiva no território, capaz de garantir o papel do Estado na salvaguarda do património.

Em maio de 2012, ocorre uma nova reestruturação dos organismos do Estado, no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), com a fusão do Instituto dos Museus e da Conservação e do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR) e a criação da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) (Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio). Na estrutura da atual DGPC é então criada a divisão Laboratório de Conservação e Restauro José de Figueiredo, que resulta da integração do DCR com o LCRJF.

A conservação e restauro no Laboratório José de Figueiredo

O Laboratório José de Figueiredo (LJF) assume-se como o sucessor de uma longa tradição em investigação, formação e atividade no campo da conservação e restauro de bens móveis e património integrado, desenvolvido pelas instituições que o antecederam, o IJF e o IPCR.

Uma das tarefas fundamentais do LJF é a definição e concretização da política de salvaguarda, investigação e conservação do património cultural móvel e integrado pertencente ao Estado e a outras entidades e a privados.

No contexto atual, o LJF desenvolve um papel normativo e regulador, estabelecendo os requisitos em termos de formação e de competências profissionais, difundindo as melhores práticas e metodologias apropriadas, centrando a sua atividade no acompanhamento técnico e científico e supervisão e reservando a sua intervenção direta e estudo para peças de valor cultural e artístico excepcional e para intervenções exemplares que podem servir como referências futuras.

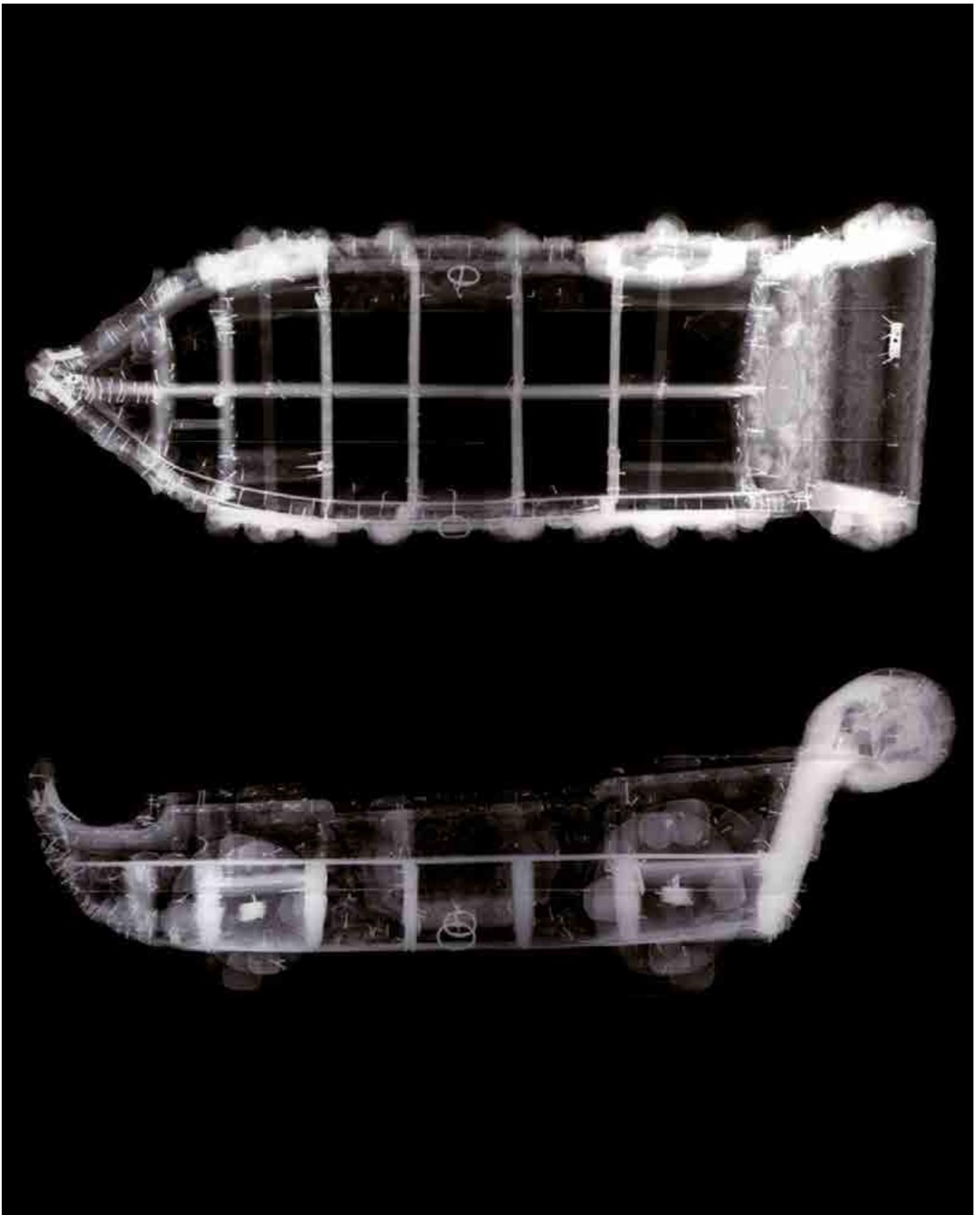
Particularmente importante é o apoio técnico e científico a intervenções realizadas por outras entidades e profissionais nas suas áreas de competência.

As restrições orçamentais impostas atualmente aos organismos do Estado e a falta de aposta nos últimos 20 anos na renovação e reforço de recursos humanos do LJF tornam a sua missão muito difícil, sendo, mais do que nunca, fundamental a procura de parcerias e sinergias com outras entidades, públicas ou privadas, que permitam angariar e canalizar novos investimentos, nacionais e internacionais, e desenvolver projetos integrados de conservação e restauro que pela sua dimensão e importância são por si só dinamizadores de outras atividades fundamentais para a regulação da atividade da conservação e restauro.

A conservação e restauro em Portugal: novos desafios

A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabeleceu as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, introduziu um mecanismo de controlo prévio e de responsabilização em relação a todas as obras ou intervenções no património cultural.

As imposições normativas decorrentes dos artigos 45.º e 59.º da referida lei foram objeto de regulamentação no Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, que estabelece «o regime jurídico em relação a estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal» (n.º 1 do artigo 1.º). Integra os referidos bens «o património móvel artístico integrado em bens culturais imóveis e identificado como tal no respetivo ato de classificação ou no ato de abertura do procedimento de classificação» [álínea c) do n.º 2 do artigo 1.º]. Com este decreto-lei, que institui, inovadoramente, procedimentos a ter em relação aos bens móveis e integrados, deu-se um passo significativo no sentido de regulamentar todas as intervenções em património classificado e em vias de classificação, cumprindo-se assim o desígnio de efetiva salvaguarda de uma realidade diversificada de bens que espelham uma pluralidade de formas de expressão cultural.



Deve salientar-se que, ao definir como *património móvel integrado* todos «os bens móveis de interesse cultural relevante ligados materialmente e com carácter de permanência a bem cultural imóvel, bem como os bens móveis que estejam afetos de forma duradoura ao seu serviço ou ornamentação» [alínea f) do artigo 3.º], pressupõe-se que há bens culturais móveis que fazem parte do património artístico integrado que, sendo de interesse relevante, deverão ser objeto de atenção especial, incluindo aqueles que não têm qualquer proteção legal.

É essencial que os organismos do Estado sejam os primeiros a dar o exemplo de boas práticas, enviando para a entidade competente as propostas de intervenção apresentadas, previamente à adjudicação dos trabalhos de conservação e restauro («relatório prévio»), realidade que não se tem verificado, ao longo dos anos. Este procedimento deveria ser implementado de forma mais alargada do que aquela a que o Decreto-Lei n.º 140/2009 obriga, o mesmo se verificando para o acompanhamento e a fiscalização dos trabalhos. Espera-se que a sua influência seja progressivamente alargada a outros bens não classificados pertencentes ao Estado e a outros organismos públicos ou privados.

Para além do estabelecido no referido decreto-lei, poderá, todavia, existir um conjunto de fatores que podem contribuir para uma atuação mal direcionada, nomeadamente pela falta de recursos humanos que se denota nos organismos do Estado, de modo a cumprir aquilo que ali está regulamentado, quer seja ao nível da avaliação dos concursos e relatórios quer ao nível do acompanhamento e fiscalização dos estudos, projetos, obras ou intervenções.

Sendo o relatório prévio, artigo 5.º da lei suprarreferida, da responsabilidade de um técnico habilitado com formação superior adequada de cinco anos, e cinco anos de experiência profissional após a obtenção do título académico, só um júri com conhecimento casuístico das qualificações existentes no mercado poderá fazer uma análise adequada das propostas, tendo em conta a diversidade da formação dos intervenientes ao nível do ensino superior em conservação e restauro.

Por outro lado, a atual proliferação de cursos de formação que incluem a designação de conservação e ou restauro na denominação dos cursos, de nível superior e de nível não superior, e a ausência de diretivas públicas para o exercício da profissão podem gerar graves equívocos na adjudicação de intervenções de conservação e restauro. Daí a exigência de uma formação adequada de nível superior e uma experiência profissional comprovada.

Deve salientar-se que o paradigma da atividade da conservação e restauro mudou radicalmente nos últimos 20 anos, sendo atualmente uma atividade centrada no setor privado, enquanto no passado era o Estado o principal protagonista. Deste modo, compete às instituições do Estado garantir o acompanhamento das intervenções de conservação e restauro, assegurando o cumprimento do relatório prévio e uma participação ativa na resolução de problemas que eventualmente possam surgir durante os processos de intervenção.

A proliferação de *workshops* e cursos de curta duração que tem vindo a verificar-se pode inclusivamente conduzir a situações de risco para os bens não inventariados na posse de particulares ou instituições (museus, fundações, Igreja, etc.). Este tipo de oferta formativa apenas vem confundir os agentes e, porventura, pôr em risco a salvaguarda desses bens, uma vez que é realizada por pessoas não habilitadas, para além de que não é através de breves ações de formação que se preparam profissionais numa área tão específica e que exige não só uma formação adequada de nível superior como experiência profissional comprovada.

Estratégias para uma política de salvaguarda

Uma política sustentável para a salvaguarda do património cultural deve ter em consideração um quadro multidisciplinar e transversal e a integração de diferentes instituições e em diferentes campos de ação, incluindo a formação em conservação e restauro, a regulação da atividade da conservação e restauro, a fiscalização e monitorização, a investigação e inovação e a sensibilização e divulgação.

Uma das metas que tem de ser cumprida é a regulação da atividade de conservador-restaurador, incluindo o nível de formação e a creditação de profissionais no ativo (a título individual e empresarial), e a criação de medidas de regulamentação para concursos de intervenção de conservação e restauro, incluindo património não classificado público e privado. Este aspeto é de particular relevância quando se fala em património móvel integrado em que, sucessivamente, empresas e ou profissionais de conservação e restauro aparecem como subsidiários/subcontratados de empresas de construção civil que estabelecem prioridades e prazos, muitas vezes, não consentâneos com a atividade da conservação e restauro e desrespeitando o estabelecido na lei.

No Plano Estratégico para a Conservação e Restauro de 2012 preconizava-se, para este efeito, a criação de um «conselho regulador» composto por diversas entidades do Estado responsáveis pela gestão patrimonial, associações profissionais e instituições de ensino superior. As alterações institucionais adiaram ou alteraram este propósito, mantendo-se, no entanto, a necessidade de criar um novo enquadramento para a atividade da conservação e restauro.

Com vista à operacionalização da Lei n.º 107/2001 e do Decreto-Lei n.º 140/2009, e de forma a tornar mais eficazes as ações de conservação e restauro em todo o território nacional, preconizava-se ainda a criação da RENACOR. Embora nunca tenha avançado formalmente com a sua constituição, em 2012 o Laboratório José de Figueiredo, com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, reforçou ou operacionalizou alguns núcleos de conservação e restauro dispersos no território, com bolsheiros de investigação com experiência e formação em conservação e restauro. A ação destes conservadores-restauradores centrou-se inicialmente no apoio às instituições de acolhimento, abrindo-se gradualmente à comunidade através da organização de cursos de sensibilização e apoio técnico-científico dirigidos às direções regionais de cultura.

No novo quadro institucional, torna-se mister a criação institucional desta rede nacional que poderá ser composta pelas direções regionais de cultura e por unidades operacionais da DGPC distribuídas geograficamente pelo País (zonas

do Norte, Centro, Grande Lisboa e Sul) e pelos departamentos centrais da DGPC com competências na área.

Em termos de objetivos, e de acordo com a proposta inicial, esta rede terá como principais objetivos:

1. Apoio técnico e científico a museus, agentes e entidades regionais gestoras ou detentoras de património públicas e privadas, nomeadamente a Igreja e as misericórdias;
2. Realização de cursos de formação/valorização profissional na área da conservação e restauro para conservadores-restauradores;
3. Realização de ações de sensibilização ao nível da conservação preventiva para técnicos de museus, autarquias e entidades regionais gestoras de património;
4. Elaboração de relatórios técnicos preliminares com vista à execução de cadernos de encargos para concursos públicos ou projetos de intervenção de conservação e restauro;
5. Acompanhamento das intervenções de conservação e restauro através de vistorias, fiscalização técnica, avaliações e peritagens conforme estabelece a legislação em vigor, com elaboração de relatórios de acompanhamento intercalares (sempre que solicitado) e relatório final;
6. Participação em painéis de avaliação de propostas de concursos para adjudicação e de relatórios finais de intervenção.

Para a consecução destes objetivos será necessário que, ao nível regional, a administração do património cultural responsável (DGPC) possua equipas técnicas de conservadores-restauradores que possam prestar apoio às entidades detentoras ou que têm à sua guarda bens culturais. Referimo-nos obviamente à Igreja (dioceses e paróquias), misericórdias, fundações e outras entidades, como as autarquias, que possuam equipamentos de índole museológica e particulares em geral.

Para o efeito, a DGPC, em colaboração com as direções regionais, deverá identificar infraestruturas e parceiros regionais públicos (museus, universidades, centros) que possuam competências técnicas e materiais na área da conservação e restauro e dotar algumas destas infraestruturas com pequenas equipas de conservadores-restauradores de modo a cobrir todas as zonas geográficas do País.

É fundamental que, para o sucesso destas ações, haja uma política de proximidade com as diversas entidades com responsabilidade na salvaguarda e na valorização de bens culturais, através de acordos de colaboração, a fim de que as entidades da administração do património cultural sejam obrigatoriamente ouvidas, de forma a garantir o acompanhamento e a supervisão das intervenções de conservação e restauro.

Estratégias para investigação em património

A investigação é um dos pilares fundamentais para a salvaguarda do património cultural e deve abranger uma abordagem transdisciplinar que integre história, história da arte, conservação e restauro e ciências de materiais. O LJF foi o laboratório de referência português no campo da investigação aplicada à conservação de património móvel equipado com tecnologia de ponta que permite a caracterização material completa e detalhada de objetos culturais. No entanto, e tendo

em consideração o recente desenvolvimento deste campo a nível académico, é fundamental o estabelecimento de parcerias estratégicas com universidades e outras instituições de investigação, o desenvolvimento de projetos de investigação conjunta e a investigação em rede, aos níveis nacional e internacional.

Estas parcerias irão permitir a partilha de experiências, conhecimentos e infraestruturas analíticas e o desenvolvimento de novas metodologias de análise com instituições líderes na área da investigação em património cultural e arqueometria em Portugal e, finalmente, a criação de uma rede de investigação do património cultural.

Não obstante, é necessário centrar a investigação nas necessidades reais do nosso património cultural, tendo em consideração a sua salvaguarda, pelo que o diálogo e a parceria com as empresas de conservação e restauro e o incentivo ao desenvolvimento de investigação aplicada tornam-se fundamentais.

Estratégias de divulgação

A crise económica atual obriga as instituições públicas a serem ainda mais criativas na busca de meios, oportunidades e soluções para superar as dificuldades financeiras que são impostas.

O papel do Governo nesta área está a mudar e as instituições públicas são incentivadas a procurar parcerias e formas alternativas de financiamento.

Parcerias com outras instituições públicas e privadas e fundações e ou a criação de consórcios podem permitir a criação de projetos transversais capazes de beneficiar de oportunidades criadas por mecanismos de financiamento e programas, como, por exemplo, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), entre outros. Além disso, a criação de um programa de ação para a conservação, estudo e restauro de peças culturais relevantes do nosso tesouro nacional, capaz de captar o interesse de patrocinadores e dos *media*, acabará por atrair o público em geral e permitir a criação de um ambiente económico e social favorável para a atividade da conservação e restauro. Este programa deve ser integrado com campanhas de angariação de fundos e de promoção e divulgação do património e da conservação e restauro.

Atividades de divulgação são fundamentais quando se considera uma política sustentável para a salvaguarda do património cultural. O aprofundamento de diferentes projetos educacionais, incluindo conferências, minicursos, recursos *web*, e o envolvimento de entidades locais e regionais públicas e privadas no processo de decisão podem, conjuntamente, ajudar a propagar a consciência entre as comunidades para o valor do património cultural como um recurso para o seu desenvolvimento sustentável e aumento da qualidade de vida e a criar um melhor entendimento sobre as questões de conservação.

BIBLIOGRAFIA

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 209, de 8 de setembro de 2001, pp. 5808-5829.

Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 113, de 15 de junho de 2009, pp. 3653-3659.

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 206, de 23 de outubro de 2009, pp. 7975-7987.

projetos

Rota dos mosteiros património da humanidade da região centro

João Seabra Gomes

Arquiteto

Maria Fernandes

Arquiteta

Patrícia Soares

Arquiteta

Pedro Redol

Historiador da arte

José Fernando Canas

Arquiteto

Irene Frazão

Conservadora-restauradora

Os Paços Henriquinos,
após a escavação.
DGPC, 2010.



A candidatura «Rota dos mosteiros património da humanidade da região centro» constituiu uma oportunidade única e determinante para a inversão de um ciclo de menor investimento na preservação das três peças-âncora do património histórico construído da região centro. Apesar das dificuldades diversas que impediram a concretização, no tempo previsto, do ambicioso programa inicial, foi, contudo, possível executar um conjunto muito importante de ações que contribuíram, significativamente, para a preservação das áreas integradas nos circuitos de visita, requalificando-as e aproximando-as dos níveis de exigência associados ao turismo cultural contemporâneo, nomeadamente através da minimização das barreiras arquitetónicas e da requalificação da componente informativa recorrendo a «novos» suportes e estratégias de comunicação.

Enquadramento

Com a criação do IGESPAR² definiu-se um conjunto de objetivos relacionados com a salvaguarda e valorização dos imóveis afetos a este instituto, nomeadamente em relação a três dos monumentos situados na região centro do País, e que integram a Lista do Património Mundial.

Tendo por base um significativo número de projetos, previamente encomendados pelo IPPAR, e o diagnóstico feito pela nova equipa do departamento de projetos e obras do IGESPAR, preparou-se, entre finais de 2008 e início de 2009, uma candidatura com um valor global próximo dos doze milhões de euros, no âmbito do IV Quadro comunitário de apoio (QREN 2007-2013)³.

Não tendo sido possível incluir o Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, por se situar fora da área geográfica abrangida pelo referido programa de apoio, contemplaram-se na candidatura designada por «Rota dos mosteiros património da humanidade da região centro — 1.ª fase» (Rota) o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, o Convento de Cristo, em Tomar, e o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha.

A intervenção em cada imóvel no âmbito da Rota estruturou-se segundo três eixos principais de atuação e investimento:

1) melhoria das condições de fruição e valorização; 2) salvaguarda e preservação; 3) prevenção de riscos e segurança, nos conjuntos monásticos e respetivas envolventes.

Apesar de os monumentos apresentarem diferenças substanciais em escala, usos, características tipológico-construtivas, assimetrias ao nível do estado de conservação, bem como dos índices de área visitável e de infraestruturização de apoio ao seu funcionamento, definiram-se objetivos estratégicos comuns, bem como níveis de investimento similares para os três imóveis.

Foram criteriosamente selecionadas cerca de oito dezenas de componentes que, através da sua implementação, possibilitariam a preservação física dos imóveis e respetivo património integrado e, sobretudo, a melhoria das condições de visita.

Ações comuns — como a reabilitação profunda de vastas áreas de cobertura, o restauro do principal património integrado que se encontrava em risco, a implementação de sistemas de segurança integrada e a requalificação das instalações elétricas — deram unidade, coerência e significado ao espírito que esteve na génese da candidatura.

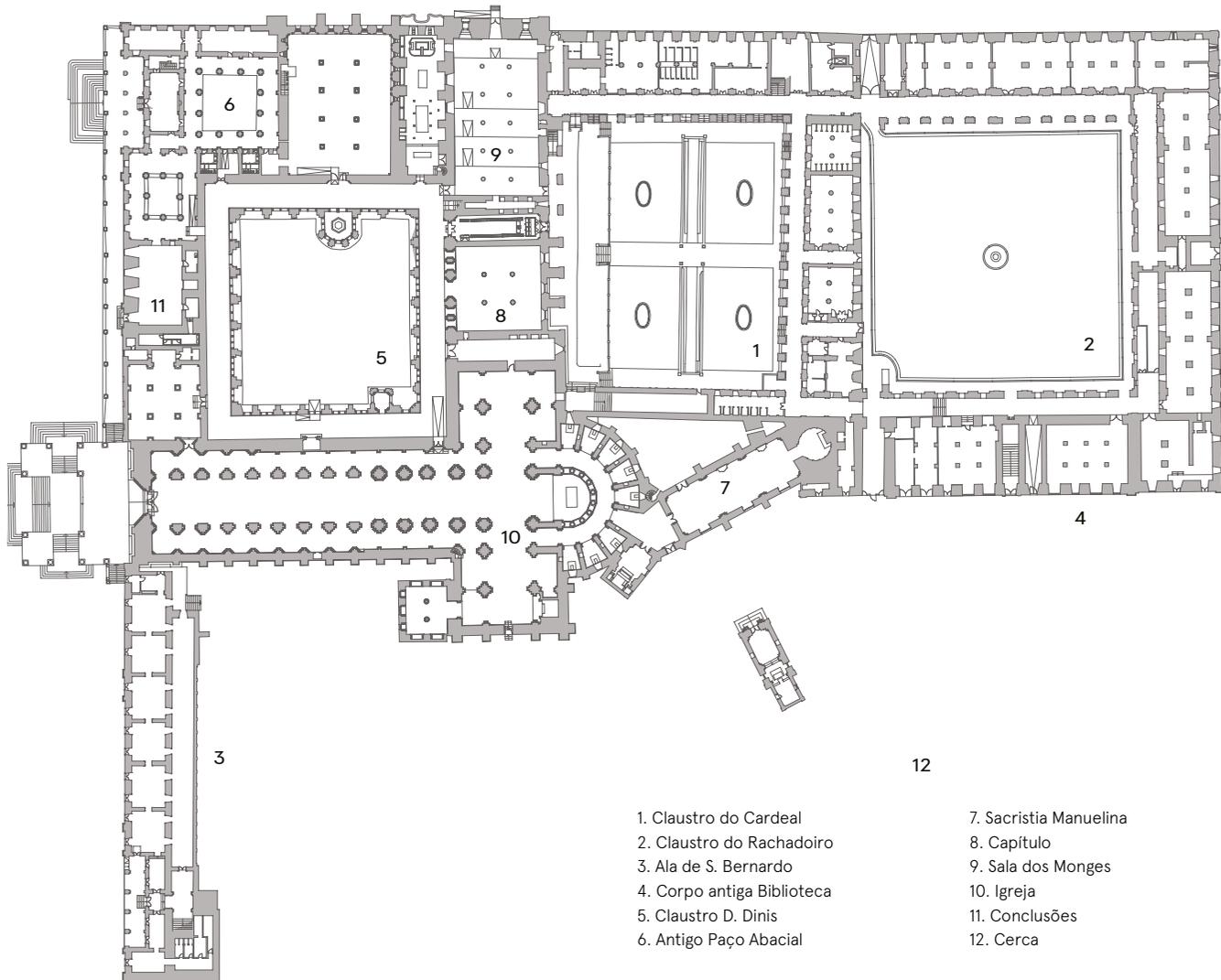
A requalificação das áreas visitáveis com a integração de estruturas que permitem anular ou minimizar a presença de barreiras arquitetónicas e a aposta na criação de espaços interpretativos que, através da projeção de documentários, exploram e divulgam os três imóveis e a respetiva região, numa lógica de complementaridade, são aspetos que lançam, em definitivo, as sementes da Rota dos Mosteiros Património da Humanidade.

Paralelamente, e contando com o envolvimento direto das autarquias locais, o então IGESPAR participou na conceção e desenvolvimento de outras candidaturas complementares, no âmbito do QREN, designadamente: a «Rede de Mosteiros Portugueses Património da Humanidade» (Rede), que «procura desenvolver uma abordagem integrada e coerente de qualificação urbana, valorização patrimonial, dinamização económica e promoção turística e cultural»⁴, através de um conjunto significativo de projetos tendo como foco os mosteiros património mundial.

O IGESPAR, e sequencialmente a DGPC, apresenta-se, no âmbito da Rede, como parceiro líder de três dos projetos: 1) programação cultural em rede; 2) produção de conteúdos e apetrechamento de espaços e circuitos para a qualificação e diferenciação da visita; 3) encontros técnico-científicos nos mosteiros património mundial⁵.

Neste contexto mais lato, a intervenção nos mosteiros património da humanidade alicerçou-se nos seguintes referenciais: gestão do património em rede, qualificação da oferta pública de serviços no domínio do património, novas competências para a competitividade local e regional na área cultural, cooperação entre parceiros, qualificação das práticas de gestão de recursos turístico-culturais e projeção para o exterior⁶. O quadro de implementação dos projetos sustentou-se em três dimensões principais: conhecimento⁷; manutenção, recuperação, valorização do património⁸; animação, divulgação e difusão⁹.

A conjugação dos efeitos destas candidaturas permitirá a efetiva criação de um elo de ligação entre os quatro mosteiros património da humanidade geridos pela DGPC, divulgando-os em rede e oferecendo aos visitantes experiências de visitas complementares, compatíveis com a importância histórica, cultural e patrimonial destas peças de exceção.



Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

A abadia cisterciense de Alcobaça, constituída ainda hoje pelos edifícios e parte da cerca monástica, integrou a Lista do Património Mundial em 1989, como Bem Cultural na categoria de Monumento¹⁰. No entanto, desde o reconhecimento do valor excecional e universal deste conjunto, as suas condições alteraram-se de modo substancial, designadamente com a aquisição e anexação ao Mosteiro dos terrenos pertencentes à antiga cerca junto ao rio Alcoa (1997-1998); com a libertação e afetação ao monumento dos espaços envolventes aos

claustros do Cardeal e do Rachadoiro (2002), anteriormente ocupados pelo Asilo da Mendicidade, e a reabilitação do espaço urbano envolvente; e com a diminuição substancial da circulação automóvel e a consolidação do subsolo no perímetro do Mosteiro (2004-2006). Para além das alterações mencionadas, há que acrescentar ainda a reabilitação da ala de São Bernardo para galeria de exposições (2006-2007) e as inúmeras intervenções em termos de manutenção e consolidação arquitetónica, assim como de restauro em património integrado, durante todo esse período, quer no Mosteiro quer na cerca.



**Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça,
Jardim do Claustro D. Dinis, após intervenção.**

João Paulo Ruas, DGPC, 2012.

Coberturas da biblioteca em fase de consolidação.

DGPC, 2011.



Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, planta ao nível do piso térreo.

DGPC/DEPOF, 2013.

Em termos conclusivos, o conjunto beneficiou de novos espaços, melhorou a área visitável, reequilibrou-se bastante em termos estruturais, mas, à exceção da ala de São Bernardo, as áreas reintegradas permaneceram devolutas durante uma década, degradando-se substancialmente.

Face ao novo contexto e numa perspetiva prática e realista da situação, a programação da Rota para o Mosteiro de Alcobaça centrou-se na salvaguarda do imóvel, com intervenção direta em áreas que se encontravam em avançado estado de degradação, nalguns casos em derrocada iminente, e na sua valorização, com interferência clara na melhoria e ampliação das áreas visitáveis, procurando uma melhor fruição, informação, perceção e acessibilidade aos visitantes. As ações implementadas, apesar de díspares, acabaram por se complementar, pois sempre que se atuou numa determinada área do edifício em termos de conservação ocorreram, em geral, melhorias em termos de fruição.

De entre as intervenções executadas, destaque para a complexa recuperação das coberturas da antiga Biblioteca no Claustro do Rachadoiro¹¹, onde a estrutura de suporte em madeira foi consolidada, corrigida, melhorando consideravelmente os índices de desempenho estrutural. No jardim do Claustro de D. Dinis procedeu-se à reabilitação paisagística, enfatizando a presença do elemento «água» e reinterpretando o espaço com novos usufrutos e enquadramentos¹². Na zona do antigo Paço Abacial, reabilitaram-se as instalações sanitárias públicas¹³ e beneficiaram-se os claustros da Hospedaria e da Prisão, através de uma operação de limpeza, restauro e valorização¹⁴. Nos restantes espaços do Mosteiro introduziram-se, ainda, novos sistemas de iluminação cenográfica, como sucedeu na Sacristia manuelina, no Relicário e na Sala do Capítulo.

A reversibilidade das atuações foi tida em consideração, sobretudo nos casos em que se pretendiam usos efémeros dos espaços; como sucedeu na Sala da Monges onde se instalou uma plataforma em anfiteatro¹⁵, para visualização de documentário¹⁶ acerca do monumento e da vida na abadia, ou ainda no dormitório, com a disponibilização de uma plataforma multimédia interativa¹⁷, referente à leitura e interpretação dos túmulos de D. Pedro I e D. Inês de Castro. Esta última instalação evita o acercamento constante de visitantes ao transepto da Igreja dado que a partir da sua localização é possível uma visualização privilegiada dos túmulos.

Os restauros de esculturas em terracota¹⁸, e de um conjunto de vitrais situados na Igreja, que evoluíram para uma situação de colapso¹⁹, revestiram-se de grande oportunidade e importância.

Em termos estratégicos, a DGPC conta, ainda no âmbito da Rota, executar até finais de 2013 trabalhos de reparação nas coberturas da Igreja e na zona norte do Mosteiro, bem como a limpeza e restauro das cantarias do Claustro de D. Dinis e do teto da Sala das Conclusões²⁰. Em termos futuros,

e na expectativa da formalização de uma nova candidatura ao próximo quadro comunitário de apoio, espera-se concluir as intervenções no Paço Abacial, concretizar os projetos de requalificação paisagística da antiga cerca, para integração futura no circuito de visita, e, sobretudo, decidir em termos de uso, e posterior reabilitação, dos espaços devolutos situados em torno dos claustros do Cardeal e Rachadoiro²¹.

Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha)

O Mosteiro da Batalha, exemplo extremo de modelação memorial, que remonta à segunda metade do século XIV, com profundas consequências arquitetónicas e paisagísticas, estacionou, durante largas décadas, na consabida imagem nacionalista, cujo último toque coube ao Estado Novo. Nem a emergência do ambicioso projeto do Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, em 1980, nem a integração do monumento na Lista do Património Mundial da Humanidade, três anos mais tarde, seriam suficientes para dar impulso à desejável inversão na política de salvaguarda, conservação, valorização e divulgação do património conventual a que só pode subjazer o conhecimento efetivo da história do edifício e das suas relações com o território e a paisagem, com vista à reabilitação de *toda* a memória do lugar e não apenas de uma parte da mesma.

No âmbito da Rota, procurou-se responder às necessidades mais urgentes de estudo, conservação, acessibilidade e interpretação do Mosteiro.

A urgência em mitigar as consequências das dramáticas transformações sofridas pelo edifício e pela sua envolvente, com a demolição de dois claustros a nascente, no século XIX, e com a construção de uma variante à Estrada Nacional n.º 1 diante do monumento, na década de 60 do século XX — vetores de toda a transformação urbana —, justificou a opção pela encomenda de um estudo de deteção remota por georadar. Esta investigação foi indispensável à elaboração do projeto de requalificação do largo nascente do monumento, sobretudo devido ao potencial arqueológico que era esperado. A reabilitação é, por esse motivo, epidérmica, mas nem por isso menos significativa pelo que representa de devolução ao uso e fruição públicos, através da remodelação das caldeiras das árvores e da criação de lugares de estada ligados por alguns percursos²².

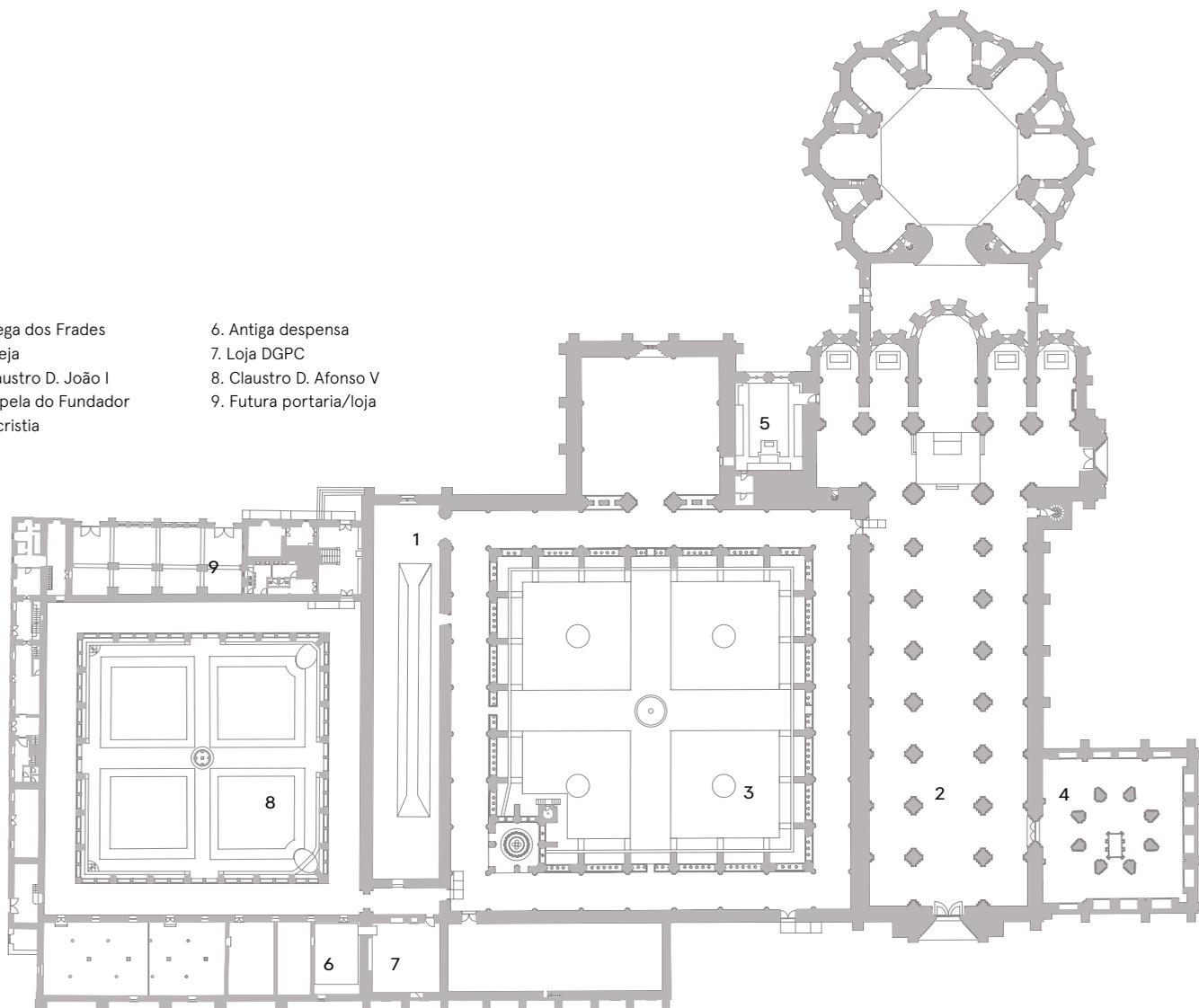
A extensão do atual circuito de visita aos terraços superiores e coberturas do monumento, através da criação das necessárias condições de acesso, circulação e segurança, intervenção a concluir até final de 2013, possibilitará a visualização inusitada de elementos arquitetónicos do edifício e da paisagem envolvente. A primeira fase contempla o restauro das coberturas da Adega dos Frades, da Igreja, dos terraços do Claustro D. João I e das capelas colaterais e inclui a execução de plataformas metálicas, de modo a minimizar dificuldades de circulação pontual no percurso. Na segunda fase, serão interencionados os terraços e coberturas da Capela do Fundador e da Sacristia e elementos arquitetónicos como os pináculos, os arcobotantes e as platibandas.

Na transição dos espaços que apresentam desníveis e sempre que a preexistência arquitetónica o admitiu, foram implementadas rampas para acesso de pessoas com mobilidade condicionada. Esta ação virá a ser complementada com uma intervenção referente a sinalética e equipamentos de suporte,



1. Adega dos Frades
2. Igreja
3. Claustro D. João I
4. Capela do Fundador
5. Sacristia

6. Antiga despensa
7. Loja DGPC
8. Claustro D. Afonso V
9. Futura portaria/loja



exposição e proteção de obras de arte que se encontram ao longo do circuito de visita.

Como instrumento pedagógico primário, criou-se um espaço de projeção, com as características de pequeno auditório integrado no percurso de visita do monumento, através da requalificação da antiga despensa do Mosteiro, localizada numa das zonas nobres do monumento, junto à loja e ao Claustro de D. Afonso V.

De todas as obras planeadas e realizadas no âmbito da Rota, a do Centro de Interpretação foi, sem dúvida, aquela que mobilizou a maior diversidade de meios e competências para o ambicionado fim de reabilitação memorial do lugar. Consta de uma estrutura monumental isenta, pousada paralelamente ao eixo longitudinal da Adega dos Frades, que oferece a oportunidade de interação do visitante com várias peças originais

em diálogo com filmes integrados em cinco temas distintos, ao longo do canal interpretativo²³.

Por fim, mas não menos importante, foi equacionada e será concretizada a mudança da área de receção do monumento para a ala nascente do Claustro de D. Afonso V, juntando-se-lhe a respetiva loja, em espaço próprio, que configurará uma verdadeira portaria. A medida preconizada libertará definitivamente a Igreja do uso inadequado de bilheteira, devolvendo-a ao intimismo que lhe é próprio, sem o qual a perceção e vivência dos inerentes valores estéticos e espirituais se vê gravemente prejudicada, ao mesmo tempo que se otimiza a gestão dos recursos humanos disponíveis e se oferecem condições mais adequadas de atendimento/acolhimento dos visitantes.

A DGPC perspetiva ainda na nova candidatura ao próximo quadro comunitário de apoio o enquadramento de



Antiga despensa, espaço de projeção de audiovisuais.

Ana Rosa de Freitas, 2010.



Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha), planta ao nível do piso térreo.

DGPC/DEPOF, 2013.

intervenções para a remodelação das alas norte e poente do Claustro D. Afonso V, a recuperação dos espaços exteriores poente e sul do monumento e a reabilitação dos pátios claustrais. Serão consideradas outras componentes como a execução de trabalhos para drenagem periférica da fachada norte, o desenvolvimento do estudo de revisão da classificação e da zona especial de proteção (ZEP) e a implementação da 2.ª fase do plano de segurança integrada.

Convento de Cristo (Tomar)

A possibilidade de se inscrever na candidatura Rota um conjunto de intervenções de recuperação e valorização do Convento de Cristo e da sua envolvente permitiu um significativo impulso em todo o processo de valorização e salvaguarda deste soberbo património, elevado, em 1983, à categoria de património da humanidade.

Ao longo dos últimos cinco anos, desenvolveram-se diversos projetos e intervenções, a partir de um planeamento inicial, o qual viria a sofrer alguns ajustamentos em função de vários fatores, sobretudo de ordem meteorológica²⁴ e de ordem financeira, o que levou a uma reprogramação parcial de prioridades.

Por outro lado, um melhor conhecimento do monumento, por via das escavações arqueológicas, necessariamente demoradas, levou também a um redirecionamento em algumas das intervenções.

Relativamente à melhoria das condições de fruição e valorização, projetou-se e construiu-se um espaço interpretativo do Convento na ala nascente do Claustro da Hospedaria. Complementarmente, o antigo Scriptorium conventual adquiriu, em definitivo, uma nova funcionalidade de auditório, com a demolição de um improvisado altar ali colocado nos meados do século xx²⁵.

Considerou-se fundamental reequacionar o percurso de visita, tornando-o mais cómodo e racional, através da introdução de diversas rampas que minimizaram o desconforto provocado por numerosos degraus e diferenças de cotas entre salas e claustros.

A questão de uma nova receção é igualmente premente, dado tratar-se de um problema que tem sido ciclicamente abordado, mas cuja resolução não é óbvia, nem totalmente consensual. Após uma avaliação cuidada e demorada de todas as implicações e de todas as possibilidades, a escolha do novo local incidiu na zona do Claustro da Lavagem/Paços Henriquinos. As vantagens desta opção são múltiplas: o acesso do público passa a ser de nível (evitando o escadório filipino) a partir da entrada de sempre e mais nobre do recinto (Porta da Vila), permitindo ainda que a visita se baseie num percurso cronológico. Por fim, «obriga» à recuperação e à valorização museológica dos Paços do Infante e do piso térreo do Claustro da Lavagem, interditos desde sempre aos visitantes.

A montante da elaboração do respetivo projeto de arquitetura, colocou-se como incontornável a necessidade de se

proceder à demolição de algumas construções abarracadas ali existentes, desde os anos 60, e à conclusão das escavações arqueológicas naquela zona. Todo o processo viria a ser objeto de levantamento por fotografia retificada e por nuvem de pontos (antes, durante e depois), possível apenas pelo apoio da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Fizeram-se ainda algumas sondagens nos espaços adjacentes, mormente no Claustro da Lavagem. Os vestígios arqueológicos que surgiram por debaixo das paredes e lajes de betão, entretanto demolidas, revelaram-se de um enorme interesse histórico e plástico e serão devidamente enquadrados e valorizados no projeto da nova receção, a concretizar em futura candidatura.

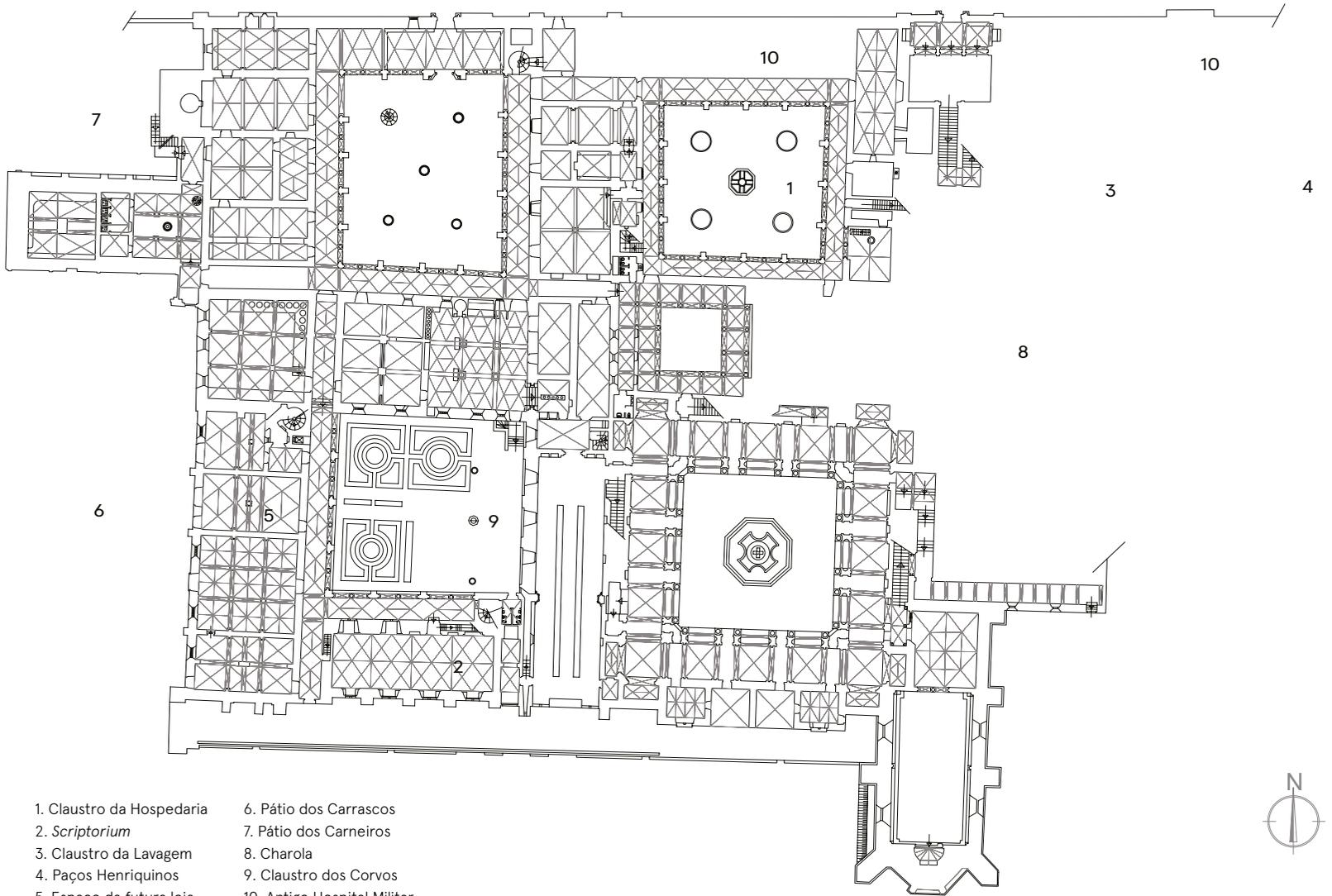
Ainda no âmbito da reformulação do percurso de visita, considerou-se imperioso proceder à realocação de algumas funcionalidades, nomeadamente a loja e a cafetaria-restaurante²⁶. Ambos os equipamentos deverão situar-se junto da nova saída dos visitantes, a qual se processará no extremo poente do Convento, ou seja, pelo Pátio dos Carrascos e pelo Pátio dos Carneiros, belíssimos espaços que carecem e merecem uma recuperação cuidada. Recorde-se que, na sequência de uma recente intervenção na envolvente ao Convento, liderada pela Câmara Municipal de Tomar, no contexto dos projetos de regeneração urbana já referidos, foi criada uma ampla alameda pedonal ao longo de toda a fachada norte do monumento, com ligação às bolsas de estacionamento existentes a nascente.

Paralelamente, e de resto desde o início incluída na candidatura, refira-se a conclusão, até ao final do presente ano, graças ao precioso contributo mecenático da CIMPOR²⁷, a operação de conservação e restauro da Charola²⁸, com a intervenção no tambor central. A degradação que tinha atingido o notável património integrado deste espaço, especialmente ao nível das pinturas murais e dos estuques, tornou imperiosa a sua recuperação integral. A variedade de técnicas e materiais aqui presentes, a extensão e densidade das superfícies decoradas, com sobreposição e coexistência de diversas campanhas decorativas, para além do relativo desconhecimento de grande parte destas espécies artísticas, tornaram especialmente complexo o trabalho de restauro.

Recuperaram-se ainda algumas coberturas, nomeadamente na zona do Cruzeiro e Claustro dos Corvos. Também os telhados individualizados, muito próximos de uma tipologia de tesoura, que cobrem as três salas do Noviciado, serão, muito em breve, objeto de intervenção, dado encontrarem-se em franco mau estado.

Num cenário de uma nova candidatura ao QREN, espera-se propor a renovação de toda a imensa cobertura do antigo hospital militar, a recuperação do Aqueduto em toda a sua extensão, a limpeza e beneficiação de várias fachadas (nomeadamente a fachada norte e as três do corpo da Igreja) e caixilharias.

Como é sabido, um imóvel devoluto tende a degradar-se naturalmente. São conhecidos vários exemplos, nomeadamente de grandes moles conventuais, que atingiram níveis de ruína ou pré-ruína (São Francisco de Santarém, São Bento de Cástris, Almoster, Nossa Senhora da Conceição de Montemor-o-Novo, etc.) ou que desapareceram por completo. No caso do Convento de Cristo, toda a ala do antigo hospital militar encontra-se devoluta e em relativo mau estado de conservação; urge encontrar soluções para eventuais novas funcionalidades, revitalizando e valorizando um dos mais impressionantes legados filipinos em território continental.

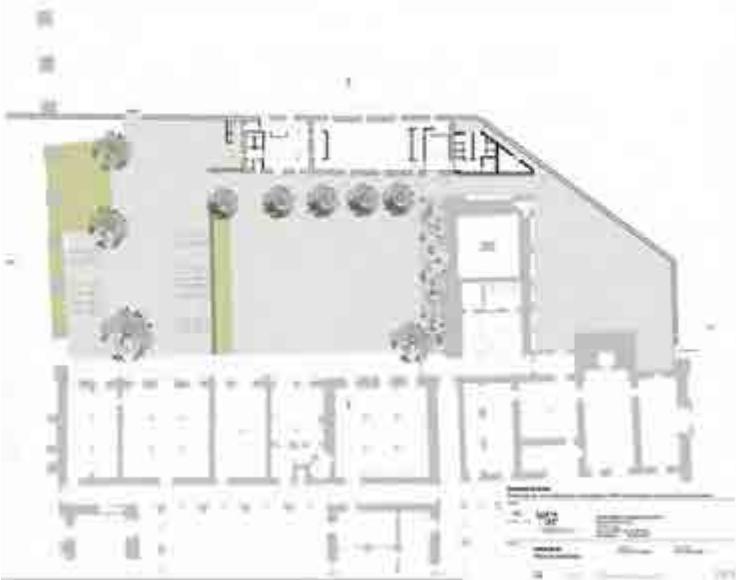


- | | |
|---------------------------|-----------------------------|
| 1. Claustro da Hospedaria | 6. Pátio dos Carrascos |
| 2. <i>Scriptorium</i> | 7. Pátio dos Carneiros |
| 3. Claustro da Lavagem | 8. Charola |
| 4. Paços Henriquinos | 9. Claustro dos Corvos |
| 5. Espaço da futura loja | 10. Antigo Hospital Militar |

Conclusões

A implementação das ações previstas na candidatura ao QREN «Rota dos mosteiros património da humanidade da região centro – 1.ª fase» não esteve isenta de problemas, alguns deles já expectáveis, atendendo ao facto de as intervenções terem lugar em estruturas preexistentes e, conseqüentemente, envolverem surpresas e revelações que implicam reajustamentos ao planeamento físico e financeiro. Apesar de ter existido rigor na preparação dos projetos, estas surpresas, muitas delas de grande relevância do ponto de vista do conhecimento, foram ainda acrescidas de outros fatores extrínsecos aos monumentos, como as circunstâncias meteorológicas adversas ou uma conjuntura económica que imputou inesperadas dificuldades na gestão administrativa e financeira do programa, revelando-se fatores determinantes para a impossibilidade de concretização da globalidade das ações previstas.

As circunstâncias mencionadas levaram, a meio do percurso, à reprogramação e ao reajustamento da candidatura dando mais relevância à vertente da conservação física dos monumentos. Assim, com um investimento global de aproximadamente seis milhões e meio de euros, dos quais 85 % correspondem a dotação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, foi possível dar um passo significativo na preservação dos mosteiros da Batalha e de Alcobaça e do Convento de Cristo, introduzindo melhorias significativas nas áreas visitáveis



↑
Convento de Cristo, planta ao nível do piso térreo (claustros).
 DGPC/DEPOF.

Planta do Pátio dos Carrascos com a implantação da nova cafeteria/restaurante.

José Fernando Canas, Gustavo Dionísio, Elisabete B. Ferreira, 2010.

e preparando os imóveis para entrar num novo ciclo, em que a expressão *conservação preventiva* ganha preponderância e se afirma como cultura dominante.

Não nos podemos contudo esquecer de que, tanto no caso do Mosteiro de Alcobaça como no do Convento de Cristo, há ainda um complexo e delicado trabalho em cerzir todas as áreas afetadas aos monumentos, hoje devolutas, preservando-as e dando-lhes, de novo, um sentido funcional e identitário. Efetivamente, com a conclusão desta candidatura, prevista para final de 2013, e atendendo à escala dos imóveis e à existência de significativas áreas excluídas dos circuitos de visita, permanecerá a necessidade de dar continuidade ao investimento técnico, científico e financeiro, reforçando, adequando e clarificando as principais linhas estratégicas de requalificação e salvaguarda, dando também sentido ao conceito de património em rede.

NOTAS

1. Todos os autores são técnicos da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).
2. Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, tutelado pelo Ministério da Cultura, foi criado na sequência da extinção do Instituto Português do Património Arquitetónico e da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
3. Programa Operacional Regional do Centro, Eixo Prioritário III, Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais, Regulamento Específico – Património Cultural.
4. Texto retirado do site do IGESPAR, disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/projectos/rotasdosmosteiros/>.
5. Texto retirado do site do IGESPAR, disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/projectos/rotasdosmosteiros/>.
6. Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/touringepatrimonio/userfiles/file/IGESPAR.pdf>.
7. Programas de estudo e investigação dos conjuntos patrimoniais e do património difuso associado em articulação com entidades externas.
8. Projetos de recuperação, beneficiação e valorização de espaços (intervenções de restauro, novos espaços de acolhimento, novos equipamentos de suporte à visita); projetos «aberto para obras»; projetos de requalificação de espaços de acolhimento, interpretação e circuitos de visita.
9. Projetos de grandes eventos culturais em articulação com agentes externos (festivais, exposições temáticas, projetos artísticos...); projetos multimédia e editoriais de suporte à visita e à promoção; projetos de animação contínua (teatro, música, espetáculos, artes plásticas...); projetos pedagógicos, e projetos de comunicação para o exterior.
10. Decisão da 13.ª sessão do Comité do Património Mundial, em dezembro de 1989. A inscrição inclui a Igreja, o Mosteiro e diversos edifícios existentes na cerca, tendo sido traçado o limite do Bem pela área correspondente ao Monumento Nacional, classificado em 1910 (*Diário do Governo* n.º 136), e pela zona *non aedificandi* e constante na ZEP de 1957 (*Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 190).
11. Projeto da autoria de Gonçalo Byrne/Falcão de Campos/A2P; empreitada de recuperação de coberturas e fachadas, intervenções urgentes (Biblioteca e coberturas contíguas), executada em 2010 e 2011 pela empresa Constragraço, L.ª.
12. Projeto Departamento de Projetos e Obras do IGESPAR, coordenado por Elisabete Barreiros Ferreira na componente de paisagismo e por João Rocha na componente hidráulica.
13. Projeto da autoria de Gonçalo Byrne/Falcão de Campos; empreitada executada em 2009 e 2010 pela empresa Xavieres, L.ª.
14. Projeto do Departamento de Projetos e Obras do IGESPAR; empreitada de valorização dos claustros da Portaria e da Hospedaria, executada em 2009 e 2010 pela empresa Cobeng, L.ª.

15. Projeto da autoria de João Seabra Gomes (Departamento de Projetos e Obras do IGESPAR) e executado pela empresa Xavieres, L.ª.

16. Os documentários foram encomendados no âmbito da Rede dos Mosteiros para os quatro imóveis, tendo sido coordenados pelo Departamento de Inventário, Estudos e Divulgação, do então IGESPAR.

17. Projeto de João Seabra Gomes (Departamento de Projetos e Obras do IGESPAR), com conteúdos de Luís Urbano Afonso e execução pela empresa TechLimits, L.ª.

18. Projeto do Departamento de Projetos e Obras do IGESPAR, coordenado por Maria José Moinhos e executado pela empresa Arterestauração.

19. Projeto do Departamento de Projetos e Obras do IGESPAR, coordenado por Maria Fernandes e Júlio Antunes e executado pela empresa Clarisse Duarte Silva.

20. Projetos do Departamento de Projetos e Obras do IGESPAR, coordenados respetivamente por João Seabra Gomes, Irene Frazão e Antónia Tinturê. Empreitadas de beneficiação de coberturas no refeitório e corpo nascente do Claustro da Portaria; requalificação e valorização do Claustro de D. Dinis – limpeza e conservação de fachadas e elementos decorativos, incluindo sistema antipombos; conservação e restauro de elementos decorativos – tetos, azulejos e cantarias na Sala das Conclusões.

21. Designadamente a reabilitação de compartimentos para os serviços educativos e para o espaço interpretativo, a conclusão dos compartimentos para os serviços administrativos, a reabilitação paisagística dos jardins do Obelisco, das murtas, assim como dos pomares, das hortas e da levada.

22. O projeto de requalificação é da autoria do arquiteto paisagista Viana Barreto, tendo a obra sido executada pela empresa Construções Pragosa, na sequência de um concurso lançado pela Câmara Municipal da Batalha, no âmbito do programa de regeneração urbana da envolvente do Mosteiro.

23. O projeto de arquitetura é da autoria de Francisco Vieira de Campos e de Cristina Guedes, o de museografia é de Francisco Providência e o de museologia, da empresa Cariátides. Foram encomendadas investigações e restauradas todas as peças expostas – esculturas, vitrais e objetos cerâmicos. Algum do património integrado menos conhecido do Mosteiro foi ainda objeto de atenção e cuidados. Pela primeira vez, as notáveis pinturas das abóbadas da Sacristia – as mais antigas que se conhecem em Portugal – e as três pinturas murais do Claustro Real receberam cuidados uniformes e sistemáticos de conservação e restauro.

24. Em dezembro de 2010, um tornado devastador, bem como os temporais do último inverno, causaram avultados danos no Convento.

25. Todas as instalações sanitárias foram, simultaneamente, objeto de recuperação integral.

26. O projeto da nova cafeteria-restaurante, a concretizar em futura candidatura, engloba a recuperação de todo o espaço envolvente, incluindo o tramo final do Aqueduto (seu limite sul) e as fachadas da chamada «Ala do Conde». Os respetivos projetos encontram-se prontos para serem executados.

27. Desde 2006, altura em que é formalizado um protocolo de apoio mecenático entre o IPPAR e a Cimpor, foram concluídos o restauro do deambulatório e do arco triunfal. A última fase da operação, orçada em cerca de quatrocentos mil euros, abrange, essencialmente, toda a zona do denominado «tambor central», compreendendo as superfícies arquitetónicas e o demais património integrado.

28. Enquadrado por um plano de intervenção, que tinha como referência constante o conjunto, iniciou-se o restauro sistemático da Charola no início do século XXI. Anteriormente já tinha sido posta a descoberto e conservada a interessante pintura em *trompe-l'œil* da abóbada. A Cimpor tornou-se mecenas exclusivo da Charola, através de protocolo firmado em 2007, garantindo assim financiamento para realizar a maior parte da intervenção de restauro. Entre as descobertas que estes trabalhos proporcionaram, refira-se o achado de fragmentos de vitrais manuelinos de rara beleza e a inédita (ou muito rara) presença de couro lavrado e policromado aplicado na parede designado por «guadamecil».



Centro de Interpretação do Mosteiro da Batalha: criação de um teatro da memória

Cristina Guedes

Arquiteta, cofundadora do *atelier* Menos é Mais – Arquitectos Associados

Gabriella Casella

Doutorada em História da Arte, curadora da Cariátides, Produção de Projetos e Eventos Culturais, L.^{da}

Francisco Providência

Doutorado em Design, professor na Universidade de Aveiro

Francisco Vieira de Campos

Arquiteto, cofundador do *atelier* Menos é Mais – Arquitectos Associados

PROJETOS

O Centro de Interpretação da Adega dos Frades apresenta-se como um canal sequencial de acontecimentos audiovisuais, sonoros e expositivos que interagem à passagem do visitante, conduzindo-o pelo percurso temático da exposição estruturado por um sistema de galeria/célula autónomo da preexistência. A escala arquitetónica ditada pelo espaço e as marcas estratigráficas nele registadas conduziram a uma reinterpretação desses indícios através da utilização de uma escala «gigante» na nova estrutura. A sua presença é caracterizada pelo recurso a uma cortina em rede maleável, onde a luz acentua o efeito cénico, quase teatral, que induz à descoberta de uma experiência multimedial narrativa expositiva que se vai vivenciar.

[...] pela porta entraram três andorinhas que voaram, aos gritos, nas alturas da nave, e então uma nova impressão tomou, um longo arrepio, assim ficando provado que sempre se pode ir mais longe acrescentando à linguagem outra linguagem, à abóbada a ave, ao silêncio o grito.

In José Saramago – Viagem a Portugal.

Lisboa: Caminho, 1995, p. 387.

Premissas conceptuais

O Mosteiro da Batalha não é um qualquer edifício posto num qualquer lugar. Para lá do virtuosismo da obra é, antes de mais, o suporte de uma longa narrativa que se confunde com o desígnio de uma pátria, um povo, uma cultura, um país. E apesar disso, ao monumento parece que falta uma paisagem sublime que o enquadre, em substituição da estrada que o esmaga e que oferece ao passante uma visão de algo que foi atirado para a berma.

É quase um sacrilégio pensá-lo, mas não se arrisca muito se imaginarmos que se restassem apenas ruínas das Capelas Imperfeitas, seria de igual valia e perfeição a reverberação mítica da refundação de Portugal, da Ínclyta Geração, da aurora do Portugal dos heróis e dos descobridores.

É esta a história que nos impeliu a pensar a arquitetura. A história de uma arquitetura ideológica do nacionalismo, das identidades, dos símbolos, a construção discursiva e imagética da portugalidade, da qual o Mosteiro da Batalha é um dos testemunhos materiais mais expressivos.

Portugal tem uma relação excessiva com o passado. Diluídos na construção abstrata da Europa, reduzidos a um naco de território, mas também às imensas pegadas que ficaram de outros tempos e noutras geografias, recriando consecutivamente uma identidade contemporânea e cosmopolita, precisamos de pacificar esta relação.

A interpretação não é apenas um buraco no tempo para um passado mais que perfeito. Os monumentos precisam também de narrativas para o futuro, antes que a memória se enrede nas suas efabulações e fique apenas reduzida à nostálgica ou bela história para contar aos turistas. As profundas mudanças do cenário cultural dos últimos anos tiveram como consequência a afirmação de uma nova geração de museus, sítios e centros interpretativos, cuja característica de novidade não se reduz apenas aos seus conteúdos mas antes, e acima de tudo, às linguagens e formas de comunicação.

A questão de representação da História, por outro lado, não se cinge à tradução museográfica dos conteúdos mas integra algumas questões mais vastas: a relação com o grande público, o uso público da história, os riscos da excessiva simplificação e a liberdade de interpretação.

Neste sentido, o surgimento do que se designa por centro de interpretação tem adquirido cada vez mais acutilância por parte dos operadores da cultura, tornando-se verdadeiros pontos âncora de leitura de monumentos, de paisagens e de tempos e funcionando como suporte ao arranque de percursos, de «viagens» e de estímulo à descoberta.

No caso do presente projeto, a proposta de ocupação do espaço previa a instalação de um centro de interpretação e de um núcleo expositivo de cariz museológico na Adega dos Frades, o que levantou desde logo problemas axiológicos de abordagem, tanto pela forma como pelos conteúdos indicados.

No respeitante à forma, a localização imposta pelas condicionantes do edifício colocava-nos a questão do modo como o centro de interpretação se deveria integrar no percurso deambulatório do visitante pelo monumento, visto que a Adega dos Frades se encontra sensivelmente a meio do edifício. Assim, o centro deixava de ser um ponto de partida em si próprio para se transformar em ponto de transição. Por outro lado, os conteúdos requeridos pelo programa apresentavam definições funcionais e intenções programáticas



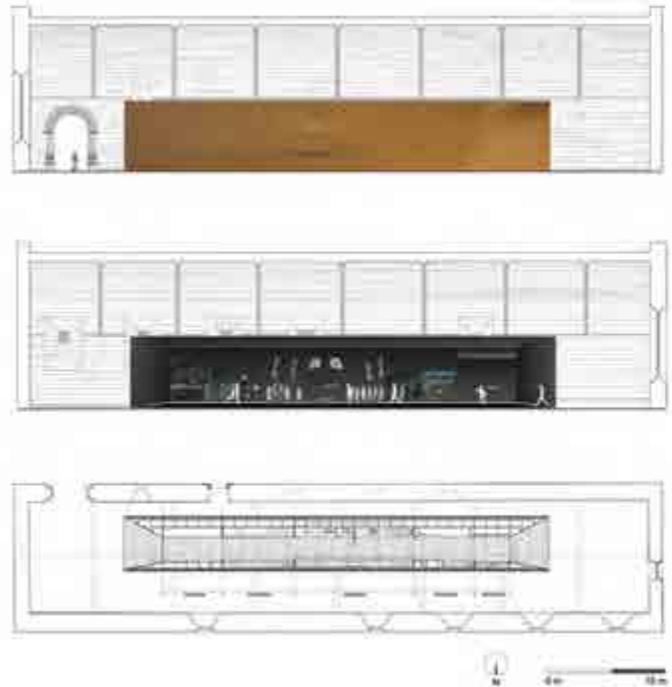
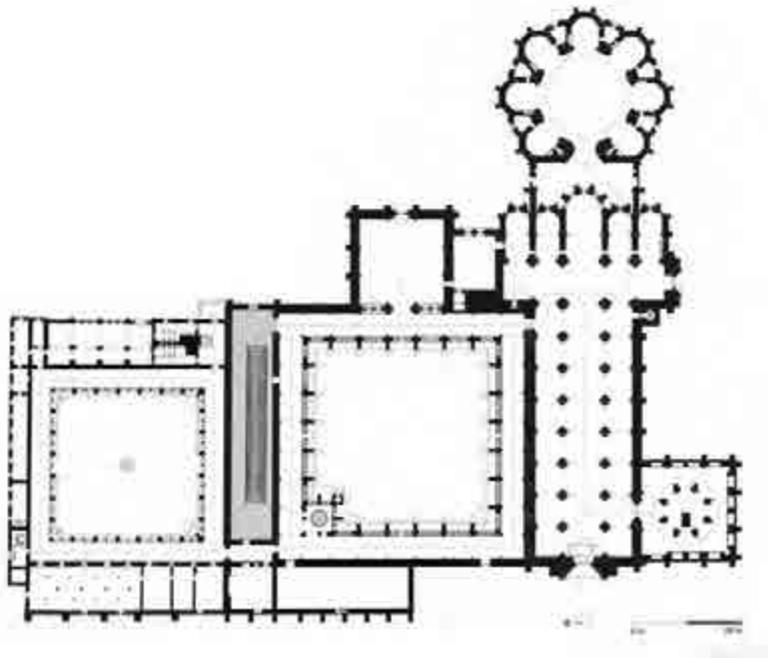
←
Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha.
 Luís Ferreira Alves, 2012.

↙
Planta de localização do Centro de Interpretação da Adega dos Frades.
 Menos é Mais – Arquitectos Associados. 2012. Escala gráfica.

↓
Planta, corte e alçado longitudinal do Centro de Interpretação da Adega dos Frades.
 Menos é Mais – Arquitectos Associados. 2012. Escala gráfica.

→
Centro de Interpretação da Adega dos Frades.
Portal de entrada. Vista geral.
 Luís Ferreira Alves, 2012.

Cortina em rede metálica maleável que oculta os bastidores técnicos.
 Luís Ferreira Alves, 2012.



que obedeciam a características diferenciadas e internacionalmente codificadas.

Deste modo, e apenas pela articulação adequada, seria possível evitar uma atitude promíscua, assentando a nossa proposta na construção de um discurso claro, cristalino e esclarecedor.

Do ponto de vista do público, o impacto com a dimensão diacrónica — temporal e emotiva — que o separa do objeto monumental, conhecido apenas na dimensão do presente, provocaria um certo interesse pela História, estimularia a ligação entre presente e passado desconhecido, entre o particular e o geral, numa dimensão que nos parecia dever ser explorada com o recurso a outras fontes.

Assim, neste local «tratava-se» pois de interrogar as memórias do lugar, transformando-se num «momento de reflexão» onde ao visitante são fornecidos meios de informação que induzam a um exercício de rememoração e compreensão do conjunto que lhe foi permitido visitar em parte, estimulando-o a continuar o percurso.

A relação com o Centro de Interpretação agilizaria nos fruidores o processo de conhecimento e capacidade de

recomposição dos fragmentos do seu saber numa perspetiva mais ampla e fundamentada.

Renunciando desde logo à construção de um mero contendor simbólico do lugar, propôs-se uma pesquisa no monumento de forma a obter uma possibilidade de resposta à curiosidade que todavia subsiste por parte do público. Apesar de se apresentar uma exposição de objetos e documentos — cuja seleção ficou a cargo da equipa de investigadores e comissários científicos — o Centro de Interpretação faz recurso da exploração de documentos gráficos, escritos e fotográficos e de instrumentos multimédia, vocacionando-se assim para desenvolver uma função de informação complementar, orientação cronológica e estímulo para o aprofundamento dos temas apresentados.

Tendo em conta que o público não é uma mera entidade abstrata, mas constituída por grupos heterogéneos, defendeu-se a apresentação de níveis de comunicação que permitissem abordagens diferenciadas — do mais simples (visita rápida) ao mais aprofundado (através de *links* propostos para cada tema ao nível de grafismo/multimédia/imagem).



Na metodologia de desenvolvimento do projeto esteve implícita uma interdisciplinaridade entre arquitetura, museografia, *design* gráfico, equipamento, iluminação e sonoplastia, por forma a garantir a clara leitura dos conteúdos e do espaço arquitetónico que enquadra o Centro de Interpretação. Pretende-se garantir que a passagem pela Adega dos Frades seja uma experiência completa, permitindo «recuperar» o significado do espaço arquitetónico, da sua história, do seu valor iconológico, da sua funcionalização, assumindo-se outrossim como metalinguagem do próprio monumento.

Programa arquitetónico

Mosteiros são, por regra, estruturas «úteis», desenhados para longas vidas, onde toda a decisão de forma é precedida de critérios práticos. O próprio conjunto monumental da Batalha tem acolhido ao longo dos tempos programas funcionais diversificados.

Assim, qualquer intervenção neste tipo de património deverá manter autónomo o protagonismo do que existe sem alteração do seu carácter, trazendo uma atualização ao tempo marcadamente distinta.

As intervenções neste património devem ser feitas com serenidade e em «silêncio», apesar dos conceitos e programas de intervenção e definição das suas execuções formais e materiais.

A qualidade material inerente ao espaço inclui uma cuidada avaliação de possíveis relações: eixos, alinhamentos, princípios de conservação preventiva, encontro de novo e velho.

Em termos físicos, o espaço da Adega dos Frades apresentava um relativo estado de conservação (salientando-se as patologias da pedra identificadas no programa e observadas pela equipa *in situ* — eflorescências salinas sobretudo presentes nas paredes norte, sul e oeste; deposição de agentes biológicos na parede leste; presença de humidade ascensional no pavimento e nas paredes à cota da base — cujo tratamento ficou a cargo de outro programa de intervenção). Por outro lado, a inexistência de caixilharia leva a um comportamento higrotérmico no interior, praticamente semelhante ao do exterior, sujeito, por isso, às variações ditadas pelas condições climáticas exteriores, o que obrigou a um estudo/projeção dos novos elementos que permitam controlar de forma mais cuidada o ambiente interior, seja para confortável usufruto dos

visitantes e técnicos que aí operarão seja para garantir as condições necessárias a uma conservação preventiva das peças e materiais a expor.

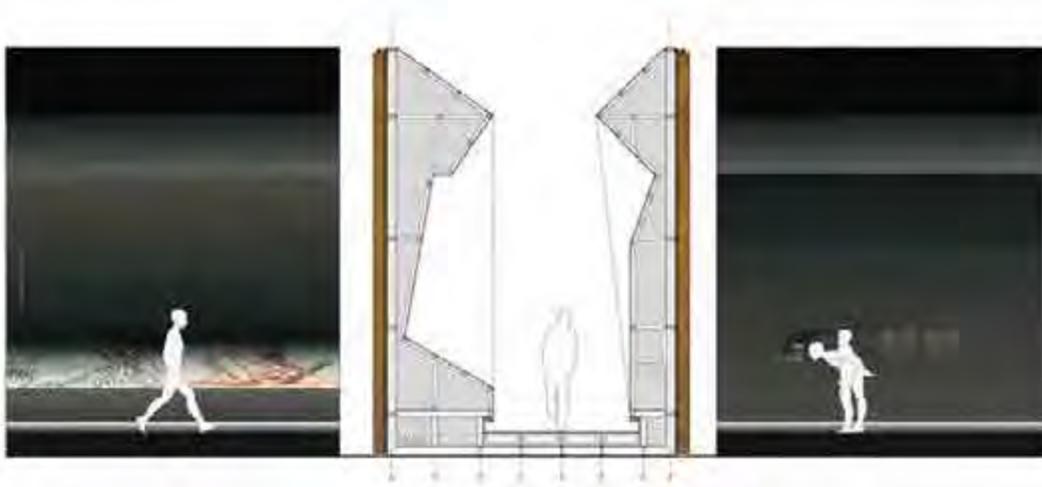
A nível arquitetónico, a sua tipologia conferia enorme flexibilidade no uso, sendo apenas condicionada pelo percurso preexistente no edifício e pela existência de duas portas de acesso no paramento sul (no topo leste e a meio) e uma porta no paramento oeste (axialmente colocada). Neste sentido, o desenho expositivo avaliou as possibilidades de circulação, a axialidade do espaço, e sobretudo as intenções comunicativas dos conteúdos, de forma a concretizar uma funcionalização equilibrada do espaço com o conjunto monumental preexistente.

O Centro de Interpretação da Adega dos Frades apresenta-se como uma estrutura autónoma e flexível, elevada acima do pavimento e apoiando-se sobre um canal infraestrutural, permitindo uma intervenção mínima na arquitetura. A escala arquitetónica ditada pelo espaço e as marcas estratigráficas nele registadas (outrora existiram dois pisos de ocupação) conduziram a uma reinterpretação desses indícios através da utilização de uma escala «gigante» na nova estrutura. A sua presença visual de contentor paralelepípedo exteriormente regular e gigantesco, coberto por cortina de vários véus em rede metálica maleável e acentuada pela luz quente, oferece um efeito cénico de grande impacto, teatralizando o objeto como um grande túmulo intemporal, onde se encerra a narrativa disponível ao público, pelo seu atravessamento longitudinal.

Animos impellere — a cortina como primeira porta do discurso de comunicação impele na sua abstração formal para a descoberta. No interior, o espaço quebrado em múltiplos planos de reflexão, transparência, opacidade e luminosidade, marca o discurso expositivo com uma gramática contemporânea e desmaterializada, por recurso a multimédia — projeção e monitorização videográfica, sonoplastia, lumino-plastia — que se plasma na fruição do verdadeiro «teatro de memória».

Narrativas e *design* de comunicação

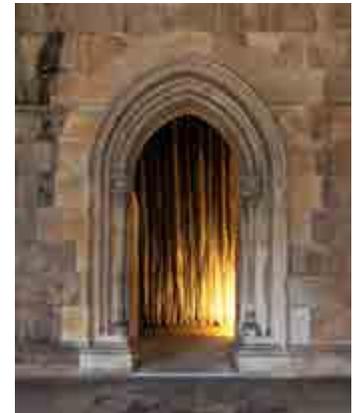
A intervenção do *design* no tratamento do espaço e construção da exposição interpretativa do Mosteiro da Batalha revelou-se central no programa de intenções desenvolvido.



←
**Conteúdos expositivos
 dos temas 1 e 4.**

Menos é Mais – Arquitectos Associados.
 2012. Escala gráfica.

↓
**Vista do Centro de Interpretação da Adega
 dos Frades a partir do Claustro de D. João I.**
 Luís Ferreira Alves, 2012.



A compreensão ontológica da sua natureza disciplinar focada no desenho de artefactos e dispositivos para mediação cultural que, pela sua especificidade técnica, tem-se posicionado historicamente entre a engenharia e a arte; nesse sentido, o *design* faz do estigma da função a sua maior diferenciação em relação à arte, tanto quanto da interpretação autoral a razão do seu afastamento à engenharia.

Entende-se que o *design* (e também o *design* expositivo) é um dos principais agentes contribuintes para a cultura material. O seu *modus operandi* recorre preferencialmente ao desenho (como instrumento de nomeação e de conceção) e desenvolve objetos na convergência de três intervenientes: um programa funcional, uma tecnologia construtiva e um autor singular ou coletivo (origem da sua marca de diferenciação). O *design* tem de singular, nos seus melhores exemplos, a conceção corporativa em torno de um argumento gerador de forma e de coerência, a que se poderá designar de valor metafórico. A evocação da metáfora pode partir da linguagem de repertório do autor do projeto, da função definida pelo seu programa, ou mesmo de alguma particularidade tecnológica da sua construção.

Ao *design* caberá, pois, a articulação entre a intenção teórica e a construção prática, não se alienando da importância cultural que têm os objetos para além do exercício da função denotativa.

O artefacto de *design* «exposição» será considerado na globalidade da sua função sob o primado da *interação* (persuasão?) com o espectador. Uma exposição deverá ser entendida

antes de mais como um espetáculo; não há hoje limites para a sua forma. Mostrar é tornar imediatamente perceptível – precavendo-se da dificuldade humana em ver aquilo que não conhece; assim, o recurso a todos os meios de comunicação estará em aberto, desde o som à imagem impressa, projetada ou animada, até à cenografia em que a iluminação toma particular relevo.

Toma-se como referência experimental a consideração de Derrick Kerckhove¹ sobre a museologia na era da cibernética: «O museu vitrina, depósito de despojos de guerra do século XVI, já morreu; o museu instalação demagógica também; hoje o museu deveria ser um 'acelerador de partículas', que permitisse, em tempo útil, compreender o nosso próprio presente»².

O *design* deve, contudo, encontrar os meios de inovação na continuidade, gerindo o projeto como um todo ajuizado pelo conhecimento de que em *design* as intenções são inversamente proporcionais às intensidades e de que não podem as tecnologias sobrepor-se à finalidade do serviço à humanização (objetivo museológico). O desenho lacónico, entendido como metadiscorso do *design*, desaparecerá no cumprimento do seu programa, encontrando na menor expressão a relevância da sua função expositiva e a consideração estética da sua função social.

O Mosteiro da Batalha, por tudo quanto representa simbolicamente para a nacionalidade portuguesa – exemplaridade identitária da dinastia de Avis –, é, com certeza, um dos

lugares mais importantes na representação sociopolítica da portugalidade. O seu edifício está cheio de marcas (histórias, imagens e corpos sepultados) e revela qualquer coisa de metafórico do próprio país: a superação dos limites técnicos associada a um inexorável estado inacabado. A interpretação do monumento pela importância que representa não só di-
dática mas também cultural e consequentemente social será determinante para a sua visita e uso. A sua importância histórica assenta numa base documental para cuja interpretação concorre a disciplina do *design*. Os meios tecnológicos são submetidos ao desenho de comunicação da exposição que se desenvolveu interdisciplinarmente.

Estrutura expositiva

A exposição organiza-se em cinco grandes blocos temáticos: O Mosteiro e o seu território; Da batalha de Aljubarrota à doação aos Dominicanos; A construção do Mosteiro; A vida no convento; De convento a monumento.

As ações de intervenção são diversificadas de acordo com o argumento de cada um dos cinco temas:

Tema 1, receção do visitante e contextualização visual com o lugar e compreensão da sua transformação ao longo do tempo;

Tema 2, visita à batalha de Aljubarrota a partir das representações coevas (iluminura);

Tema 3, compreensão da orgânica construtiva e distributiva do edifício; perceção das suas fases construtivas; os vitrais e a gárgula em contraponto às esculturas do pórtico; a escala técnica e simbólica da edificação;

Tema 4, a vida e o quotidiano dos monges dominicanos referida por documentos da época; vitrinas e pedra tumular; a vida dos monges nos espaços do Mosteiro; sob o desenho da planta do edifício brilham ecrãs com imagens dinâmicas coloridas mostrando os jardins como farmácias, o Mosteiro como lugar de estudo e ensino, o sistema de saneamento ou o domínio científico. Num espaço contíguo, ouvem-se sons decompostos a partir de concerto polifónico da época. Num espaço quase sem luz reconhecem-se orifícios de onde saem os sons assinalados com a descrição técnica e representação iconográfica dos instrumentos;

Tema 5, a descoberta do mosteiro pelos turistas e historiadores ingleses, até à sua divulgação pelo *neogótico* disseminado pela Europa. Depois da expulsão dos monges, o restauro técnico e mítico do edifício pelo Estado Novo, manteve até hoje um culto popular fundado na homenagem ao soldado desconhecido sob a ideia de independência nacional.

Parar, olhar, interpretar, reviver e conhecer

No Centro de Interpretação da Adega dos Frades pretende-se levar o visitante a olhar para «além» do perímetro do Mosteiro da Batalha, abordando a relação território/Mosteiro ao longo dos séculos, desde o momento histórico da sua fundação, passando pela recriação virtual do estaleiro e da sistematização digital das fases de construção e pelo conhecimento do funcionamento do Mosteiro e da ordem que nele habitou, para assim se recuperar a memória do espaço vivo.

FICHA TÉCNICA

Concurso: 2004 (1.º prémio)

Projeto: 2005-2011

Construção: 2010-2012

Área: 161 m²

Localização: Batalha, Portugal

Cliente: IGESPAR – Direção Regional de Coimbra

Autoria: Cristina Guedes e Francisco Vieira de Campos

Coordenação de projeto: Cristina Guedes e Francisco Vieira de Campos

Equipa de arquitetura: Adalgisa Lopes, Francisco Lencastre, Pedro Azevedo, Cristina Maximino, Odete Pereira, Pedro Jordão, Inês Mesquita, Ana Leite Fernandes, Nelson Cambão, Vânia Maia, Ana Matias

Estruturas: Alípio Guedes

Consultoria: STRCONCEPT, L.^{da}.

Instalações mecânicas de climatização: Raul Bessa – GET, L.^{da}.

Instalações e equipamentos eléctricos, segurança e sonorização:

Raul Serafim e Associados, L.^{da}.

Museografia: Providência Design e Cariátides, Produção de Projectos e Eventos Culturais, L.^{da}.

Design: Francisco Providência

Comissários científicos: Pedro Redol e Saul António Gomes

Investigação e textos: Ana Filipa Pereira, Clara Moura Soares,

José Custódio Vieira da Silva, Júlio Órfão, Maria João Baptista Neto,

Maria Luz Moreira, Pedro Providência, Pedro Redol,

Rita Justino, Saul Gomes, Sérgio Vieira

Gestão do projeto: Departamento de Obras do IGESPAR/

Pedro Providência.

Construtor: CONSTRAGRAÇO – Construções Cívicas, L.^{da}.

Produção de documentos audiovisuais: TECHLIMIT'S

Tratamento, produção e montagem de elementos gráficos:

Outros Mercadus

Sonoplastia: INEAR

Ilustrações: Guida Casella

Réplica: José Luís Russo

Fotografia: Luís Ferreira Alves

NOTAS

1. Derrick Kerckhove, refletindo sobre os mais convencionais modelos museológicos – o museu depositário e o museu ponto de vista –, constrói a crítica sobre a qual faz emergir a necessidade do novo museu virtual. A explosão de informação consequente da informatização e tecnologia da comunicação levanta novos desafios despontando uma nova visão do mundo; mas, neste universo de aparente otimismo, a sensação de que temos tudo disponível é ilusória. Ter acesso ao conhecimento não basta; é necessário perspectivá-lo, correlacioná-lo e ordená-lo. O museu, um dos agentes desse esforço no mundo físico, continua a ter um papel a desempenhar no tecnocosmos virtual da sociedade da informação. Contudo, esse papel, sendo na essência o mesmo do passado, deverá ser repensado para que mantenha pertinência ativa no presente, segundo uma estratégia que reflita a contemporaneidade potenciando os valores, ideias e objetos, que, como fragmentos, atuam na sociedade.

2. KERCKHOVE, Derrick – *Inteligência Conectiva: a emergência da cibersociedade*. 1.ª ed., Lisboa: Fundação para a Divulgação das Tecnologias da Informação, 1998.



Centro de Interpretação do Mosteiro da Batalha

Pedro Redol
Historiador da arte, DGPC/MA

A memória simbólica associada ao Mosteiro da Batalha conheceu várias metamorfoses, desde a fundação do cenóbio até à atualidade, com consequências indeléveis tanto para o Mosteiro como para a vila que com ele nasceu. Não sendo possível compreender aquilo que são hoje o edificado e a paisagem da Batalha sem analisar tão longa e atribulada história, foi recentemente assumida pelo Estado a necessidade de colocar à disposição de todos os visitantes do monumento os instrumentos para tal necessários. Um centro de interpretação no seio do edifício cumpre este papel, oferecendo uma viagem densa mas estimulante, através de cinco temas fundamentais em que se entretete a história do País, do Mosteiro e da vila.



Ética da interpretação

O património é lugar de identidade e encontro. Perguntamos de quem, como e porquê. Cientes da finitude da existência, dificilmente nos será estranha a ideia de uma vida sem caminho, história ou valor, isto é, sem um sentido. No entanto, é interessante verificar que, em face dos testemunhos de valor a que chamamos património cultural, nem todos se reveem do mesmo modo. Normalmente, a escala geracional é determinante e a apropriação do testemunho varia e flutua com o tempo, a ponto de uma geração poder promover um testemunho ao estatuto de património que por outra foi negado e vice-versa.



Aspeto de uma vitrina.

Catarina Providência, 2012.

A modelação da memória é sempre corporizada por transformações arquitetónicas e paisagísticas, pela transplantação de património integrado e móvel para outros horizontes de afeto, ou pela sua sepultura e exumação em e de depósitos vários. Importa saber como ela se operou e, mais do que isso, devolver a todos essa história mais longa, que se perde muitas vezes na noite dos tempos; essa história da história que, em nosso entender, é dever de todos aqueles que têm ao seu cuidado património cultural e artístico investigar e divulgar, no mais alargado espetro possível.

A promoção da consciência histórica profunda é um ato de civismo, na medida em que as escolhas hoje feitas em nome do património não podem ignorar a história de vida do mesmo, tantas vezes traduzida na reincidência crónica em circunstâncias que reduzem o alcance do seu valor para todos. Assim, entendemos que aquilo a que hoje chamamos interpretação de paisagens, conjuntos e edifícios não pode ser a última interpretação mas antes uma «radiografia» acessível das interpretações que é possível recuperar. Todo o visitante tem direito à abertura de uma janela crítica sobre a realidade patrimonial que escolhe conhecer e normalmente fica grato pelo enriquecimento que daí colhe.

A Batalha: um caso extremo de modelação da memória

O Mosteiro e a vila da Batalha, cujos destinos são interdependentes, constituem um exemplo extremo de modelação e reapropriação memorial da raiz comemorativa simbólica do lugar, na dimensão de culto da Nação e dos seus veneráveis mortos. As sucessivas opções de ampliação e amputação do complexo conventual tiveram profundas consequências na estruturação e desestruturação do tecido urbano e rural e, portanto, também na vida que lhe está associada, ocasionando reconfigurações sem retorno da paisagem, bem como a criação e o enfraquecimento de vínculos da mais diversa ordem entre o monumento e a vila.

É extremamente interessante verificar que a mais significativa transformação do edificado e de uma paisagem constituídos e consolidados ao longo de quatro séculos e meio conta apenas com 120 anos de história, consubstanciando-se numa versão da Batalha que raramente é questionada, exceto na nostalgia manifesta da geração que localmente assistiu às demolições do período do Estado Novo, nos decénios de 1950 e 1960. Foi então o monumento definitivamente separado da vila, com consequências de grande impacto para a paisagem e, naturalmente, para a vida das populações e a autenticidade do lugar. Especialmente a partir de final da década de 80, a vila cresceu sem plano de urbanização, para além da clareira que anos antes fora aberta em torno do Mosteiro e a que, depois de todas as demolições e novas construções, se fez corresponder uma zona especial de proteção que veio a incluir a estrada nacional n.º 1, atual IC 2, e a excluir praticamente toda a antiga cerca conventual (Portaria n.º 714/77).

O sucesso do apagamento e reformatação memorial da Batalha foi tal que até aos historiadores tem sido difícil aceitar ter tido a Batalha, até há pouco tempo, um outro passado. Parece que à má consciência pós-liberal se veio juntar a falta de consciência cultural, sendo possível negar valores preexistentes que as fontes históricas revelam, aliás, com bastante eloquência. Por outro lado, é, desde há muito, notório um vago mal-estar sobre aquilo que é, afinal, a falta de autenticidade da Batalha. Como reverter semelhantes circunstâncias?

O século XXI parece estar a ser, para a Batalha, o momento de despertar para a sua própria consciência histórica e cultural, entendendo a vila e o seu Mosteiro como um todo, ainda que sujeito a administrações diversas, as quais, por todas as razões, devem cooperar em vez de se enfrentarem. A marca deixada na paisagem é praticamente irreversível, apesar do projeto de estudo para reformulação da zona especial de proteção que a Direção-Geral do Património Cultural está a promover, nela pretendendo incluir aquilo que resta da antiga cerca do Mosteiro. É certo, porém, que proteger não é apenas circunscrever e levantar interdições; é também e sobretudo revivificar pela sensibilização para uma utilização mais equilibrada da paisagem por parte de proprietários e da população em geral. Neste capítulo, tanto o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, enquanto serviço dependente da DGPC, como o Município da Batalha têm desempenhado um importante papel na reaproximação da população à sua história, através de inúmeras atividades, entre as quais se destacam as visitas temáticas ao território da vila e do Mosteiro, mas também dotando o monumento e a vila dos equipamentos necessários à interpretação inclusiva dos mesmos. Ao cabo de muitos anos de trabalho, foram abertos ao público, entre 2011 e 2012, o Museu da Comunidade Concelhia da Batalha e o Centro de Interpretação do Mosteiro da Batalha, fechando um ciclo que fora iniciado, anos antes, pelo vizinho Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota. A novidade destas iniciativas é relativa, na medida em que o Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, criado em 1980 e do qual descende o serviço que hoje gere o monumento localmente, foi o primeiro projeto a ter uma missão comparável.

O Centro de Interpretação do Mosteiro da Batalha

Desafiando a escala monumental do antigo dormitório monástico, mais conhecido pelo nome de Adega dos Frades (que efetivamente foi), o módulo arquitetural escolhido como lugar de interpretação do Mosteiro da Batalha aloja os elementos a tal considerados necessários. A travessia do longo corredor, que é seu eixo principal, oferece ao visitante a possibilidade de estabelecer relações entre objetos — maioritariamente esculturas e vitrais dos séculos XV e XVI —, informação estática e recursos multimédia, em cinco grandes áreas temáticas sequenciais: o território e a paisagem; da Batalha Real à fundação do Mosteiro; a construção do Mosteiro; a vida no convento; de convento a monumento. A informação escrita encontra-se disponível em língua portuguesa e inglesa, inscrevendo-se a circulação dentro do novo módulo arquitetónico no circuito disponível para pessoas com mobilidade reduzida.

O primeiro tema é fulcral para o entendimento das profundas transformações sofridas pela envolvente do conjunto

monástico, sendo abordado em duas projeções simultâneas de grande formato que mostram os momentos-chave daquelas transformações através tanto de imagens de modelação tridimensional do território como de gravuras, cartografia antiga e fotografias. Podemos afirmar que é este o tema de fundo de todo o Centro, a ele se encontrando ancoradas, por exemplo, a modelação tridimensional dinâmica do edifício, em articulação com o tecido urbano da vila, no terceiro tema, ou a história das demolições e do triunfo da preexistência gótica sobre a restante, no último.

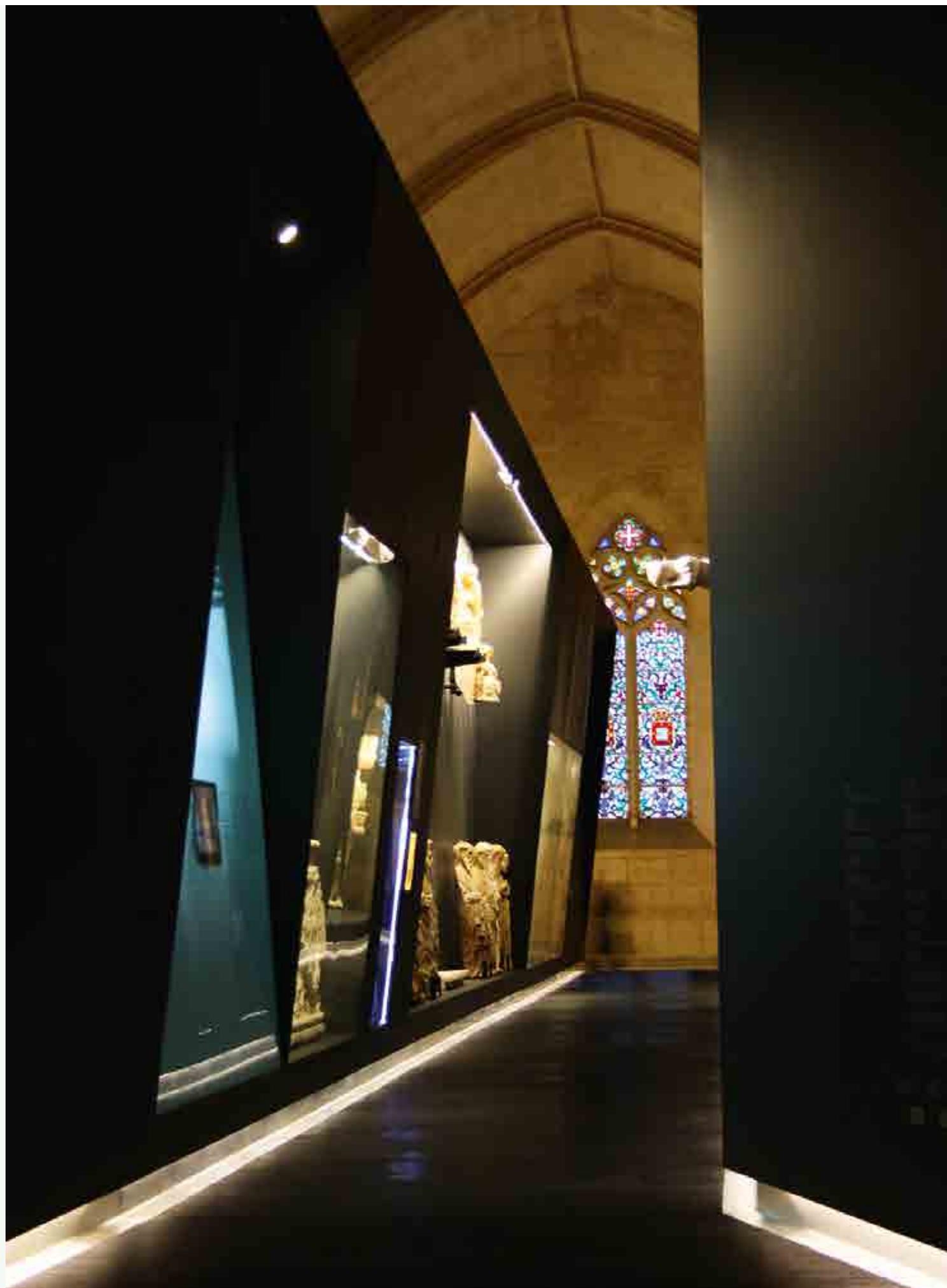
O segundo momento interpretativo é clássico, na medida em que foi, desde sempre, privilegiado pela historiografia devido à sua natureza fundacional, sendo animado por uma réplica do jacente de D. João I, por elementos arquitetónicos e imagens de devoção originais que ilustram a omnipresença da heráldica régia e ainda por filmes que mostram outras obras de arte relacionadas com a Batalha de Aljubarrota. É neste núcleo que se estabelece a ligação com os temas tratados no vizinho Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota.

O tema central e indubitavelmente mais apelativo para o visitante é aquele que diz respeito à construção do Mosteiro. Em diálogo, a cada lado do canal interpretativo, são apresentadas numerosas esculturas provenientes do portal axial da igreja e painéis de vitral datados entre 1440 e 1508 com a mesma proveniência. A exploração destas peças é apoiada pela modelação tridimensional dinâmica do edifício, por um filme sobre as técnicas do vitral e finalmente pela ilustração da estrutura do estaleiro de obra quatrocentista.

Um dos aspetos mais recônditos da memória do antigo convento da Batalha é a própria vida que nele tinha lugar. Assim, no quarto tema, torna-se incontornável a imagem do frade pregador, cujo hábito é apresentado numa versão contemporânea autêntica. Complementam-no vários filmes em *loop* que ilustram aspetos específicos da atividade diária, sempre que possível através de documentos originais. São contempladas, ainda, as relações com a comunidade local, através da abertura do convento à devoção popular, nomeadamente dos despojos do infante D. Fernando, e da atividade pastoral.

O último núcleo temático ocupa-se, como vimos, do tempo que prepara e se segue à extinção das ordens religiosas, nele se explorando a génese e a história do interesse internacional pelo edifício gótico e da sua consagração como monumento pátrio maior, desembocando naturalmente na reapropriação simbólica do lugar com a vinda dos restos mortais de dois soldados desconhecidos para a casa do capítulo da Batalha, em 1921.

A travessia no espaço e no tempo a que convida o Centro de Interpretação do Mosteiro da Batalha, através da livre escolha de recursos por parte do visitante, torna-o, assim, complementar da informação fornecida ao longo do percurso de visita, no qual se inscreve sem solução continuidade, reenviando para outros dispositivos de interpretação disponíveis na vila ou na sua proximidade.



Vale do Varosa, território histórico: um projeto¹

Luís Sebastian

Coordenador de projeto, Direção Regional de Cultura do Norte





←

Aspetto geral do Mosteiro de São João de Tarouca.

Pedro Martins, 2010.

Em 2009, a Direção Regional de Cultura do Norte deu início ao projeto «Vale do Varosa», com o intuito de instalar na região, subsidiária ao Vale do Douro e abrangendo os concelhos de Tarouca e Lamego, uma rede de estruturas segundo o conceito de «território histórico», beneficiando de uma grande concentração de elementos de elevado interesse turístico-cultural, potenciando o desenvolvimento turístico de conjunto em articulação com o Douro Património da Humanidade. Tendo como núcleo monumental de destaque o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, o Mosteiro de São João de Tarouca e o Convento de Santo António de Ferreirim, o primeiro foi já aberto ao público em 26 de outubro de 2011, encontrando-se em fase adiantada as obras de recuperação do segundo.

Em 2009, no âmbito da apresentação de candidaturas à linha de financiamento ON.2 – O Novo Norte, Programa Operacional Regional do Norte – Turismo Douro-Infraestrutural, a Direção Regional de Cultura do Norte apresentou a candidatura «Vale do Varosa», com o intuito de instalar na região, subsidiária ao Vale do Douro, nas áreas pertencentes aos concelhos de Tarouca e Lamego, uma rede de estruturas e soluções segundo o conceito de «território histórico», numa estratégia integrada a nível regional beneficiando de uma elevada concentração de imóveis e elementos históricos de elevado interesse turístico-cultural, permitindo otimizar investimentos e potenciar um desenvolvimento turístico de conjunto em articulação com o Douro Património da Humanidade, tendo como núcleo monumental de destaque o Mosteiro de São João de Tarouca, Mosteiro de Santa Maria de Salzedas e Convento de Santo António de Ferreirim, procurando desenvolver e alargar o investimento já realizado nestes três imóveis desde 1996.

Este conjunto de imóveis, constituindo há muito e de forma espontânea o que podemos designar de rede informal de monumentos da região do Varosa, e aos quais se associa diretamente em termos regionais o conjunto monumental da cidade de Lamego e seu museu, constitui um dos mais recorrentes percursos de visita da região duriense interior, por eleição quer de particulares quer mesmo por operadores turísticos em atividade na região.



←
Aspeto geral do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas.
Pedro Martins, 2010.

↙
Aspeto geral do Convento de Santo António de Ferreirim.
Pedro Martins, 2010.

Mosteiro de São João de Tarouca, substituição da cobertura da Igreja.
Luís Sebastian, 2010.

Mosteiro de São João de Tarouca, substituição da cobertura da Capela de Santa Umbelina.
Luís Sebastian, 2010.



Ao valor patrimonial intrínseco de cada um destes imóveis soma-se ainda a sua íntima relação histórica, coerência enquanto conjunto de fruição patrimonial e forte proximidade geográfica. Ao valor patrimonial de conjunto sobrepõe-se ainda uma forte componente paisagística, que aliada à proximidade geográfica contribuiu para uma consistente imagem de coesão.

Os anteriores investimentos realizados ao abrigo de candidaturas apresentadas ao IIIQCA, numa abordagem individualizada aos imóveis Mosteiro de São João de Tarouca (POCultura), Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (PONorte) e Convento de Santo António de Ferreirim (PONorte – medida n.º 3.9), tiveram como prioridade preocupações de salvaguarda e valorização como meios para o incentivo à fruição pública. A rede informal de monumentos da região do Varosa, criada de forma natural ao longo dos anos por livre seleção dos visitantes ou por iniciativa comercial de alguns operadores turísticos, veio assim a ser reforçada com as notórias melhorias do estado de conservação dos imóveis intervencionados.

Por outro lado, a partilha de visitantes entre estes três monumentos prova a sua coerência e atrativo enquanto conjunto, indicador do seu potencial turístico se desenvolvido em rede, em bom estado de conservação, com instalação das necessárias infraestruturas no local e eficaz estratégia de divulgação.

Neste sentido, as principais linhas estratégicas da candidatura apresentada foram a recuperação de edificado, musealização de património móvel e imóvel, instalação de centros de acolhimento, interpretação e postos de vendas, criação de imagem personalizada, abertura ao público com funcionamento em rede e desenvolvimento de ações de divulgação, passando a materialização de rede por:

- > Criação da imagem personalizada «Vale do Varosa»;
- > Criação da linha personalizada de produtos «Vale do Varosa»;
- > Instalação de sinalética a nível regional;
- > Criação de rede de visitas;
- > Criação de roteiros históricos temáticos;
- > Criação de roteiros pedestres de interesse histórico, natural e paisagístico;
- > Articulação com serviços locais e regionais preexistentes de iniciativa privada;
- > Criação de estruturas e dinâmicas de divulgação regional, nacional e internacional;
- > Articulação com o Douro Património da Humanidade.

Como principais linhas orientadoras temos:

- > Em detrimento de um número variável de sítios de interesse histórico informal e intermitentemente abertos ao



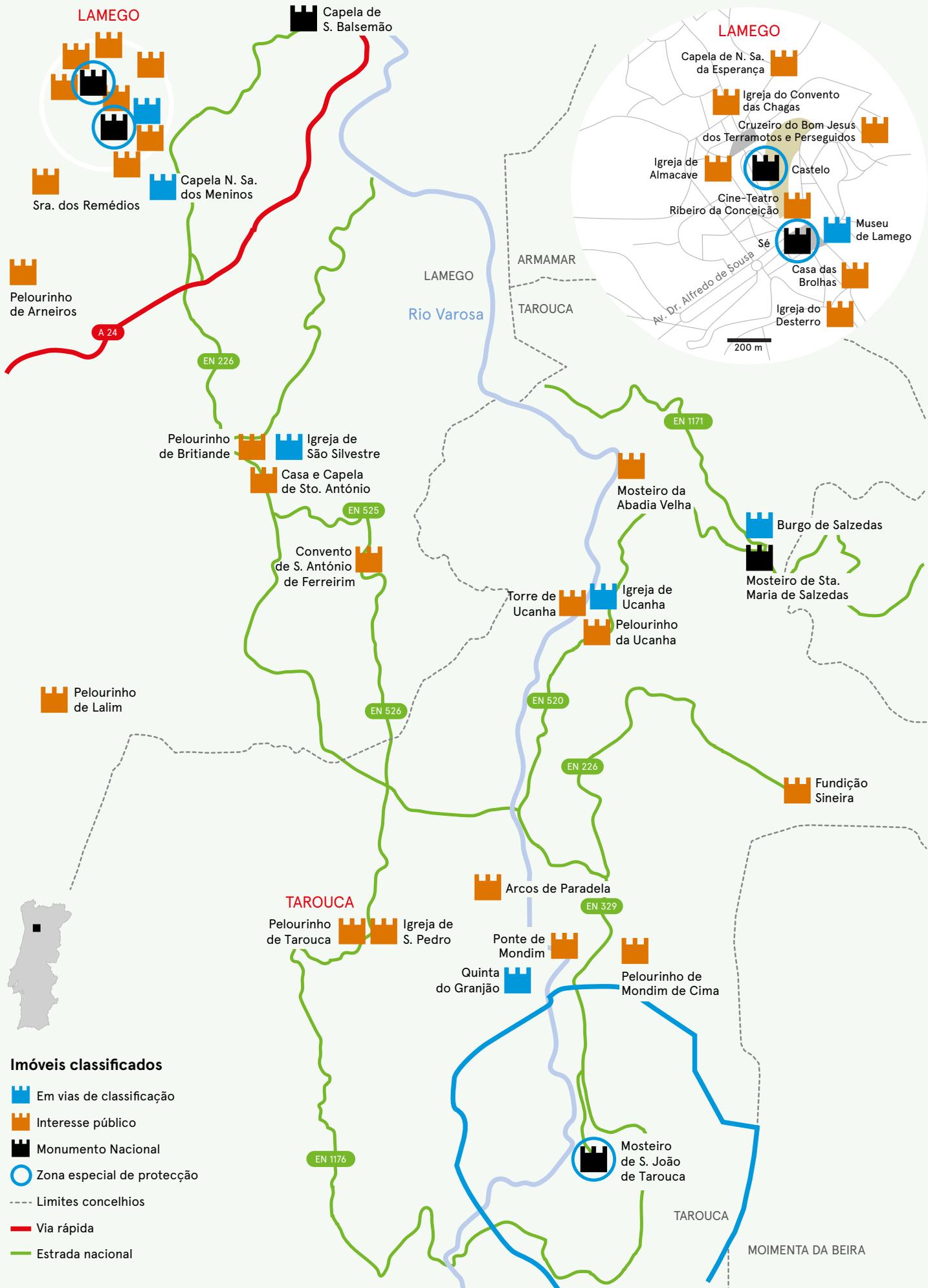
↑
Mosteiro de São João de Tarouca,
musealização da área arqueológica.
 Sofia Catalão, 2013.

Mosteiro de São João de Tarouca,
restauro da fonte da Capela de Santa Umbelina.
 Luís Sebastian, 2010.

público, dever-se-á procurar criar a imagem de um só item de elevado valor patrimonial. Ao valor isolado e relativo, variável de cada um destes imóveis, substitui-se a ideia de conjunto, universo inter-relacionável, aproximando-se do conceito de «território histórico»;

- > Ao conceito de unidade deve corresponder uma só designação, facilmente assimilável através da unidade geográfica existente, por realçar, traduzida na uniformização gráfica da sua apresentação;
- > Próximo ao conceito de imagem de marca, a esta unidade deve corresponder uma só designação, um só logótipo, um só grafismo, vertido em todos os suportes de apresentação, de sinalização viária, de publicação, de serviços e etiquetagem de bens, respeitando a sua natural relação com a região e o imaginário já existente;
- > A constituição de uma rede de designação única deverá ter por núcleo inicial um conjunto criteriosamente selecionado de imóveis de elevado valor patrimonial, selecionados pela sua distribuição no território e mais imediata viabilidade de abertura condigna ao público, desejando-se que a este núcleo inicial de imóveis-ícone seja progressivamente adicionado um número crescente de imóveis de menor valor patrimonial isolado;
- > A um núcleo inicial propenso a visitas organizadas mais ou menos curtas, segundo o modelo de roteiro, pretende-se a gradual sobreposição de uma rede alargada capaz de reter o visitante por um dia ou, preferencialmente, por mais de um dia, beneficiando o consumo de bens e serviços locais e regionais;

VALE DO VAROSA



Imóveis classificados

-  Em vias de classificação
-  Interesse público
-  Monumento Nacional
-  Zona especial de protecção
-  Limites concelhios
-  Via rápida
-  Estrada nacional

PROJETOS



- > Espera-se que à oferta de fruição de um número crescente de imóveis de valor patrimonial se junte, por parte da iniciativa privada, a oferta de bens e serviços relacionados, levando a uma maior diversificação e ao fomento da economia local e regional;
- > Que a constituição de um «produto» coeso e geograficamente concentrado potencie de forma facilitada a sua exploração direta e intensiva por parte dos operadores turísticos ativos na região;
- > Que a distribuição dos imóveis por uma área de coerente valor paisagístico potencie a sua exploração ao nível da fruição pública, livre e comercial, no âmbito das atividades *outdoor*, promotoras da saúde e bem-estar assim como do desenvolvimento de uma maior consciência ecológica, com conseqüente preservação da fauna e da flora regionais.

Com a sua fase de execução iniciada em novembro de 2009, foi já possível, dentro do projeto «Vale do Varosa», completar a recuperação da igreja do Mosteiro de São João de Tarouca, com substituição integral da cobertura, restauro de vãos e instalação de sistema integral de iluminação, intrusão e incêndios, com eliminação de cabelagens visíveis.

De maior monta, a intervenção no Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, iniciada em agosto de 2010, permitiu já a sua abertura ao público, em 26 de outubro de 2011.

A decorrer desde agosto de 2012, a musealização da área escavada arqueologicamente entre abril de 1998 e novembro de 2007 tem término previsto para outubro de 2013.

↑↑
Mosteiro de São João de Tarouca, musealização da área arqueológica.
 Sofia Catalão, 2013.

↖↖
Mosteiro de São João de Tarouca, instalação de novo sistema de iluminação na Igreja.
 Luís Sebastian, 2011.

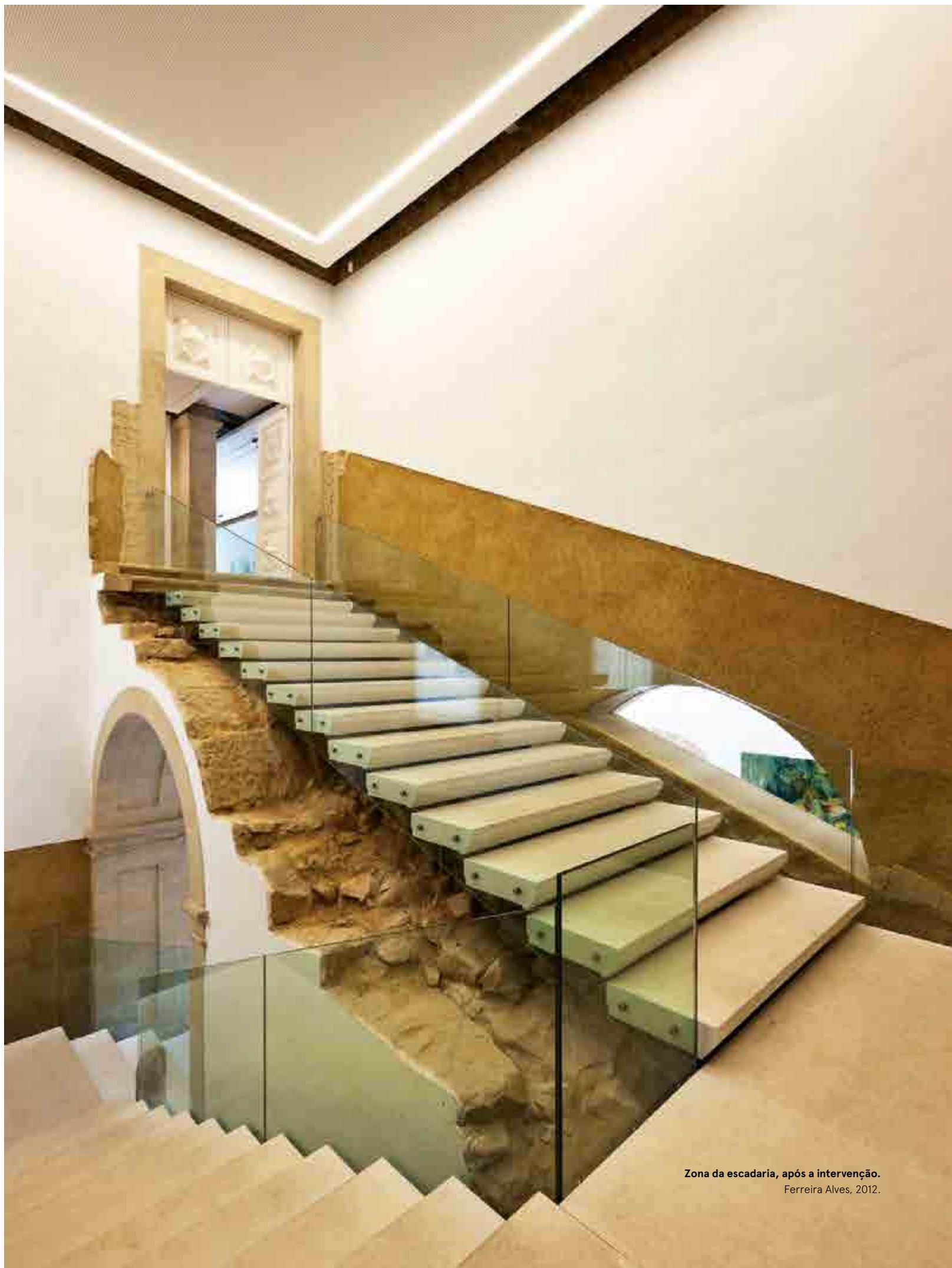
↖
Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, recuperação do «claustro da colação».
 Luís Sebastian, 2011.

↑
Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, instalação de núcleo museológico no edifício da antiga noviciária.
 Luís Sebastian, 2011.

↗
Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, instalação de auditório no edifício da antiga noviciária.
 Luís Sebastian, 2011.

NOTA

1. Este texto corresponde à versão atualizada de um dos capítulos da comunicação «Mosteiro de S. João de Tarouca, projeto de requalificação: 1998-2010», apresentada pelo autor no Congresso Património 2010, realizado em 14-16 de abril na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.



Zona da escadaria, após a intervenção.
Ferreira Alves, 2012.

(Re)Visitar o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: a instalação de um núcleo museológico na ala nascente

Gabriel de Andrade e Silva

Arquiteto

A intervenção no Mosteiro de Santa Maria de Salzedas é um processo em curso. Como a história de um imóvel deve ser (re)conhecida e divulgada para a sua valorização, a recuperação e manutenção devem contribuir para o seu estudo e descoberta, num diálogo entre princípios de intervenção, história, valorização do património e vivência do espaço arquitetónico.

Caraterização do imóvel

O Mosteiro de Santa Maria de Salzedas localiza-se no concelho de Tarouca, freguesia de Salzedas, no Norte de Portugal, mais precisamente no vale do Varosa, na região do Douro.

O conjunto monástico, de origem cisterciense, é composto por igreja de planta longitudinal, sacristia, dois claustros e residência paroquial. A estrutura do edifício é do século XIII/XIV. Profundas reformulações ocorreram nos séculos XVII e XVIII, verificando-se intervenções ao nível da abertura das fenestras do transepto e da construção do claustro grande de dois andares.

A igreja compõe-se por três naves escalonadas, transepto e capela-mor, de volumes articulados com disposição horizontal das massas, à exceção do alçado principal, com sacristia e dois claustros adossados ao lado sul, coberturas de telhados diferenciados de uma, duas e quatro águas.

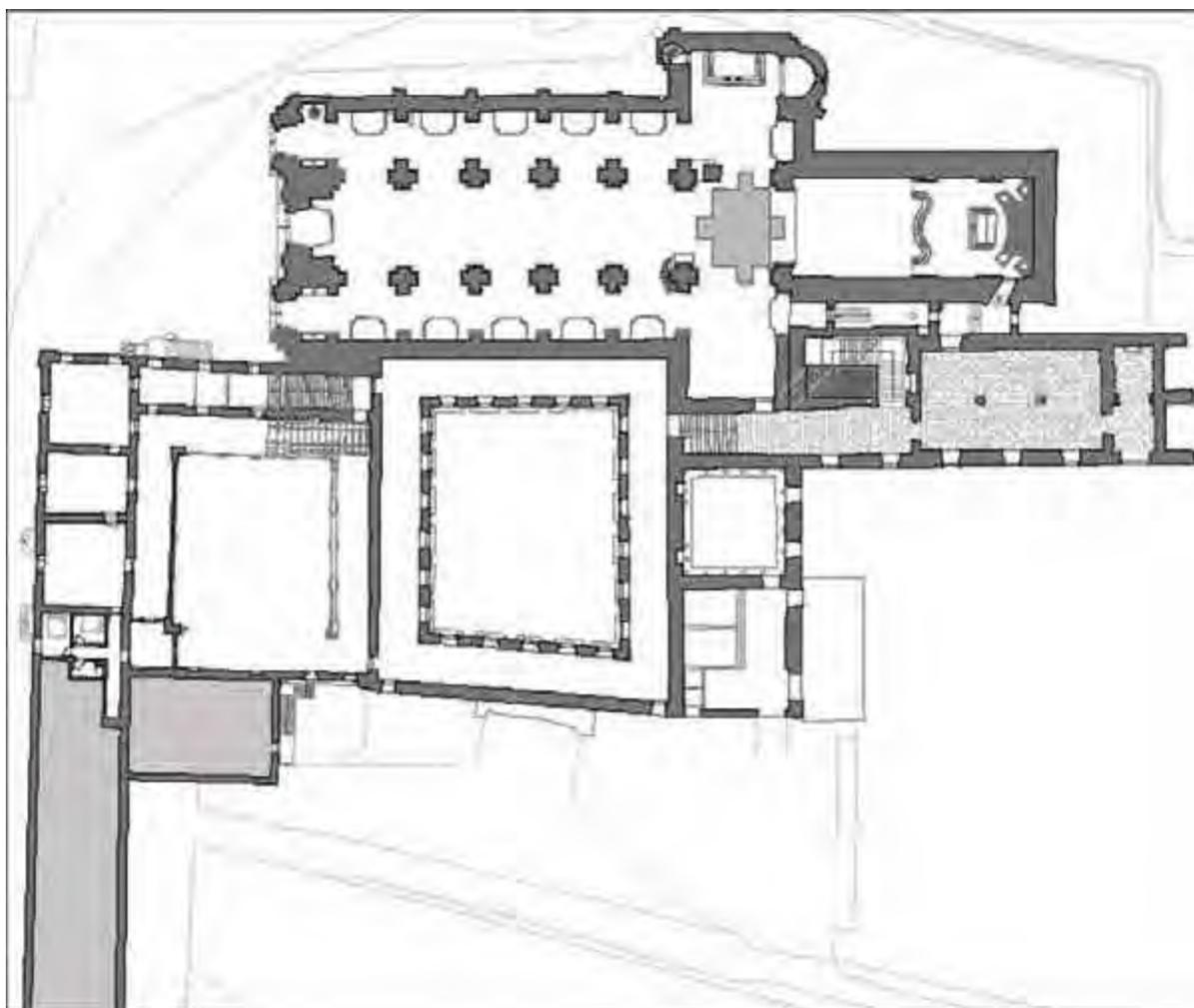
A sacristia, do lado sul, abobadada com ogivas apoiadas em duas colunas, tem comunicação com o antigo dormitório. Do lado norte, encontra-se uma porta de acesso à divisão que

comunica com o piso superior, que foi a antiga hospedaria, paralela à igreja e corpo paralelo dos antigos dormitórios com comunicação em nível superior.

A partir da história de Salzedas podemos inferir que foi um dos mais antigos mosteiros do País e que teve uma grande presença de potestado económico, religioso e cultural, não só demonstrado pela documentação existente mas também pela dimensão do espaço, hoje em ruínas. Essa grandeza materializou-se enquanto as estruturas e infraestruturas o permitiram, ou seja, enquanto todo o «espaço» erguido (material e simbólico) usufruiu do clima religioso, económico e social necessário à sua subsistência.

Descrição sumária da intervenção realizada

A conservação e valorização do Mosteiro de Salzedas, com o objetivo de instalar um programa cultural (igreja e centro paroquial) e cultural (musealização do Mosteiro e instalação de um núcleo museológico), desenvolveu-se em várias fases que correspondem a diferentes tipos de intervenção,



↑
Alçado principal do Mosteiro.
DRCN/FASE, 2006-2008.

Planta geral da Igreja e do Mosteiro, existente.
DRCN/FASE, 2006-2008.

→
Vista geral do piso superior do claustro novo,
dos séculos XVII/XVIII.
Ferreira Alves, 2012.

entre as quais: a conservação e beneficiação da igreja; a conservação da estratigrafia das superfícies do 1.º piso do claustro; a consolidação estrutural de elementos em risco; a reabilitação da ala nascente para instalação de um núcleo museológico com a construção de um novo volume em aço *corten* de instalações sanitárias para apoio às visitas; a construção de uma nova escadaria de acesso ao espaço museológico; o tratamento das coberturas, vãos e paredes, e o restauro de todo o valioso espólio.

Os novos elementos construídos assumem uma linguagem contemporânea, procurando sempre um diálogo e uma continuidade com a preexistência.

O elemento unificador deste conjunto de intervenções localizadas e adaptadas — caso a caso — à especificidade da preexistência é o percurso que, adquirindo um sentido cenográfico pela riqueza da sucessão espacial que este conjunto monumental oferece ao visitante, vai enfatizando a história e as histórias aqui vividas.

Não sendo este o espaço para analisar detalhadamente cada uma destas intervenções, optou-se por selecionar um dos pontos objeto de intervenção: a instalação de um núcleo museológico na ala nascente.

A intervenção na ala nascente

Estado de conservação

A ala nascente do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas encontrava-se bastante degradada, particularmente ao nível da cobertura. Esta situação contribuía para a deterioração das paredes, pavimentos e tetos interiores, atingindo também a sacristia, pelo que o seu uso estava bastante condicionado. O espólio existente estava em risco.

Do ponto de vista construtivo, é constituído por alvenarias portantes de granito, vigamentos e coberturas em madeira com revestimento em telha cerâmica

O abandono a que esteve sujeita parte do Mosteiro alguns séculos atrás originou a perda de uma parte das estruturas dos edifícios, pois a pedra talhada foi retirada e aproveitada para outras construções.

Foi o caso da escadaria de acesso ao piso superior da ala nascente. Quando se iniciou este processo e depois de compreender o edifício, pretendeu-se, numa primeira fase, evitar as infiltrações e os danos causados pelos agentes atmosféricos com a execução de uma nova cobertura, a consolidação estrutural pontual das paredes e o tratamento da estrutura de madeira e dos vãos exteriores.

Desta forma, ficariam criadas as condições para a recuperação de todo o espaço interior, numa sucessiva empreitada e, finalmente, a musealização e exposição do espólio do Mosteiro.

O percurso de acesso à ala nascente, que atravessa os dois claustros partindo do adro da igreja, também necessitava de tratamento e organização, principalmente de ordem espacial. Uma vez que as verbas existentes ainda não permitiam uma intervenção atempada, optou-se por estabilizar visualmente todo o percurso de visita na sequência de imagens e memórias que se vão registando até à entrada do espaço museológico.

Intervenção

Para criar o núcleo museológico para exposição do valioso e extraordinário acervo do Mosteiro, no qual se evidenciam pinturas de Grão Vasco, o princípio basilar foi o do respeito



↑
Vista da sala de exposição antes da intervenção.
Gabriel Andrade, 2006.

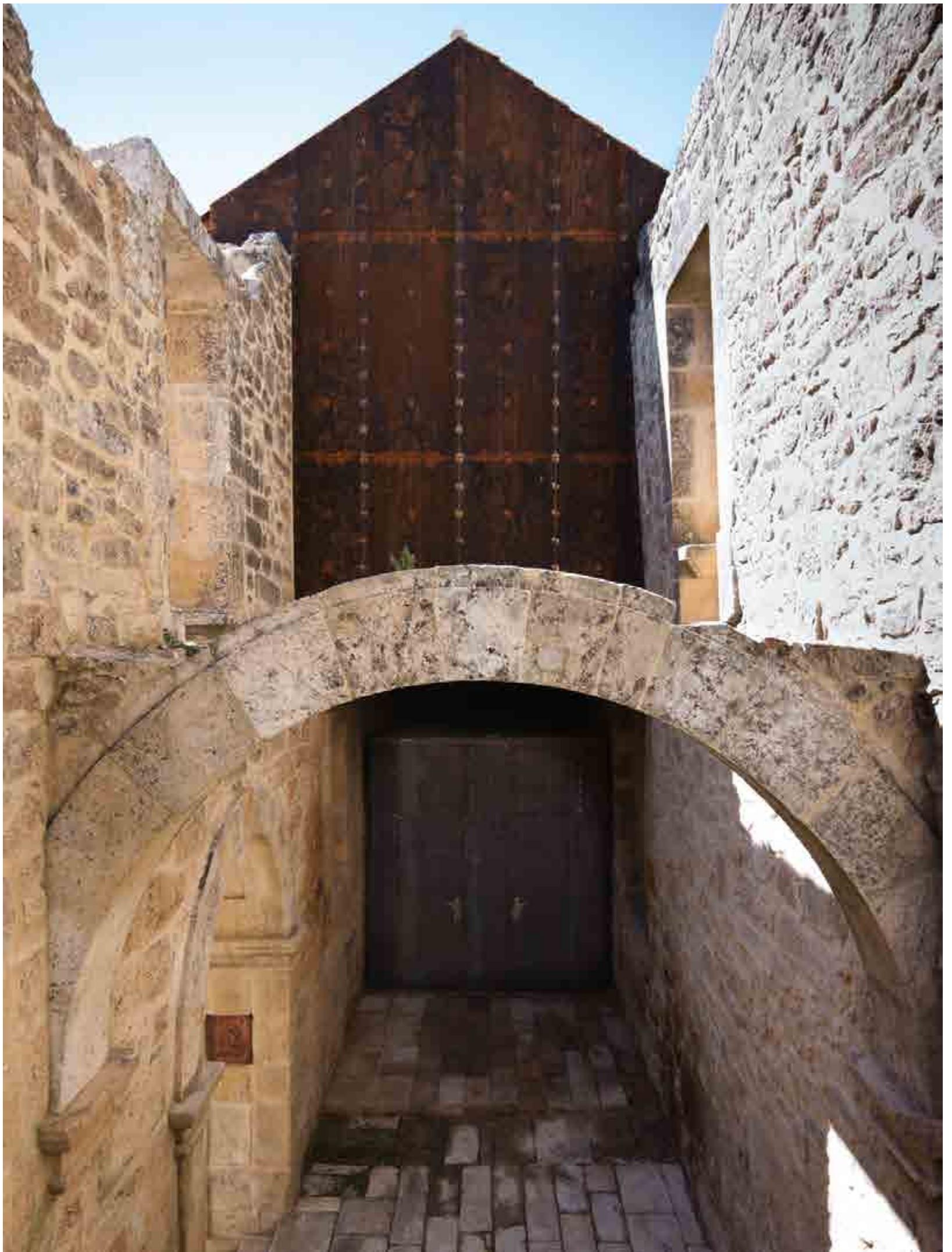
Estado da cobertura e do interior antes da intervenção.
Gabriel Andrade, 2007.

Zona da escadaria antes da intervenção.
Gabriel Andrade, 2007.



Antes da intervenção.
Gabriel Andrade, 2006.

→
Depois da intervenção.
Ferreira Alves, 2012.





←
Zona da escadaria após a intervenção.

Ferreira Alves, 2012.

↙
Claustro novo, dos séculos XVII/XVIII.

Ferreira Alves, 2012.

→
Átrio da zona de exposição.

Ferreira Alves, 2012.

↘
Sala multimédia.

Ferreira Alves, 2012.

e valorização pelo existente, juntamente com o desenvolvimento de condições de conservação do espólio.

Desta forma, os processos de trabalho, as técnicas de construção, as opções de projeto e a qualificação dos espaços foram pensados de uma forma global e em articulação com o conhecimento desenvolvido sobre o imóvel, o que permitiu interações subtis e relações bidirecionais muito importantes que se foram desenvolvendo ao longo do tempo.

Conceptualmente, a preexistência consubstanciou a estrutura do novo espaço a desenvolver, organizando-se assim a ideia e a forma de expor.

Relativamente aos componentes das coberturas, dos pavimentos, das paredes, dos vãos, estudaram-se os materiais e técnicas construtivas existentes, analisou-se a possibilidade de utilizar novos materiais compatíveis, informação que contribuiu, decisivamente, para o novo patamar na história e vida do edifício.

Para a criação de condições de conservação do acervo, a obra iniciou-se pelo tratamento e reforço da estrutura de madeira das coberturas da ala nascente e execução de um telhado com isolamento térmico que garantisse também a impermeabilização das águas que muito contribuíram para a degradação do edifício.

Um aspeto singular foi a utilização de perfis de bronze fundido na execução das caixilharias de refechamento dos vãos envidraçados desta ala do Mosteiro.

Na segunda fase, reabilitou-se o espaço interior. O restauro e a recuperação do espólio do Mosteiro, desde o imponente arcaz e mobiliário da sacristia às pinturas e objetos variados, permitiram estabelecer o programa do núcleo museológico e, assim, pensar o espaço e a sua organização, tendo em conta futuras visitas e programação.

Nesta sequência, as decisões tomadas contemplaram a prevenção, como a execução de drenagem perimetral no pavimento da sacristia, o reforço da estrutura de madeira da cobertura, a execução do novo pavimento do 1.º piso em soalho de madeira assente em estrutura de madeira maciça ou opções mais ligadas a critérios de intervenção, como a manutenção dos empenos e variações nas paredes e nos rebocos.

O novo uso do edifício obrigou à introdução de novas valências, como a iluminação polivalente, adaptada e dirigida para espaços expositivos, os sistemas de deteção de intrusão e incêndios, os sistemas multimédia e instalação sonora, mas sempre com a perspetiva de interferir minimamente no existente.

Nesse sentido, decidiu-se aplicar um teto falso em gesso cartonado que permitisse estabilizar visualmente o espaço e suportar uma grande parte destes sistemas.

Das opções de projeto e da sucessiva colaboração multidisciplinar surgiram as formas e as soluções, fundamentadas e corroboradas *in loco* pela contínua investigação da história do edifício e dos vestígios surgidos durante os trabalhos.





As técnicas construtivas foram, por si só, objeto de vários estudos e ensaios de forma a compatibilizar ao máximo a intervenção com o existente, nomeadamente a análise da argamassa das juntas, o apoio metálico do soalho junto às paredes, passando pelo acabamento das próprias paredes, das cores das madeiras e das portas, ou do teto do percurso através do claustro secundário. Informações fundamentais para estabelecer uma unidade e harmonia de linguagem na intervenção ao longo do espaço museológico.

Como se referiu, o acesso ao 1.º piso faz-se através de uma escadaria, manifestamente «nova», com uma estrutura metálica e degraus de pedra calcária e guardas em vidro, uma vez que a escadaria original fora «reaproveitada» pelos habitantes das redondezas e restavam simplesmente dois degraus no início e dois no término da escadaria.

Infraestruturas indispensáveis no circuito de visita, como as instalações sanitárias para os visitantes, foram também criadas, através da colocação de um volume amovível com uma linguagem contemporânea, recuperando-se ainda a zona de entrada da visita onde se localizou a bilhética e a loja de produtos relacionados. Foram também criados pontos informativos durante o percurso que fornecem ao visitante dados da Ordem de Cister e do Mosteiro ou sobre o processo de reabilitação efetuado, na sala de projeção multimédia.

Nota final

O mosteiro cisterciense conheceu ao longo dos séculos fases de grande desenvolvimento e exuberância e fases de quase abandono. Com um sentimento de que um imóvel não deve ser simplesmente «musealizado» e a sua história congelada, como se de uma fotografia ou maquete se tratasse, a intervenção deve ser rigorosamente pensada, equacionada e discutida pluridisciplinarmente, permitindo assim que o tempo e a história permaneçam e o monumento continue a evocar o valor e a surpreender quem o visita.

BIBLIOGRAFIA

- CHOAY, Françoise — *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 2000 [1982].
- COSTA, Alexandre Alves — O património entre a aposta arriscada e a confiança nascida da intimidade. *J-A, Jornal dos Arquitectos*, n.º 213, setembro de 2003, pp. 7-13. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.
- International Council on Monuments and Sites (<http://www.icomos.org>). Consultado em janeiro de 2007.
- LNEC — *Diagnóstico sobre as condições de estabilidade do claustro do séc. XVII do Mosteiro de Salzedas, em Tarouca*. Guimarães: Universidade do Minho, dezembro de 2000.
- LNEC — *Diagnóstico sobre as condições de estabilidade do claustro do séc. XVII do Mosteiro de Salzedas, em Tarouca*. Guimarães, Universidade do Minho, dezembro de 2002.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi — Património ou parque temático. *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.
- TEIXEIRA, Ricardo Abrantes; TORRE RODRIGUEZ, José Ignacio de la — Perspetivas para o estudo arqueológico dos estabelecimentos cistercienses do vale do Varosa (Tarouca). *Actas do Colóquio Internacional Cister Espaços, Territórios, Paisagens*. Lisboa: IPPAR, vol. II, dezembro de 2000, pp. 505-516.
- RIEGL, A. — *El culto moderno de los monumentos, su carácter y sus orígenes*, coord. Aurora Arjones Fernández. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2007 [1903].
- SALZEDAS, ficha IPA PT011820050011 — IRHU, Portugal — <http://www.monumentos.pt>. Consultado em dezembro de 2006.

Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: núcleo museológico

Luís Sebastian

Coordenador de projeto,
Direção Regional de Cultura do Norte



A construção do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, mosteiro masculino da Ordem de Cister, iniciou-se em 1168. Largamente ampliado nos séculos XVII e XVIII, conta no seu espólio com trabalhos de alguns dos maiores nomes da pintura em Portugal, como Vasco Fernandes (Grão Vasco), Bento Coelho da Silveira ou Pascoal Parente. Profundamente arruinado após a sua extinção em 1834, foi integrado em 2009 no projeto «Vale do Varosa», da responsabilidade da Direção Regional de Cultura do Norte. Após trabalhos de recuperação do edificado, iniciados em agosto de 2010, que contemplaram o restauro da parte mais significativa do seu espólio e instalação de um núcleo museológico interpretativo, a abertura ao público ocorreu em 26 de novembro de 2011.



←
**Vista aérea de Salzedas
a partir de Nordeste.**
Paróquia de Salzedas, 2011.
→
**Aspeto geral dos trabalhos
de recuperação da noviciaria
e sua adaptação a núcleo
museológico.**
Luís Sebastian, 2011.

Introdução

Mosteiro masculino da Ordem de Cister, a construção do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas iniciou-se em 1168. Com a sua fundação intimamente ligada à figura de Teresa Afonso (c. 1110-1171), esposa de Egas Moniz de Ribadouro (1080-1146), o complexo monástico foi largamente ampliado nos séculos XVII e XVIII, destacando-se um novo e monumental claustro no século XVIII com traço do arquiteto maltês Carlos Gimac (1651-1730). Apesar da extinção das Ordens Religiosas em Portugal em 1834, convertendo-se a igreja do Mosteiro em paroquial, permaneceram integrados no seu espólio alguns dos maiores nomes da pintura em Portugal, como Vasco Fernandes (Grão Vasco) (a trabalhar em Salzedas entre 1511 e 1515), Bento Coelho da Silveira (a trabalhar em Salzedas entre 1677 e 1685) ou Pascoal Parente (a trabalhar em Salzedas em 1764), salvando-se do saque de que foi alvo, todavia, parte dos seus altares e paramentos perdeu-se.

As dependências monásticas vendidas em hasta pública foram sujeitas, desde então, a um longo processo de desmantelamento de parte do edificado, para reaproveitamento da pedra, madeiras, telha e azulejo, ao que se seguiu a deterioração por abandono. Tendo passado pela mão de diversos proprietários, os dois claustros e o que resta da noviciaria do século XVII encontram-se hoje, novamente, na mão da Igreja. O espólio originalmente integrado no Mosteiro foi em parte

pilhado, enquanto o restante atingiu ao longo dos anos um ponto de degradação extremo.

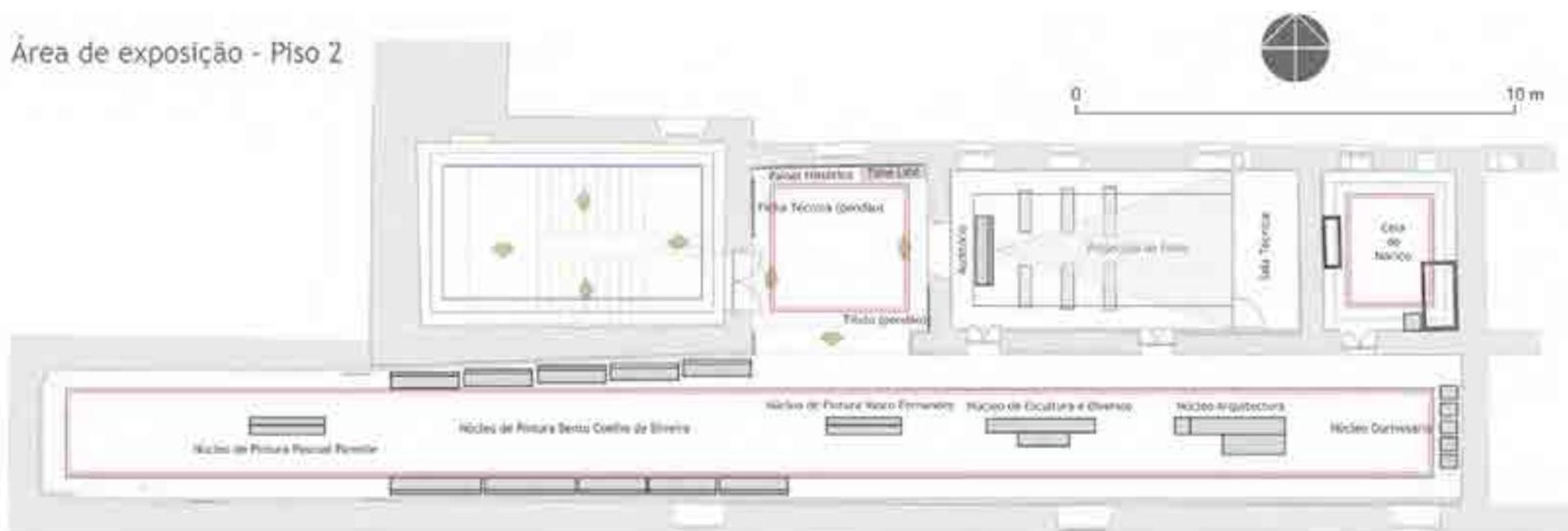
Classificado monumento nacional em 1997, a fase de abandono parecera inverter-se a partir de 2002, dando-se início ao progressivo restauro dos edifícios no âmbito do protocolo assinado entre a Diocese de Lamego e o Estado Português.

Em 2009, o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas foi integrado no projeto «Vale do Varosa», tendo sido entre 2010-2011 alvo de recuperação do edificado. Estas intervenções decorreram, essencialmente, no edifício dos séculos XVII-XVIII, antiga noviciaria, onde se instalou o núcleo museológico, integrando as peças mais significativas do espólio remanescente. A abertura ao público ocorreu em 26 de novembro de 2011.

Núcleo museológico

Perante a impossibilidade de intervir, de uma só vez, na totalidade do complexo monástico, foram definidas três fases de intervenção: igreja, noviciaria e claustros. Considerando a necessidade de dar enquadramento ao espólio remanescente da venda em hasta pública de 1834, optou-se por intervir primeiro na noviciaria, propiciando a criação de um núcleo museológico que albergasse as peças mais significativas e servisse de centro de interpretação do sítio.





↑
Planta do espaço museológico instalado na antiga noviciária.
Luís Sebastian, 2011.

→
Aspetto geral dos trabalhos de restauro do arcaz da sacristia.
Luís Sebastian, 2011.

Cela de noviço.
Gabriel Andrade, 2012.

Este espaço museológico foi criado no piso superior, originalmente corredor de acesso às celas dos noviços, das quais apenas subsiste uma, integrada na exposição, estendendo-se ainda ao *hall* de entrada do piso e às suas duas primeiras salas, de função indefinida.

Projeto museológico

À exposição instalada deu-se o título «Fragmentos: Expressões de arte religiosa do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas».

Previamente, foi feito o inventário descritivo e fotográfico do espólio sobrevivente, base fundamental para estabelecer prioridades para a conservação, segundo a sua importância histórica e artística.

Considerada, no global da intervenção, a necessidade de abrir ao público com uma exposição interpretativa do espaço, optou-se pela elaboração de conteúdos que explorassem os vários aspetos da vivência monástica, com base no espólio existente, para o efeito sujeito a restauro.

Extravasando o mundo monástico, para lá das paredes do Mosteiro, pretendeu-se ainda integrar algumas peças providas de capelas da região, originalmente propriedade do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas. Com esta medida procurou-se ainda aproveitar o ensejo para restaurar e divulgar este espólio, completamente inédito para o grande público.

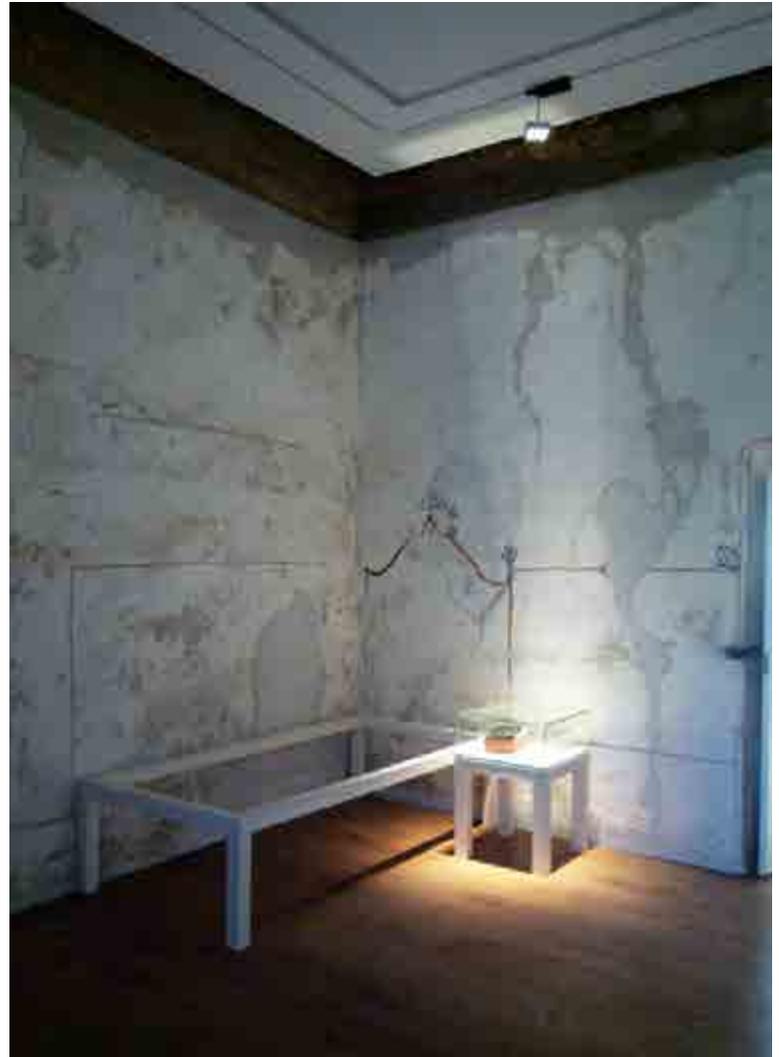
A exposição desenvolveu-se em torno dos núcleos de pintura do século XVI, de Vasco Fernandes (Grão Vasco), do século XVII, de Bento Coelho da Silveira, e do século XVIII, de Pascoal Parente, considerados centrais no contexto do espólio do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas. Em termos de ações de restauro, estes três núcleos constituíram a maior frente de trabalho, destacando-se as intervenções relativas a 2 pinturas sobre tábuas, a 22 sobre tela e a outras 8 pinturas não selecionadas para a exposição.

A estes três núcleos de pintura juntou-se ainda um núcleo de escultura e livro histórico, onde se integraram três imagens providas de duas capelas da região.

Do núcleo de arquitetura, constituído por elementos arquitetónicos do edifício medieval, em grande parte recuperados durante as obras realizadas, destacam-se os elementos arquitetónicos pertencentes ao claustro original, quer pela sua raridade quer pelo valor artístico da decoração dos seus capitéis.

Do sexto e último núcleo expositivo, dedicado à ourivesaria dos séculos XVII e XVIII, o enfoque recaiu nos relicários de São Bento e de São Bernardo.

De forma a enquadrar historicamente os diferentes núcleos, colocou-se à entrada do espaço expositivo uma extensa tela suspensa, na qual se apresenta com recurso ao texto e imagem uma sucinta introdução alusiva à Ordem de Cister e ao Mosteiro de Santa Maria de Salzedas. Anexa a esta adicionou-se ainda um



volume onde se dispôs uma *timeline*, cruzando a longa história do Mosteiro com os mais marcantes acontecimentos mundiais, realçando assim o aspeto de longa duração.

Apesar do carácter fragmentário do espólio sobrevivente, procurou-se construir um discurso expositivo coerente, de acordo com as principais temáticas artísticas e religiosas do sítio, integrando, no que diz respeito à escultura, peças de capelas relacionáveis.

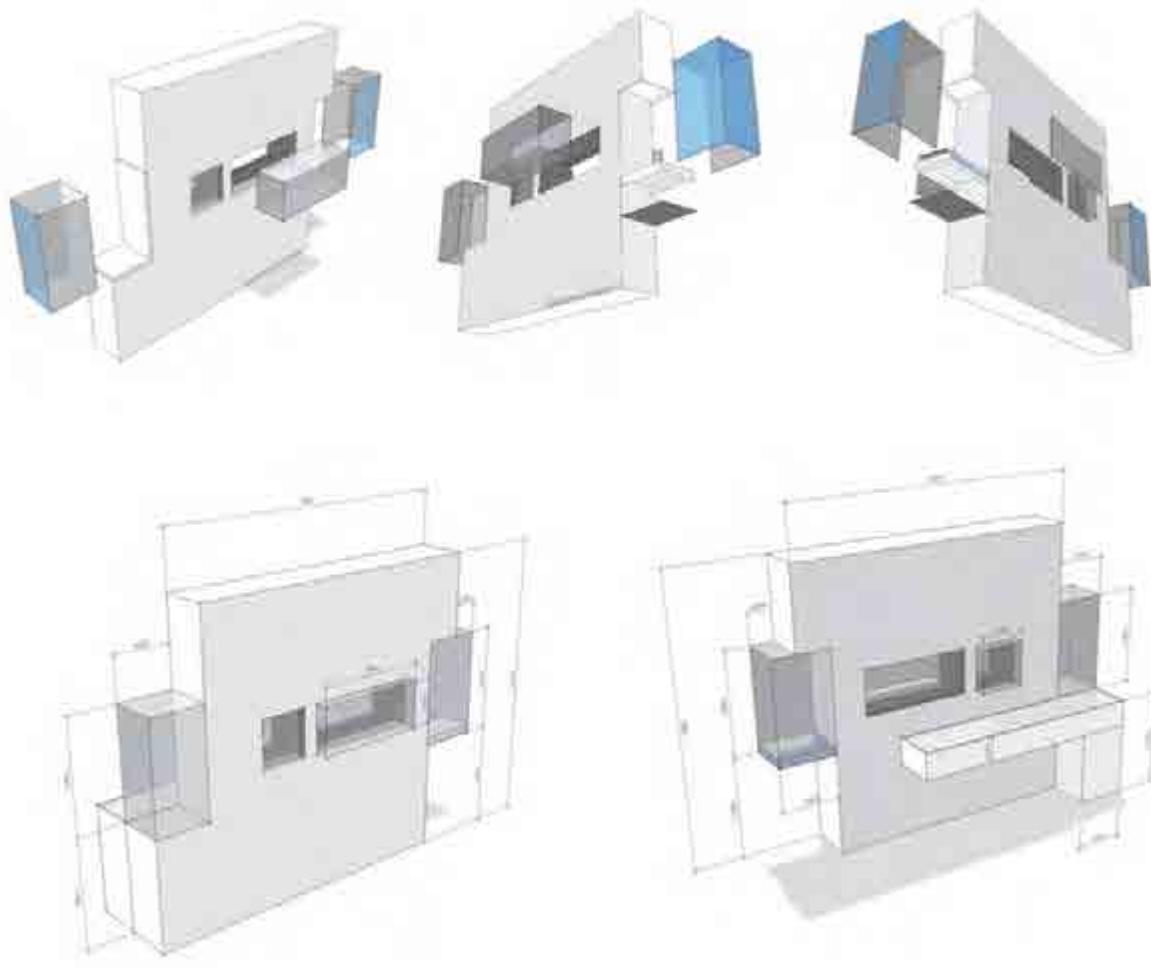
Considerando a limitação do espaço e o carácter temporário da exposição, procurou-se ainda reduzir as soluções expositivas ao essencial, de forma despretensiosa e elementar. Privilegiou-se a proximidade entre o visitante e as peças expostas, de modo a criar um ambiente de informalidade e intimidade. A solução ensaiada para concretizar este objetivo cingiu-se à colocação das peças ao nível dos olhos do observador e à eliminação de limitações físicas à sua aproximação.

No caso das 12 pinturas de Bento Coelho da Silveira e das 2 pinturas de Pascoal Parente, não protegidas por vidro, os expositores constituíram-se como volumes simples, neutros, como segmentos de parede usados para suspensão, contando contudo ao nível inferior com um volume adiantado, que de forma discreta contribui para a manutenção de uma relativa distância de segurança entre o observador e a tela.

Para as duas pinturas de Vasco Fernandes optou-se por um sistema de suspensão em parede de vidro. Esta opção deveu-se ao facto de se tratar de duas pinturas sobre tábuas,

entendendo-se que o tardo dos quadros se revestiam de grande interesse para a compreensão da técnica de assemblagem das tábuas. Por outro lado, tratando-se de duas pinturas originalmente integradas num retábulo mais extenso, do qual se conhecem mais duas pinturas, hoje em depósito no Museu Nacional de Soares dos Reis, optou-se pela sua replicação através da colagem direta no vidro das respetivas reproduções fotográficas em semitransparência, permitindo uma visão geral de conjunto. Esta opção permitiu ainda deixar em aberto a possibilidade de futuramente os dois originais poderem integrar temporariamente este núcleo.

Aos seis núcleos expositivos principais juntou-se a única cela de noviço ainda existente. De destacar as diversas pinturas murais, indiscutivelmente amadoras e feitas diretamente pela mão de um ou mais dos diversos noviços que terão usado a cela desde o século XVII. O resultado do restauro dos seus rebocos e pinturas conduziu-nos a ensaiar uma encenação a integrar no circuito de visita. Ou seja, as marcações de mobiliário existentes nas paredes foram reintegradas repondo o mobiliário em falta através de objetos minimalistas, concebidos em madeira, materializando apenas as arestas do volume sugerido, como a cama e o armário. Intencionalmente mais escuro, este espaço é o ponto do percurso em que o visitante mais se pode sentir próximo da comunidade monástica que habitou o edifício ao longo de 700 anos, apelando primordialmente à dimensão humana por detrás do edifício e do espólio.



←
**Projeto do expositor
do núcleo de escultura
e livro histórico.**
Rafael Marques, DESIGN PÚBLICO –
Soluções Globais, L.^{da}.

→ →
**Aspeto geral do núcleo
de arquitetura.**
Ferreira Alves, 2012.

↘ ↘
**Aspeto geral da entrada
do espaço museológico.**
Ferreira Alves, 2012.

↘ ↘ ↘
**Aspeto geral do núcleo de pintura
Bento Coelho da Silveira.**
Ferreira Alves, 2012.

→
**Projeto dos expositores
do núcleo de pintura Bento
Coelho da Silveira,**
Rafael Marques, DESIGN PÚBLICO –
Soluções Globais, L.^{da}.

↘
**Projeto do expositor da
brochura ilustrada multilingue
da legendagem da exposição.**
Rafael Marques, DESIGN PÚBLICO –
Soluções Globais, L.^{da}.

A iluminação passou pela colocação orientada de projetores de LED, a partir das calhas existentes no teto falso suspenso; para os núcleos de escultura e de ourivesaria sentiu-se necessidade de adicionar iluminação próxima e rasante, de modo a realçar alguns aspetos formais e de textura, o que foi conseguido com a iluminação interior dos compartimentos de exibição dos expositores através de fitas de LED. De modo a evitar a passagem visível de cablagem elétrica de alimentação aos expositores, desenvolveu-se um sistema de alimentação por bateria de lítio recarregável.

Quanto à legendagem, optou-se por uma solução convencional, decidindo-se utilizar exclusivamente o português, evitando assim sobrecarregar a legendagem com diversas versões traduzidas, ou limitá-la à tradução para inglês. A disponibilização da informação em vários idiomas solucionou-se através da colocação à entrada de um expositor onde se encontra uma brochura ilustrada multilingue, num total de 20 páginas, contendo a tradução das legendas existentes para inglês, francês e castelhano.

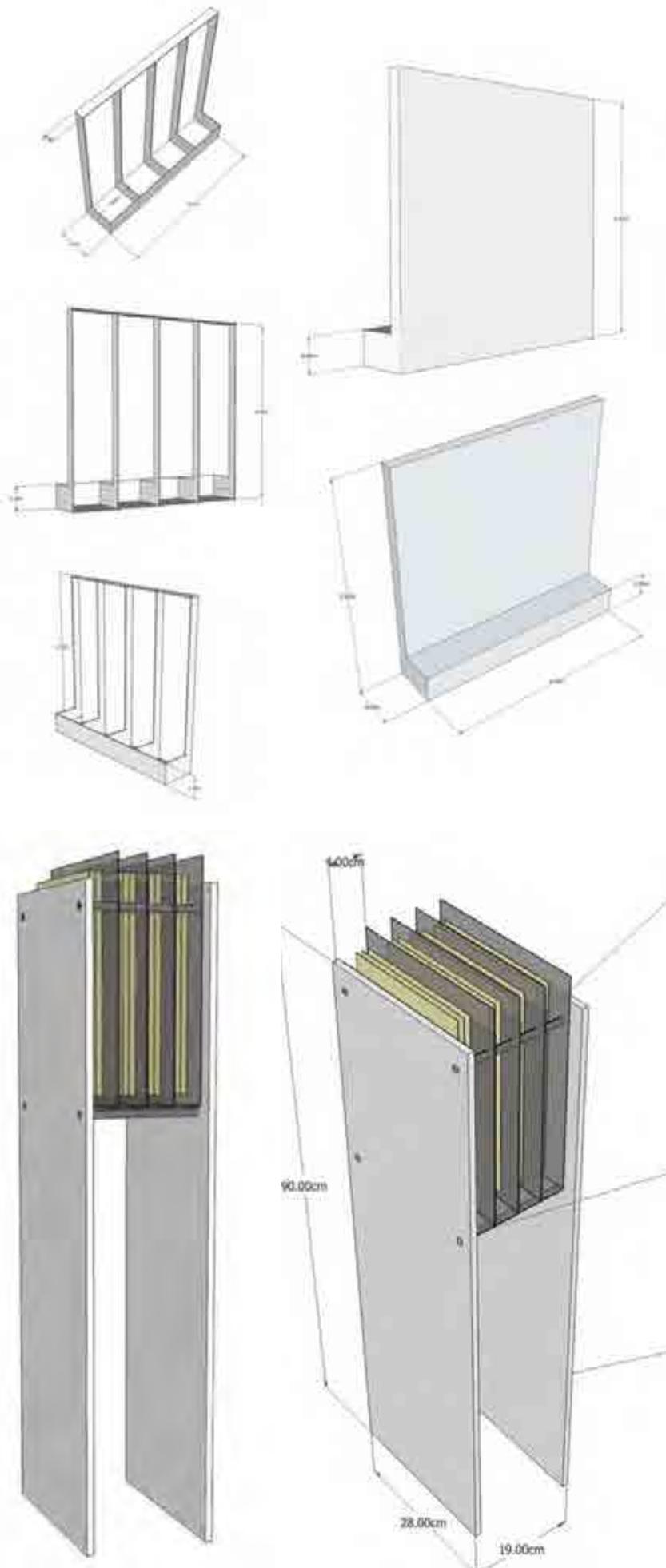
Para a ambiência sonora do espaço expositivo concebeu-se um ficheiro áudio com a duração de cerca de 15 minutos, passado em *loop*, onde se recriam os sons do quotidiano monástico. Considerando que o espaço expositivo se encontra instalado na antiga noviciaria do século XVII, ainda que com fortes

alterações no século XVIII, situou-se de forma concreta toda a ação no espaço e tempo da primeira fase. Aos sons genéricos do exterior, divididos entre natureza – água, aves, etc. – e quotidiano – carros de bois, ladrar de cães, passos, conversas entrecortadas –, recriou-se de forma simbólica o início do dia – cantar do galo, toque de sino das matinas –, e a primeira cerimónia diária na igreja – abrir e fechar de portas, passos –, incluindo o primeiro cantochão no coro, considerando apenas repertório cisterciense do século XVII.

No auditório, integrado no espaço expositivo, disponibilizou-se a projeção contínua de um filme documental sobre a intervenção realizada, procurando informar o visitante sobre o projeto de recuperação em curso, do esforço realizado e do muito que há ainda por fazer, apelando para a importância do seu apoio para o projeto.

A par da comunicação garantida pelos canais correntes da Direção Regional de Cultura do Norte, foi criado o *site* «Vale do Varosa» (www.valedovarosa.org), em parceria com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, especificamente destinado à divulgação permanente dos trabalhos realizados no âmbito deste projeto e dos eventos de dinamização dos espaços.

Por fim, de suporte ao esforço de construção de imagem e divulgação, foi desenvolvido *merchandising* personalizado, direcionado aos diferentes níveis do público-alvo.



FICHA TÉCNICA

Imóvel de interesse público pelo Decreto n.º 95/78, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 210, de 12 de setembro de 1978. Reclasseificado como monumento nacional pelo Decreto n.º 67/97, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 301, de 31 de dezembro de 1997.

Intervenção de construção civil: Gabriel Andrade (arquitetura), Agostinho Costa (engenharia civil) e José Rocha (segurança), da Direção Regional de Cultura do Norte. Execução: Augusto Oliveira Ferreira, L.ª Projeto museográfico e coordenação de produção: DESIGNPÚBLICO, Soluções Globais, L.ª

Construção e montagem de suportes: Lotus Line, L.ª Produção e montagem de comunicação: L2 Spirit, L.ª Inventário: José Pessoa e Georgina Pessoa, do Museu de Lamego Coordenação das ações de conservação e restauro: Fernando Ribeiro, Rosa Vouga e Sónia Isidro, da Direção Regional de Cultura do Norte

Apoio na identificação e legendagem das pinturas de Bento Coelho da Silveira: Luís de Moura Sobral, da Université de Montréal. Conservação e restauro da pintura de cavalete: Porto Restauro, L.ª

Conservação e restauro de escultura: Rosa Vouga e Direção Regional de Cultura do Norte. Apoio na identificação e legendagem dos livros do coro: João Soeiro de Carvalho, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Leitura epigráfica: Mário Barroca, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Assessoria científica no estudo e legendagem das peças: Nuno Resende.

Investigação, textos e conteúdos gráficos: Ana Sampaio e Castro

Agradecimentos: Museu Nacional de Soares dos Reis e Divisão de Documentação Fotográfica/IMC, I. P./José Pessoa, pela reprodução fotográfica das pinturas *Santa Catarina de Alexandria* e *Santa Luzia de Siracusa* Conservação e restauro da pintura parietal: Mural da História, L.ª

Reportagem vídeo: Arte Fotográfica, L.ª

Toda a intervenção foi realizada em permanente diálogo e colaboração com a paróquia local e o pároco, padre António Seixeira. Após a abertura ao público, em 26 de novembro de 2011, a manutenção dos espaços passou a ser feita em parceria com a Junta de Freguesia de Salzedas. Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, 3610-073 Salzedas – Tarouca | A 24 até Lamego | EN 226 até Tarouca | EN 520 até Salzedas | N 41º 03' 34" | W 7º 43' 20" | Telefone: +351 254 677 458 | Email: salzedas@culturanorte.pt.

Projeto de remodelação e ampliação do Museu Nacional de Machado de Castro

Gonçalo Byrne
Arquiteto

O novo Museu Nacional de Machado de Castro procura integrar, dentro de uma estratégia global, diferentes edifícios e coleções, unificando o que anteriormente se encontrava fragmentado; a sua localização no contexto da futura remodelação urbana da Alta de Coimbra, na transição para a Sé Velha, Almedina e cidade baixa, faz deste importante recurso cultural da cidade um polo de atratividade contemporâneo, cuja capacidade de resposta se vê reforçada com novos equipamentos de acolhimento, percursos de visita e núcleos de exposição permanente renovados.

→
Exterior da *loggia* de Filippo Terzi.
José Paulo Ruas, DGPC, 2013.



No lapso de dois milénios a história do sítio acumula o cruzamento de muitas histórias e mostra-nos não um mas vários edifícios que se continuaram, ou se sobrepuseram, ou se cruzaram, gerando residualidades, hesitações, abusos, mas também revelações fantásticas, fascinantes, belíssimas.

Após o caminho que fizemos pelas leituras históricas convocadas, pelos relatos e relatórios arqueológicos, pelas arquiteturas que percorremos do despertar ao entardecer, se algo surge como comoventemente belo nesta Alta Coimbra é a extraordinária simbiose entre as formas construídas e a geografia da colina, em que a tectónica adquire o valor topográfico, numa globalidade de sistema cristalino de vazios e emergências em que a imanência do criptopórtico romano de Aeminium é decisivamente germinal.

Esta fabulosa construção destinada a domesticar o declive transformando-o em chão plano está, no entanto, construída sobre um assentamento urbano pré-romano diretamente ajustado à pendente.

A revelação arqueológica deste aglomerado na fundação da abside constitui o momento zero da cronologia do edifício, ele mesmo conteúdo e contentor museológico.

Numa breve caracterização das sucessivas lógicas formais e construtivas do edifício do Museu destacam-se: o período romano, a sucessiva implantação românica de São João de Almedina, o reforço do caráter residencial do Paço renascentista, a rotação «híbrida» da nova igreja barroca e, finalmente, a descaracterização casuística dos sucessivos «enxertos», restauros e consolidações iniciados com o alvor do nosso século até à atualidade.

Este nosso século, marcado pela utilização museológica de um espaço de fortes características domésticas ou residenciais, assiste a uma crise de intervenções avulsas com implicações no edifício que refletem os critérios de restauro da ideologia dominante. O facto é, no entanto, que os critérios museográficos se confundiam, por vezes, com interferências nas estruturas edificadas gerando situações de descontrolo de escala e de definição ambiental que oscilam entre o adossamento doméstico de fragmentos arquitetónicos avulsos até à clara «frankensteinização» de conjuntos que embora valiosos e em perigo se implantam em clara rotura de escala e de contexto agravando a já existente residualidade global.

Esta condição híbrida, a meio caminho entre uma espacialidade doméstica herdada do Paço Episcopal e a fragmentária e pontual promoção a encenações de monumentalidade, instaura uma promiscuidade em que o edifício se confunde com as obras expostas. Sem dramatizar, aceitamos que essa condição já faça parte do historial recente do edifício, sobre a qual pensamos adotar uma posição de «aceitação crítica», corrigindo quando possível e oportuno, recontextualizando quando recomendável, ou simplesmente autonomizando quando aconselhável, mas para todos os efeitos integrando numa nova estratégia global os vários edifícios e coleções dentro de um espaço museológico que busca uma nova condição unitária.

A localização do Museu no contexto da futura remodelação urbana da Alta ocupa um dos polos de um triângulo de grande atração turística em que os outros dois são o complexo histórico monumental dos Estudos Gerais e o futuro núcleo museológico universitário em torno do Colégio de Jesus. Esta posição sai reforçada com a localização na transição da Alta para a Sé Velha, Almedina e cidade baixa (circuito turístico pedonal).

É facilmente previsível um aumento razoável de fluxo de visitantes, incluindo a população universitária, a que não será indiferente o reforço dos equipamentos de acolhimento e atividades paralelas diversificadas para além dos núcleos de exposição permanente.

Se é verdade que a evolução do sítio se inicia com o caráter eminentemente público do Fórum, para passar à condição religiosa e doméstica do Paço Episcopal, a valorização do atual uso cultural e museológico deve repor o reforço da sua condição pública, cívica e pedagógica procurando uma escala e ambiente arquitetónico ajustado a esse objetivo.

Neste aspeto, o novo Museu aproxima-se do antigo Fórum, ou seja, deve recuperar a dimensão de espaço público apelativo reforçando as valências de permanência e uso quase quotidiano, sem descurar as limitações e condicionamentos necessários às zonas museológicas. Interessa fazer convergir no pátio central, na loja e na cafetaria (áreas de livre circulação) acessos que se interliguem com a cidade (eventualmente em mais de um lado e distintas cotas do quarteirão).

Em relação à inserção e presença no tecido arquitetónico envolvente, o novo Museu propõe o destaque da «fachada» do criptopórtico romano que estabelece um plano superior de referências de um embasamento geral extensível aos novos edifícios periféricos contaminando o seu caráter volumétrico introvertido. Embora estes três volumes se encontrem seccionados entre si por caminhos do traçado medieval, a sua leitura recupera um valor unitário e de algum modo identitário com as construções históricas de escala idêntica que se diluem nos tecidos urbanos residenciais de menor dimensão e maior fragmentação. No plano superior do criptopórtico potencia-se o jogo expressivo das diferentes contemporaneidades volumétricas: galeria renascentista, igreja barroca, a que se associam as novas volumetrias em diálogo com revestimentos e transparências da nossa contemporaneidade.

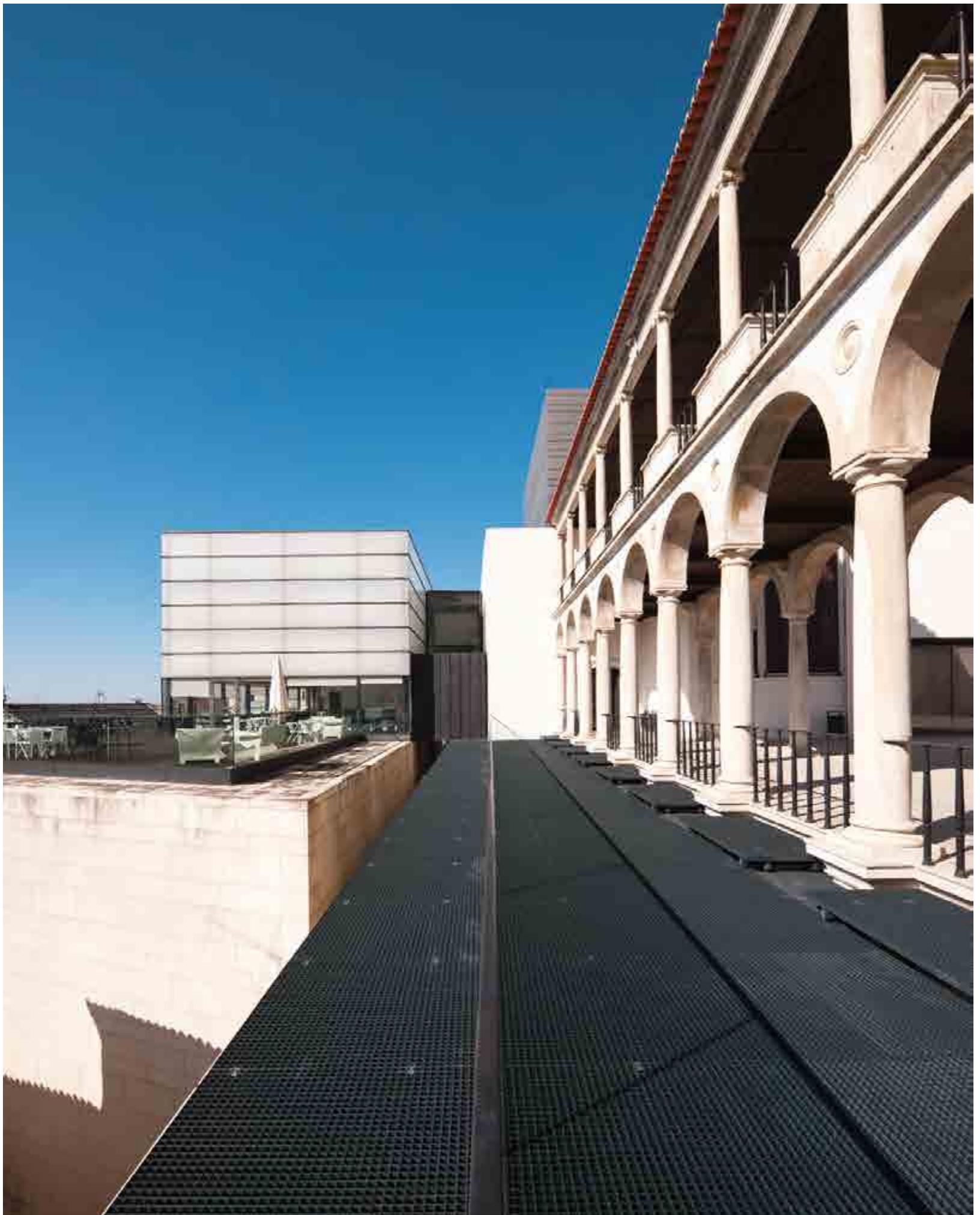
Tornar claro ao visitante que o valor unitário do edifício reside precisamente em torno da sua evolução histórica convergente no uso atual. Neste sentido, a diversidade e diferentes especificidades do seu longo percurso ajudam a solidificar o seu valor unitário como museu, tornando o edifício como peça museográfica referencial em leitura paralela aos outros conteúdos expostos.

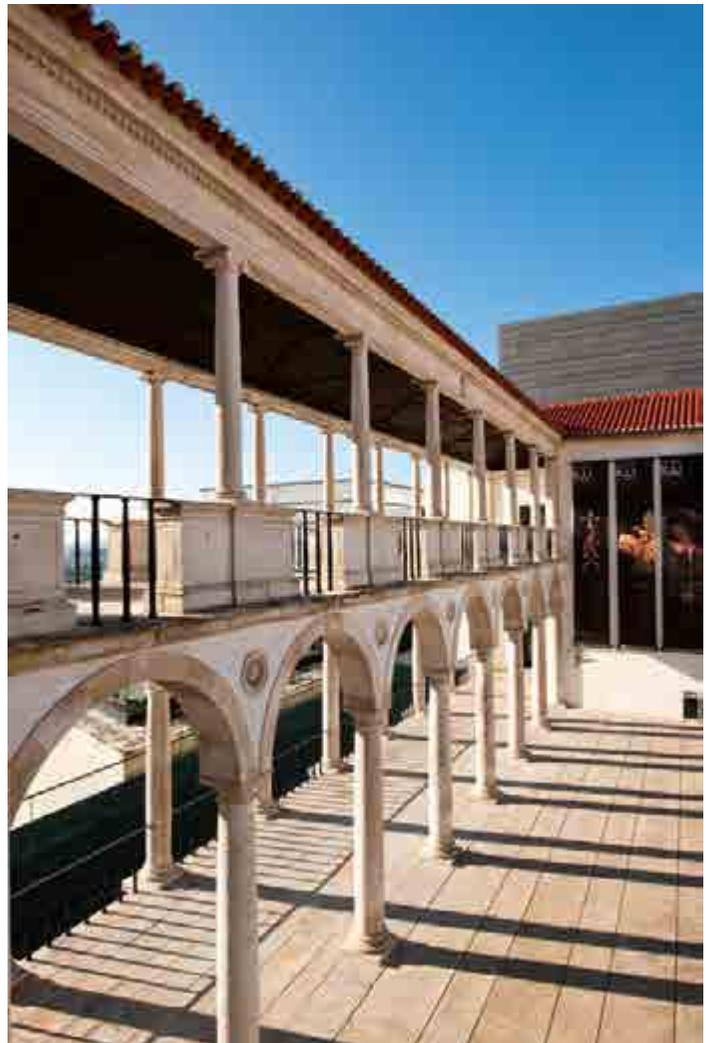
Para tal suceder é necessário clarificar no próprio edifício as marcas arquitetónicas representativas das fases marcantes da sua evolução formal, evocando e deixando antever ao visitante que a apreensão unitária se baseia numa sucessão de marcas culturais impressas no edificado.

A enorme riqueza e variedade arquitetónica acumulada ao longo de mais de dois milénios é valorizada, assimilada e tornada presente no novo Museu, simultaneamente como conteúdo e contentor desse longo caminho de estratos arqueológicos e dos conteúdos entretanto reunidos no espólio adquirido. Esta releitura em chave contemporânea deverá integrar ainda todos os conteúdos programáticos e requisitos necessários ao bom desempenho de um museu atual. A enorme diversidade espacial proposta procura registos de continuidade e de autonomia ambiental e arquitetónica que se foram desenvolvendo em sintonia com os conteúdos museológicos, eles próprios bastante diversificados.

O projeto de pormenorização museográfica segue as grandes opções de articulação com os distintos espaços que foram sendo tomadas no desenvolvimento do projeto.

Espera-se que, de algum modo, o Museu possa transmitir a quem o visita a riquíssima dinâmica do próprio processo projetual nas sucessivas reformulações que foram sendo necessárias, fruto de descobertas reveladas e que testemunham a vitalidade do tempo longo que aqui se condensa e de igual modo se pretende transmitir.





Interior da loggia.

José Paulo Ruas, DGPC, 2013.



Enquadramento nascente na Alta da cidade.

José Paulo Ruas, DGPC, 2013.

Largo Dr. José Rodrigues e Igreja de São João de Almedina.

José Paulo Ruas, DGPC, 2013.



Realinhamento da fachada poente do criptopórtico e novos volumes.

José Paulo Ruas, DGPC, 2013.



Sala de Exposição de pintura.

José Paulo Ruas, DGPC, 2013.



Vista parcial da fachada norte.

José Paulo Ruas, DGPC, 2013.







Pedro C. Carvalho

Professor e arqueólogo

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

CEAUCP/CAM

A arqueologia na obra do MNMC: para uma visão integrada do lugar

PROJETOS

Tecem-se algumas considerações sobre o modo como a arqueologia – no quadro do projeto de execução das obras de ampliação e requalificação do Museu Nacional de Machado de Castro (Coimbra) – se articulou com a obra, o projeto de arquitetura e o programa museológico, ao mesmo tempo que se sumariam alguns dos principais resultados obtidos durante a intervenção arqueológica que se desenrolou ao longo de quase duas décadas.



←
Piso superior do criptopórtico
e vista das celas.
D. Pavone, 2008.

↑
Acompanhamento e registo da picagem
do reboco e demolição de uma parede.
R. Silva, 2007.

A intervenção da arqueologia no âmbito do projeto de execução das obras de ampliação e requalificação do Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC) revelou-se um processo particularmente exigente. As características muito específicas deste edifício, classificado como monumento nacional, assim o ditaram logo desde o início. Lugar do fórum romano (assente num soberbo criptopórtico), de igrejas que se sucederam (durante cerca de 800 anos) e do paço episcopal de Coimbra tornam verdadeiramente singular este espaço edificado que sempre ocupou uma posição central na malha urbana da cidade.

Mas exigente, também, pelo facto de a intervenção arqueológica se ter prolongado ao longo de quase duas décadas. Com efeito, em 1992, no quadro de um primeiro projeto de requalificação do Museu, têm lugar as primeiras sondagens no pátio da «Capela do Tesoureiro», tendo então sido descoberta a abside da basílica do fórum e, ao mesmo tempo, datado o edifício romano da época do imperador Cláudio (Carvalho: 1998). Este plano inicial de escavações prosseguiu até 1997, sendo então objeto de intervenção vários espaços interiores

do Museu, incluindo a então designada «Sala da Renascença», a «Loggia» e os espaços confinantes.

As escavações arqueológicas foram retomadas em 1998, prosseguindo até 2003 (ainda que de forma intermitente), incidindo, sobretudo, no gaveto do Beco das Condeixas e no logradouro das casas anexas à fachada ocidental do Museu, ou seja, em áreas exteriores ao MNMC e para as quais estava já projetada a sua ampliação. Para esta zona poente do fórum começa então a ser esboçada uma primeira imagem da malha urbana romana, cujos contornos surgem delineados pelo *decumanus*, pela cloaca principal e seus ramos, por um edifício com uma fachada porticada e restos de outros que se desenvolviam em patamares para quebrar a pendente acentuada da encosta (Carvalho *et al.*: 2010). Adossado à base do criptopórtico, descobriu-se ainda um fontanário. Toda esta nova área edificada, então identificada, era igualmente reveladora de um plano urbanístico bem mais extenso (aparentemente de iniciativa pública) que enquadraria o fórum.

Este conjunto de intervenções (e outras que se seguiram até 2008) já se efetuou no âmbito do novo projeto de

arquitetura, assinado pelo Arquiteto Gonçalo Byrne. O encerramento do Museu e o início da obra em finais de 2006 exigiram também que se redesenhasse o quadro da intervenção arqueológica que, doravante, passa a desenrolar-se de forma contínua e permanente. Tanto o Instituto de Museus e da Conservação (IMC) como a empresa construtora (EDIFER) começaram por assumir de modo concertado a contratação da equipa técnica de arqueologia que, durante mais de dois anos, assegurou o devido acompanhamento arqueológico da obra. Mas a ligação à Universidade de Coimbra e, muito concretamente, ao Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, mediante a coordenação técnica e científica de toda a intervenção, manteve-se inalterável (e assim o era, pelo menos, desde 1992, com Jorge de Alarcão a assumir a coordenação dos trabalhos). E foi durante esta última etapa, não obstante todas as dificuldades acrescidas decorrentes da intervenção em obra, que a arqueologia assumiu plenamente todas as suas responsabilidades, em termos de planeamento, registo e salvaguarda, mas também de investigação — investigação que culminou com a publicação dos resultados (Alarcão *et al.*: 2009), destacando-se nesta tanto os restos de um primitivo (e, até então, desconhecido) fórum, datado da época augustana, como a reconstituição 3D do fórum claudiano. Outros achados, de épocas mais recentes, como sejam as cavalariças e pátios do paço dos bispos ou um extenso e significativo conjunto de materiais dos séculos XV–XVI (depositado gradualmente na lixeira do paço episcopal durante essa fase inicial da Época Moderna), têm sido igualmente apresentados em reuniões científicas e serão entretanto publicados (a título de exemplo, Silva: [no prelo]).

O diálogo da arqueologia em obra

Atendendo a que a reabilitação de centros e edifícios históricos poderá constituir um processo em crescendo e tendo em conta que este exigirá sempre a colaboração concertada entre diferentes perspetivas e áreas de atuação (da engenharia e arquitetura à arqueologia), parece-nos que o processo levado a cabo no MNMC acaba por ser algo modelar a este respeito, uma vez que soube ultrapassar as dificuldades inerentes a estes processos, conciliando-se sempre, e na medida do possível, as exigências da obra com as de identificação, registo e salvaguarda do património histórico. Para além disso, convém sublinhar, produziu-se investigação relevante para a história do edifício e da própria cidade, mostrando que as intervenções arqueológicas em contexto de obra e a investigação histórica e arqueológica não serão necessariamente (e não foram neste caso) processos incompatíveis.

Para a prossecução dos objetivos inicialmente definidos, revelou-se essencial o bom relacionamento ou a plena articulação entre arqueólogos, direção do MNMC, entidade promotora e financiadora (IMC), gabinete de arquitetura (Arquiteto Gonçalo Byrne, autor do projeto), dono e fiscalizador da obra (IHRU) e empresa adjudicatária da obra (EDIFER). Cedo se percebeu que, num edifício com estas características e face à especificidade do acompanhamento arqueológico, seria necessário articular procedimentos tanto ao nível da programação como em termos de execução nas frentes de obra. Para os arqueólogos revelou-se essencial um bom conhecimento do projeto e da sua calendarização, como forma de garantir um planeamento atempado das intervenções, conseguindo-se

assim não só a qualidade de registo arqueológico (que se exige) mas evitando também interferir de modo substantivo no próprio ritmo e desenvolvimento da obra. Aliás, este planeamento dialogado parece-nos constituir a única forma de aliviar as tensões e pressões que empreendimentos desta envergadura acarretam, o que por sua vez, à partida, implica reconhecer e respeitar claramente o papel ou a responsabilidade de cada um dos distintos intervenientes na obra.

Algumas «condicionantes arqueológicas» puderam ser previstas e definidas como tal — por ser expectável o aparecimento de certos elementos patrimoniais — antes dos trabalhos iniciados, dado o conhecimento aprofundado que a equipa de arqueologia possuía do edifício. Dando-as a conhecer previamente aos decisores do projeto, e explicando o significado patrimonial dessas prováveis ocorrências e o que poderia estar em causa, foi possível pontualmente redesenhar planos e procedimentos, como forma de evitar ou minimizar os impactos negativos da obra sobre esses mesmos elementos patrimoniais. O parecer sobre a proposta de escavação integral do pátio central do MNMC alertava para a franca possibilidade de aparecimento de vestígios arqueológicos relevantes, os quais podiam atrasar indefinidamente a obra ou mesmo inviabilizar o que se encontrava projetado para o local, e constituiu uma das situações-limite e para a qual o contributo da equipa de arqueologia se revelou absolutamente fundamental.

Se certas áreas, como sejam, por exemplo, o logradouro e o gaveto do Beco das Condeixas, puderam ser objeto de extensas escavações prévias à execução da obra, outras, por razões diversas, só puderam ser intervencionadas depois de iniciados os trabalhos de construção. Assim, algumas das «condicionantes» surgiram mesmo no decorrer desses trabalhos. Com efeito, os achados imprevistos também fizeram parte do quotidiano do MNMC em obra, tornando ainda mais exigente a vigilância e monitorização arqueológica. E sempre que estas situações ocorreram, foi necessário decidir de forma célere, quase diária (sem estar dependente de apreciações externas, demoradas e dificilmente melhor informadas), por forma a garantir, logo que possível, o prosseguimento da obra — mas tal, sublinhe-se, só se verificou após o registo e a salvaguarda de toda a informação arqueológica observada.

Ora, nestas situações, assistiu-se a um abrandamento ou a uma suspensão pontual da frente da obra em causa, como forma de permitir a realização de sondagens manuais prévias ou o acompanhamento da remoção mecânica de terras (podendo propor-se, neste caso, o recurso a maquinaria mais ligeira). Refira-se ainda que a opção inicial pelo acompanhamento arqueológico em obra apenas foi decidida quando a equipa de arqueologia considerou estar perante situações de afetação mínima ou então perante áreas de baixo potencial arqueológico. No entanto, e logo à partida, foi sempre comunicado aos diversos intervenientes na obra que a identificação de vestígios arqueológicos significativos durante um acompanhamento poderia exigir a mudança de estratégia, podendo já implicar sondagens ou escavações em área.

Seja como for, convirá não esquecer que mesmo alguns dos achados imprevistos acabaram por resultar numa valorização do próprio projeto, uma vez que várias estruturas foram conservadas *in situ* e integradas no novo programa e espaço museológico — podemos dar o exemplo, entre outros, da nova área edificada romana identificada (e escavada integralmente) ao longo de toda a ala sul do MNMC.

As intervenções arqueológicas em contexto de obra e a investigação histórica e arqueológica não são necessariamente processos incompatíveis.



↑
Vista em 3D do corte do fórum e do criptopórtico
(in Alarcão et al.: 2009, fig. 64).
P. Bastos, 2009.

↓
Vista em 3D da praça do fórum
(in Alarcão et al.: 2009, fig. 27).
P. Bastos, 2009.





←
Troço da cloaca máxima
(escavação prévia no gaveto
do Beco das Condeixeiras)
(in Alarcão et al.: 2009, fig. 29).
P. C. Carvalho, 2007.

Em arqueologia (e particularmente neste caso específico), o factor imprevisibilidade é absolutamente incontornável. Mas o conhecimento fundamentado do local e a programação informada da intervenção podem evitar ou ajudar a minimizar os efeitos mais negativos que surgem associados a esta imprevisibilidade. Será importante sublinhar, a este propósito, que a possibilidade — sempre lembrada e temida por projetistas, empreiteiros e promotores — de a intervenção arqueológica provocar significativos atrasos no prazo de execução da obra, ou de provocar alterações substantivas aos projetos, poderá ser contrariada ou em parte esvaziada se o «caderno de encargos», no que concerne à arqueologia, for desenhado de uma forma exigente, rigorosa e informada. Com efeito, logo à partida, os trabalhos arqueológicos a efetuar deverão encontrar-se claramente expressos e fundamentados, para que estes possam ser programados com seriedade, definindo-se, nomeadamente, quais as zonas (as áreas e volumes) sujeitas a escavação prévia e quais aquelas que carecerão apenas de acompanhamento arqueológico e patrimonial.

Uma vez mais, e agora numa fase muito anterior ao projeto de obra, o diálogo com os arqueólogos revela-se fundamental, como forma de prever e orçamentar devidamente os trabalhos de «arqueologia preventiva» necessários. Mas tal só acontecerá se a «consultoria arqueológica» se mostrar boa conhecedora do potencial arqueológico das áreas afetadas, podendo desta forma prever, com relativa segurança, os trabalhos a efetuar e as metodologias de intervenção mais adequadas. Diretrizes ou linhas de atuação, todavia, que deverão incorporar a necessária margem de manobra, podendo ser reajustadas do decurso da obra em função das particulares características (significado e relevância) dos contextos arqueológicos entretanto descobertos. Um caderno de encargos que — também ao nível dos trabalhos arqueológicos a desenvolver — se encontre instruído com base num consistente e atualizado volume de dados contribuirá a seu modo para garantir elevados índices de segurança na abordagem ao projeto de arquitetura, evitando assim contratempos e situações de conflituosidade em obra.

A arqueologia para além da obra

Em suma, e como referimos logo no início, este foi um trabalho continuado e bastante exigente. Implicou a escavação de toda a área afetada pela obra e a realização de sondagens onde não era muito expressiva a afetação do subsolo. Acarretou também um acompanhamento constante tanto de todas as movimentações pontuais de terras na totalidade do rés do chão do MNMC como o registo de todas as picagens de rebocos de paredes e demolições. No quadro desta nossa participação recorreu-se ainda a outras valências, como sejam a antropologia biológica, sempre que se identificaram sepulturas (Silva et al.: 2009), ou a prospeção geofísica, numa fase prévia às escavações (Granjeia et al.: 2011). Todo este processo

constituiu claramente um desafio para toda a equipa de arqueologia. Mas para o superar foi fundamental a boa comunicação em obra com os outros intervenientes.

Atingimos também os objetivos inicialmente definidos no momento em que publicámos os resultados e procedemos à sua divulgação pública — desta forma, procurámos também projetar socialmente o trabalho que a arqueologia desenvolveu no MNMC. A comunicação de alguns dos resultados das escavações continua a fazer-se no âmbito do atual circuito de visitas do Museu e a investigação prossegue agora no quadro de uma tese de doutoramento em Arqueologia.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge; ANDRÉ, Pierre; BARRELAS, Paulo; CARVALHO, Pedro C.; SANTOS, Fernando, e SILVA, Ricardo — *O Forum de Aeminium. A busca do desenho original*. S. 1.: IMC/MNMC e EDIFER, 2009.

CARVALHO, Pedro C. — *O Forum de Aeminium*. Lisboa: Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus, 1998.

___; MATIAS, Dina; RAMOS, Ana Paula; RIBEIRO, Carla Alegria; SANTOS, Fernando Pereira, e SILVA, Ricardo Costeira — *Caminhando em redor do forum de Aeminium (Coimbra, Portugal)*. *Colóquio Internacional — Ciudad y Foro en Lusitania Romana, Studia Lusitana*, Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, n.º 4, 2010, pp. 69-88.

GRANJEIA, C.; MATIAS, M.; FIGUEIREDO, F.; HERMOZILHA, H.; CARVALHO, P., e SILVA, R. — *A multi-method high-resolution geophysical survey in the Machado de Castro museum, central Portugal*. United Kingdom: *Journal of Geophysics and Engineering*. Bristol: IOP Publishing, vol. 8, n.º 2, 2011, pp. 351-365.

SILVA, Ana Maria; TERESO, Sofia; FURTADO, Marta — *Os restos ósseos humanos exumados da antiga igreja românica de S. João de Almedina, Museu Nacional de Machado de Castro*. *Conimbriga*. Coimbra: FLUC, XLVIII, 2009, pp. 231-241.

SILVA, Ricardo C. — *Primeira abordagem a um depósito moderno no antigo paço episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro): a cerâmica desde meados do século XV à consolidação da Renascença*. *Actas do Velhos e Novos Mundos — Congresso Internacional de Arqueologia Moderna*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 6-9 de abril de 2011 [no prelo].



MNMC: o programa expositivo. Estrutura, imagem e comunicação

Adília Alarcão

Arqueóloga, autora do Programa de Requalificação do MNMC

Ana Alcoforado

Historiadora, diretora do MNMC

A profunda intervenção arquitetónica que o Museu Nacional de Machado de Castro sofreu para ampliação e valorização do seu edifício milenar permitiu mostrar, em instalação permanente, uma criteriosa seleção das suas vastas coleções. Salientam-se como principais características deste projeto o diálogo entre a obra de arte e o edifício, os efeitos de transparência e o cruzamento de olhares, a atualidade dos conceitos e equipamentos e o espírito de inclusão que torna este «novo» museu acessível a todos os públicos.



Sala de Hodart, século XVI.
José Paulo Ruas, DGPC, 2013.



Capela do Tesoureiro, século XVI, João de Ruão.
José Paulo Ruas, DGPC, 2013.



Loggia, século XVI, Filippo Terzi.
José Paulo Ruas, DGPC, 2013.

Pressupostos

Quando do lançamento do concurso para seleção do projetista, a direção do Museu tinha uma ideia clara, mas aberta a posterior desenvolvimento, do que queria expor: a ampliação das instalações iria proporcionar mais espaço expositivo, mas seguramente insuficiente, para se poderem mostrar as diversas coleções em toda a sua amplitude.

Assim, partiu-se de uma opção de fundo que permitisse ao visitante conhecer o que de melhor o Museu possui dentro de cada expressão artística e que é, simultaneamente, um testemunho impressionante da riqueza da Igreja e das ordens religiosas, entre finais do século XI e os alvares do século XIX. Na sua maior parte, trata-se de um património gerado na diocese de Coimbra, com um forte contributo mecenático — da realeza, da nobreza e do alto-clero, sobretudo os seus bispos.

Estando o Museu instalado no paço episcopal que, de forma ininterrupta, aqui funcionou aproximadamente dentro das mesmas balizas temporais, parecia óbvia a ligação edifício/coleções na construção de cenários expositivos. A partir destes pressupostos, era incontornável que programas e projetos caminhassem a par, num diálogo intenso, com avanços e recuos, espontâneas sintonias e trabalhadas cedências.

Opções determinantes

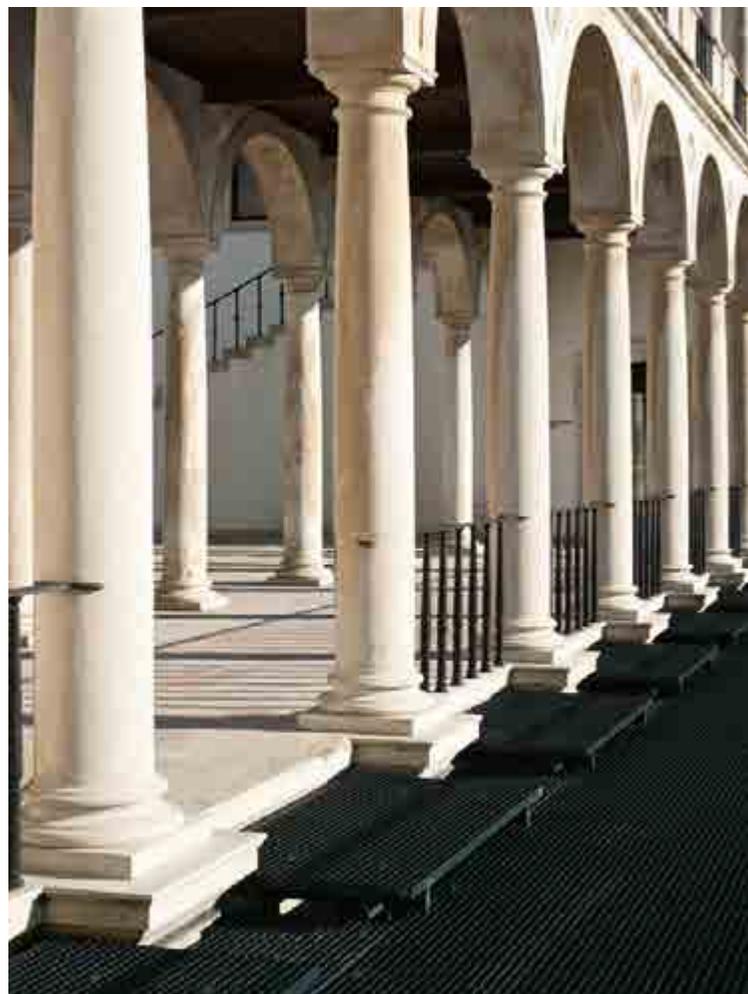
Tratar museologicamente a Capela do Tesoureiro como um bem móvel — proposta inspirada do arquiteto — conduziria à criação de um espaço de excecional qualidade arquitetónica, monumental, austero e simultaneamente dinâmico, na diversidade de perspetivas que oferece. Este espaço tornou-se alicerçante para a exposição da escultura de pedra que é, indiscutivelmente, a coleção emblemática do MNMC. É nesta zona do Museu que melhor se apreende uma das marcas mais fortes do projeto — o diálogo entre a obra de arte e os testemunhos do passado edificado.

Outra opção fundamental na totalidade do discurso expositivo, com evidentes reflexos nas respostas da arquitetura, consistiu em assumir este Museu como importante sítio arqueológico que a classificação de monumento nacional, já em 1965, reconhecia.

Não menos determinante das soluções museográficas encontradas para a exposição de paramentaria religiosa, colchas, tapetes, móveis, entre outras artes ditas decorativas, foi a decisão de manter praticamente intocada a parte residencial do paço que melhor se conservara através dos tempos no seu aspeto original.

Conceitos estruturantes

Não obstante a diversidade das coleções, o desenho da exposição no MNMC renovado obedeceu, em todas as





←
Cavaleiro Medieval, século XVI. José Paulo Ruas, DGPC, 2013.

↙
«Cruzamento de culturas». José Paulo Ruas, DGPC, 2013.

Galeria de escultura gótica, vista do piso 2.
«Para lá das janelas», sinalética interior. Ana Alcoforado, 2013.

→
Plantas, sinalética interior. Ana Alcoforado, 2013.



secções, a alguns conceitos básicos estruturantes, o que permite — mesmo a um olhar menos atento — ter a percepção de um critério unitário, subjacente, que discretamente vai construindo uma marca:

- > A exposição é lugar de confronto entre três entidades com exigências específicas, por vezes conflituosas: a obra de arte, o visitante e o espaço que os acolhe;
- > O museu não é templo, nem escola, nem centro comercial ou recreativo, mas conjuga um pouco de todas essas realidades e com todas elas comunga a necessidade de ser atraente e persuasivo;
- > O objeto museológico perdeu irremediavelmente o seu contexto original;
- > No museu, o objeto integra-se num novo contexto que necessariamente lhe confere novas dimensões e, de certo modo, outra identidade;
- > Do guião expositivo (circuito e distribuição das peças) deseja-se facilidade de percurso e clareza de objetivos. Ao equipamento expositivo pede-se qualidade formal e funcional com presença discreta;
- > À opulência da encenação deve preferir-se a capacidade de suscitar diálogos;
- > O elemento encenador por excelência é a luz, natural ou artificial ou ambas combinadas;
- > A cor desempenha um papel essencial, quer como elemento de encenação quer como chamada de atenção para um ponto específico. Tal como o equipamento, deve ter, sobretudo numa exposição permanente, presença fundamentada e não impositiva;
- > A informação que ajuda a entender o objeto exposto, e a situá-lo no tempo, no lugar de origem ou na corrente estética a que pertence, é um direito do visitante. Por isso, deve ser fácil de ler e entender, hierarquizada e não «poluente»;
- > O museu é um serviço público, e como tal igualmente disponibilizado a todos os cidadãos que o procurem, independentemente da cultura, da idade e da condição física. Só quando todas as formas de acessibilidade estão garantidas é legítimo falar de inclusão.

As coleções em exposição

Cabe à museografia encontrar o ponto de equilíbrio entre todos os requisitos, tendo sido desde início posta em prática, neste museu, a convicção de que ela é tarefa muito complexa, cujo êxito depende, igualmente, de todas as especialidade envolvidas. Contudo, isso não impediu o reconhecimento do papel *ex aequo* que atribuímos ao arquiteto e ao conservador na condução de todo o processo.

Com efeito, se o arquiteto possui um domínio do espaço e das relações formais que o conservador de museu só excepcionalmente partilha, este, por seu turno, tem uma compreensão do objeto em todas as suas vertentes (seja ele obra de arte ou simples artefacto) que o primeiro raramente atinge.

A cumplicidade assim criada ao longo do processo não se obteve sem custos, mas foi extremamente gratificante e consideramo-la uma experiência exemplar.

Assumida como um eixo da identidade institucional, a exposição permanente reflete a diversidade e qualidade das coleções, através de cinco grandes áreas: escultura, pintura, ourivesaria, cerâmica e outras artes decorativas.

Estas áreas organizam-se por matérias e técnicas, dispondo-se os objetos em função dos diversos critérios possíveis: cronológico-estilístico, tipológico, agrupamento temático ou autores e escolas.

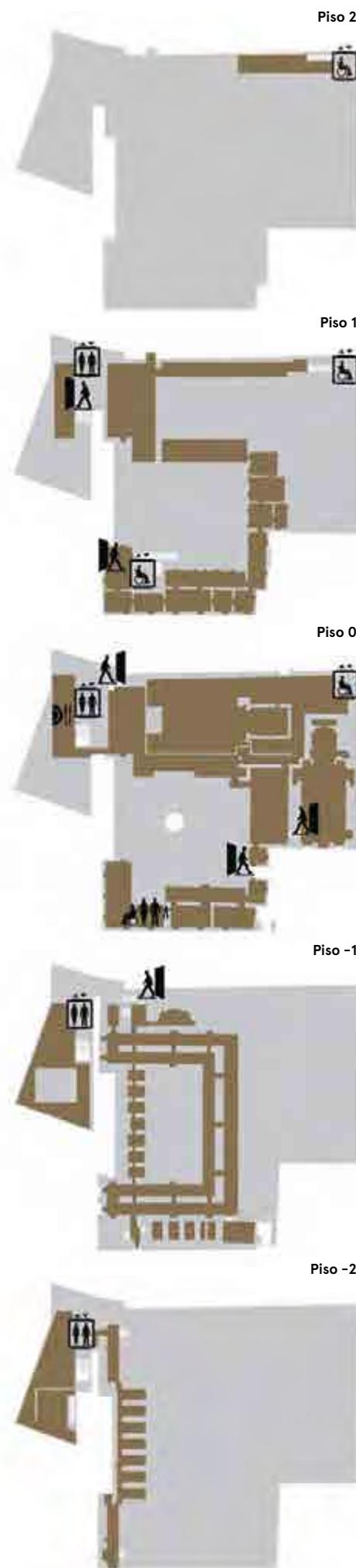
Diversidade de ambientes

O facto de o paço episcopal, cedido em 1912 para instalação do Museu, ser formado por um conjunto de blocos, muitas vezes remodelados ao longo da sua existência, tornaria inevitável a diversidade formal e dimensional dos espaços, bem como o percurso labiríntico que os relaciona. Estes aspetos, que sempre caracterizaram o MNMC, não poderiam obviamente ser anulados por uma intervenção de fundo e o projeto de ampliação agora executado veio tornar ainda mais sensível essa idiosincrasia, tanto mais quanto era particularmente aberrante e incontornável a configuração do único terreno disponível para expansão.

Restava-nos explorar as virtualidades de tal realidade, convertendo em vantagem o que objetivamente era um escolho difícil de ultrapassar. Se é verdade, facilmente apreensível, que o êxito conseguido não foi igual em todos os espaços, não é menos certo que, de um modo geral, a dificuldade foi transformada em originalidade e efeito de surpresa, ingredientes que consideramos estimulantes na rota de um museu e indispensáveis para aliviar a fadiga que sempre se apodera do visitante.

Estímulos e desafios

São diversos os fatores que desafiam o visitante para olhar além da obra exposta — a arquitetura envolvente e, nalguns casos, a própria cidade. As múltiplas aberturas ao exterior e no próprio interior criam um jogo de transparências que anulam a sensação de clausura — tantas vezes referida por quem visita museus de arquitetura convencional —, ligam o Museu à cidade (num olhar reforçado pela sinalética «para lá das janelas») e permitem antecipar o contacto com outras coleções ou recordar espaços já percorridos. As entradas de luz natural, vivificando o espaço e as obras expostas, operam autênticas transfigurações cénicas ao longo das horas e respondem às mais recentes recomendações de economia energética. Um dos efeitos mais marcantes reside no contraste entre áreas de exposição de paredes brancas, muito tranquilas, e outras mais tensas onde apenas os objetos se destacam do negro envolvente. Aqui, a iluminação artificial, mais que um recurso obrigatório, dada a localização do espaço, cria por si só uma cenografia surpreendente. A disposição de algumas obras de arte numa proximidade com o visitante, maior do que convencionalmente se pratica nos museus, é um risco assumido,





mas controlado, que cativa o público para novas descobertas e desperta nele um sentimento de responsabilidade.

Soluções insólitas

Ao dar entrada num museu, a obra de arte perde irremediavelmente os laços que a uniam às suas origens, é um desterrado em busca de segunda pátria, de uma nova identidade. Esta verdade, implícita em todas as peças a expor, fazia-se sentir particularmente nas magníficas esculturas sobrantes do que fora uma «Última Ceia» genial, concebida em 1530 para o refeitório de Santa Cruz de Coimbra, e no colossal «Anjo-Custódia» trazido, em 1914, do extinto Convento do Santíssimo Sacramento, em Alcântara.

As soluções teriam de corresponder à grandeza insólita das obras, surpreendendo o visitante, proporcionando-lhe algo de irrepetível.

As esculturas de barro, renascidas por um milagre de paciente, competente e apaixonado restauro, são mostradas nos cavaletes para elas construídos quando deram entrada na oficina. Emergindo de um negro sem referências, entreolham-se, surpreendem-se ou meditam, na sua incompletude, como se aguardassem o restaurador que a todo o momento poderá regressar para a colagem de mais um fragmento encontrado. Esta exposição assume-se como quadro inacabado, a solicitar a curiosidade e a imaginação do visitante.

A custódia erguida pelo anjo atlante — vedeta da Euro-pália 91, antes e depois de outras experiências mais ou menos conseguidas — pedia-nos espaço, altura, liberdade para brilhar em todo o seu esplendor barroco. Oferecemos-lhe um ponto de ancoragem a 14 m do solo, no dorso da capela-mor da Igreja de São João de Almedina, sua contemporânea. Quem sobe à galeria de ourivesaria dos séculos XVII e XVIII, tem-na diante dos olhos, opulenta, refulgente, desafiando a gravidade.

O fio de Ariana

É fácil ao visitante orientar-se na exposição permanente de um museu que se confessa labiríntico? Os objetivos da exposição são, desde início, claros?

Julgamos poder responder afirmativamente a estas perguntas. Para atenuar as dificuldades advindas de uma exposição que se estende por diversos pisos, em diferentes edifícios, recorreremos ao tradicional expediente de seccioná-la em núcleos autónomos, bem sinalizados, dando ao visitante a possibilidade de, à partida, fazer as suas opções de percurso.

Para não se enganar, bastará consultar a pequena folha orientadora que lhe é oferecida na receção e conservá-la até à saída, qual fio de Ariana. A sinalética existente em cada patamar da ligação principal, entre pisos, e na entrada de cada núcleo complementa essa informação.



←
Início de visita, área informativa e equipamentos multimédia.
 Ana Alcoforado, 2013.

↑
Criptopórtico, quiosque de acessibilidades.
 Ana Alcoforado, 2013.

Todas as coleções são apresentadas ao visitante por um texto introdutório sobre imagem gráfica de uma peça emblemática, seguindo-se ao longo do percurso informação relativa às temáticas representadas, a qual complementa as tabelas individuais. Algumas obras de referência são acompanhadas por uma tabela comentada, sendo ainda possível desenhar um itinerário específico para as peças classificadas como bem de interesse nacional (BIN).

A exposição no criptopórtico

No criptopórtico (facultado como circuito independente de visita) são apenas 14 as peças expostas nos dois pisos, facto que alguns visitantes e arqueólogos lamentam. Invocam a quantidade de excelente material arqueológico que o Museu possui e que não pode mostrar por falta de espaço, bem como o exemplo de outros monumentos subterrâneos em que ruínas e objetos se conjugam em soluções museográficas exemplares. Reconhecendo, embora, a pertinência dos argumentos, a nossa opção é outra: manter a edificação na sua originalidade funcional, ou seja, uma subestrutura de suporte que tornou possível construir o fórum de Aeminiun a meia encosta.

Justifica-se ainda esta opção pela monumentalidade do projeto arquitetónico e pela excecional qualidade técnica da construção que fazem deste monumento o mais importante edifício civil da época romana conservado em Portugal e um dos mais valiosos senão o mais elaborado criptopórtico do mundo romano.

Para atender solicitações de ordem didática, concordámos em expor alguma epigrafa que, apesar da discreta apresentação, sentimos intrusiva e sem justificação intrínseca.

Seria excelente deixar o espaço em toda a sua nudez grandiosa para deleite de quem o percorre. Contrariamente

a outros objetos, consideramos que as quatro cabeças imperiais, que outrora pertenceram ao fórum, em nada perturbam o ambiente; são uma presença humanizante, criaturas de outros tempos a solicitar diálogo com os visitantes de hoje. Aliás, a utilização desta estrutura para exposições temporárias e outras apresentações (teatro, música, poesia, dança), a exemplo do que vem sendo feito, continuará a ser uma das apostas fortes da programação do Museu.

Novas tecnologias de informação

O uso destas tecnologias permite estreitar e aprofundar os laços entre os espaços museológicos, os objetos e os públicos. Além de dar a conhecer a história do edifício e a importância das coleções, é possível sugerir novos percursos e olhares, facilitar a leitura da obra de arte, revelar os dados mais recentes de investigação das obras e manter a informação atualizada, apresentando áreas tradicionalmente «ocultas» e acompanhando as expectativas do público. Constitui, assim, uma importante ferramenta para a inovação do Museu.

A presença dos equipamentos (quiosques multimédia, mesa interativa, projeções) foi pensada de forma a não competir com a exposição, quer em termos de *design* quer pela sua colocação no espaço, constituindo um complemento à visita e não a visita em si.

Comunicação e acessibilidade

A necessidade de divulgar o museu requalificado levou a pensar diferentes níveis de comunicação, servidos por uma imagem gráfica coerente, que foi aplicada harmoniosamente em todas as ferramentas de comunicação implementadas.

Nesse sentido, a identidade do Museu foi redesenhada, com definição de normas gráficas, e uma nova fonte tipográfica escolhida — a Capitulum, da autoria de Gerard Unger, inspirada nas inscrições da antiguidade romana. A mesma fonte foi aplicada sistematicamente nos textos de exposição e conteúdos multimédia, em desdobráveis, folhas de orientação, miniguias e diversos produtos de divulgação disponíveis na loja do Museu.

Toda a informação é disponibilizada em português e inglês, introduzindo-se outros idiomas sempre que o suporte o permite.

A sinalética e a informação articulam-se de forma atraente, funcionando sempre em conjunto, por vezes acompanhada de pictogramas que correspondem a uma linguagem universal.

A linguagem utilizada, tanto em texto escrito como em áudio, procurou responder a diversos públicos, norteadas por preocupações de acessibilidade intelectual.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais é garantida por equipamentos e serviços próprios (balcões de atendimento e instalações sanitárias, rampas, plataformas e elevadores, cadeiras de rodas, quiosque multifunções, audioguias).

Réplicas de algumas obras, percursos táteis, maquetas acessíveis e multissensoriais são alguns dos exemplos de instrumentos que o Museu vem desenvolvendo, em parceria com outras instituições, no âmbito de projetos específicos (demência, deficiência mental, visual, auditiva, motora, exclusão social) que promove.

Ao colocar o visitante no centro da sua atividade, o Museu cumpre a missão, sempre atual, traçada pelo seu fundador, e, simbolicamente, o espírito convival do fórum aqui instalado há 2000 anos.



PROJETOS

The background of the image shows a highly detailed, classical-style doorway. The archway is framed by intricate stone carvings, including scrolls and floral motifs. The wall is painted in a light, aged tone with some red accents. To the left, a heavy, gold-colored curtain hangs vertically. The overall scene is brightly lit, highlighting the textures of the stone and the sheen of the fabric.

Remodelação do edifício sede do Banco de Portugal

Gonçalo Byrne
João Pedro Falcão de Campos
Arquitetos

MUSEU DO DINHEIRO

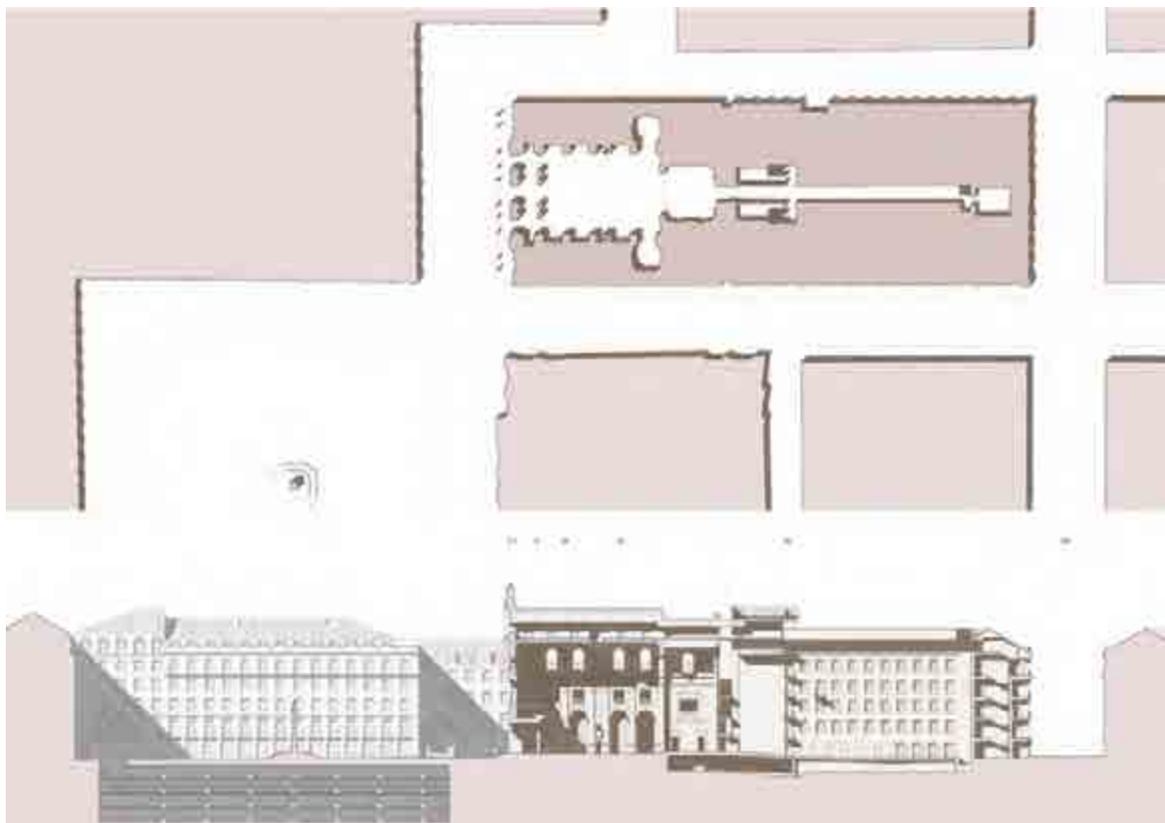


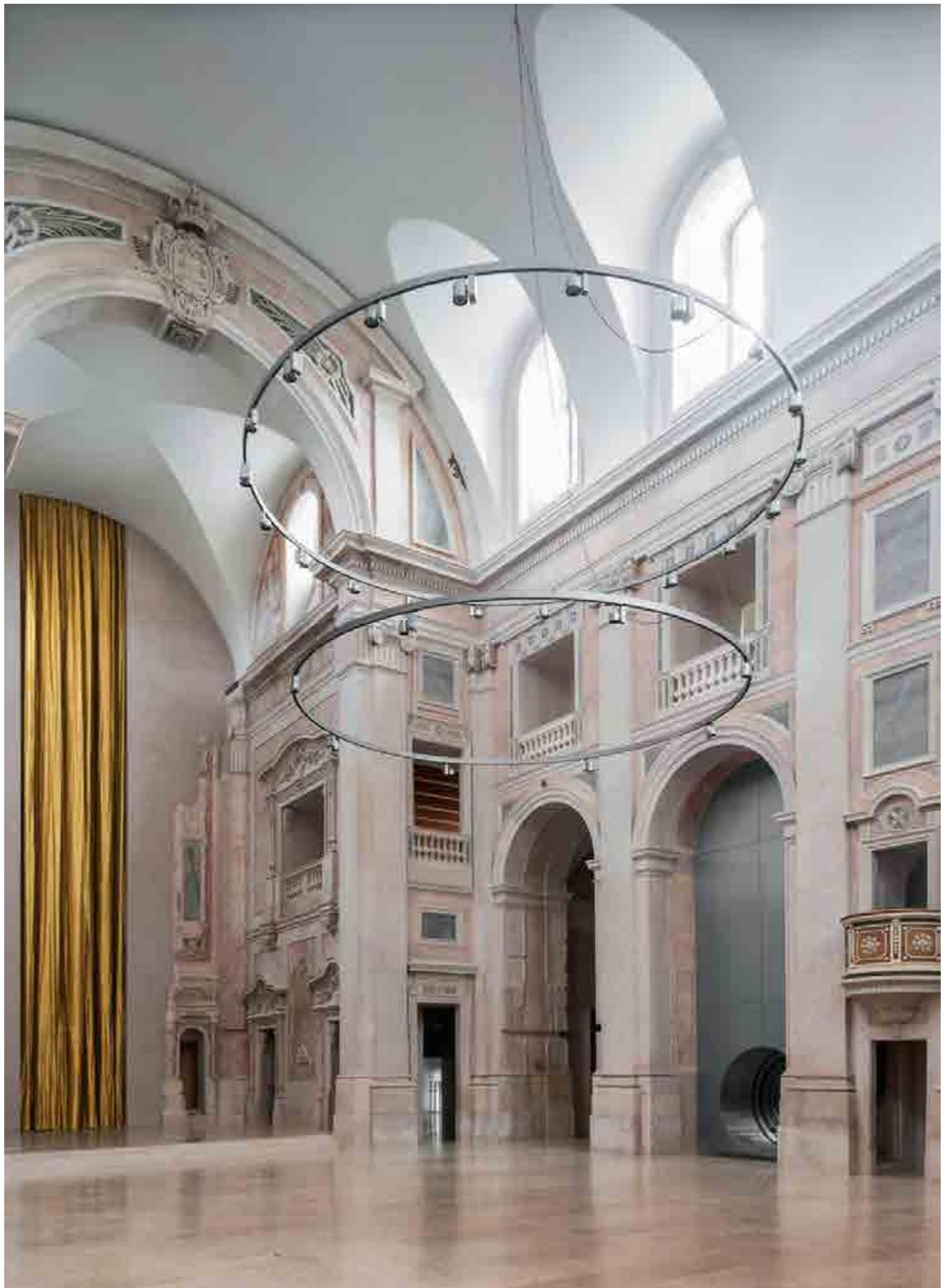
←
Planta de localização.

↙
Planta e corte geral
do espaço público
e circulações.
Falcão de Campos,
Arquitecto, L.^{da}, 2012.

→
Nave central da antiga
Igreja de São Julião.
José Manuel Rodrigues, 2012.

A remodelação do edifício sede do Banco de Portugal procura contribuir para o reforço da centralidade política, institucional, representativa e cultural da cidade de Lisboa, na Baixa Pombalina, no respeito pelo património, memória e identidade, como estímulos à transformação, criatividade e inovação.



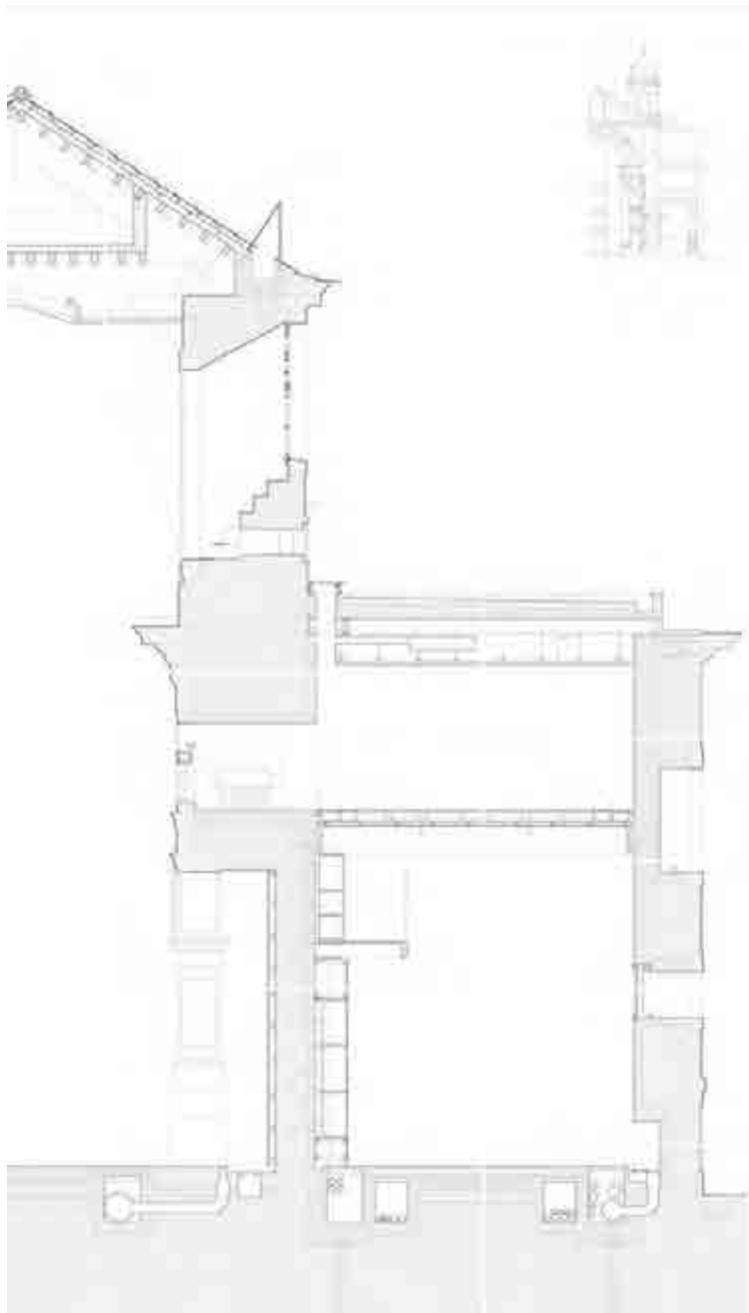




ALÇARZÃO DA IGREJA



ALÇARZÃO DO BANCO



O projeto inspira-se na presença arquitetónica e urbana da admirável «fábrica» pombalina, que constitui provavelmente o mais notável exemplo europeu da cidade do iluminismo e indiscutivelmente um dos momentos mais altos da nossa cultura, destacando: o conceito do edifício-quarteirão que, integrando a Igreja de São Julião, não compromete a sua presença unitária; a importância da cenografia facial das fachadas e respetiva hierarquia, e a relevância da presença do saguão longitudinal no funcionamento e articulação de todo o conjunto.

A abertura à cidade do edifício, salvaguardando as questões de privacidade e de segurança inerentes ao funcionamento da instituição, esteve na base do projeto de arquitetura.

A remodelação do edifício sede do Banco de Portugal procura contribuir para o reforço da centralidade política, institucional, representativa e cultural da cidade de Lisboa, na Baixa Pombalina, no respeito pelo património, memória e identidade, como estímulos à transformação, criatividade e inovação.

O projeto parte da intenção clara de revelar e disponibilizar os magníficos espaços da antiga Igreja e da sua ligação ao saguão do quarteirão. As notáveis proporções desta sequência de espaços vazios, como uma praça e um arruamento urbanos, constituem a espinha dorsal de todo o edifício.

O prolongamento do espaço público, Praças do Município e de São Julião, e das suas características vivenciais de luz, permeabilidade e materialidade, para o interior do quarteirão pombalino, através da sequência espacial da entrada da Igreja, nártex, nave, altar-mor e ligação axial ao saguão, permite estruturar e ordenar a utilização de todo o edifício. As circulações verticais, elevadores e escadas, adóçam-se a este eixo longitudinal principal.

A espacialidade da Igreja, em todo o seu esplendor, proporciona excelentes condições para atividades representativas e culturais. A Igreja funcionará como espaço de acolhimento e como espaço cultural polivalente, a grande sala de visitas do edifício sede do Banco de Portugal.

É intenção do Banco de Portugal instalar o Museu do Dinheiro no espaço envolvente da Igreja. Reforçando a ideia de abertura à cidade, o Museu procurará comunicar com a comunidade promovendo a literacia financeira e económica.



ALÇADOS



CORTES CONSTRUTIVOS



Alçados

Falcão de Campos, Arquitecto L.^{da}, 2012.

Altar-mor da antiga Igreja de São Julião.

José Manuel Rodrigues, 2012.



Cortes construtivos

Falcão de Campos, Arquitecto L.^{da}, 2012.



←
Corte transversal pelos ductos técnicos com as instalações especiais.
 Falcão de Campos, Arquitecto L.^{da}, 2012.

→
Altar-mor da antiga Igreja de São Julião.
 José Manuel Rodrigues, 2012.

Saguão.
 José Manuel Rodrigues, 2012.

Para além destes propósitos, o projeto foi encarado como um processo de conhecimento e de clarificação sucessiva das funções programáticas, dos acessos e das soluções técnicas adequadas, que resulta de um constante diálogo com o dono de obra, as entidades licenciadoras e as especialidades envolvidas: estruturas, instalações especiais, arqueologia, restauro, museografia, artes plásticas, respeitando a própria história do edifício.

No início do processo salienta-se a realização de um conjunto de estudos que permitiram avaliar o comportamento do quarteirão e definir estratégias rigorosas de projeto: levantamentos arquitetónicos, levantamentos fotogramétricos de paramentos, estudo de diagnóstico de fundações e estruturas, prospeções geológicas e geotécnicas, sondagens arqueológicas, estudo de definição de metodologias de intervenção de restauro, guião-base da museografia e história do edifício.

O reforço estrutural do edifício foi o objetivo principal de toda a intervenção, de forma a salvaguardar as pessoas e bens numa situação de catástrofe similar à de 1755 e cumprir o eurocódigo 8 (código internacional de regulamentação de estruturas sísmo-resistentes).

Com a construção de um modelo de comportamento estrutural de todo o quarteirão constatou-se que, na eventualidade de ocorrer um sismo de média intensidade (grau 7 na escala de Richter), as zonas com maior risco de desmoronamento seriam o frontão da Igreja, a torre sineira e o edifício que acolhe a sala do conselho.

A fim de circunscrever as intervenções, optou-se por demolir o interior dos dois edifícios contíguos à Igreja, charneira com o restante quarteirão, mantendo-se as fachadas exteriores. Estes foram denominados edifícios-sacrifício na medida em que a sua reconstrução permitiu implantar núcleos de betão que, pela sua centralidade, conferem rigidez estrutural a todo o quarteirão. Facilitou também albergar as escadas e os elevadores assim como os ductos verticais de grande parte das infraestruturas de climatização, elétricas, hidráulicas, incêndio e segurança, beneficiando igualmente a acessibilidade e a mobilidade.

Um dos maiores desafios do projeto e da obra foi o preciso posicionamento dos diversos órgãos constituintes das redes de infraestruturas e a otimização dos seus traçados, minimizando o seu impacto espacial e facilitando as operações de manutenção.

Como se esperava, e na sequência das sondagens prévias, a arqueologia assumiu um papel primordial ao longo de toda a intervenção. Dos diversos achados destacam-se a muralha de D. Dinis, património nacional, que se integrará no futuro percurso museológico; a primitiva cabeceira do altar-mor, que valorizou o conjunto em que se insere; a existência de uma necrópole na zona da antiga Igreja; a estacaria e respetiva grelha pombalina, e fragmentos cerâmicos que abrangem um espectro que tem como limite inferior o século I d. C.

Os paramentos da Igreja encontravam-se em estádios diferentes de conservação. Os danos provocados pela construção de casas-forte nas capelas laterais e no altar-mor eram muito significativos.



Num contexto de debate e reflexão cuidadosos, procurou-se valorizar todo o conjunto tirando o máximo partido da pedra lioz como matéria natural, com as suas diferentes tonalidades e texturas, assumindo as suas cicatrizes como testemunhos do tempo. Acima de tudo, procurou-se alcançar uma harmonia e um equilíbrio global, utilizando todas as técnicas disponíveis: conservação, reparação, restauro, reconstrução e renovação.

A intervenção no restante quarteirão procurou restringir-se a operações de manutenção e à renovação das infraestruturas e a reforços pontuais das estruturas, respeitando escrupulosamente o programa decorativo existente, como por exemplo nas salas da assembleia e do conselho.

Para delimitar e corrigir acusticamente os espaços da Igreja e do Museu concebeu-se um conjunto de cortinas e panos em seda pura, dourada e prateada. A artista plástica Fernanda Fragateiro foi convidada a participar na sua conceção e executou uma cuidadosa pintura manual que reproduz

os manuscritos originais do *Livro do Desassossego*, escrito por Bernardo Soares, um heterónimo de Fernando Pessoa.

O seu contributo traz ao espaço arquitetónico algo precioso, subtil e delicado que ativa a interação com o espectador. A utilização da seda e os respetivos escritos introduzem no espaço uma materialidade que irradia luz, calor e leveza, em contraste com a opacidade, o peso e o frio da pedra.

O projeto procurou uma visão unitária de toda a intervenção, um desejo de continuidade e de complementaridade, em que o antigo e o contemporâneo, o original e a reparação, o restauro e a intervenção proposta se incorporam numa nova singularidade que responde às necessidades de utilidade e de beleza.



A sede do Banco de Portugal: um caso de arqueologia urbana em Lisboa

Artur Rocha
Arqueólogo

A reformulação do quarteirão pombalino da sede do Banco de Portugal implicou alterações profundas tanto no conjunto edificado como no subsolo, tendo sido acompanhada, entre 2010 e 2012, por uma intervenção arqueológica de grande escala.

A resolução dos problemas colocados pela execução dos trabalhos arqueológicos, num cenário de obra com esta complexidade e magnitude, exigiu a constante conjugação de esforços por parte das diversas especialidades no terreno, tendo contribuído para a concretização do projeto um vasto conjunto de profissionais do qual se destacou, pela competência, rigor e profissionalismo, a Dr.^a Ana Martins, representante da tutela em todo o processo, a cuja memória este texto é dedicado.

Contexto da intervenção

A sede do Banco de Portugal ocupa todo o quarteirão delimitado pelo Largo de São Julião e pelas Ruas de São Julião, do Ouro e do Comércio, subdividindo-se em dois blocos estruturalmente distintos: a leste encontram-se os edifícios correntes, conjunto de antigos prédios de rendimento entretanto aglomerados pelos serviços do Banco; a oeste situa-se a Igreja de São Julião, imóvel reconvertido em Museu do Dinheiro.

A intervenção arqueológica registou assimetrias consideráveis entre ambos os blocos em função do impacto diferencial das obras de remodelação, mais sentido no subsolo dos edifícios correntes. Esta divisão refletir-se-ia no tipo e volume de dados arqueológicos recolhidos, mais complexos e extensos nas sondagens efetuadas no saguão e nos «edifícios de sacrifício», denominação adotada no contexto de obra para os edifícios correntes — alvos de demolição interna total e cujo subsolo foi escavado em maior profundidade.

Conjugando os dados obtidos na Igreja de São Julião e nos edifícios correntes, foi possível reconstruir uma parcela considerável do percurso histórico desta parte da cidade. Da vasta panóplia de testemunhos, distribuídos desde a época romana imperial até à atualidade, salientam-se: a descoberta dos níveis de praia romanos e islâmicos; da muralha de D. Dinis e da malha urbana tardomedieval a ela associada, onde se incluem as Ruas da Judiaria Nova e do Morraz; das partes remanescentes do Paço Real da Ribeira e da Igreja Patriarcal de



↑ Vista geral dos trabalhos nos edifícios de sacrifício após demolição interior.

Artur Rocha, 2010.

↖ Demolição no altar-mor da Igreja de São Julião. Ao fundo, surgem as paredes testeiras.

Artur Rocha, 2010.

↓ Planta geral do quarteirão.

Artur Rocha, 2013.





São Tomé, e o levantamento da necrópole da Igreja de São Julião, da qual também se registou em profundidade a componente construtiva.

Épocas romana e islâmica

O conjunto edificado da sede do Banco de Portugal ocupa uma área cujos primeiros vestígios de urbanização remontam à Idade Média, época em que o crescimento de Lisboa ultrapassou definitivamente o esteiro da Baixa, curso de água que estabelecera até então o limite ocidental da expansão da cidade e, mais a sul, foi sendo, em função de sucessivos aterros e depósitos naturais, consolidado no espaço anteriormente ocupado pelo rio Tejo.

A área na qual foram construídas as primeiras edificações havia resultado do assoreamento progressivo do leito do rio, que, entre os séculos I e XIII d. C., transformara uma zona completamente submersa num extenso areal. Desta fase pré-urbana, identificaram-se alguns dos níveis de aluvião depositados pelo Tejo, distribuídos por vários horizontes sedimentares, com cerca de 1 m de espessura cada, e dos quais os mais bem caracterizados são os das épocas romana imperial e islâmica.

Os níveis de areia, maioritariamente identificados nos «edifícios de sacrifício», embalavam um grande volume de materiais arqueológicos, cerâmica e fauna, a partir da análise dos quais se podem adiantar algumas reflexões quanto à natureza deste espaço e à dinâmica da zona envolvente.

Da época romana, uma percentagem significativa do espólio corresponde a recipientes de transporte, ânforas, muitas delas importações de várias regiões do Império, desde a Bética ao Norte de África e ao Mediterrâneo Oriental. Este fenómeno denuncia uma intensa atividade mercantil, associada a um cais ou fundeadouro nas imediações que seria abrigado dos ventos de norte e oeste pela encosta de São Francisco. Estes fragmentos cerâmicos, que poderão inclusivamente corresponder ao arrasto de peças provenientes de naufrágios, são testemunhos concretos do transporte marítimo a longa distância e integram Olissipo numa extensa rede comercial centrada no Mediterrâneo. Neste campo, surgem com particular relevo um fragmento de asa de ânfora bética, de Dressel 20, cuja marca

«Spera» corresponde a «Speratvs», com paralelos apenas na costa croata, em Split¹ mais precisamente, e em França², e um almofariz, Dramont D2, cuja marca «Dionys Dom Lucil» remete para as oficinas de Domitia Lucilla, a mãe do imperador Marco Aurélio, no vale do Tibre³.

Os materiais da época islâmica apresentam características substancialmente diferentes, correspondendo a uma gama maioritariamente associável aos consumos domésticos e produções oleiras locais. Contudo, e apesar da abundância de evidências materiais, a urbanização observada efetivamente mais a norte (Bugalhão: 2001; 2008) não se terá aqui concretizado. Pese embora a deposição sucessiva de sedimentos aluvionares tenha criado uma praia com cotas progressivamente mais altas, toda esta zona estaria ainda no raio de ação das flutuações do Tejo, o que inviabilizaria qualquer tipo de construção perene. A origem dos fragmentos cerâmicos e da abundante fauna, transportados pelas águas do esteiro e do rio Tejo, deverá ser encontrada precisamente nas habitações e oficinas a montante, área que se encontram bem documentadas (Bugalhão: 2001; 2008).

Idade Média

A paisagem e paradigma de utilização desta área viria a ser profundamente alterada no final do século XIII, data em que se inicia a sua urbanização. Neste cenário, a construção da muralha de D. Dinis, uma longa cortina paralela à margem do Tejo que o separou da cidade em expansão, é o episódio fundamental, condicionando toda a envolvente até 1755.

Em 2010, e pela primeira vez numa escavação arqueológica, foi identificado um troço desta estrutura, que, enquadrada nas Cercas de Lisboa, se encontra classificada como monumento nacional. A estrutura compunha-se por dois segmentos, um com cerca de 40 m identificado sob o saguão e nos «edifícios de sacrifício», e outro com cerca de 2 m sob o deambulatório da Igreja de São Julião. Ambos tinham a mesma espessura — cerca de 1,6 m no corpo superior e um máximo de 2,7 m na sapata. Originalmente tratar-se-ia de um único troço, ininterrupto e sem zonas de passagem, sendo que a sua separação atual se deve à destruição causada pelas fundações da Igreja de São Julião⁴.



↖
Altar-mor da Igreja de São Julião durante os trabalhos arqueológicos e de demolição.
 Artur Rocha, 2011.

Sedimentações aluvionares romana e islâmica, cortadas pela estacaria pombalina. São perceptíveis as diferenças entre os blocos cromáticos de cada época.
 Artur Rocha, 2011.

↑
Muralha de D. Dinis nos edifícios de sacrifício.
 Artur Rocha, 2010.

↗
Escavação de inumações na Igreja de São Julião.
 Artur Rocha, 2010.

Durante a primeira fase de vida desta muralha, nos séculos XIV e XV, foi completada a urbanização da área envolvente, construindo-se a norte dela a Judiaria Nova e a sul as Terceiras.

Do bairro para os quais alguns judeus se mudariam na primeira metade do século XIV, foi possível identificar o traçado das duas ruas que o delimitavam, a da Judiaria Nova e a de Morraz, bem como as subdivisões internas dos prédios entre ambas. A planta entretanto obtida na escavação arqueológica corrobora as hipóteses colocadas por Vieira da Silva a partir da documentação da época, acerto que reforça o incontornável papel deste autor no estudo da Muralha de D. Dinis e do espaço adjacente⁵.

A sul, o facto de a construção no século XX de uma caixa-forte ao nível da cave ter obliterado quase toda a informação arqueológica impediu a confirmação das estruturas das Terceiras, instalações ligadas à atividade naval, também elas documentadas historicamente.

Contrariamente aos anteriores estratos romanos e islâmicos, relativamente pacíficos no contexto de obra, as implicações do surgimento da muralha nos projetos de arquitetura e engenharia originais motivariam um processo de negociação subsequente, liderados pela tutela, então IGESPAR, e o Banco de Portugal, no qual a equipa de arqueologia teve como principal papel a criação de pontes e vias de comunicação entre os

diversos interlocutores. O trabalho de coordenação entre as diversas especialidades e organismos intervenientes resultou na criação da atual galeria museológica, associada ao Museu do Dinheiro, onde se conservam cerca de 30 m da estrutura dionisiana entretanto restaurada. As relativas celeridade e simplicidade processuais com que o problema foi resolvido constituem um modelo de boas práticas e resultaram num importante contributo patrimonial para a cidade de Lisboa.

Idade Moderna

Nos séculos posteriores, época de crescimento urbano e económico da cidade, a área envolvente da muralha assistiria a uma transformação considerável, relacionada sobretudo com a construção do Paço Real, iniciada por D. Manuel. A Muralha de D. Dinis será absorvida pelas novas edificações, passando a integrar as traseiras do novo edifício régio que, encostado ao Tejo — passagem privilegiada para os territórios e comércio ultramarinos em expansão —, simboliza os novos desígnios nacionais.

Dos vários vestígios do Paço Real, a maior parte foi detetada na área do saguão, adossados ao paramento sul da muralha. Aqui foram identificados compartimentos interiores e exteriores, alguns dos quais com pavimentos em tijoleira. No projeto de musealização foi contemplada a manutenção de parte destes elementos, encontrando-se alguns deles visíveis ao público na galeria museológica.

Ainda associada ao Paço Real e balizada entre os séculos XVII e XVIII, identificaram-se, sob a Igreja de São Julião, os vestígios de uma outra edificação, neste caso a Igreja Patriarcal de São Tomé. Esta havia resultado da remodelação da Capela Real, iniciativa promovida por D. João V, que, à semelhança de outros projetos da época, refletiu não só o afluxo de riqueza proveniente do comércio ultramarino como o particular espírito do rei⁶. Nos trabalhos arqueológicos de 2010-2011 foi levantada uma parte considerável da planta desta Igreja, destruída pelo terramoto de 1755 e, posteriormente, pelas fundações pombalinas. Sob a nave central e na ala norte da atual Igreja de São Julião, foram detetadas várias paredes e pavimentos, cerca de 1,6 m abaixo das cotas de

circulação atuais, alguns dos quais com sinais de combustão, que plausivelmente terão resultado do incêndio que sucedeu ao abalo sísmico.

Pombalino

O Terramoto de 1755, esse «civilizador à bruta», como lhe chamou apropriadamente Júlio de Castillo⁷, transformou de forma indelével a fisionomia da cidade. A substituição da antiga malha urbana pelo plano pombalino corresponde, naturalmente, à maior rutura construtiva identificada nos trabalhos arqueológicos, estabelecendo uma linha clara entre o antes e o depois do desastre do dia 1 de novembro. O quarteirão ocupado pela sede do Banco de Portugal é, na totalidade, produto deste novo urbanismo e assenta em princípios e métodos substancialmente diferentes da «teia medonha»⁸ medieval/moderna que veio a substituir.

A Igreja de São Julião, cujo desenho se integra nas linhas definidas para o restante quarteirão, é um exemplo claro da nova conceção urbana, refletindo o caráter autocrático do plano pombalino, no qual os próprios templos cristãos se encontravam subjugados à lógica urbanística saída da recém-criada Casa do Risco das Reais Obras Públicas.

Construída na primeira década do século XIX⁹, em substituição da antiga igreja paroquial de fundação medieval destruída pelo cataclismo de 1755, a Igreja de São Julião viria a ter um percurso conturbado, marcado por vários incidentes, vivendo o último século e meio sob o espectro da decadência e, em última análise, extinção.

O primeiro e mais violento episódio ocorreu em 4 de outubro de 1816, data em que um incêndio, causado por uma vela, destruiu a maior parte do edifício¹⁰. No levantamento arqueológico foram detetados alguns indícios deste acidente, mormente marcas de fogo e fumo nalgumas das paredes originais bem como as reconstruções subsequentes, iniciadas em 1824.

Os anos de 1933-1934 marcam uma viragem decisiva no historial deste edifício, através da sua desafetação ao culto e venda ao Banco de Portugal. O período seguinte será marcado pela diminuição progressiva do seu estatuto patrimonial, sendo inclusivamente autorizada a sua demolição, declínio este acompanhado pelo da própria freguesia de São Julião, que em 1959 é então extinta e incorporada na de São Nicolau.

A picagem de todas as paredes da Igreja, com exceção daquelas revestidas com cantarias, proporcionou uma oportunidade única de visualizar os diferentes aspetos construtivos do imóvel, sendo para o efeito efetuado um levantamento parietal exaustivo. Em termos genéricos, e numa data em que os dados não se encontram ainda completamente processados, poderemos adiantar algumas reflexões.

A Igreja de São Julião caracteriza-se pela gama limitada e estandardizada dos métodos e materiais de construção utilizados, com predominância das alvenarias mistas nas paredes e de tijolo nos vãos, cobertos por arcos de diferente morfologia – de ressalva e de compressão; pelo reaproveitamento recorrente de elementos preexistentes, como cantarias plausivelmente oriundas da Igreja Patriarcal; pela escassa presença de madeira nas estruturas verticais, afastando-se do modelo habitual de gaiola observado noutros edifícios; a profusão de cantarias decoradas nas áreas públicas, nas quais se observou uma clara assimetria estilística entre o altar-mor e a nave central, esta de feição neoclássica, fenómeno que estará

relacionado com a reconstrução que a Igreja conheceu após o incêndio de 1816.

No campo da arqueologia parietal, o dado mais relevante viria, no entanto, a ser a descoberta das paredes testeiras originais do altar-mor, até à data ocultadas pela parede de alvenaria e betão da caixa-forte. Num processo semelhante ao da muralha de D. Dinis, a manutenção destas paredes implicou algumas alterações no projeto das infraestruturas previstas para o local. Atualmente, são um dos rostos mais visíveis dos contributos da arqueologia para o projeto de recuperação do imóvel, encontrando-se expostas no Museu do Dinheiro.

No campo da arqueologia de cota negativa, sob os alicerces das paredes, a deteção de uma extensa malha de estacas contribui, de igual modo, para um melhor conhecimento da engenharia desta época. Embora não seja uma invenção pombalina¹¹, contrariamente a algumas ideias entretanto criadas, a utilização de estacas como elemento estabilizador e antisísmico, solução acompanhada pela famosa «gaiola», conheceu, nesta fase, um desenvolvimento ímpar como se comprovou nos «edifícios de sacrifício», onde todas as paredes assentavam sobre conjuntos de estacas.

Embora a gama de soluções técnicas não fosse absolutamente homogênea, como comprova a relativa variabilidade dos conjuntos encontrados, o elevado grau de estandardização exigido pela massificação construtiva pombalina seria também sentido no caso da estacaria. A solução mais habitual, correlacionável com as paredes-mestras, era composta por quatro filas de estacas verticais, cravadas no substrato arenoso, nas quais assentava uma grelha de barrotes retilíneos muitas vezes aplanados na base. Verifica-se ainda a existência de alicerces de pilares ou paredes internas, registando-se algumas variações, algumas das quais sem grelha superior, compostas apenas por estacas verticais, dispostas em manchas de perímetro, densidade e dispersão interna distintos.

Na primeira metade deste século XIX, e apesar dos trabalhos de reconstrução que se sucederam ao incêndio de 1816, a Igreja de São Julião funcionará também como necrópole, segundo uma prática habitual na época, que viria a ser interrompida pelo decreto de Costa Cabral de 1844, proibindo as inumações em locais de culto.

A escavação desta necrópole torna-se desde já, pela dimensão e tipo de registo, um documento fundamental na análise da demografia da Baixa Lisboeta na primeira metade do século XIX, necessitando contudo de estudos posteriores, mais aprofundados, que se esperam surgir nos próximos anos.

As inumações identificadas na Igreja de São Julião correspondem a um grupo heterógeneo, complexo e por vezes caótico, cujos padrões variam largamente. Em comum apenas se assinala o facto de terem sido todos efetuados

↗
Pormenor de desenho do levantamento parietal.

António Manuel, 2012.

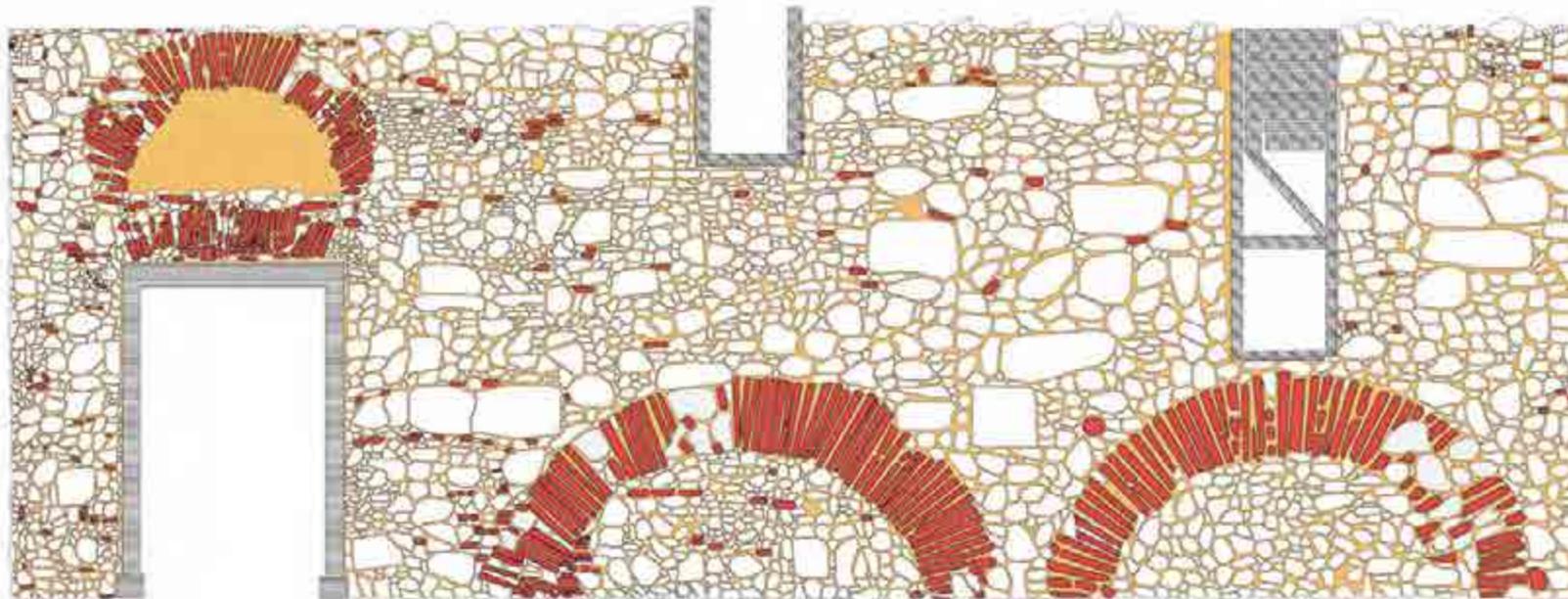
→
Estacaria pombalina nos edifícios de sacrifício.

Aqui um exemplar mais tosco.

Artur Rocha, 2010.

Vista de fundações no saguão: à esquerda, a Muralha de D. Dinis e, à direita, os alicerces pombalinos.

Artur Rocha, 2010.



- Argamassa
- Pedra não afeiçãoada
- Cantaria
- Tijolo/ladrilho
- Corte/remodelação



em valas simples, sem estruturação, abertas diretamente nos sedimentos preexistentes. Neste conjunto encontram-se tanto inumações individuais como ocorrências coletivas em ossários, muitas vezes truncadas entre si, ou ainda ossos dispersos, resultantes de remobilizações do terreno, sendo habituais os conjuntos de ossos desconexos.

Em termos globais, e no que à disposição das inumações individuais diz respeito, foram identificadas 310 ocorrências, 211 das quais com mortalha em fossa simples e 99 em caixão de madeira. Demograficamente, a amostra corresponde a uma população de 226 adultos e 84 crianças, da qual se conseguiu identificar o sexo de 203 indivíduos, 98 masculinos, 105 femininos. Dado interessante surge, de igual modo, na análise da estatura, onde se confirma a tendência de maiores índices masculinos: média de 1,648 m contra os 1,547 m femininos.

Num conjunto tão alargado surgiram, como seria expectável, algumas situações anómalas, como é o caso do enterramento [2576], com as mãos sob o crânio ou [13015] onde o úmero e parte do crânio foram substituídos por uma perna e pé, fenómeno cuja explicação afasta-se das hipóteses mais canónicas.

Foram identificados, igualmente, 30 ossários, 2 dos quais de grande dimensão, 1 de acordo com os padrões mais habituais [13013], com um número mínimo de 65 indivíduos, e outro, de tipologia mais invulgar, onde se encontravam várias inumações associadas ao ossário [5768], com cerca de 4 m de comprimento e 1 m de largura e que, no total, apresentava um número mínimo de 43 indivíduos¹².

Século XXI

Excetuando o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, são escassos os contributos da práxis arqueológica para a valorização social da Baixa Pombalina. Aqui, e apesar de todo o potencial do conjunto e da multiplicação de intervenções, o raio de ação da arqueologia raramente extravasou a esfera

→
Enterramentos individuais
na Igreja de São Julião.
Artur Rocha, 2010.

↓
Inumação atípica
Artur Rocha, 2010.

estritamente técnico-científica, limitando-se à divulgação da informação produzida a um restrito lote de agentes através de literatura específica, mesmo esta deficitária.

Se bem que este afastamento reflete uma certa opção da classe profissional, a sua raiz mais profunda deverá ser encontrada no panorama mais global da sociedade portuguesa e das opções políticas e económicas tomadas no que à gestão do território diz respeito. Em 30 anos de construção massiva, onde a primazia residiu em construções *ex novo*, a valorização das preexistências patrimoniais não foi, de facto, uma prioridade. Pelo contrário, esta grande dinâmica construtiva implicou indiretamente, por um lado, o abandono dos centros históricos, áreas onde a legislação de proteção patrimonial contribuía para uma maior disciplina, e, conseqüentemente, menor rendimento das empreitadas e, por outro, a menorização da arqueologia em contexto de obra, vista como um obstáculo à produtividade dos projetos. A desertificação progressiva da Baixa Pombalina, a degradação do seu conjunto edificado e a escassa visibilidade de testemunhos/mais-valias arqueológicas são indicadores claros desta tendência.

No século XXI, contudo, parece assistir-se à inversão da situação em função de mudanças estruturais mais latas, entre as quais surgem a saturação e desinvestimento no tradicional mercado de construção, a maior consciencialização do valor do património como pilar do desenvolvimento e o inevitável confronto dos poderes públicos com o colapso de muitos centros históricos. A aposta na reabilitação urbana como fonte





de riqueza e, por arrasto, na prática arqueológica no seu seio começou nos últimos anos a ser observada com maior frequência quer por iniciativa individual, como no caso da sede do Banco de Portugal, quer nos programas e discursos políticos dominantes. Neste cenário, a musealização da muralha de D. Dinis e a reabilitação da Igreja de São Julião constituem-se como um marco importante, devolvendo à sociedade dois importantes ativos patrimoniais e, em complemento, permitindo a fruição pública de monumentos cujo passado recente se caracterizou pelo declínio progressivo.

A experiência de reabilitação da sede do Banco de Portugal permitiu, por outro lado, reafirmar a necessidade de colaboração entre as diversas especialidades no terreno, competindo ao arqueólogo a criação expedita e concisa de uma primeira e fundamental ponte entre a realidade histórica preexistente e as restantes equipas — arquitetura, engenharia e produção. Nesta linha e no contexto de empreitada em áreas classificadas, o papel dos agentes arqueológicos como interlocutores privilegiados entre o património histórico e a sociedade — no contexto de obra em primeiro lugar e o grande público numa segunda fase — deverá também ele ser repensado de forma a superar as funções de mero executante técnico ou produtor científico sem impacto social por eles normalmente desempenhadas.

BIBLIOGRAFIA

BUGALHÃO, Jacinta — A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, n.º 15, 2001.

___ ; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria J.; FOLGADO, Deolinda; GONZALEZ TINTURÉ, Antónia; MORENO-GARCIA, Marta; DIAS, Manuela; PRUDÊNCIO, Maria I. — Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: Conclusões de um projecto de investigação. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento, n.º 10, 2008, pp. 113-134.

CAMBI, Nenad — Le anfore Dressel 20 nella Jugoslávia. *Produccion y Comercio del aceite en la Antigüedad. Segundo Congreso Internacional (Sevilla, 1982)*. Madrid: Ed. Universidad Complutense de Madrid, 1983, pp. 373-377, fig. 18.

CASTELO-BRANCO, Fernando — *Lisboa Seiscentista*, 2.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1969.

CASTILLO, Júlio — *A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

___ — *Lisboa Antiga, Os bairros orientais*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 5, 1887, p. 354.

ÉTIENNE, Robert; MAYET, Françoise — *L'huile hispanique. Corpus des timbres amphoriques sur amphores Dressel 20*. 2 vols. Paris: De Boccard, n.º 1182, 2004.

Gazeta de Lisboa. Lisboa: Imprensa régia, n.º 239, 1816.

Gazeta de Lisboa. Lisboa: Imprensa régia, n.º 243, 1816.

LOURENÇO, Marina — *Edifício sede do Banco de Portugal em Lisboa. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2010-2012*. Vol. II — *A Igreja de São Julião*. *Antropologia*. Lisboa: relatório policopiado entregue ao IGESPAR, 2011.

ROCHA, Artur — *A Muralha de D. Dinis e a Cidade de Lisboa. Fragmentos arqueológicos e evolução histórica*. Lisboa: Museu do Dinheiro, [no prelo].

___ ; MIGUEZ, João — *Os almofarizes do Edifício Sede do Banco de Portugal, Lisboa*. Em preparação.

___ ; REPREZAS, Jessica — *Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2010-2011*. Lisboa: Relatório policopiado entregue ao IGESPAR, 2011.

VITRUVIUS, Marcus — *The ten books on architecture*. Cambridge: Harvard University Press, 1914.

NOTAS

1. CAMBI: 1983, pp. 373-377, fig. 18.

2. ÉTIENNE: 2004.

3. ROCHA, Artur; MIGUEZ, João — *Os almofarizes do Edifício Sede do Banco de Portugal, Lisboa*. Em preparação.

4. Descrita com maior pormenor noutra local. v.: ROCHA, Artur — *A Muralha de D. Dinis e a Cidade de Lisboa. Fragmentos arqueológicos e evolução histórica*. Lisboa: Museu do Dinheiro, [no prelo].

5. V. com maior detalhe em: ROCHA, Artur; REPREZAS, Jessica — *Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2010-2011*. Lisboa: Relatório policopiado entregue ao IGESPAR, 2011.

6. O fausto da Igreja encontra-se descrito com mais pormenor em CASTILLO, Júlio — *A Ribeira de Lisboa*: 1893.

7. CASTILLO: 1887, p. 354.

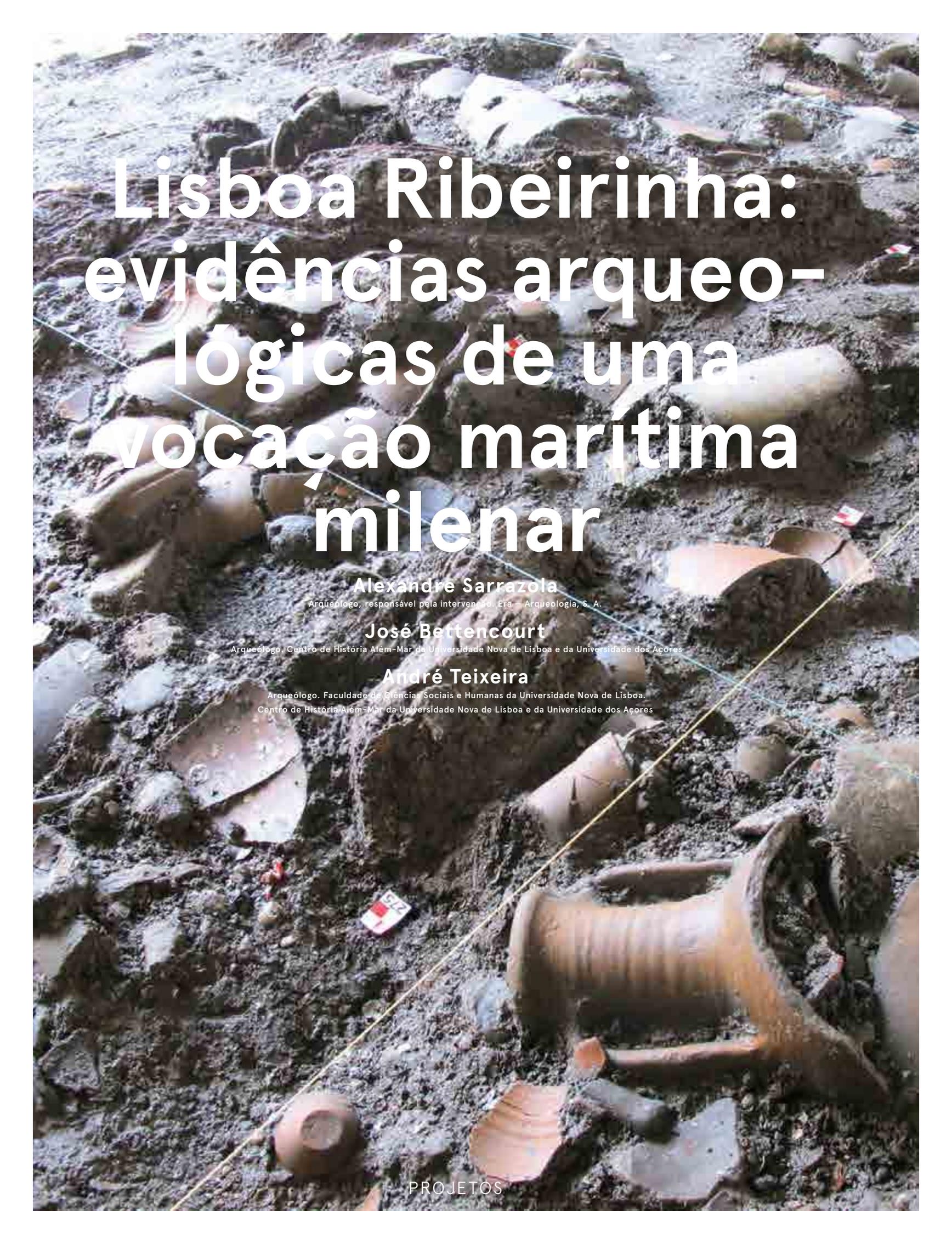
8. CASTELO-BRANCO: 1969, p. 39.

9. Mais concretamente em 1802, segundo a informação constante na *Gazeta de Lisboa*, de 12 de outubro de 1816, n.º 243, p. 4.

10. Conforme notícia a *Gazeta de Lisboa*, de 7 de outubro de 1816, n.º 239.

11. São conhecidas referências desde, pelo menos, a época romana; v. VITRUVIUS: 1914, pp. 61 e 88.

12. Os dados estatísticos apresentados surgem com mais detalhe em LOURENÇO: 2011.

An aerial photograph of an archaeological excavation site. The ground is dark and uneven, with numerous fragments of reddish-brown pottery scattered across it. Several thin, colored survey lines (yellow, green, blue) are stretched across the site, forming a grid. Small white markers with red and black markings are placed on the ground. The overall scene depicts a methodical archaeological dig.

Lisboa Ribeirinha: evidências arqueológicas de uma vocação marítima milena

Alexandre Sarrazola

Arqueólogo, responsável pela intervenção. Era — Arqueologia, S. A.

José Bettencourt

Arqueólogo, Centro de História Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores

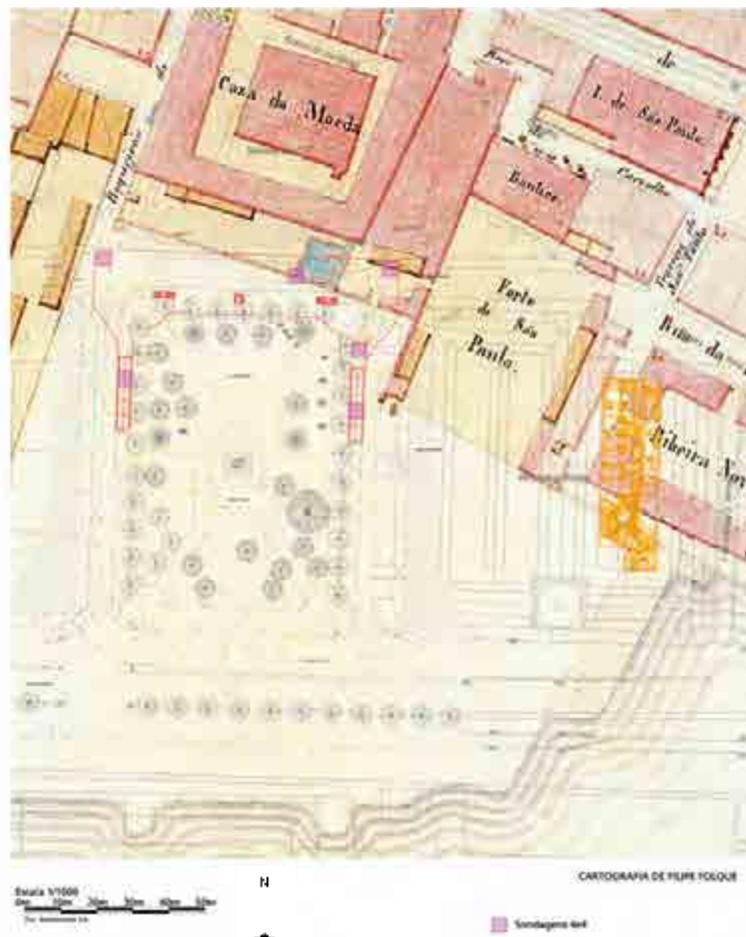
André Teixeira

Arqueólogo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa,
Centro de História Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores

←
Concentração de materiais arqueológicos de cronologia romana.
Era – Arqueologia, 2013.

→
Implantação do empreendimento na cartografia do século XIX (Filipe Folque).
Era – Arqueologia, 2010.

A intervenção arqueológica efetuada na praça D. Luís, durante o acompanhamento das obras de construção de um parque de estacionamento subterrâneo, permitiu registar uma sequência de ocupação desta zona ribeirinha de Lisboa, desde a época romana até à contemporânea. Esta inclui uma concentração de materiais anfóricos abaixo do nível do mar, dois cais dos séculos XVI a XVIII, uma grade de maré do século XVII ou restos do Forte de São Paulo, ali construído no século XVII.



Introdução

A Era – Arqueologia tem desenvolvido nos últimos anos, em particular a partir de 2012, uma série de trabalhos arqueológicos na zona ribeirinha de Lisboa, visando a minimização de impactos de obras públicas e privadas. Estes revelaram contextos relacionados com as atividades marítimas da cidade, embora não exclusivamente. O simples enunciado das descobertas é eloquente da sua relevância e amplitude diacrónica: o aterro da Boavista e a antiga Fábrica do Gás (século XIX); o cais da Casa da Moeda (século XVIII); o cais do Forte de São Paulo, outro cais fluvial a ocidente do Mercado da Ribeira e uma grade de maré, possivelmente relacionável com a atividade da Companhia Geral do Comércio do Brasil (séculos XVII–XVIII); as embarcações Boavista 1 e Boavista 2 (séculos XVII–XVIII), e locais de fundeadouro e de varadouro, com vestígios que se estendem da época romana à moderna (Sarrazola, Bettencourt e Teixeira: [no prelo]). Estas realidades vêm engrossar o acervo de informações que a arqueologia tem procurado dar sobre o passado da Lisboa ribeirinha (Bugalhão: 2005, pp. 151–154).

Uma das mais recentes intervenções da Era – Arqueologia realizou-se na praça de D. Luís I, no âmbito da construção de um parque de estacionamento da Emparque. Esta contou com a assessoria do Centro de História de Além-Mar das universidades Nova de Lisboa e dos Açores, no tocante à escavação e registo das estruturas náuticas e portuárias modernas. Entre novembro de 2011 e maio de 2012 foi intervencionada uma

extensa área desta praça, através de escavação manual e mecânica, limpezas, registo estratigráfico e ortofotográfico e sondagens manuais de aferição cronológica, dando continuidade às sondagens de diagnóstico que haviam sido realizadas em 2010 e ao acompanhamento em curso desde 2009. A área localiza-se na freguesia de São Paulo, numa zona baixa com 3 m de altitude na atualidade¹, em aluviões recentes pleistocénicos. São os resultados destes trabalhos que aqui se divulgam de forma preliminar, procurando lançar hipóteses de trabalho a ser desenvolvidas em futuro projeto de investigação multidisciplinar.

O fundeadouro/desembarcadouro romano

Nos depósitos jazentes sobre o substrato geológico, registou-se uma concentração de materiais arqueológicos de cronologia exclusivamente romana, interpretados como fundeadouro/desembarcadouro. O acervo material corresponde, na sua maioria, a contentores anfóricos, compostos, predominantemente, por produções locais das formas Dressel 14 (séculos I–II d. C.), Almagro 50 e Almagro 51c (séculos III–V), exumando-se esporadicamente fragmentos exógenos de ânforas itálicas e norte-africanas. A presença de Dressel 1 expande cronologicamente o contexto ao século I a. C. Recolheu-se ainda um conjunto significativo de cerâmica comum e fina, com destaque para as *terre sigillate* de produção itálica, hispânica (século I) e norte-africana (séculos II–IV), bem como cerâmica de paredes finas (século I).

Destaca-se também a presença de uma peça náutica coeva. Trata-se dos restos de um elemento longitudinal com 8,65 m, onde apesar da erosão foi possível observar o sistema de ligação a outras peças, constituído por entalhes, mechas e cavilhas em madeira. Este sistema, utilizado na ligação entre as tábuas ou destas à quilha, é típico da Antiguidade, tendo sido globalmente empregue em todo o mundo mediterrânico em navios de pequeno porte, como o de Kyrénia do século IV a. C., ou de grande capacidade, como o de Madrague de Giens, do século I (Steffy: 1994). A sua descoberta é de extraordinária importância no contexto português onde este sistema apenas tinha sido registado por duas vezes até à data, numa adaptação na piroga IV do rio Lima (século II a. C.) e num fragmento descontextualizado encontrado no rio Arade (Alves e Rieth: 2007).

Afigura-se pertinente afirmar que estamos na presença de um contexto arqueológico de notável importância pelo seu inequívoco potencial científico, pela abordagem interdisciplinar que o seu estudo convoca, assim como o contributo precioso que a sua análise integrada virá certamente a significar para a compreensão da história e da paisagem de Lisboa e do Tejo no longo período da ocupação romana. Uma dinâmica globalizante e cosmopolita vinculada ao espaço costeiro e à sua diversidade social, cultural e económica.

As estruturas portuárias da época da expansão portuguesa

Na Idade Moderna, as estruturas portuárias de Lisboa ocupavam uma extensa faixa do amplo estuário do Tejo. Os achados mais antigos na praça de D. Luís I pertencentes a esta época correspondem a blocos associados a cabos de fibras vegetais, toros de madeira e cerâmica rodada, elementos ligados ao descarte de atividade náutica. Estes dados apontam para a utilização do espaço como varadouro durante o século XVI e a primeira metade da centúria seguinte. A zona de São Paulo correspondia, então, a um aglomerado de pescadores, fora dos limites da cidade de Lisboa, correspondendo a zona de intervenção a uma praia fluvial, sem qualquer tipo de construção associada; não há menção ou representação de nenhuma estrutura portuária no local, à exceção do cais da Boavista, situado mais a poente (Carita: 1999, p. 196).

Na continuidade da urbanização da zona ribeirinha ocidental a partir dos inícios do século XVI (Caetano: 2004), o conjunto urbano de São Paulo conheceu rápido crescimento, tornando-se freguesia autónoma em 1566, povoada sobretudo por gentes do mar (Moita: 1994, pp. 141 e 42). Desde o último quartel de Quinhentos que surgem referências ao cais do secretariado a São Paulo, associado a áreas de construção e reparação naval improvisadas nas praias (Moita: 1994, p. 162), mas também a uma contínua atividade de «carregamento das “lamas” ou lixo da cidade, para serem lançadas no Tejo» (Murteira: 1994, p. 816). Este deverá corresponder a uma das estruturas detetadas na intervenção arqueológica, um cais em jangada formando um L, assentes em toros verticais cravados no sedimento e composto por toros horizontais em reticulado, preenchidos por blocos calcários, cascalho, cerâmica de construção, argamassas e areia, encimados por grandes lajes retangulares de calcário branco justapostas, toscamente cortadas e afeiçoadas.

O achado mais notável de época moderna é, contudo, uma grade de maré de cerca de 315 m², com uma orientação aproximadamente norte-sul. Organizava-se em três camadas

→

Cais do século XVII.

Era – Arqueologia, 2012.

Área de intervenção, aquando da escavação da grade de maré de finais do século XVII a inícios do século XVIII.

Era – Arqueologia e CHAM - UNL/Uaç, 2012.

↘

Aspeto dos trabalhos na grade de maré de finais do século XVII a inícios do século XVIII.

Era – Arqueologia e CHAM - UNL/Uaç, 2012.

Estruturas náuticas reaproveitadas na grade de maré de finais do século XVII a inícios do século XVIII.

Era – Arqueologia e CHAM - UNL/Uaç, 2012.

↘↘

Forte de São Paulo (à esquerda) e cais da Casa da Moeda (à direita).

Era – Arqueologia, 2012.

Estruturas industriais sobre o cais da Casa da Moeda.

Era – Arqueologia, 2012.

sobrepostas de cerca de três centenas de barrotes ortogonais, numa pendente de meio metro e 2,75 % de inclinação, integrando uma extensa quantidade de mais de 70 peças de navio reaproveitadas. Esta estrutura tem paralelos em rampas dos séculos XVII e XVIII, escavadas por exemplo em Amesterdão (Moser: 2011), servindo essencialmente para efetuar reparações de navios. No caso do achado da praça de D. Luís I não se pode, por ora, excluir uma utilização noutras atividades náuticas. A grade de maré encontrava-se coberta por uma camada de argilas, incluindo materiais arqueológicos atribuíveis à segunda metade do século XVII e aos inícios da centúria seguinte, como faianças portuguesas ou cachimbos de caulino britânicos e holandeses. Este âmbito cronológico permite relacioná-la com a Companhia Geral do Comércio do Brasil, que aforou estes terrenos e constituiu aqui a sua Ribeira a partir de 1670, laborando até 1720 (Castilho: 1893, pp. 536 e 537).

Coevo deste empreendimento é o Forte de São Paulo, erguido em 1672 para proteção das suas instalações, além de toda a praia da Boavista, no âmbito de um processo de fortificação de Lisboa e do seu acesso marítimo (Rossa: 2002, p. 91). Localizava-se, imediatamente, a sul da praça com o mesmo nome, na sua primitiva posição pré-Terramoto de 1755, portanto a poente da atual, com a igreja implantada a nascente e com a fachada voltada a oeste (Castilho: 1893, pp. 526 e 534). Os vestígios desta estrutura, que já havia sido reconhecida na intervenção arqueológica do Mercado da Ribeira (Pinto, Filipe e Miguel: 2011, p. 42), compõem-se de dois paredões perpendiculares constituídos por paramento de silhares calcários retangulares e cerne composto por blocos de margas ligados por argamassa. Estavam-lhe associados dois pavimentos sobrepostos e uma caleira central com blocos calcários, além de uma escadaria. O Forte poderá ter sido redesenhado depois de 1755, surgindo na iconografia posterior como «torre de embarque da artilharia».

Finalmente, sobre a referida grade de maré, foi detetado outro cais, formado por um reticulado de quatro por sete fiadas de toros horizontais, preenchido por amálgama de pedras e argamassa, suportado por estacas verticais e encimado por um paredão em silhares retangulares de calcário com as superfícies finamente bojardadas. A estrutura encostava diretamente ao paredão sul do Forte de São Paulo, reaproveitando-o e prolongando-o para noroeste. Deverá tratar-se do «cais privativo» da Casa da Moeda, que se instalou em 1720



nos edifícios da antiga Companhia Geral do Comércio do Brasil (Blot: 2003, p. 244). Nesta época, as atividades náuticas eram ainda a imagem desta área frontal à Igreja de São Paulo, como se pode ver na grande vista de Lisboa do Museu Nacional do Azulejo (Henriques: 2004).

O aterro da Boavista e a industrialização

Na segunda metade século XVIII, a zona ocidental da Ribeira e, mais concretamente, o bairro de São Paulo apresentavam graves sequelas deixadas pelo Terramoto de 1755, que fizera desaparecer cerca de um quarto das suas habitações (Santana: 1976, pp. 19 e 148). Os planos de reconversão e saneamento

da zona, que implicavam o desenho de uma via ribeirinha e que remontavam aos primeiros decénios de Setecentos (Rossa: 2002, pp. 113 e 114), ficaram porém adiados.

O aterro da Boavista só se veio a concretizar a partir de meados do século XIX, primeiro entre Santos e a Casa da Moeda, a partir de 1864 estendendo-se também para nascente do Forte de São Paulo, que foi demolido para a construção da praça de D. Luís I (Castilho: 1893, pp. 530 e 531; Araújo: 1993). Esta foi conformada pelos limites dos edifícios pombalinos, sendo em 1882 erguido um monumento dedicado a Bernardo de Sá Nogueira, marquês Sá da Bandeira. O processo de desativação do cais de São Paulo e da Casa da Moeda é visível no registo arqueológico através de um conjunto de depósitos

arenosos que se lhe sobrepõe, confirmando a «praia arenosa» representada no levantamento de Filipe Folque de 1856-1858 (Almeida e Ramalho: 2000).

Sobre estes estratos detetaram-se construções em alvenaria grosseira de blocos de calcário e marga, ligados por argamassa. Algumas das estruturas parecem corresponder a fornos de planta retangular e extremidades arredondadas, fabricados em alvenaria de tijolo burro, que se apresentam muito queimados. Outros elementos caracterizam-se por bases em metal já colmatadas com cimento, parecendo corresponder a forjas ou fornalhas. Em termos de espólio arqueológico foram exumados fragmentos de faianças e cerâmica comum vidrada, com cronologias que vão desde o século XVII ao XIX, bem como pesos metálicos da segunda metade de Oitocentos. Este conjunto deverá corresponder à laboração industrial desta área.

Considerações finais

Os resultados da intervenção arqueológica na praça de D. Luís I representam um contributo de inequívoca importância para a história da cidade, particularmente no que concerne à sua vocação marítima. As evidências materiais recolhidas em contexto arqueológico preservado atestam, particularmente, a amplitude cultural, social e económica da diáspora portuguesa na Idade Moderna, sobretudo no intervalo cronológico dos séculos XVII e XVIII, época de maior esplendor da colonização do Brasil. Trazem também novos contributos sobre aspectos da sua industrialização.

Estes trabalhos decorreram no âmbito da arqueologia preventiva, em meio de obra, sendo os seus resultados amplamente mediatizados. Da parte da equipa responsável houve uma preocupação com o retorno social das descobertas patrimoniais e da cidadania, através da realização de ações de divulgação contínua, destacando-se as cerca de 25 visitas acolhidas, em estreita articulação com o dono de obra, assim como as comunicações apresentadas ao público no Museu da Cidade, no Padrão dos Descobrimentos, no Gabinete de Estudos Olisiponenses, no Museu do Carmo e no 11.º Colóquio da Era – Arqueologia, realizado na Universidade Nova de Lisboa. A publicação destes dados preliminares representa, por ora, um primeiro passo num caminho que se deseja longo e profícuo do ponto de vista científico, social e cultural.

A importância dos achados torna imperativo o desenvolvimento de um projeto interdisciplinar de investigação, que adopte uma abordagem holística interdisciplinar, nas áreas da Arqueologia Terrestre e Náutica, da História, História da Arte, Paleobotânica, Dendrocronologia, Conservação e Restauro, Paleoecologia, Geomorfologia. Só desta forma se poderá dar um contributo decisivo para o conhecimento do passado de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco; RIETH, Eric – *As pirogas 4 e 5 do rio Lima*. Trabalhos do CNANS. Lisboa: IPA-CNANS, n.º 21, 2007, disponível em linha em http://www.igespar.pt/media/uploads/cnans/21/TC21Def_p_imp.pdf. Consultado em 25 de abril de 2013.

ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Vega, vol. XIII, 1993.

BLOT, Maria Luísa – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2003.

BUGALHÃO, Jacinta – Lisboa “Sempre” Ribeirinha. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2.ª série, n.º 13, 2005, pp. 151-154.

CAETANO, Carlos – *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Pandora, 2004.

CALADO, Maria – *Atlas de Lisboa. A cidade no espaço e no tempo*. Lisboa: Contexto, 1993.

CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CASTILHO, Júlio de – *A Ribeira de Lisboa. Descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

HENRIQUES, Paulo, ed. – *Lisboa antes do Terramoto. Grande vista da cidade, entre 1700 & 1725*. Lisboa: Gótica, 2004.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de; GARCIA, João Carlos; FLORES, Jorge Manuel, coord. – *Cartografia de Lisboa, séculos XVII a XX* [catálogo de exposição]. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Museu da Cidade, 1997.

MOITA, Irisalva, coord. – *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

MOSER, Jason D., The art and mystery of shipbuilding: an archaeological study of shipyards, shipwrights and shipbuilding in Somerset County, Maryland 1660-1900. Electronic theses, treatises and dissertations, paper 2232, 2011. (<http://diginole.lib.fsu.edu/etd/223>). Consultado em maio de 2013.

MURTEIRA, M. H. da Cunha – *Freguesia de S. Paulo. Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: [s. ed.], 1994.

PINTO, Marina; FILIPE, Lola; MIGUEL, Luís – Os cachimbos de caulino provenientes do Mercado da Ribeira: contributo para a história socio-económica da Lisboa moderna. *Apontamentos*. Lisboa: NIA-ERA, n.º 7, 2011, pp. 41-48.

ROSSA, Walter – *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002.

SANTANA, Francisco, ed. – *Lisboa na 2.ª metade do século XVIII. Plantas e descrições das suas freguesias*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1976.

SARRAZOLA, Alexandre; BETTENCOURT, José; TEIXEIRA, André – Lisboa, o Tejo e a expansão portuguesa: os mais recentes achados arqueológicos da zona ribeirinha. *O tempo resgatado ao mar* [catálogo de exposição]. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda – Museu Nacional de Arqueologia, [no prelo].

STEFFY, J. Richard – *Wooden ship building and the interpretation of shipwrecks*, College Station: Texas A & M University Press, 1994.

NOTAS

1. As coordenadas altimétricas referidas a partir do Datum marégrafo de Cascais.

opiniãõ

sociedade

acontece

LX Factory: uma atmosfera líquida em Alcântara

Deolinda Folgado

Historiadora e investigadora na área do património industrial
DGPC/IHC/IHA/FCSH

A LX Factory interpela as consciências mais incautas, quanto ao valor do património industrial e ao seu reuso na sociedade atual. Instalada numa antiga fábrica têxtil, arquétipo fabril importado de Manchester, a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense inaugurara um edifício industrial de raiz, em 1849, reconhecido na sua segura decorativa e forma paralelepípedica, que recebera as secções mecanizadas. A LX Factory, desde 2008, aproximou este recinto industrial da cidade, vocacionando-o para as indústrias criativas, através da reutilização dos edifícios fabris, com base na ideia de *loft*.

Os espaços industriais revelaram-me novidades contínuas. Uma imprecisão de formas, escalas, sons, cores, materiais, texturas, de uma certa ordem, até, desfilaram inquiridores nas primeiras incursões a fábricas, ainda sem que qualquer veleidade científica estivesse presente.

O espaço, como que captado por uma objetiva, fixara-se subjetivamente. Havia uma estética, um saber exclusivo de alguns. Os produtos, as marcas, à época, consentiam uma visibilidade para esses recintos privados. Porque me tocavam esses lugares? Logo esses que assumiam uma rutura com o instituído, enquanto destino de visita ou de fruição?

Com os Futuristas, a fábrica assumira a novidade e a crença em melhores e promissores tempos, a aspirada democracia alcançada pelo consumo. Da mudança estética à alteração do tempo, marcado pelo movimento contínuo das máquinas, a fábrica totalizava a vida, ambições mais que evidenciadas no *Manifesto Futurista*, de 1914, de Sant'Elia e Marinetti. Convertida em símbolo de mudança e progresso, de destino civilizacional, a fábrica, já longe dos sofridos tempos da primeira revolução industrial, tornara-se arquétipo. Um paradigma de largo espectro. Involuntariamente a fábrica, por algum tempo, protagonizou a «revolução cultural». A organização atribuída por Ford e Taylor ao trabalho, a ligação entre a ciência, a técnica e a sua aplicação à produção, seduziram os «modernos».

A fábrica é um lugar antropológico. Há uma cultura, uma organização, uma hierarquia de espaços e de homens, um saber. O operário, o empresário, o mestre, o aprendiz, informaram uma história, consolidando gestos e ritmos vividos diariamente. Provavelmente, o que hoje nos escapa é a relação destes agentes da história com a comunidade, com o espaço fabril, com as máquinas, com o território, com as habitações ou com as áreas sociais. Sim, a identidade dos lugares. Talvez estas relações expliquem a enorme perda manifestada por estas comunidades, aquando do encerramento da fábrica, sentimento ainda mais exacerbado se o cenário for o de uma mina. Ainda hoje, dia 23 de maio de 2013, testemunhei o sentir expressivo destas perdas em alguns trabalhadores de um centenário complexo fabril de Lisboa. Em breve, e silenciosamente, uma das poucas áreas industriais ainda existentes



na cidade poderá continuar a ceder o seu território a mais condomínios.

Todavia, a fábrica é um lugar. Os não-lugares de Marc Augé parecem avançar no território, desvirtuando camadas de tempo que não importa assimilar, integrar, reformar. Uma certa desterritorialização condena o peso da História. Sei que muitos dos que frequentam os não-lugares vivem expectantes em regressar ao lugar, a um espaço que permita o encontro com uma certa cosmogonia perdida. Serão reflexos de um tempo que já está para além da pós-modernidade?

O ambiente construído, a imagem de um sítio industrial, pode representar património vivo. Percorri muitas fábricas, muitos territórios industriais. Uns arreigados a soluções construtivas locais, outros timidamente apostando em compatibilizar inovações técnicas com claras limitações financeiras e culturais dos empresários, outros rasgadamente modernos, provocando a estagnação dos hábitos. As visitas técnicas, os inventários. O olhar parecera mudar, agora criterioso, comparativo, interpelativo, perscrutador do valor das coisas, do valor do património cultural. Poucas foram as fábricas

↑ **Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, no bairro industrial de Santo Amaro.**
Mário Novais, FCG — Biblioteca de Arte.

que ainda permaneciam em atividade, quer da primeira quer da segunda geração industrial. No início do século XXI, a vaga industrial do século XIX ou do século XX, representando o ímpeto industrial sentido no País após a Segunda Guerra Mundial e impulsionado pelos planos de Fomento (a partir dos anos 50), titubeara, por razões complexas e múltiplas que não importa convocar. Tivera ainda o privilégio de ver, nesta transição de século, duas máquinas a vapor a acionar todas as máquinas, uma no Seixal (Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços, 1898–2001) e outra no Porto (Companhia Auríficia, 1864–2006), almas volumosas do trabalho desafiando consciências mais incautas para esse tempo mecânico. Como chegara até nós este passado?

Por vezes, mesmo sem uma reconhecida preocupação arquitetónica, a fábrica continuara a interessar-me para

além da dimensão técnica. A leitura do local, a descoberta do objeto permitiram o reconhecimento de uma beleza, muitas vezes árida e dura, como a observada junto ao alto-forno, no Seixal, pouco antes do encerramento da Siderurgia Nacional (1961–2001).

A palavra «atmosferas» traduz plenamente esta espécie de sensações apreendidas nos lugares industriais. As «atmosferas», para Peter Zumthor, no seu livro com o mesmo nome, «comunica[m] com a nossa percepção emocional, isto é, a percepção que funciona de forma instintiva e que o ser humano possui para sobreviver. Há situações em que não podemos perder tempo a pensar se gostamos ou não de alguma coisa, se devemos ou não saltar e fugir. Existe algo em nós que comunica imediatamente connosco. Compreensão imediata, ligação emocional imediata, recusa imediata»¹.

Será difícil categorizar os motivos que qualificam as atmosferas industriais. Será um certo fascínio provocado pela espacialidade escultórica de muitas das naves, de muitos dos edifícios ou o experimentalismo de materiais e formas

que potenciam em conjunto uma luz única? Iluminação que favorece as máquinas dispostas ordeiramente em naves, tão ordeiramente que se fossem deslocadas o espaço perdia texturas, volumes, relações de tensão e equilíbrio que beneficiam todo o ambiente fabril. Esta harmonia visual incorpora ainda o som das máquinas e o dos operários, mesmo que em silêncio permaneçam. Não duvidamos, porém, que este som silenciado contribui e define a ordem do belo num edifício industrial. A escala, a justaposição de tempos impregnados nos edifícios que se multiplicaram ou no recinto fabril ou na área urbana, contribuem sobremaneira para a riqueza do lugar ou do sítio industrial. Paisagens industriais, simbiose entre construído e natural, reconhecidas em muitos dos edifícios localizados junto a rios ou mesmo em áreas urbanas.

A apreensão das atmosferas industriais, escassamente caracterizadas acima, foi-me um dia revelada por uma querida colega arquiteta do Porto, que espontaneamente comentara ao percorrer a Companhia Aurifícia, visita que lhe devo a este magnífico espaço: «Esta fábrica, este espaço, é muito melhor que a maioria das igrejas do Norte...» Era isso! Estava tudo dito! Com espanto, escutei uma evidência que tantas vezes tentara honestamente transmitir em textos de cariz científico, em seminários, mas sem grande repercussão. A sacralização desse espaço fabril apreendera-se numa harmonia que excedia a ordem temporal, laboral, organizativa, produtiva, arquitetónica, técnica, humana, e que em breve encerraria. Guardara para mim, até hoje, esta espantosa revelação, pois pensara que a poucos interessaria reproduzir.

Quantos dos milhares de pessoas (c. 2200 por dia) que percorrem, hoje, a LX Factory apreendem esta atmosfera industrial? Quantos dos que povoam com o seu trabalho criativo este lugar compreendem as suas singularidades? E será que é importante esta apreensão? Porque procuraram as pessoas este espaço, até há tão pouco tempo esquecido na cidade? Quantos outros locais fabris ainda existentes poderiam, eventualmente, receber soluções similares? Quem sabe que nas imediações da LX Factory está um dos conjuntos mais importantes para a arquitetura industrial da primeira geração em Portugal, marcando indelevelmente o território industrial de Santo Amaro? Refiro-me à

antiga fábrica A Napolitana que esteve em vias de classificação, até 2010 (autoria da Vieillard & Touzet, 1908-1970).

Fundindo conceitos, como a reutilização e a requalificação com base na ideia de loft, instalou-se, num espaço de 23 000 m², uma espécie de «fábrica incubadora». Adquirido o recinto industrial da antiga Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense (11 edifícios) pela Mainside em 2005, que se interessou pelas características arquitetónicas do lugar, o desafio inicial de ocupar o espaço durante o período em que decorria a aprovação de um plano para o local potenciou a fixação de indústrias criativas. Um espaço fabril oitocentista acolhera, assim, desde 2008, os primeiros residentes, apostando em empresas-âncora, como a livraria Ler Devagar. Uma das ambições residira em explorar as sinergias de proximidade criadas entre as várias empresas instaladas na LX Factory. Cinco anos decorridos, cerca de 80 % da área construída está ocupada (11 % por espaços destinados a eventos; 5 % por espaços destinados à manutenção e gestão de todo o recinto)². Um lugar de indústria de ponta do século XIX acolhe, pioneiramente, as indústrias criativas do século XXI, pretendendo-se incrementar uma complementaridade entre as áreas de trabalho e as lúdicas.

Visitei os edifícios industriais da antiga Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense no final dos anos 90, do século XX. Percorri essencialmente os pisos povoados por florestas de colunas em ferro do edifício principal. Tal solução construtiva possibilitara, ainda antes de meados do século XIX, a obtenção de vãos livres cortados pelas duas filas de colunas de ferro fundido, existentes em cada piso, que suportavam as vigas em ferro. O ritmo das colunas, alinhadas com os vãos de janela, adivinhava uma métrica fundamental para a circulação de energia mecânica na sua relação direta com as máquinas operadoras. A ambiência industrial nesse recinto industrial centenário permanecera.

Ainda que as máquinas têxteis há muito tivessem desaparecido, o uso industrial continuara associado a uma gráfica, apesar de o plano de urbanização de Étienne de Gröer (1948) insistir em realocar estas fábricas para áreas industriais modernas, permitindo, simultaneamente, uma atualização tecnológica e uma geometrização de usos na cidade.

De facto, a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense instalara-se numa das principais áreas industriais da primeira geração de Lisboa e do País — Alcântara-Santo Amaro —, ou seja, a indústria associada à energia a vapor, e que a interpretação fundamental de Lewis Mumford, sobre o tempo longo da técnica e tecnologia, apelida de paleotécnica. A Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense é imprescindível para uma história da industrialização em Portugal, não só pela sua escala como pelas novidades que trouxe à indústria têxtil, nomeadamente ao nível técnico e arquitetónico. Não se poderá fazer a interpretação desta unidade industrial sem a inserir num horizonte tecnológico internacional, neste caso no sistema fabril de Manchester. A importação deste modelo fabril caracterizara-se, entre outros aspetos, pela organização do sistema produtivo num mesmo local, concentrando a tecnologia, as operações, os operários, num esforço de diminuir perdas na transmissão da energia e das operações, na senda do potenciado por Henry Ford.

Como qualquer indústria que se estende no tempo, o recinto industrial no final da sua atividade compunha-se por diversos edifícios. Edifícios que testemunharam fases de fabrico, áreas de crescimento, diversas soluções arquitetónicas, funções diferenciadas, refletindo uma organização espaço-funcional e de circulação adaptada ao talhão industrial. Retenho-me, exclusivamente, no edifício fundador deste recinto industrial.

Após um pequeno périplo da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense por Lisboa (fundada em 1838), e depois de ocupar alguns espaços palacianos ou conventuais, os proprietários decidiram construir um edifício industrial de raiz, para albergar a que viria a ser uma das mais modernas fábricas têxteis deste período industrial, adquirindo em 1846 ao conde da Ponte uma parte da sua quinta. Aí nascera a «Fábrica Grande», com o risco do arquiteto João Pires da Fonte, singularidade autoral rara à época, tratando-se de um edifício industrial.

A «Fábrica Grande», inaugurada em 4 de abril de 1849, ergueu-se nos seus quatro andares perpendiculares ao rio,





↑
LX Factory, Cantina.
 José Paulo Ruas, DGPC, 2013.

→
LX Factory, Ler Devagar.
 José Paulo Ruas, DGPC, 2013.

implantação que privilegiara a solarização. De planta retangular (123 m de comprimento × 20,6 m de largura), o edifício caracterizava-se por um sólido paralelepípedo, robustez derivada da utilização da alvenaria de pedra, como material de construção, e da aplicação da pedra em cunhais e vãos, marcando os corpos e o ritmo do edifício. Esta é uma diferença face às suas congéneres manchesterianas, uma vez que o tijolo vermelho fora o material preferencial. A sua principal inovação, ao nível do sistema construtivo, residiu na aplicação de um sistema incombustível à época, procurando uma resposta a um dos flagelos mais habituais nas fábricas têxteis — os incêndios. Em cada piso, duas filas de colunas em ferro (3,3 m de altura) suportaram as vigas também ferro. O sistema «corta-fogo» entre os pisos alcançara-se através de um pavimento composto por abobadilha de tijolo e vigota. Como refere António Santos, no

seu excelente trabalho sobre a arquitetura industrial deste período, «o projecto de instalação da unidade fabril, veio directamente de Inglaterra, acompanhado dos maquinismos e dos materiais de construção (ferro, aço e cimento)»³. Efetivamente, cada piso recebera uma secção onde se dispuseram as máquinas. Em 1903, o edifício sofrera já várias ampliações, e as suas secções, neste edifício germinal, organizavam-se do seguinte modo: rés do chão — tecelagem; 1.º andar — cardação; 2.º andar — fição de urdiduras; 3.º andar — fição de tramas. A casa da máquina a vapor e das caldeiras localizavam-se fora da área das oficinas, como era usual, respeitando normas de segurança ao funcionamento de uma têxtil.

A modernidade deste edifício, testemunhada pelo sistema construtivo e pela planta livre, que permitia qualquer organização produtiva, apreende-se ainda pela forma despojada do paralelepípedo marcado por uma rasgada e rítmica fenestração que rompe os alçados desta forma geométrica. Em meados do século XIX, respondera-se a um programa industrial com soluções construtivas importadas de um dos berços da Revolução Industrial inglesa, distinguindo-se a paisagem com uma forma despojada

e pura, imagem que iria, mais tarde, ser replicada para outros usos. Em Lisboa, construíram-se mais dois edifícios similares — a Fábrica Lusitânia do Campo Grande (1842, atual Universidade Lusófona); a Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas (1857, em breve entrará em ruínas).

Dada a novidade deste complexo fabril, sumariamente referida acima, não é de estranhar que em 1997, a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial propusesse a sua classificação. O sentimento é inverso quanto ao facto de, dez anos depois, o conselho consultivo do Instituto de Gestão do Património Cultural ter considerado que o imóvel não alcançara o nível exigido para ser classificado com o grau de interesse nacional, remetendo a esfera da classificação para o município.

Ora, a confrontação de interesses que se adivinham tão diferenciados e de valorações tão distintas sobre uma mesma herança cultural, geram questões como «porque classificamos o património?», «que tipo de proteção e de gestão do património poderão ser implementadas para garantir a permanência dos valores técnico-industriais da herança cultural legada?», «o que perde a sociedade se houver um desaparecimento permanente e acriterioso de bens com valor cultural?».



Não perscrutando uma resposta única a estas questões, refugio-me em autores como John Ruskin, na sua *Lâmpada da memória*, ou em Alois Riegl, no *Culto moderno dos monumentos*, para relevar ideias gizadas por estes autores que, tão precocemente, atribuíram valor de uso aos edifícios com valor patrimonial, na sua aceção compreendidos enquanto «valor artístico». Como refere a Carta Nazhny Tagil para o património industrial, de 2003, desenhada e publicada no seio do TICCIH⁴, «adaptar e continuar a utilizar edifícios industriais evita desperdício de energia e contribui para o desenvolvimento sustentado».

Estamos no domínio dos três erres para o património — recuperar-reconverter-reutilizar.

Talvez em Portugal a atmosfera dos espaços industriais, apreendido nas suas evidências materiais que assinalam os valores técnico-industriais, ainda cause espanto e estranheza, apesar das várias recuperações empreendidas por algumas entidades privadas ou alguns municípios, geralmente para fins museológicos, verificadas essencialmente a partir dos anos 90. A aplicação dos três erres a espaços industriais poderá permitir alargar o âmbito do seu uso, reinserindo-os na cidade e no território

e atribuindo-lhes uma nova utilização social e afetiva, à semelhança do que sucedeu com algumas fábricas na Europa: a fábrica de gás — Westergasfabriek — na Holanda (Amesterdão), classificada e protegida em 1989, foi adaptada a várias utilizações, entre as quais culturais; a fábrica de cabos da Nokia na Finlândia (Helsínquia) foi convertida em importante centro tecnológico; a central elétrica de Londres (Inglaterra), onde se instalou o Tate Modern Museum, ou ainda a antiga fábrica de comboios, localizada em Viena (Áustria), hoje, mais conhecida por WUK (Werkstaten und Kultur Haus), passou a ser reconhecida como um local incontornável na cultura da cidade, destacando-se ainda pelo pioneiro trabalho desenvolvido na área social.

Constatara, em 2011, que o *New York Times* elaborara um roteiro da cidade de Lisboa no qual destacou a LX Factory. Enquanto espaço cosmopolita, afirmara-se o inegável valor do sítio na sua nova dinâmica cultural, criativa e empresarial.

A criatividade aliada a atmosferas diferenciadoras pode ser uma conjugação a ter em conta, podendo mesmo constituir uma ferramenta competitiva num mundo global. Tendo a LX Factory nascido sob o signo de um tempo curto;

encontrando-se inserida numa área da cidade cujo uso se alterou; estando desprovida de um reconhecimento patrimonial de nível nacional, enquanto testemunho da revolução industrial, valor assumidamente universal; e constituindo a fábrica um símbolo do tempo volátil e de rápidas mudanças, poder-se-á vaticinar algum ciclo de vida para este espaço? Para Zygmunt Bauman vivemos num tempo líquido, tal é a instabilidade e as mudanças e os movimentos constantes que ocorrem na nossa sociedade. Estaremos perante uma atmosfera líquida em Alcântara?

NOTAS

1. ZUMTHOR, Peter — *Atmosferas*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2006.
2. Agradeço todo o apoio e informação disponibilizada pela empresa Mainside Investments SGPS, S. A., e, particularmente, à Joana Branco Gomes, bem como ao João Seixas, da livraria Ler Devagar.
3. SANTOS, António Maria — *Para o estudo da Arquitectura Industrial na região de Lisboa (1846-1918)*. Dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, vol. I, 1996, p. 251.
4. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage.

Património imaterial: entre as comunidades e as organizações

Paulo Ferreira da Costa

Antropólogo.

Chefe da Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial, DGPC

Refletir sobre o papel que a Convenção UNESCO 2003 consagra aos detentores do património cultural imaterial, quer em matéria de reconhecimento da propriedade intelectual das expressões da cultura popular e tradicional quer em matéria da agencialidade dos detentores nos processos de salvaguarda dessas expressões é um objetivo do presente texto; que dedica ainda particular atenção às características inclusivas e participativas do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, desenvolvidas para cumprimento das disposições da UNESCO relativas ao respeito pelos detentores no âmbito da salvaguarda do seu património imaterial.

A projeção e profundo impacto que a nova categoria de património imaterial conhece, desde a última década, deve-se fundamentalmente à produção de uma fonte de direito internacional para o setor — a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada em 2003 —, assim culminando um ciclo de medidas e programas, inaugurado pela UNESCO em 1989, com a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional.

Independentemente dos seus objetivos comuns — a valorização e a proteção deste setor da cultura, a partir de 2003 renomeada definitivamente pela UNESCO como «Património Cultural Imaterial» (PCI) —, entre a Recomendação e a Convenção verifica-se uma inflexão crucial quanto ao conceito de salvaguarda do PCI e, acima de tudo, quanto aos seus protagonistas. Assim, se a primeira conferia o papel primacial às organizações de carácter científico e ou e patrimonial (museus, arquivos, unidades de investigação, etc.), responsáveis pela produção do conhecimento e da documentação desse tipo de expressões culturais, a Convenção transfere tal protagonismo para os produtores/detentores — «as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos» (n.º 1 do artigo 2.º) —, conferindo-lhes um papel central na «identificação» (i. e., na tematização) e nos próprios processos de patrimonialização («inventariação»; «valorização») e proteção («salvaguarda») de tais expressões culturais:

«No âmbito das suas actividades de salvaguarda do património cultural imaterial, cada Estado Parte [na Convenção] procura assegurar a mais ampla participação possível das comunidades, dos grupos e, se for o caso, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem tal património e de envolvê-los activamente na respectiva gestão.» (Artigo 15.º)

Não sendo estes três tipos de detentores do PCI a que se refere a Convenção, objeto de definição no articulado desta, considera-se fundamental, para o seu entendimento no quadro do trabalho que a UNESCO tem vindo a desenvolver, atentar nas seguintes definições elaboradas no âmbito da Recomendação do

→

Os «direitos linguísticos da comunidade mirandesa» são reconhecidos oficialmente pela Lei n.º 7/99, e a revitalização da Língua Mirandesa, que desde então foi objeto de diversas medidas e programas de valorização, deveu-se, fundamentalmente, ao papel de organizações de âmbito nacional e local empenhadas em assegurar a sua transmissão em contexto de educação formal.

Encontro de Peritos do Centro Cultural da UNESCO para a Ásia-Pacífico Cultural sobre «Envolvimento das comunidades na salvaguarda do património cultural imaterial: para a implementação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial» (Tóquio, 15 de março de 2006):

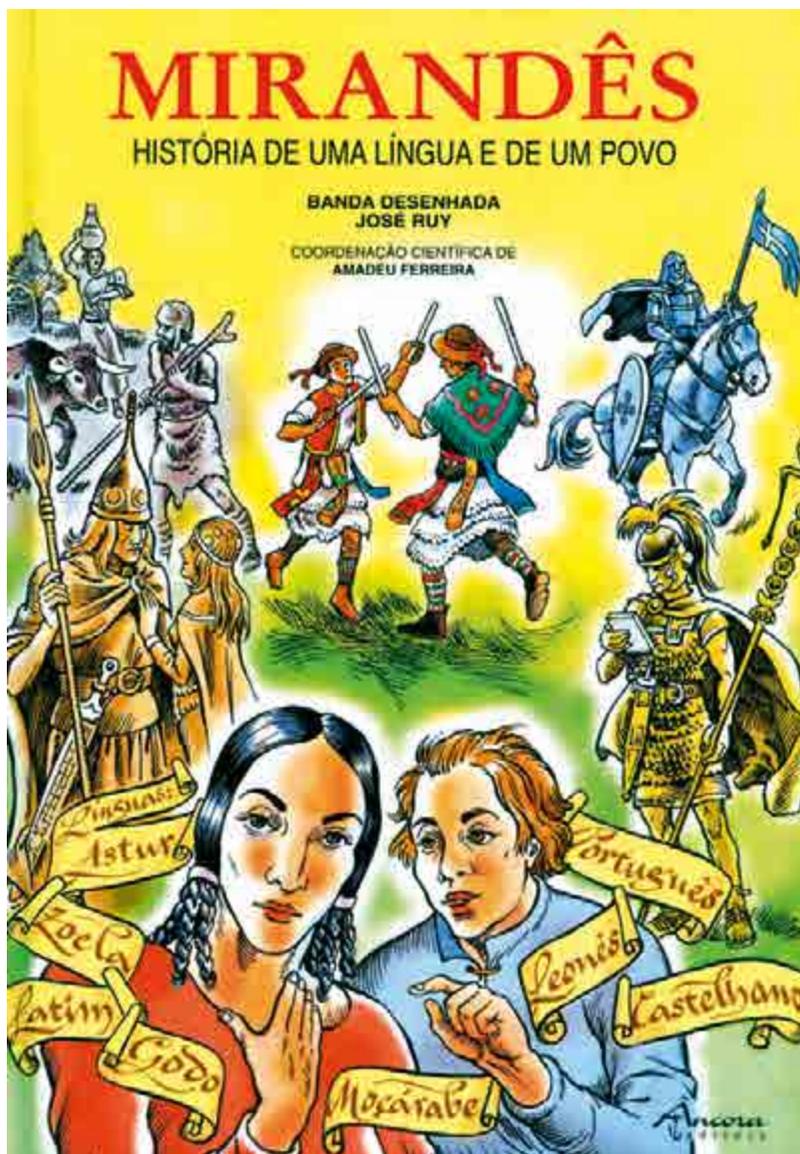
«Comunidades: redes de pessoas cujo sentido de identidade ou relacionamento emerge de uma partilha histórica, radicada na prática e transmissão do, ou com o envolvimento com o seu património cultural imaterial.

Grupos: compreendem pessoas que, no interior de ou entre comunidades, partilham características tais como aptidões, experiências e conhecimentos especiais, e, como tal, desempenham papéis específicos na atual ou futura prática, recriação e ou transmissão do seu património cultural imaterial, como, por exemplo, guardiões culturais, praticantes ou aprendizes.

Indivíduos: aqueles que, no interior de ou entre comunidades, detêm aptidões, conhecimentos, experiências e outras características específicas, e que, como tal, desempenham papéis específicos na atual ou futura prática, recriação e ou transmissão do seu património cultural imaterial como, por exemplo, guardiões culturais, praticantes ou, quando aplicável, aprendizes.»

Nos princípios da Convenção, as pessoas são consideradas como os *stakeholders* de uma expressão cultural, constituindo fatores indispensáveis a sua autorização, envolvimento e agencialidade efetiva no processo de patrimonialização, para que essa mesma expressão cultural possa ser construída, desde o momento da sua «identificação» à sua proteção legal, como «PCI».

Esta mudança de paradigma entre a Recomendação e a Convenção traduz a diferença principal entre os conceitos e inerentes modos de atuação no âmbito do «Património Etnológico» e



do «Património Imaterial», não obstante o objeto de ambos ser exatamente o mesmo. Assim, o conceito (de caráter técnico-científico) de «Património Etnológico» resulta de uma estratégia de tematização da cultura de sentido *top-down*, no âmbito da qual o discurso *etic* tem a preponderância e é competência exclusiva das instâncias científicas, técnicas e administrativas, a patrimonialização de uma determinada expressão cultural. Pelo contrário, o conceito (de caráter técnico-político) de «Património Imaterial» resulta de uma tematização de sentido *bottom-up*, em que a preponderância é conferida ao discurso *emic* e o processo de patrimonialização deve resultar da própria iniciativa dos detentores do PCI, competindo apenas às instâncias científicas, técnicas e administrativas o reconhecimento e validação (administrativa, científica e ou política) desse processo.

Central na Convenção, esta conceção *strictu sensu* de PCI resulta, contudo, de difícil operacionalização por parte dos agentes patrimoniais envolvidos no estudo e documentação das culturas populares tradicionais, designadamente os mais afastados das realidades locais e sem relação direta e permanente com as comunidades de detentores do PCI. É com regularidade que, no âmbito do apoio técnico que a Direção-Geral do Património Cultural presta às entidades que pretendem implementar processos de patrimonialização do PCI, tem-se verificado tais dificuldades de entendimento e operacionalização daqueles princípios e requisitos fundamentais, expressos nos artigos 2.º e 15.º da Convenção. Mesmo instituições de âmbito local ignoram por vezes esse papel dos reais detentores, entendendo-os apenas como espectadores e ou beneficiários da patrimonialização, pretendendo



←
Cortejo do Espírito Santo na freguesia da Criação Velha, Madalena, ilha do Pico, 1 de junho de 2009. Objeto de candidatura apresentada ao Programa das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade, as Festas do Espírito Santo dos Açores constituem um dos principais emblemas do património cultural e imaterial do arquipélago que, independentemente dos traços comuns às várias ilhas, importa compreender no âmbito da dinâmica específica da comunidade, no caso concreto no âmbito de cada Festa.

Paulo Ferreira da Costa.

reservar para si mesmas, assim como, por vezes a organizações totalmente exógenas à comunidade, a agencialidade efetiva nesse processo. Em certos casos, para suprir tal necessidade processual do envolvimento dos detentores, determinadas instituições responsáveis pelos processos de patrimonialização entendem como suficiente a agregação formal da comunidade à iniciativa *a posteriori*, através da realização de sessões de esclarecimento ou «divulgação», ou mesmo da angariação de declarações ou cartas de intenções de agentes locais para o dossiê que fundamenta o processo de patrimonialização.

Um dos principais paradoxos decorrentes da salvaguarda do PCI, assinalado já por diversos autores, decorre do facto de que, a despeito do lugar central que se reserva aos detentores do PCI, a salvaguarda deste exprime-se por um elevado grau de atuação institucionalizada, às escalas local, regional, nacional e internacional, em que participam associações, universidades, centros de investigação, museus, as administrações local, regional e central, e naturalmente a própria UNESCO.

Não devendo ser iludido o papel desempenhado por todas estas entidades, assim como os processos de atuação institucionalizada decorrentes da produção de normativos específicos para o PCI e da instituição de mecanismos de proteção legal, incluindo as listas da Convenção, foi neste quadro conceptual que na elaboração do regime jurídico nacional para o PCI se afastou qualquer possibilidade de intervenção do Estado na sua gestão e viabilização. O papel fundamental e indispensável à transmissão futura de uma manifestação de PCI reservou-se às «comunidades, grupos e indivíduos», reconhecendo-se igualmente que a permanência de uma manifestação de PCI decorre diretamente das condições sociais que a sustentam e lhe conferem



↑
Preparando o «arado» para o ritual da sementeira que integra a Festa de São João, ou Festa da «Bugiada e Mouriscada», São João do Sobrado, Valongo, 24 de junho de 2012. Objeto de presença na imprensa nacional em maio de 2013, no âmbito da publicitação da intenção do seu registo no Inventário Nacional e da sua candidatura à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, no âmbito de projeto da Câmara Municipal de Valongo, em conjunto com a «Casa do Bugio» e a Junta de Freguesia de Sobrado.

Paulo Ferreira da Costa.

↗
«Casa dos Caretos», Podence, Macedo de Cavaleiros. Inaugurado em 2004 e integrando sala de exposição dedicada aos caretos, este equipamento cultural é expressão da atual dimensão emblemática da tradição carnavalesca local, projetado desde a década de 1980 pelo Grupo de Caretos de Podence.

Paulo Ferreira da Costa, 2008.



sentido. Não obstante, a exigência técnica e científica e a relativa complexidade administrativa de que se reveste a tramitação dos pedidos de proteção legal de PCI em Portugal, pretende-se assim reduzir ao mínimo possível a atuação institucionalizada sobre o património imaterial.

INPCI: um inventário participativo à escala nacional

Ao invés do que sucede com o património móvel e imóvel, suscetível de proteção legal através da forma do registo patrimonial de *classificação* (por seu turno subdividido nos níveis de interesse «nacional», «público» ou «municipal»), em Portugal a proteção legal do PCI realiza-se exclusivamente na forma do registo patrimonial de *inventariação*, concretamente através da sua inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (INPCI), não se atribuindo qualquer grau-mérito.

O regime jurídico para a salvaguarda do PCI¹ foi instituído para desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural e, simultaneamente, em harmonia com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Assim, o INPCI consubstancia, por um lado, o sistema que suporta a proteção legal do PCI em Portugal, de forma integralmente desmaterializada, com recurso às tecnologias da informação, tendo este sistema de informação sido absolutamente pioneiro ao nível mundial.

Por outro lado, a implementação do INPCI consubstancia o cumprimento, por parte do Estado Português de uma das obrigações primaciais decorrentes da ratificação da Convenção – a constituição de inventários do PCI a que se refere o seu artigo 12.º:

«1 – Cada Estado Parte elabora, a fim de assegurar a identificação com vista à salvaguarda, de forma adaptada à sua situação, um ou mais inventários do património cultural imaterial existente no seu território. Tais inventários são objeto de uma atualização regular.

2 – Cada Estado Parte, ao apresentar periodicamente o seu relatório ao Comité, em conformidade com o artigo 29.º, fornece informações relevantes sobre tais inventários.»

De igual modo, a inventariação no INPCI permite também o cumprimento,

por parte das candidaturas portuguesas às Listas da Convenção, dos requisitos R.5 e U.5 das Diretivas Operacionais do Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do PCI (UNESCO), relativos à necessidade de a proteção legal de uma expressão de PCI à escala mundial ser, necessariamente, antecedida pela sua proteção legal à escala nacional, através da sua inscrição num «Inventário de Património Cultural Imaterial Nacional»:

«I.2. Critérios para inscrição na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade [...] R.5 – A expressão figura num Inventário de Património Cultural Imaterial Nacional, conforme os Artigos 11.º e 12.º da Convenção;

I.1. Critérios para a inscrição na Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de Salvaguarda Urgente [...] U.5 – A expressão figura num Inventário de Património Cultural Imaterial Nacional, conforme os Artigos 11.º e 12.º da Convenção.»

Assim, o Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial constitui o único inventário de PCI elaborado na República Portuguesa para os fins específicos e nos termos requeridos pela Convenção (assim como pelas Diretivas Operacionais), não podendo, em boa verdade, quaisquer outros inventários – de carácter científico, arquivístico, museológico, etc. – ser considerados para tais funções de proteção legal² à escala nacional, designadamente como condição prévia indispensável para a sua eventual e posterior candidatura à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade ou à Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de salvaguarda urgente.

Consistindo a elaboração de inventários do PCI uma das obrigações fundamentais previstas na Convenção, as estratégias adotadas para esse fim podem ser muito distintas, podendo inclusive resultar na elaboração de «listas indicativas», homólogas às constituídas em cada país, no âmbito da Convenção de 1972, e em cuja seleção de elementos culturais potencialmente candidatos à Lista do Património Mundial a voz das comunidades patrimoniais é absolutamente nula ou francamente diminuta, face ao papel dos especialistas e das organizações responsáveis pela elaboração desses repertórios. Com efeito,

parece-nos que qualquer lista indicativa do PCI resultará, inevitável e paradoxalmente, na própria negação do princípio segundo o qual a identificação e a salvaguarda do PCI devem resultar da iniciativa e ou do envolvimento próximo das respetivas comunidades.

Independentemente da sua relação com o artigo 12.º da Convenção e as referidas Diretivas Operacionais, o objetivo do INPCI não é o de constituir-se como lista indicativa de âmbito nacional para potenciais candidaturas às Listas da Convenção, através de uma estratégia de seleção *top-down*, mas sim o de constituir-se como um inventário aberto, destinado a que, através de um processo *bottom-up*, as «comunidades, grupos e indivíduos» o utilizem como meio fundamental, à escala nacional, para a patrimonialização e valorização das suas próprias expressões culturais.

De igual modo, o INPCI constitui-se como uma ferramenta metodológica para utilização pelas entidades que, a partir do terreno e em resposta à iniciativa ou com o envolvimento próximo das comunidades, grupos e indivíduos, desenvolvem projetos efetivos de salvaguarda do PCI, dado que, para além de a inventariação no INPCI consistir no culminar do próprio processo de salvaguarda de uma expressão imaterial, expressa na sua proteção legal, o Inventário Nacional constitui o ponto de partida desse mesmo processo de salvaguarda, dado que enquadra conceptual, técnica e metodologicamente um determinado projeto de salvaguarda dessa expressão.

O Inventário Nacional foi concebido e desenvolvido como inventário participado, sendo suportado tecnologicamente por um sistema de informação que permite que o registo desta informação (nos formatos de texto, fotografia, som e vídeo) se processe de forma integralmente desmaterializada e possa ser realizado gratuita e remotamente, através da internet. Tratando-se de uma «base de dados de acesso público que permite a participação das comunidades, dos grupos ou dos indivíduos na defesa e valorização do património cultural imaterial [...] que criam, mantêm e transmitem» (Decreto-Lei n.º 139/2009), este sistema de informação foi concebido, pois, de modo a corresponder a uma estratégia de salvaguarda do PCI de tipo *bottom-up*, tendo em vista o estímulo à participação direta dos detentores no processo de identificação e inventariação do seu PCI.

→
Produção e decoração de bilhas em miniatura, destinadas respetivamente à venda em circuito turístico e para oferta aos convidados de um casamento. Exemplos da adaptação das técnicas tradicionais da olaria de Nisa aos novos mercados e aos novos contextos sociais da circulação dos seus produtos.

Paulo Ferreira da Costa, 2012.

Este sistema de informação, o Matriz-PCI, encontra-se acessível ao público, desde 1 de junho de 2011, no endereço www.matrizpci.imc-ip.pt e permite aos detentores do PCI, sempre de forma integralmente desmaterializada³: a) dar início ao procedimento de proteção legal de uma manifestação de PCI; b) atualizar e rever informação relativa a manifestações de PCI anteriormente inventariadas; c) participar nas diversas fases de consulta pública dos procedimentos de inventariação.

Para além dos detentores, o MatrizPCI permite igualmente que a participação das entidades consultadas, na fase de consulta direta de cada procedimento de proteção legal (designadamente direções regionais de cultura e municípios) se realize de forma integralmente desmaterializada.

Dado tratar-se de uma base de dados de acesso público, gratuito e remoto, o MatrizPCI permite ainda a participação, em cada procedimento de inventariação, dos membros da comunidade que se encontrem em contexto de migração ou diáspora, o que decorre, naturalmente, de conceções de «comunidade» e de «identidade» ajustadas às dinâmicas sociais do Portugal contemporâneo. De igual modo, decorrendo de um reconhecimento do caráter plural e complexo da sociedade portuguesa na atualidade, e tratando-se de um inventário inclusivo para todas as manifestações imateriais em *território nacional*, de acordo com os termos do próprio artigo 12.º da Convenção, o INPCI permite a inventariação de expressões imateriais de detentores deslocalizados do seu território de origem, isto é de comunidades de origem não portuguesa radicadas em Portugal. Disto é exemplo recente o pedido de inventariação, apresentado em abril de 2013, pela Associação Cultural Moinho da Juventude, que visa a proteção legal do Kola San Jon, uma tradição ritual e festiva realizada, desde 1991, no Bairro do Alto da Cova da Moura (concelho da Amadora),



com uma forte componente de expressão identitária que remete, por um lado, para as raízes culturais da comunidade, de matriz cabo-verdiana, em particular para as ilhas de Santo Antão e São Vicente, e, por outro, para a ancoragem da sua atual pertença ao próprio Bairro.

Naturalmente, uma das dimensões essenciais a considerar no lugar que as comunidades de detentores ocupam nos inventários do PCI propriamente ditos — i. e., nos inventários constituídos nos termos e para os fins previstos pela Convenção — prende-se com uma das questões que estão na origem desta —

a da proteção dos direitos coletivos. Com efeito, na prática, qualquer processo de patrimonialização do PCI tem como objetivo último, por parte da comunidade (ou grupo ou indivíduos), o reconhecimento formal, externo à própria comunidade, da propriedade intelectual daquela relativamente à expressão imaterial que é objeto do ato de proteção legal.

O caso da «Capeia Arraiana», a primeira tradição a ser registada no INPCI, é a este título verdadeiramente exemplar. A iniciativa da sua «proteção legal» partiu das próprias comunidades das 11 freguesias do município do Sabugal

→
Koladeiras do «Grupo do Kola», por ocasião da realização da Festa do Kola San Jon, Amadora, junho de 1994. A imagem constitui documento integrante do processo de instrução do pedido de registo da Festa no Inventário Nacional.
Arquivo da Associação Cultural Moinho da Juventude.

em que aquela prática social ocorre na atualidade, face à «ameaça» da possível «deslocalização» desta tradição, expressa em intenções da sua realização na ilha Terceira e em França. Não obstante a Câmara Municipal do Sabugal ter atuado, no âmbito do procedimento de proteção legal, como entidade representante daquelas comunidades, assumindo a elaboração e a apresentação do pedido de inscrição no INPCI, a iniciativa para tal partiu das comunidades, que solicitaram àquela edilidade a tomada de medidas para o reconhecimento da circunscrição social e cultural deste tipo particular de expressão taumáquica, exclusivamente, às comunidades daquelas 11 freguesias das Terras de Ribacoa.

Todas estas dimensões e potencialidades que encerra o Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial concorreram para que o MatrizPCI, o sistema de informação desenvolvido para a operacionalização e materialização daquele, se revista de absolutamente inovador — em termos conceptuais, tecnológicos e operacionais — e se tenha constituído como uma solução pioneira ao nível mundial para fins da proteção legal de património, designadamente no âmbito dos inventários a que se refere o artigo 12.º da Convenção, em virtude de se estabelecer como um verdadeiro inventário participativo de âmbito nacional e como meio de *empowerment* das comunidades, grupos e indivíduos⁴.

Implementado, entre 2009 e 2011, como instrumento de caráter estrutural e estruturante para o setor, o Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial constitui, como tal, o eixo central para a atuação da administração do património cultural em matéria de salvaguarda e valorização do património imaterial em Portugal. Dando sequência ao trabalho inicialmente desenvolvido pelo Instituto dos Museus e da Conservação (2007-2012), tem sido precisamente este o objetivo do trabalho que a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) prossegue, desde o momento da sua criação, e no âmbito do qual apoia tecnicamente a fase inicial de organização de pro-



cedimentos de inventariação, quer em resposta a pedidos de comunidades detentoras do PCI quer em resposta a pedidos de entidades suas representantes ou colaboradoras (nomeadamente autarquias, associações, investigadores e museus). Reconhecendo o papel que as organizações desempenham no âmbito da sociedade atual, em matéria de salvaguarda e valorização do património imaterial, quer como representantes diretos (designadamente municípios e associações) quer como mediadores (designadamente entidades de caráter científico ou patrimonial) das comunidades, grupos ou indivíduos, é, porém, objetivo fundamental de todas as ações de apoio técnico e capacitação que a DGPC desenvolve que os próprios detentores do PCI sejam os principais beneficiários.

Independentemente das dificuldades suscitadas pela aplicação de conceitos e, sobretudo, pela operacionalização de princípios contidos na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, a mudança de paradigma desta face aos mecanismos de valorização do património que a antecederam reside, afinal, na necessidade da deslocação da atenção: dos produtos para os processos e, acima de tudo, dos «objetos» (móveis e imóveis, na aceção da Convenção) para as pessoas que os produzem e lhes conferem sentido.

NOTAS

1. Instituído pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, e pela Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril.

2. Para fins de proteção legal do PCI, no âmbito exclusivo da Região Autónoma dos Açores, excetua-se apenas o Inventário Regional do Património Cultural dos Açores, alicerçado em legislação homóloga à produzida para a República, assim como no mesmo sistema de informação — Matriz 3.0/MatrizPCI — que suporta o INPCI.

3. Para realizar um pedido de inventário no INPCI, qualquer entidade deve previamente registar-se no sistema e identificar-se devidamente. Após o registo, o utilizador recebe as credenciais (*login*) que lhe permitirão dar início ao processo de inventariação. Este processo efetua-se através da página «Inventário nacional > Propor inventário» do MatrizPCI, que redireciona o utilizador do sistema para a «Ficha de inventário do INPCI», que constitui uma interface simplificada do Matriz 3.0, dado que é precisamente este *software* que suporta a base de dados do MatrizPCI.

4. Paralelamente às funcionalidades do MatrizPCI com vista à sua utilização diretamente pelas comunidades, grupos e indivíduos detentores do PCI, ou por parte dos seus representantes (municípios, associações de defesa do património, museus, unidades de investigação, etc.), para o pedido de inscrição de manifestações de PCI no Inventário Nacional, o MatrizPCI constitui igualmente, na atualidade, o recurso de internet de referência em Língua Portuguesa para o setor do PCI, disponibilizando inúmeros recursos documentais nesta área.

Rota do Românico

Rosário Correia Machado

Diretora da Rota do Românico

A Rota do Românico, que agrega 12 municípios — Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende —, tem vindo a representar para o território do Tâmega e Sousa um grande desafio, enquanto projeto dinamizador e potenciador do desenvolvimento regional, aproveitando um importante património constituído por 58 monumentos românicos. A Rota do Românico visa, assim, constituir-se como uma estratégia dinamizadora para uma nova economia regional, designadamente na área turística e cultural, através da promoção, gestão e animação do seu património.

As origens do projeto

Em terras dos vales do Sousa, Douro e Tâmega, no coração do Norte de Portugal, ergue-se um importante património arquitetónico de origem românica. A sua riqueza e singularidade estiveram na génese do projeto da Rota do Românico, um itinerário estruturado que leva os visitantes à descoberta de mais de meia centena de elementos patrimoniais, desde mosteiros, igrejas, capelas, memoriais, pontes, castelos e torres, edifícios sobretudo entre os séculos XII e XIV, intimamente ligados à fundação da nacionalidade e testemunhos do papel relevante que este território outrora desempenhou na história da nobreza e das ordens religiosas em Portugal.

A ideia começou a germinar em 1998, quando a VALSOUSA — Associação

de Municípios do Vale do Sousa, a CCDR-N — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a antiga DGEMN — Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o antigo IPPAR — Instituto Português do Património Arquitetónico, entre outras entidades, deram início a um processo de colaboração que viria a culminar na criação da então Rota do Românico do Vale do Sousa, atualmente designada de Rota do Românico.

Desde a sua génese, a Rota do Românico assume-se como um projeto de cariz supramunicipal, que visa contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentado do Tâmega e Sousa, fomentando a competitividade, a coesão e a identidade territoriais, numa ótica de qualificação e de valorização económica de um conjunto de recursos endógenos

distintivos — o denso e rico património edificado e intangível desta região. Ancorada num conjunto de monumentos de grande valor e de excecionais particularidades, esta Rota pretende assumir um papel de excelência no âmbito do *touring* cultural, capaz de posicionar o Tâmega e Sousa como destino de referência do românico nacional.

A melhoria da qualidade ambiental e da reestruturação física do território, protegendo-o e impulsionando o seu correto reordenamento, através do planeamento turístico dos recursos, das infraestruturas de suporte e das facilidades de apoio turísticas; o desenvolvimento de uma nova fileira produtiva, associada ao turismo e com forte potencial de dinamização de atividades conexas, passível de compensar a tradicional monodependência industrial desta região; a dinamização de cursos e ações de formação que contribuam para a formação de profissionais do turismo e de atividades associadas, que facilitem o aumento da empregabilidade qualificada, e, por último, a melhoria da imagem, interna e externa, do Tâmega e Sousa, reforçando a autoestima coletiva, constituem igualmente outros importantes objetivos da Rota do Românico.

O projeto

Foram selecionados 21 monumentos dos seis municípios que compõem a VALSOUSA (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) e, em 2003, no âmbito dos financiamentos proporcionados pela Ação Integrada de Base Territorial — Vale do Sousa, deu-se início ao desenvolvimento concreto deste projeto através das ações de restauro, conservação e valorização dos monumentos previamente selecionados.

Para além da componente infraestrutural, entendeu-se que o Plano de Ação da Rota do Românico deveria incluir uma componente imaterial, que permitisse elaborar materiais de informação e promoção do património românico da região.

Entre 2005 e 2007 procedeu-se à elaboração de estudos, nos quais se efetuou o diagnóstico e se definiram propostas de atuação para os conjuntos arquitetónicos e paisagens envolventes aos 21 monumentos. Em simultâneo, foi desenvolvido um programa inicial de formação profissional da Rota do Românico

(2005-2006), dinamizado pela Ader-Sousa – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa, que teve como objetivo colmatar as deficiências de especialização e qualificação dos recursos humanos desta região no setor do turismo, assim como contribuir para o fomento da empregabilidade.

Ainda antes da apresentação pública da Rota do Românico do Vale do Sousa, que viria a acontecer em 18 de abril de 2008, foi desenvolvido um conjunto de materiais de informação e comunicação, entre eles uma publicação científica, um guia turístico, uma brochura e um vídeo promocional, um mapa de bolso, um *website*, acessível em www.rotadoromano.com, e algumas peças de *merchandising*.

Foram instalados painéis informativos bilingues com informação geográfica, histórica e arquitetónica em todos os monumentos da Rota do Românico, assim como sinalização turística e cultural em toda a rede viária da região.



→
Mosteiro de Travanca, Amarante.
Digisfera, 2012.

↓
Igreja de Valadares, Baião.
Digisfera, 2012.





↑
Castelo de Arnoia, Celorico de Basto.
 Digisfera, 2012.

↗
Marmoiral de Sobrado, Castelo de Paiva.
 Rui S. Santos, 2007.

↗
Igreja de Tarouquela, Cinfães.
 Digisfera, 2012.

→
Mosteiro de Pombeiro, Felgueiras.
 Rui S. Santos, 2007.

→→
Mapa do percurso da Rota do Românico.
 Furtacores, 2013.

Perante o imperativo de cidadania de promover a mobilidade e a acessibilidade para todos, tem sido desenvolvido, desde 2008, o Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico. Foram já identificadas as necessidades de intervenção nos monumentos, nas suas envolventes e nos acessos aos transportes públicos. No âmbito da comunicação e da infoacessibilidade, procedeu-se à produção de materiais de informação em escrita braille e de um vídeo promocional com legendagem e língua gestual, bem como à implementação de uma ferramenta que permite uma versão falada dos conteúdos do nosso sítio da Internet em tempo real.

Em março de 2010 os restantes seis municípios da NUT III – Tâmega (Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende) firmaram um protocolo de adesão à Rota do Românico. O processo de seleção do património de origem românica desses municípios culminou na integração de 34 elementos patrimoniais, localizados no Baixo Tâmega/Douro Sul, e de mais três, no Vale do Sousa, sendo a Rota do Românico atualmente composta por 58 monumentos.

Deste modo, está a ser executado um conjunto de candidaturas que possibilitará, à semelhança do efetuado para o Vale do Sousa, concretizar ações no domínio da conceção e produção de materiais informativos e promocionais, bem como da recuperação infraestrutural e valorização dos elementos patrimoniais românicos.

O trabalho desenvolvido pela Rota do Românico viria a ser publicamente reconhecido em 2010, com a atribuição de quatro importantes galardões nacionais e internacionais – a Medalha de Mérito Turístico, pelo Governo Português, o Prémio Turismo de Portugal – «Requalificação de Projeto Público», 2009, pelo Turismo de Portugal, I. P., o Prémio Novo Norte – «Norte Civitas», 2009, pela CCDR-N e pelo *Jornal de Notícias*, e o XXXV Troféu Internacional de Turismo, Hotelaria e Gastronomia – e em 2012, com o Prémio Inovação de Produto/Serviço, atribuído no âmbito da BiT – Bolsa de inovação em Turismo, e a Medalha de Ouro de Mérito Municipal, da Câmara Municipal de Lousada.

Para além dos prémios e das distinções, o trabalho da Rota do Românico em prol do desenvolvimento sustentado do Tâmega e Sousa tem sido igualmente reconhecido pelo seu papel

no aparecimento ou crescimento de um conjunto alargado de atividades e negócios, geradores de receitas, emprego e notoriedade para a região, com destaque para as unidades de superior qualidade de alojamento (Penafiel Park Hotel & Spa, Termas de S. Vicente Palace Hotel & Spa, Paredes Design Hotel, Paredes Hotel Apartamento, Eurostars Rio Douro Hotel & Spa, Hotel de Charme Quinta do Pinheiro; Casa de Juste, Quinta de Lourosa, etc.), de restauração (Cozinha da Terra, Quinta de Cedovezas, Restaurante Visconde, etc.), de empresas de animação turística (No Tecto do Mundo e Oficina da Natureza), de roteiros turísticos temáticos (Rotas Gourmet) e de unidades museológicas (Museu Municipal de Penafiel).

Em 2008, no âmbito do lançamento da iniciativa de desenvolvimento regional Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE, a Rota do Românico iniciou um processo de concertação entre os vários agentes económicos, tanto públicos como privados, da região, com o objetivo de apresentar uma verdadeira estratégia de eficiência coletiva em torno de um objetivo comum — a dinamização da Rota do Românico.

A Estratégia PROVERE da Rota do Românico tem como objetivo principal a valorização do património arquitetónico românico, complementado pelo da sua envolvente natural.

Esta Estratégia prevê a concretização, até 2015, de cinco grandes projetos-âncora: Dinamização Cultural e Turística da Rota do Românico; Conservação e Requalificação do Património Cultural da Rota do Românico; Implementação do Sistema de Monitorização e Certificação do Produto Turístico-Cultural «Rota do Românico»; Salvaguarda e Valorização do Território e do Património Vernacular e Intangível, e Dinamização da Estrutura de Gestão do Consórcio PROVERE da Rota do Românico.

A Estratégia assenta num trabalho em rede, na qual participam 133 entidades públicas e privadas da região. Os projetos privados são de natureza diversa, sendo dinamizados por empresas da fileira agrícola que encontraram na disponibilização dos seus produtos novas formas de rentabilização e de dinamização da sua atividade; empresas de animação turística que pretendem alargar o âmbito das suas atividades e



ou o seu território de atuação; entidades promotoras de empreendimentos turísticos que procuram alargar o leque e a qualidade da oferta de serviços; novos empreendedores já instalados no território que pretendem mudar ou diversificar a sua atividade económica, e empresários que procuram uma oportunidade para incrementarem a sua atividade.

O Serviço Educativo e a comunidade

Sensibilizar os cidadãos para a temática do património histórico, arquitetónico, cultural e paisagístico, despertando-os para a importância da preservação dos seus recursos, constitui um relevante elemento de integração, educação e formação das populações.

Nesse sentido, a Rota do Românico pretende, através do seu serviço educativo, assumir-se como um instrumento fundamental para a definição e realização de um amplo e contínuo projeto de educação patrimonial, capaz de difundir e valorizar o extenso legado histórico deste território.

Consideramos que o envolvimento da comunidade de uma forma interativa, através de atividades lúdicas e pedagógicas em contexto educativo, cultural e social, reforça o interesse pela história e pelo património local, promove o orgulho pelo passado e contribui para o desenvolvimento de novos saberes e competências.

Durante o ano letivo de 2011-2012 desenvolvemos um conjunto de atividades lúdico-pedagógicas assente na temática da pintura mural dos

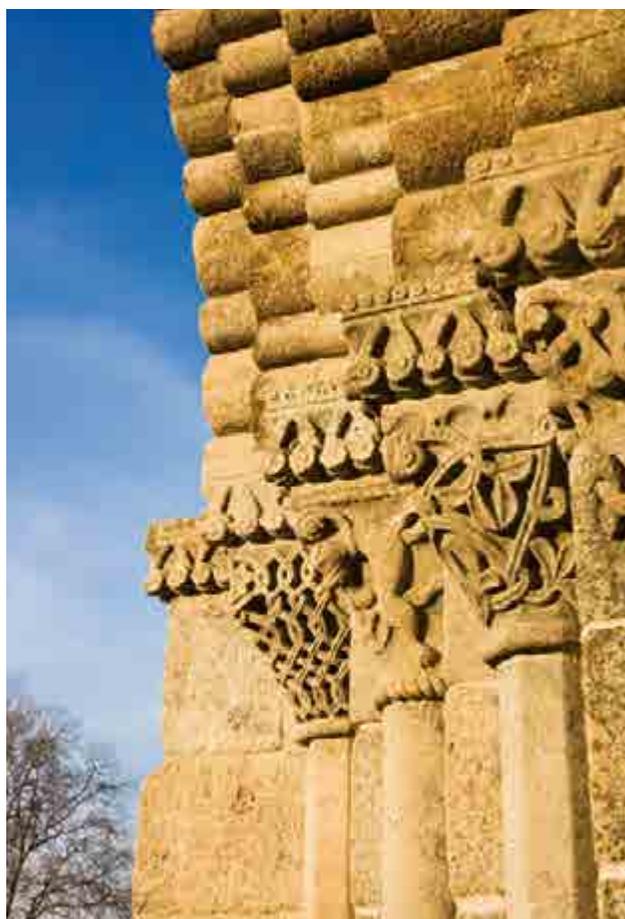


↑
Torre de Vilar, Lousada.
Rui S. Santos, 2007.

→
Mosteiro de Ferreira, Paços de Ferreira.
Rui S. Santos, 2007.

↓
Igreja de Vila Boa de Quires, Marco de Canaveses.
Digisfera, 2012.

↘
Mosteiro de Cête, Paredes.
Rui S. Santos, 2007.



monumentos da Rota do Românico. O projeto envolveu cerca de 1000 crianças do 1.º ciclo do ensino básico de 50 turmas dos concelhos do Tâmega e Sousa (Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende).

No ano letivo de 2012-2013 mereceu destaque a atividade subordinada à temática «O românico no território do Tâmega e Sousa», desenvolvida em 60 turmas do 1.º ciclo do ensino básico dos 12 concelhos que integram a Rota do Românico.

Concebida em complementaridade com o currículo escolar, esta atividade pretendeu proporcionar aos alunos um dia diferente com a Rota do Românico, dando-lhes a conhecer o estilo românico, a sociedade e a cultura da época medieval no Tâmega e Sousa. Abordámos também a paisagem natural, os saberes tradicionais e as gentes que caracterizam este território. Os alunos tiveram, ainda, a oportunidade de sentir o seu património, através do contacto direto com os monumentos, refletindo em conjunto sobre a história e a arte deste legado com quase 1000 anos de memórias.

A programação do serviço educativo da Rota do Românico contempla, ainda, um conjunto de atividades complementares dirigido aos diferentes níveis de ensino, do pré-escolar ao universitário, que poderão ser solicitadas ao longo do ano letivo, propostas para os períodos de férias escolares, bem como várias sugestões para as famílias e os amigos partirem à descoberta da Rota do Românico.

A par da comunidade escolar, a Rota do Românico tem também apostado em fomentar a sua relação com a comunidade local em geral, sensibilizando-a para as questões do património e despertando o seu interesse pela riqueza arquitetónica e artística da região.

Foram já dinamizadas sessões de informação e visitas guiadas aos monumentos da Rota do Românico abrindo assim as suas portas à comunidade e convidando-a a partir à (re)descoberta da época medieval através da arquitetura e da história.

Foram também desenvolvidas iniciativas dirigidas aos párocos, catequistas e catequizandos, quer nos edifícios religiosos integrados na Rota do Românico, quer nas igrejas das paróquias onde

estão localizados os monumentos de arquitetura civil, dando, desde modo, a conhecer a arquitetura e a iconografia dos edifícios religiosos e mostrando que a doutrina cristã também se aprende pela arte e pelo património.

O futuro da Rota do Românico

Uma das prioridades da Rota do Românico continuará a ser a requalificação do património histórico e cultural, mas pretende-se também cimentar outras componentes do projeto. Uma das apostas está ligada ao reforço da vertente turística e cultural do produto, com a apresentação de um calendário anual de eventos e de sugestivos programas de visitas dirigidos ao mercado nacional e internacional. A adesão, em 2009, à TRANSROMANICA, a maior rede de locais e itinerários românicos da Europa e considerada uma rota cultural do Conselho da Europa, é demonstrativa da aposta no trabalho em parceria e na internacionalização do projeto.

A Rota do Românico tem também apostado na vertente da produção e disseminação de conhecimentos, através da edição de um conjunto de publicações temáticas, enquadradas no recém-criado Centro de Estudos do Românico e do Território. A par da linha editorial, o Centro de Estudos prevê, ainda, a criação de um centro de arquivo e documentação, o levantamento e registo do património do Tâmega e Sousa, a realização de seminários, entre outros. Este Centro está alicerçado na comissão científica da Rota do Românico, composta por individualidades de reconhecido mérito em diversas áreas do conhecimento.

Outra das apostas da Rota do Românico são as mais modernas tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente através da disponibilização de visitas virtuais aos monumentos e de aplicações para dispositivos móveis de última geração.

A par disto, a implementação de um sistema de monitorização e certificação dos produtos e serviços associados à Rota do Românico impõe-se também como um dos grandes objetivos do projeto.



← Mosteiro de Paço de Sousa, Penafiel.

Rui S. Santos, 2007.

↓ Mosteiro de Cárquere, Resende.

Digisfera, 2012.

Projeto pedagógico «O românico no território do Tâmega e Sousa». Rota do Românico, 2012.

Projeto pedagógico «A pintura mural na Rota do Românico». Rota do Românico, 2012.



A

LIVRO

O Convento de Cristo

Dando continuidade à coleção Monografias/ Monumentos, a DGPC editou, com o apoio mecenático da empresa INPLENITUS, a obra *O Convento de Cristo em Tomar: do infante D. Henrique às empreitadas manuelinas*, da autoria da arquiteta Maria José Travassos Bento. Resultado de uma aprofundada investigação efetuada pela autora sobre as transformações arquitetónicas verificadas no Convento de Cristo, património mundial desde 1983, a obra procura dar resposta a uma série de questões que se colocam quanto à continuidade *versus* rutura da morfologia do programa arquitetónico e do esquema funcional do Convento durante o período de 1420 a 1521. A compreensão da identidade construída no Convento, durante as duas regedorias — do infante D. Henrique e do rei D. Manuel, está traduzido nesta obra num conjunto de representações gráficas e reconstituições que permitem uma interpretação clara de uma realidade física muitas vezes camuflada por intervenções posteriores. 195 pp., PVP € 15. ML

C

O

N

EXPOSIÇÕES

Museu Nacional de Etnologia O Museu, muitas coisas

A exposição permanente do Museu Nacional de Etnologia, «O Museu, muitas coisas», é constituída por sete núcleos de vigência rotativa: o teatro de sombras de Bali; as bonecas do Sudoeste de Angola; as tampas de painéis com provérbios de Cabinda; as máscaras e marionetas do Mali; os instrumentos musicais populares portugueses; as talas de Rio de Onor (núcleo dedicado a um objeto) e a escultura de Franklím Vilas Boas (núcleo dedicado a um autor). Com este conjunto de objetos e alguns elementos de cronologia, lembramos os principais protagonistas que, desde a origem do Museu Nacional de Etnologia, definiram as suas linhas de ação e nele cruzam os seus percursos. Desde logo, Jorge Dias, Margot Dias, Fernando Galhano, Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira que, mesmo antes de haver museu, a partir do final da década de 1940, formaram o grupo de pesquisa coeso e exigente do Centro de Estudos de Etnologia. Lembramos também os investigadores do Museu ou a ele associados que no terreno adquiriram e documentaram coleções. E os coletores que, por venda ou doação, aumentaram o acervo com as suas recolhas. Mostramos ainda diferentes motivações para a aquisição de um objeto, seja pela sua representatividade ou seja pela sua singularidade morfológica e plástica. Casos de objetos que não trazem consigo nenhuma informação que ajude a conhecê-los, outros em que eles entram já desqualificados ou exaltados, erráticos ou fruto de um levantamento em contexto de pesquisa sistemática. E sempre com a parte de sortilégio

T

E

C

E

da permanente interpelação na procura do que eles nos podem dizer, de quem eles nos podem falar e que novos diálogos nos permitem despertar. Exemplos afinal do que pode haver de dinâmico e instável num museu, apesar das mais sólidas linhas programáticas. JPB

Museu Nacional de Arte Antiga A encomenda prodigiosa

«A Encomenda Prodigiosa: da Patriarcal à Capela Real de São João Batista»

18 maio – 20 outubro

MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga

27 junho – 20 outubro

Igreja e Museu de São Roque

Evocar a encomenda prodigiosa de D. João V e o caminho que conduz da Patriarcal à Capela Real de São João Batista (exumando fontes e vestígios) é o objetivo desta exposição. O núcleo patente no MNAA é composto por 200 obras, provenientes da coleção do Museu, de três dezenas de instituições nacionais, de coleções particulares e de várias instituições internacionais. JAS

Rubens, Brueghel, Lorrain

«Rubens, Brueghel, Lorrain.

A Paisagem do Norte no Museu do Prado»

29 novembro 2013 – 16 março 2014

Uma exposição de grandes mestres da Flandres e dos Países Baixos, do século XVII, que permite mapear o desenvolvimento da paisagem, desde a sua utilização como fundo até à sua independência enquanto género pictórico. Uma seleção de 60 pinturas da coleção do Museu do Prado, Madrid. JAS

Obra convidada

O programa designado «Obra convidada», a decorrer na sala 61 do MNAA, tem como objetivo proporcionar ao público português a oportunidade de ver de perto obras importantes de grandes mestres da pintura antiga, alguns deles nem sequer representados nas coleções nacionais. A obra convidada é exposta por um período de três a quatro meses e, por vezes, colocada em diálogo com uma pintura da coleção do Museu. O programa, que envolve intercâmbios com grandes museus e coleções estrangeiras, iniciou-se em janeiro de 2013 com uma pintura de Lucas Cranach, o Velho, *Judite com a Cabeça de Holofernes*, vinda do Metropolitan Museum of Art, de Nova Iorque. *Virgem e o Menino com Santa Bárbara, Santa Isabel da Hungria e um doador (Jan Vos)*, de Jan van Eyck e oficina, pertencente à Frick Collection, de Nova Iorque, foi a segunda obra incluída neste programa. Seguem-se duas pinturas de Francisco de Goya, os retratos de *Maria Luisa de Parma* e de *Carlos IV de Espanha*, provenientes do Archivo de Indias, de Sevilha, expostos de 10 de outubro de 2013 a 19 de janeiro

de 2014. A obra convidada entre 30 de janeiro e 18 de maio de 2014 será *Virgem com o Menino*, de Andrea del Verrocchio, da pinacoteca do Städel Museum, de Frankfurt. JAS

Museu Nacional de Arte Contemporânea **Arte portuguesa. 1850-1975**

Exposição permanente das coleções do Museu Nacional de Arte Contemporânea
Mecenato exclusivo da Fundação Millennium.bcp.
Projeto de montagem de Mariano Piçarra por cortesia da Fundação Calouste Gulbenkian.

As coleções do Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado documentam a produção artística em Portugal entre 1850 e a atualidade, sendo o mais importante acervo de arte moderna e contemporânea pertencente ao Estado. Oferta primeira de um museu nacional é a exposição em permanência das obras mais relevantes das coleções, o que se cumpriu com a abertura ao público, desde 20 de fevereiro de 2013, da exposição antológica de Arte Portuguesa. 1850-1975. Desejou-se dar constante acesso público a este património nacional, com um delineamento claro de tempos e movimentos artísticos, não usando as coleções históricas nacionais para ensaiar visões críticas, atitude ajustada a exposições temporárias. A evidente exiguidade das salas de exposição obrigou à seleção de cerca de 100 obras de pintura, escultura e desenho: 1850-1880. Romantismo e pré-naturalismo; 1880-1910. Naturalismo, tardo-naturalismo e simbolismo; 1910-1945. Modernismo: ruturas, regresso à ordem; 1945-1975. Neorrealismo, surrealismo, abstração, nova figuração e neovanguardas. PH

Jorge de Oliveira

«Jorge de Oliveira (1924-2012). A invenção contínua»
Museu Nacional de Arte Contemporânea e Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva
18 maio – 1 setembro 2013
Curadoria de José Luís Porfírio
Mecenato exclusivo da Fundação Millennium.bcp

Exposição retrospectiva deste artista pouco conhecido mas cuja obra se enquadra, entre 1945 e 1946, no neorrealismo e que, após profunda crise interior, de 1946 a 1948, passa a um notável «automatismo psíquico», entre 1947 e 1952, raro na pintura em Portugal. Entre 1958 e 1992, ano em que deixa de pintar, procurou sucessivas sínteses, onde o espaço e a luz definem lugares abstratos mas telúricos, conduzindo-o a representações do Cosmos como máxima grandeza do Mundo. É sobretudo o automatismo psíquico e o expressionismo abstrato que lhe conferem singularidade na criação em Portugal, cabendo a José Luís Porfírio redescobrir a sua obra na atualidade, dando-a a conhecer a Pedro Lapa

e a Maria de Jesus Ávila, então diretor e conservadora do Museu do Chiado, que a integraram num atualizado discurso histórico da arte moderna em Portugal. PH

Abecedário. 40 anos do Ar.Co

18 setembro – 10 novembro 2013
Curadoria de Manuel Costa Cabral,
Manuel Castro Caldas e Paulo Henriques.
Mecenato da Fundação Millennium.bcp.

Fundado em 1973, como projeto alternativo de ensino artístico, o Ar.Co. cumpre 40 anos de existência, efeméride onde se integra esta exposição que nos fala de professores de referência de um primeiro momento – Robin Fior, Salette Tavares, João Hogan, Ana Hatherly, António Sena, Eduardo Nery, Noronha da Costa, Teresa Seabra, Alexandra Serpa Pimentel, Gaëtan – que propiciaram um ensino artístico transversal e pluridisciplinar – pintura, desenho, escultura, design gráfico, cerâmica, fotografia, media, ilustração, joalheria –, desde sempre com raro pendor experimentalista e grande abertura ao diálogo internacional. Obras de numerosos alunos, hoje referências na arte contemporânea, completam a evocação destes 40 anos. PH

Museu Nacional de Arqueologia **O tempo resgatado ao mar**

A exposição «O tempo resgatado ao mar», organizada pelo Museu Nacional de Arqueologia, constitui uma proposta de síntese do conhecimento produzido nas três últimas décadas no domínio da arqueologia náutica e subaquática. O espólio diversificado, constituído por mais de 300 peças, provém de quase todo o território português, a orla marítima ou de águas interiores, cobrindo um vasto período cronológico – da Idade do Ferro à época contemporânea –, e resulta da atividade de prospeção e escavação arqueológica da tutela do património cultural, ou por esta apoiada, mas também da ação de outras instituições, assim como de achados fortuitos. Congrega, na sua concretização, uma vasta rede de parcerias com instituições públicas mas também privadas, de que se destaca a estabelecida entre a Direção-Geral do Património Cultural e o Museu Nacional de Arqueologia Subaquática – ARQUA de Cartagena (Espanha) para a conclusão do tratamento de conservação, por liofilização, de uma piroga monóxila do rio Lima, da segunda metade do século VIII ao final do século IX, de dois elementos de poleame e dos fragmentos de madeira de um mosquete, todos da Época Moderna, prosseguindo o processo iniciado pelo Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, que, juntamente com o Museu Nacional de Arqueologia, articulou com o ARQUA o desenrolar desta última fase do trabalho de laboratório. A exposição temporária, que tem inauguração prevista para o último trimestre de 2013, é comissariada pelo



Museu Nacional de Etnologia
O Museu, muitas coisas



Museu Nacional de Arte Antiga
Obra convidada
Carlos IV, Francisco Goya, 1789



Museu Nacional de Arte Antiga
A visão de São Huberto, Rubens, 1617-1620



Museu Nacional de Arte Contemporânea
Exposição permanente, sala
Arte Portuguesa, 1850-1975

A

C

O

N

T

E

C

E

Doutor Adolfo Silveira Martins, sendo o projeto museográfico da autoria da arquiteta Maria Manuela Fernandes. Dispõe de um catálogo, editado em parceria com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, que reúne contributos de cerca de duas dezenas de especialistas nesta área científica. AC

PROJETOS

Convento de Cristo Charola em restauro

A Charola do Convento de Cristo, elemento arquitetónico e artístico de exceção, no contexto nacional e internacional, encontra-se em processo de restauro há mais de três décadas. Todavia, a partir de 2007, a assinatura do protocolo com a CIMPOR viabilizou financeiramente uma ação concertada de conservação e restauro, tornando-se aquela empresa o mecenas exclusivo das diversas campanhas realizadas desde então. A assinatura de um novo protocolo, em 2013, viabilizou a última empreitada, a decorrer, encerrando-se o programa de restauro sistemático do riquíssimo património integrado existente no interior da Charola. Estes trabalhos envolveram um grande número de profissionais e especialistas que asseguraram a logística, levantamentos, documentação, estudo histórico e material e a intervenção propriamente dita, realizada por conservadores-restauradores especializados nas diversas componentes em presença: pintura, pintura mural, escultura, pedra, talha, couro. A fase final, a cargo da firma Nova Conservação, compreende a conservação e o restauro do exterior e interior do tambor central e ainda uma série de intervenções pontuais noutras zonas, conseguindo-se assim o que foi um dos objetivos (e dificuldades) desta longa campanha: o tratamento equilibrado e harmonioso de todo o espaço interior, entendido como um conjunto indissociável. IF

Projeto Tacelo Estudos para a conservação das esculturas monumentais em terracota do mosteiro de Alcobaça

As esculturas monumentais em terracota, com dimensões na ordem dos 2 m de altura, constituem um dos conjuntos de obras de arte mais importantes e originais do último terço do século XVII, no plano estético, artístico e técnico. Construídas em «fatias», tecnicamente taceiros, para que mais facilmente pudessem ser cozidas em fornos artesanais, aqueles apresentam-se sobrepostos, sustentados fundamentalmente pela lei da gravidade. Porém, o respetivo mau estado de conservação coloca-as no limiar da perda total, resultante das alterações do suporte de terracota e da perda das policromias. A tentativa de mitigação deste processo

de degradação justificou várias intervenções, cujo resultado não foi o melhor, fundamentalmente porque os consolidantes utilizados não se revelaram eficazes. Neste contexto, o Instituto Politécnico de Tomar, a DGPC, a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade de Aveiro apresentaram à Fundação para a Ciência e a Tecnologia o Projeto Taceiro que foi aprovado e financiado, terminando em fevereiro de 2014. Pretende-se desenvolver consolidantes e pastas, baseados em compósitos geopoliméricos que garantam o sucesso na atual e em futuras intervenções de conservação e restauro.

A escultura *Virgem da Anunciação*, proveniente do altar-mor, apeada em 1930 e atualmente na Sala do Capítulo em precárias condições, está a ser alvo de intervenção integral de conservação e restauro. Concomitantemente, o trabalho de estágio de mestrado de dois alunos do Instituto Politécnico de Tomar, assente na consolidação, colagem e montagem de taceiros, abriu caminho para a recuperação quase integral das esculturas provenientes do antigo retábulo *Sagração de S. Pedro*, que representa Cristo e os Apóstolos. A continuação destes trabalhos restituirá ao monumento o ponto focal do seu esplendor barroco, através da recuperação de seis monumentais terracotas setecentistas. CG

Novo website www.patrimoniocultural.pt

A nova página eletrónica da Direção-Geral do Património Cultural, www.patrimoniocultural.pt, integra-se numa estratégia articulada de difusão do património, por parte da DGPC, que procura aproximar o património cultural e a sociedade, de acordo com uma perspetiva, um programa e uma coerência próprios e estar permanentemente atualizada sobre as matérias da esfera do património cultural. Criada pela necessidade de integrar os conteúdos resultantes da fusão do ex-IGESPAR, do ex-IMC e da ex-DRCLVT, a nova página eletrónica surge com uma dimensão mais ampla, refletindo as diferentes áreas de atuação das antigas instituições que formaram a DGPC, com múltipla informação, apresentada em diferentes níveis e dirigida a diferentes tipos de utilizadores. A nova imagem gráfica criada, com um *design* contemporâneo e apelativo, procura articular um conjunto significativo de informação, disponibilizando-a de um modo intuitivo, apostando numa solução mais atual e renovada, de navegação fácil, com predomínio para as áreas de «agenda» e «notícias», que são destacadas na *homepage* numa área dinâmica, tendo em conta os muitos eventos que acontecem nos museus e monumentos. Para além da informação de leitura imediata, a página eletrónica apresenta uma estrutura de acessos a páginas internas, com potencialidades entretanto acrescidas relativamente aos *sites* anteriores, que permitem uma consulta mais rápida e eficaz, contribuindo

desta forma para um melhor desempenho da DGPC na sua aproximação ao público, quer o especializado quer o generalista. Visite-nos em www.patrimoniocultural.pt. JA

Portal do Arqueólogo Um ano depois

O Portal do Arqueólogo foi desenvolvido com o intuito de promover o acesso à informação sobre o património arqueológico aos cidadãos e profissionais do património cultural, integrando para tal os dados registados na base de dados da DGPC – Endovélico, e de melhorar e tornar mais eficiente a interação entre a tutela do património arqueológico e os agentes ativos nos processos de salvaguarda, proteção e valorização patrimonial. Permite aceder a diferentes níveis de informação, consoante a utilidade pretendida, e possibilita aos profissionais de arqueologia a submissão de pedidos de autorização, a gestão dos processos de que são responsáveis e o acesso à informação geográfica dos sítios arqueológicos, contribuindo de forma significativa para a simplificação dos procedimentos administrativos e a eficiência das decisões da tutela. Ao fim de um ano de disponibilização no site da DGPC (<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=home>), o Portal do Arqueólogo conta já com mais de 1400 utilizadores e, nos primeiros meses de 2013, mais de 5000 visitas mensais. FN

Kit de recolha Património imaterial

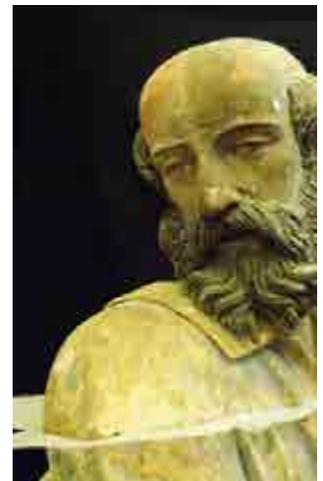
O *Kit de recolha do património imaterial*, edição da DGPC destinada à sensibilização do público juvenil para a importância da salvaguarda do património imaterial, foi recentemente premiado na 3.ª edição do Prémio Ibero-Americano de Educação e Museus. O *Kit* é constituído por fichas para documentação de património imaterial («Saberes e ofícios tradicionais»; «Tradições festivas»; «Tradições orais»), fichas para registo de património material («Lugares»; «Edifícios»; «Objetos»), e ainda fichas complementares destinadas a caracterizar os detentores do património à escala local. Tratando-se de uma edição vocacionada para uso em escolas e serviços educativos de museus, a edição eletrónica do *Kit* pode ser descarregada gratuitamente a partir do site do Inventário Nacional do Património Cultural (www.matrizpci.dgpc.pt), que disponibiliza conteúdos específicos para o público juvenil. Decorrente da atribuição do III Prémio Ibero-Americano de Educação e Museus (categoria I, 3.º lugar, *ex æquo*), dentre um total de 41 projetos candidatos analisados pelo programa IBERMUSEUS, o *Kit* de recolha do património imaterial será futuramente editado pela DGPC em castelhano, com vista à disponibilização gratuita deste instrumento pedagógico e educativo para os museus de todos os países de língua espanhola, da região ibero-americana. PFC

Rede Portuguesa de Museus 137 museus

A Rede Portuguesa de Museus (RPM), cuja criação se verificou no ano de 2000, é atualmente composta por 137 museus, de tutelas diferenciadas (administração central, regional e local, fundações, associações e empresas públicas e privadas), cabendo à DGPC promover a sua articulação, fomentar os contactos entre os museus da Rede e prestar-lhes apoio técnico tendo como objetivo a sua qualificação, concretizar ações de formação destinadas aos respetivos profissionais e reforçar a divulgação das atividades por eles desenvolvidas. À DGPC compete instruir os processos de credenciação dos museus que manifestem interesse na adesão à RPM e submetê-los a parecer da respetiva secção especializada do Conselho Nacional de Cultura. Neste âmbito, tendo em vista superar o hiato verificado nas atividades de articulação e desenvolvimento da RPM, ao longo do ano passado, estão em curso e ficarão concluídos, até ao início de 2014, os processos de credenciação de cerca de duas dezenas de museus. Na sequência de reuniões promovidas pela DGPC com os museus que integram a RPM foi decidido retomar, ainda em 2013, as ações de formação destinadas a profissionais dos museus da Rede, estando prevista a realização de duas ações de formação no ano corrente e oito ações no próximo ano. Tendo em vista o reforço e melhoria de contactos entre os museus da RPM, a partilha de informação sobre as suas iniciativas e atividades e o intercâmbio de boas práticas, a DGPC coordenará a criação, em 2014, de uma página da RPM no Facebook, a qual constituirá uma útil plataforma de comunicação entre os museus que integram a Rede. A DGPC, mantendo os eixos de atuação que desde sempre estiveram presentes na atuação da RPM, reafirma o seu papel como estrutura de articulação, plataforma de comunicação e de apoio aos museus da Rede, incentivadora de um reforço da transversalidade de iniciativas e de comunicação direta entre eles, tendo em vista o cumprimento dos princípios que nortearam a criação da RPM como um sistema organizado de museus, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e visando a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus, no respeito pleno da autonomia tutelar da RPM e dos museus que a integram. MBO



Museu Nacional de Arqueologia
O tempo resgatado ao mar



Projeto Tacelo
Mosteiro de Alcobaça



Novo website



Loja da DGPC
Praça dos Restauradores, Lisboa

Revista Portuguesa de Arqueologia Conteúdos integrais podem ser consultados

A *Revista Portuguesa de Arqueologia* (RPA), editada pela DGPC, destina-se fundamentalmente a publicar os resultados parciais ou pequenos relatórios finais de trabalhos arqueológicos, tendo vindo também a ser admitidos outros artigos que não envolvem a apresentação de resultados de escavações. Criada em 1998 sob a vigência do então Instituto Português de Arqueologia (IPA), a sua publicação foi prosseguida pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR). No total, foram publicados 15 volumes distribuídos por 27 números, já que a RPA possuiu, durante os primeiros 12 anos, uma periodicidade semestral, tendo passado a anual a partir do vol. 13 (2010). A RPA usufrui de uma difusão que ultrapassa largamente as nossas fronteiras, já que os artigos nela publicados, além de figurarem *online*, sem quaisquer encargos, no *website* da DGPC, www.patrimoniocultural.pt, permitindo o seu acesso a milhões de potenciais leitores, chegam a um significativo número de bibliotecas nacionais e estrangeiras através de um eficaz sistema de permuta de publicações, contribuindo, simultaneamente, para o enriquecimento da Biblioteca de Arqueologia da DGPC e para a divulgação da atividade arqueológica nacional. Os conteúdos integrais de todos os volumes publicados podem ser consultados e descarregados através do URL: <http://www.igespar.pt/pt/publications/category/49/assets/>. AF

Arquivo Leisner O acervo epistolar

O Arquivo Leisner foi doado por Vera Leisner ao Deutsches Archäologisches Institut (DAI) (Instituto Arqueológico Alemão) com a menção explícita da sua manutenção no território português, como agradecimento pelo apoio que lhe foi concedido, desde a chegada do casal a Portugal, em plena II Guerra Mundial, até ao período subsequente ao falecimento de Georg Leisner (1958). Este acervo manteve-se na subdelegação do DAI em Lisboa até ao seu encerramento em 1999, tendo então sido cedido ao Estado Português em regime de comodato, encontrando-se integrado na Biblioteca de Arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), sita no Palácio da Ajuda. No ano de comemoração dos 40 anos do aniversário da morte da arqueóloga alemã Vera Leisner deu-se início ao projeto de catalogação do Arquivo Leisner. Trata-se de um volumoso espólio documental (cerca de 49 500 documentos) reunido por Georg Leisner (1870-1957) e por Vera Leisner (1885-1972), durante as suas pesquisas na Península Ibérica, constituindo-se como registo essencial para documentar o trabalho arqueológico que desenvolveram em inúmeros sítios pré-históricos.

Considerando o interesse científico e arquivístico do acervo, desenvolveu-se um programa de inventário, conservação, digitalização e estudo do Arquivo Leisner. No âmbito do programa «Recuperação, tratamento e organização de acervos documentais» da Fundação Calouste Gulbenkian, foi possível implementar uma 1.ª fase do projeto durante 2012-2013. A equipa de investigadores integrou arqueólogos, bibliotecários, arquivistas e técnicos de arqueologia da DGPC e do DAI. O principal objetivo desta fase do projeto centrou-se no tratamento e na digitalização do acervo epistolar, para disponibilização ao público através das páginas eletrónicas das referidas instituições; tendo-se ainda realizado o arrolamento integral do fundo documental, a higienização, pequenas intervenções de restauro e acondicionamento adequado. Georg e Vera Leisner constituem autores de referência para o estudo do megalitismo e para a investigação arqueológica peninsular, tendo criado uma rede de contactos científicos com diversos arqueólogos portugueses e estrangeiros, nomeadamente Manuel Heleno, D. Fernando de Almeida, Afonso do Paço, Leonel Ribeiro e Otávio da Veiga Ferreira, Robert E. Mortimer Wheeler, Antonio García y Bellido e Stuart Piggott, entre outros. ACS, FB, FT

Museus, monumentos e palácios 9500 produtos em 27 lojas

A divulgação do património através de publicações, réplicas ou outros produtos que perpetuam no tempo a memória da visita a um museu ou a um monumento é uma prática contemporânea que se tem vindo a desenvolver em consonância com o crescimento exponencial do turismo cultural em todo o mundo. Dentro desse contexto, a DGPC desenvolve uma estratégia comercial com a preocupação de garantir a qualidade dos produtos de *merchandising*, o rigor histórico e o respeito pela sua adequação aos valores patrimoniais e simbólicos relacionados com os espaços monumentais que gere. Contando atualmente com uma rede de 27 lojas situadas em todos os seus museus, monumentos e palácios, a DGPC comercializa cerca de 9500 produtos, onde se incluem, entre muitos outros, publicações, objetos utilitários, peças de faiança, artigos de papelaria, casquinhas, porcelanas, pratos, têxteis, vidros e cristais e produtos vocacionados para o público infantil. A localização das lojas e a compra de produtos *online* está acessível em www.patrimoniocultural.pt. ML

abstracts

page 6

Practised places versus memory places

Alexandre Alves Costa

T

he West was built on the unity principle of order. Today we see chaos extending its logic to the whole territory, dissipating into lost nature and the man-made artificial world. In order to wisely overcome the perplexity brought about by modern times, we need to have a new insight into reality so as to rearrange its disciplinary instruments. Analysing means redescribing. Only a patient redescription of the city can lead us to its inner substance. Observing, imagining and projecting could be the only way out to interpreting the city, while also implying an idea of transformation and project design.

page 16

From Romanesque to Minimalist Architecture: heritage intervention paths in Portugal

Jorge Figueira

T

he three rehabilitation examples focused on this article represent achievements of Portuguese architecture in heritage intervention. They have been accomplished bearing in mind preexisting structures and with undeniable fondness for architecture that has been enhanced in each case. Considering their exemplary nature, they can help create guidelines that will be useful within the new framework where preservation and rehabilitation will become the rule, not the exception.

page 24

Pombaline flats today: premises

Maria Helena Barreiros

I

n just four years we have seen a major reform of the legal framework affecting the cultural heritage and urban planning. This is particularly true in Lisbon where it included regulating classification procedures and intervention in classified heritage, drawing up safeguarding and rehabilitation plans, publishing the legal framework for urban rehabilitation (and urban leasing) and the Layout Plan for Safeguarding Baixa Pombalina (Pombaline Downtown), reviewing the Municipal Master Plan, reclassifying the Baixa, approving the urban rehabilitation strategy and its respective ARU (urban rehabilitation area). The new regulations and the recent deceleration in urban transformation provide an opportunity to reflect on the practices of intervention in the Pombaline fabric and particularly in its lesser-known aspects – housing interiors.

page 30

Urban heritage: good practices in building conservation and rehabilitation

João Appleton

P

reserving the architectural heritage is an integral part of the memory that Man goes on building and bequeathing. Conservation and rehabilitation is the art of reconciling the desirable with the possible by bringing together knowledge and good sense, which are crucial ingredients for achieving success.

page 36

Amendments to the Archaeological Works Regulation and social contexts of Portuguese archaeology in the 21st century: a brief comment

Ana Catarina Sousa

W

ithin the recent amendments to the Archaeological Works Regulation, a brief comment is made on the legal, social and economic contexts of the archaeological activity in the 21st century both in Portugal and across Europe. Particular emphasis is placed on quality, knowledge production and information management.

page 44

Modern heritage: conservation and reuse as a resource

Ana Tostões

I

ntervention in modern heritage does not raise structurally different questions from intervention in historic heritage. When we refer to heritage related issues we use a universal language including typologies, languages and constructions from different ages. The typical features of modern heritage – as they relate to concept, form and programme – call for the setting of criteria and intervention measures. The fact that the Modern Movement has only recently been considered heritage does not make it less important when it comes to discussing its enhancement and conservation.

page 54

World Heritage and tourism: a reflection marking the Convention's 40th anniversary

Ana Paula Amendoeira

A

pplication of the World Heritage Convention, particularly as it evolved in the past two decades, has led to a growing preponderance of tourism in the practices of managing the list and interpreting the Convention. Contradictions between praxis and principles justify a growing need for questioning the future of the World Heritage.

page 60

Conservation and restoration and the role played by the Laboratório José de Figueiredo: prospects and challenges

Gabriela Carvalho, António Candeias

T

his article gives an insight into the beginning of the scientific study of works of art in Portugal. Conservation and restoration since the establishment of the José de Figueiredo Institute back in 1965; the different changes it went through until the present day by preserving its role in safeguarding cultural heritage. And the new challenges facing the José de Figueiredo Laboratory. A strategy for safeguarding the cultural heritage.

page 68

The Central Region's Route of World Heritage Monasteries

João Seabra Gomes, Maria Fernandes, Patrícia Soares, Pedro Redol, José Fernando Canas, Irene Frazão

T

he project for a "Central Region's Route of World Heritage Monasteries" was a unique opportunity to boost investment in the preservation of three icons of the centre region's historic built heritage. A number of difficulties prevented total implementation of the ambitious original programme within the deadline. However, a considerable number of actions contributed to the preservation of tour circuit areas, which were rehabilitated so as to meet the requirements of contemporary cultural tourism. Such measures included minimizing architectural barriers and improving information channels by resorting to "new" media and communication strategies.

page 76

The Monastery of Batalha's Interpretation Centre: setting up a theatre of memory

Cristina Guedes, Gabriella Casella, Francisco Providência, Francisco Vieira de Campos

T

he Monastery of Batalha's Interpretation Centre provides a sequence of audiovisual, sound and exhibition resources that interact with the visitor as he passes by. They lead him through the exhibition's thematic route that is controlled by an autonomous gallery/cell system. The architectural scale imposed by the space and its stratigraphic records led to a reinterpretation through the use of a «gigantic» scale in the new structure. For this purpose, a metal mesh fabric curtain has been used where light emphasizes the scenic, almost theatrical effect that provides the ideal atmosphere for the multimedia experience.

[...] three swallows flew in through the main door and wheeled around the ceiling, giving off their cries. A shiver ran down his spine as he realized that this new language complements the other one: the bird adds to the nave, the cry adds to the silence.

In José Saramago – Viagem a Portugal. Lisboa: Caminho, 1995, p. 387. [Traduzido por nós.]

page 82

The Monastery of Batalha's Interpretation Centre

Pedro Redol

T

he symbolic memory associated to the Monastery of Batalha went through several transformations, from its foundation to the present day, which left indelible marks on both the monastery and the town of Batalha. As it is difficult to understand today's built environment and the landscape of Batalha without bearing in mind its long and troubled history, the government found it necessary to put some means of communication at the disposal of all visitors to the monument. An interpretation centre within the building serves this purpose, as it provides a dense yet stimulating journey through five main themes that intertwine to tell the story of the country, of this monastery and of the town of Batalha.

page 86

A historical territory project for the Varosa Valley

Luís Sebastian

T

he North Region Directorate for Culture developed the Varosa Valley project in 2009 so as to create a regional structure based on the concept of "historical territory". The Varosa valley, which is a subsidiary of the Douro Valley encompassing the municipalities of Tarouca and Lamego, has a high cultural tourism potential that could be developed in cooperation with the World Heritage Alto Douro Wine Region. Emphasis of this project is placed on the following monuments: Monastery of Santa Maria de Salzedas, which opened to the public on 26 October 2011, Monastery of São João de Tarouca, where restoration works are in an advanced stage, and Convent of Santo António de Ferreirim.

page 92

(Re)Visiting the Monastery of Salzedas through a new museum in the Eastern Wing

Gabriel de Andrade e Silva

I

ntervention in the Monastery of Salzedas is an ongoing process. Just as its history needs to be known and disclosed in order to enhance the building, so too should restoration and preservation contribute to the study and discovery of this monument through a combination of intervention principles, history, heritage enhancement and experiencing the architectural space.

page 100

Monastery of Santa Maria de Salzedas: museological nucleus

Luís Sebastian

C

onstruction of the Monastery of Santa Maria de Salzedas, a Cistercian Order men's monastery, began in 1168. Largely expanded in the 17th and 18th centuries, it boasts a collection of paintings by some of Portugal's greatest artists such as Vasco Fernandes (Grão Vasco), Bento Coelho da Silveira or Pascoal Parente. It fell into complete disrepair after the extinction of religious orders in 1834, and was integrated in the "Vale do Varosa" project in 2009 by the North Region Cultural Directorate. After undergoing restoration works that started in August 2010, involving most of its collection, as well as the creation of an interpretative centre and museum, it opened its doors on 26 November 2011.

page 108

Remodelling and extending the Machado de Castro National Museum

Gonçalo Byrne

T

he new Museum brings together different buildings and collections in a global strategy to unify what was previously fragmented; its location, within the future rehabilitation project for the Alta de Coimbra (Uptown Coimbra), as it leads to the Old See, the Almedina and downtown Coimbra, turns this important cultural resource into a contemporary attraction. Its capacity has been enhanced with new reception equipment and visiting circuits and renovated permanent exhibition nuclei.

page 114

Archaeology in the Machado de Castro National Museum intervention. Towards an integrated insight

Pedro C. Carvalho

W

ithin the works for extension and rehabilitation of the Machado de Castro National Museum (Coimbra), this article focuses on how archaeology stood in relation to the work execution, the architectural project and the museum programme. It further summarizes some of the main results from the archeological intervention that went on for almost two decades.

page 120

Machado de Castro National Museum exhibition programme, structure, image and communication

Adília Alarcão, Ana Alcoforado

T

he major architectural intervention undergone by the Machado de Castro National Museum for extending and enhancing its millennial building enabled a carefully selected part of its vast collection to be exhibited on a permanent basis. Noteworthy features of this project include the dialogue between the work of art and the building, the transparency effects and crossing of viewpoints, the contemporary nature of concepts and equipment used and the spirit of inclusion that makes this "new" museum accessible to everyone.

page 126

Remodelling the head office of Banco de Portugal

Gonçalo Byrne, João Pedro Falcão de Campos

T

he remodelling project for the head office building of Banco de Portugal aims at reinforcing the political, institutional, representative and cultural centrality of the city of Lisbon, particularly that of its downtown Pombaline district, bearing in mind its heritage, memory and identity as motive forces for transformation, creativity and innovation. This project is inspired on the architectural and urban-planning presence of the astonishing Pombaline “factory” placing emphasis on the following: the concept of one building occupying a whole block, as the church of St. Julian does not jeopardize its unity; the importance of scenographic façades and their hierarchy; and of a longitudinal courtyard in the overall layout.

page 134

The head office of Banco de Portugal: urban archaeology in Lisbon

Artur Rocha

R

emodelling the Pombaline quarter of the head office of Banco de Portugal involved major changes both in the built structure and underground as it involved a large scale archaeological intervention between 2010 and 2012. The execution of archaeological works in a worksite of such complexity and magnitude called for combined efforts of a multidisciplinary team. Among this vast number of professionals who contributed to the implementation of this project, emphasis is placed in particular on the competence, rigour and high professionalism of Dr. Ana Martins, government representative in this process, to whom this article is dedicated.

page 142

Riverside Lisbon: archaeological evidence of a millennial maritime vocation

Alexandre Sarrazola, José Bettencourt, André Teixeira

T

he archaeological intervention that took place in the Square D. Luís during the monitoring of construction of an underground car park unveiled an occupation of this Lisbon’s riverside area spanning from the Roman period to the present day. The findings include different types of amphorae from below sea level, two quays from sometime between the 16th and 18th centuries, and one 17th century slipway or vestiges of the São Paulo fort built in the same century.

page 148

LX Factory: a liquid atmosphere in Alcântara

Deolinda Folgado

LX

Factory awakens the most incautious minds as to the value of industrial heritage and its reuse in present society. Located in a former textile unit, an archetypal factory imported from Manchester, the Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense (Lisbon Textile and Weaving Mill) was built from scratch in 1849. It was characterized by decorative bareness and a parallelepiped shape, with mechanised equipment. In 2008, LX Factory brought this industrial unit closer to the city by gearing it to the creative industries. The reuse of its factory buildings was based on the loft concept.

page 154

Intangible heritage: between communities and organisations

Paulo Ferreira da Costa

T

his article focuses on the role given by the 2003 UNESCO Convention to bearers of the Intangible Cultural Heritage in terms of recognising the intellectual property of expressions of popular and traditional culture, and the agency of bearers of ICH in safeguarding such expressions. It emphasizes the inclusive and participatory nature of the Portuguese “National Inventory of Intangible Cultural Heritage”, which was drawn up to comply with UNESCO provisions regarding the respect for the bearers of ICH.

page 160

The Romanesque Route: a History-based experience

Rosário Correia Machado

T

he Romanesque Route, encompassing 12 municipalities – Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel and Resende – placed a big challenge to the territory of Tâmega and Sousa, as it is a project aiming at boosting regional development. It involves 58 Romanesque monuments (monasteries, churches, chapels, memorials, bridges, castles and towers). The Romanesque Route aims at becoming a motive force for a new regional economic development where emphasis is placed on tourism and culture through the promotion, management and enhancement of its heritage.



INCM
 O VALOR DA SEGURANÇA
 AO SERVIÇO
 DA CULTURA





**PATRIMÓNIO
CULTURAL**
Direção-Geral do Património Cultural

INCM
INSTITUTO NACIONAL DE CULTURA

